

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE LETRAS E LINGUÍSTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LITERÁRIOS

KALLEBE ARAÚJO MENDES

ANTICOLONIALIDADE EM *SÃO JORGE DOS ILHÉUS*, DE JORGE AMADO

Uberlândia

2024

ANTICOLONIALIDADE EM *SÃO JORGE DOS ILHÉUS*, DE JORGE AMADO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Estudos Literários.

Área de concentração: Estudos Literários
Linha de Pesquisa: Literatura, Teoria e Crítica
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Flávia Andrea Rodrigues Benfatti

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

M538 2024 Mendes, Kallebe Araújo, 1998-
Anticolonialidade em São Jorge dos Ilhéus, de Jorge Amado [recurso eletrônico] / Kallebe Araújo Mendes. - 2024.

Orientadora: Flávia Andréa Rodrigues Benfatti.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-graduação em Estudos Literários.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em:
<http://doi.org/10.14393/ufu.di.2024.254> Inclui bibliografia.

1. Literatura. I. Benfatti, Flávia Andréa Rodrigues, 1967-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em Estudos Literários. III. Título.

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA



Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários
Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1G, Sala 250 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG,
CEP 38400-902

Telefone: (34) 3239-4539 - www.ppglit.ileel.ufu.br - secppgelit@ileel.ufu.br,
coppgelit@ileel.ufu.br e atendppgelit@ileel.ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Estudos Literários - PPGELIT				
Defesa de:	Mestrado Acadêmico em Estudos Literários				
Data:	28 de fevereiro de 2023	Hora de início:	14:00	Hora de encerramento:	16:00
Matrícula do Discente:	12212TLT010				
Nome do Discente:	Kallebe Araújo Mendes				
Título do Trabalho:	Anticolonialidade em <i>São Jorge dos Ilhéus</i> , de Jorge Amado				
Área de concentração:	Estudos Literários				
Linha de pesquisa:	Linha de Pesquisa 1: Literatura, Memória e Identidades				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	As opressões patriarcais e a decolonização de gênero, raça e sexualidades na literatura da América Latina				

Reuniu-se, por videoconferência, a Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Estudos Literários composta pelos Professores Doutores: Flávia Andrea Rodrigues Benfatti da Universidade Federal de Uberlândia /UFU, orientadora da candidata; Josilene Pinheiro-Mariz da Universidade Federal de Campina Grande / UFCG; Kenia Maria de Almeida Pereira da Universidade Federal de Uberlândia /UFU.

Iniciando os trabalhos a presidente da mesa, Dra. Flávia Benfatti, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato, agradeceu a presença do público e concedeu ao discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir a senhora presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, às examinadoras, que passaram a arguir o candidato. Ultimeiramente a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o candidato:

Aprovado.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Estudos Literários.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que, após lida e revisada, foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Kallebe Araújo Mendes, Usuário Externo**, em 28/02/2024, às 16:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Flavia Andrea Rodrigues Benfatti, Professor(a) do Magistério Superior**, em 28/02/2024, às 16:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do

[Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Josilene Pinheiro Mariz, Usuário Externo**, em 28/02/2024, às 16:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Kenia Maria de Almeida Pereira, Professor(a) do Magistério Superior**, em 28/02/2024, às 17:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do

[Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5217610** e o código CRC **13FC4CC7**.

Referência: Processo nº 23117.014874/2024-18

SEI nº 5217610

Agradecimentos

Agradeço em primeiro lugar aos meus pais, Durcilane Alves de Araújo Mendes e Luiz Carlos Mendes. Sem ambos, nada teria sido possível. Obrigado pelo amor e apoio irrestritos.

Agradeço à minha orientadora Doutora Flávia Andrea Rodrigues Benfatti, por toda paciência, ensinamento e auxílio prestado ao longo desses dois anos.

Agradeço a disponibilidade da banca de defesa, composta pelas professoras Doutora Kênia Maria de Almeida Pereira e Doutora Josilene Pinheiro Mariz.

Agradeço aos funcionários da UFU, pois possibilitam diariamente o bom funcionamento da instituição, desde terceirizados aos professores com os quais tive aula, como o professor Doutor Leonardo Soares, presente na banca de qualificação.

Agradeço aos amigos Aline Cazzeta, Raphael Almeida e Alandete Araújo pelo apoio.

Por fim, agradeço à Universidade Federal de Uberlândia pela oportunidade de fazer um curso de excelência em uma instituição de ensino público e gratuito. Viva o povo brasileiro!

Sonhar mais um sonho impossível, lutar quando é fácil ceder.

(Maria Bethânia)

RESUMO

São Jorge dos Ilhéus (2010) é uma obra inspirada no maior período de desenvolvimento da economia cacaueteira da história do país. Grandes questões que afetam Ilhéus na década de 1930 ocorrem devido a reminiscências coloniais que se manifestam ainda atualmente, como as desigualdades de raça, gênero e classe. Jorge Amado capta as contradições da região e as denuncia enquanto conta a história da cidade nesse período por um viés nacionalista, já que evidencia a exploração exercida por empresas financiadas por capital estrangeiro. A partir disso, a presente pesquisa intenciona encontrar elementos anticoloniais na narrativa de *São Jorge dos Ilhéus* (2010), partindo da trajetória histórica da cidade de Ilhéus, na qual literatura, história e sociologia se encontram para traçar as características anticoloniais no romance em estudo, partindo da hipótese de que Jorge Amado é um intérprete do Brasil, porque é capaz de sintetizar elementos da realidade social que encontra e, de maneira verossímil, transplanta as grandes questões regionais para a narrativa. O portfólio de amparo teórico para a pesquisa passa por autores como Mary Ann Mahony (2001, 2007, 2018) para discutir escravidão; Rogério Haesbaert (2021) para compreender terra e território; Luís Bueno (2006) para debater o contexto histórico de Jorge Amado; Aníbal Quijano (2005) para pensar a colonialidade, dentre outros.

Palavras-chave: Jorge Amado; *São Jorge dos Ilhéus*; anticolonialidade; década de 1930.

ABSTRACT

São Jorge dos Ilhéus (2010) is a novel inspired by the peak period of development in the country's cocoa economy. Major issues affecting Ilhéus in the 1930s arise from colonial remnants that persist to the present day, such as racial, gender, and class inequalities. Jorge Amado discerns the region's contradictions and denounces them while narrating the city's history during this period from a nationalist perspective, highlighting the exploitation by foreign-capital-funded enterprises. Building upon this, the present research aims to identify anti-colonial elements in the narrative of "*São Jorge dos Ilhéus*" (2010), drawing from the historical trajectory of Ilhéus city, where literature, history, and sociology converge to delineate the anti-colonial characteristics in the novel under study, starting from the hypothesis that Jorge Amado serves as an interpreter of Brazil, capable of synthesizing elements of the social reality he encounters and, in a plausible manner, transplanting the major regional issues into the narrative. The theoretical framework for the research includes authors such as Mary Ann Mahony (2001, 2007, 2018) to discuss slavery; Rogério Haesbaert (2021) to comprehend land and territory; Luís Bueno (2006) to debate the historical context of Jorge Amado; Aníbal Quijano (2005) to contemplate coloniality, among others.

Keywords: Jorge Amado; *São Jorge dos Ilhéus*; anti-colonialism; 1930s

Sumário

INTRODUÇÃO.....	12
1 FORMAÇÃO POLÍTICA E LITERÁRIA DE JORGE AMADO.....	20
1.1 A geração de 1930: disputa ideológica pela figuração literária do Brasil.....	31
1.2 Da crítica social ao místico, do cacau ao erótico: <i>São Jorge dos Ilhéus</i> além do folhetim.....	46
1.3 Narrativa em perspectiva: <i>São Jorge dos Ilhéus</i> e a modernização internacional.....	58
2 HISTÓRIA, LITERATURA E A LUTA PELA TERRA: A SAGA DO CACAU EM SÃO JORGE DOS ILHÉUS.....	69
2.1 A formação da lavoura cacaueira e a identidade histórica de <i>São Jorge dos Ilhéus</i>	74
2.2 O coronelismo institucional e os coronéis do cacau.....	89
2.3 Conflito territorial: <i>São Jorge dos Ilhéus</i> , uma cidade banhada em sangue.....	98
3 LITERATURA DE RESISTÊNCIA: DENÚNCIA POLÍTICA EM SÃO JORGE DOS ILHÉUS.....	107
3.1 Relações opressivas entre coronéis e trabalhadores.....	112
3.2 Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a Ação Integralista: os escravos da terra e os filhos do ouro.....	121
3.3 Racismo estrutural: o visgo do cacau em <i>São Jorge dos Ilhéus</i>	137
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	151
REFERÊNCIAS.....	156

INTRODUÇÃO

O século XX foi um século partido. Os grandes acontecimentos históricos desse período, com sucessivas polarizações políticas, econômicas e sociais, marcam grandes transformações no desenrolar da vida concreta das pessoas nas sociedades ocidentais. Como esperado de momentos de grande tensão social, tal qual os constantes embates armados do século XX, contradições sociais latentes eclodem em resposta a esses conflitos. Nesses momentos de tencionada convulsão social, os processos de resistência contra as instituições hegemônicas podem tomar formas estratégicas e táticas de combate político. Desse modo, nesta dissertação a reflexão sociológica será utilizada como elemento estruturador das análises literárias do romance *São Jorge dos Ilhéus*, de Jorge Amado. A narrativa está imbuída de facetas políticas, antropológicas e sociais contestatórias dessas relações hegemônicas reinantes não apenas no século XX, mas ainda nos dias de hoje. Com efeito, na constituição deste texto há a presença regular da interdisciplinaridade entre literatura e sociologia.

Antônio Candido (2006, p. 58) consagrou a relação entre as duas disciplinas: “para não ser acusada de onívora e totalitária, a sociologia não pode pretender o lugar da teoria literária. Embora possa constituir um elemento importante para a análise estrutural, o que propriamente lhe cabe são os aspectos sociais da criação”.

Candido (2006, p. 17) também diz:

saímos dos aspectos periféricos da sociologia, ou da história sociologicamente orientada, para chegar a uma interpretação estética que assimilou a dimensão social como fator de arte. (...). O elemento social se torna um dos muitos que interferem na economia do livro, ao lado dos psicológicos, religiosos, linguísticos e outros. Neste nível de análise, em que a estrutura constitui o ponto de referência, as divisões pouco importam, pois tudo se transforma, para o crítico, em fermento orgânico de que resultou a diversidade coesa do todo.

Com isso, literatura e sociologia podem se relacionar de maneira orgânica sem a subsunção de uma pela outra. Juntas podem passar limites intransponíveis em seu uso isolado. A sociologia, por exemplo, pode ajudar a pensar o contexto da América Latina¹, em que pensamentos contestatórios da razão eurocêntrica colonizatória fervilham por via de inúmeros estudos culturais, surgindo e desenvolvendo-se diversas propostas

¹ Não é de todo irrisório lembrar que a América Latina também inclui o Brasil, já que, dentre esses países, o Brasil é um dos mais esquecidos como membro latino, visto a dissonância linguística que separa o país de toda a América Latina espanho-falante.

anticoloniais/decoloniais/pós-coloniais/descoloniais². A respeito disso, Haesbaert (2021, p. 95) explica, sobre nomenclaturas das teorias (anti)coloniais: “O mais importante é o consenso em torno do conteúdo sociopolítico, econômico e cultural a ser combatido, a colonialidade, muito mais abrangente que o colonialismo”. Isto posto, nesta dissertação optamos pelo uso teórico do termo “anticolonialidade” em detrimento de todos os outros termos que se propõe tratar as heranças da colonialidade. Dentre as nomenclaturas, é o conceito mais próximo de nossas intenções epistemológicas, afinal, “anticolonial” se apresenta como o termo mais utilizado pelos pensadores marxistas ao realizarem a crítica às estruturas coloniais³.

O colonialismo foi o processo de instituição e manutenção das colônias, ao passo que a colonialidade são as consequências e permanências da colonização ao longo da história⁴. Dos pontos em comum das diversas leituras possíveis, a partir da anticolonialidade, a nomenclatura sintetiza modos de análise dos problemas sociais. Em suma, partem contra a ampla manifestação da colonialidade do poder, que, segundo Aníbal Quijano (2005), trata-se da perpetuação de modelos das relações coloniais ao longo da história, e ainda hoje se mostram como elemento de estruturação das sociabilidades humanas.

Desse modo, beneficiando sempre os membros das classes dominantes, a colonialidade é uma dupla continuidade da colonização histórica e contemporânea, porque o capitalismo se apropriou dos métodos e técnicas de dominação colonial para tornar, em *fato social*⁵, a continuidade do projeto colonial. Em outras palavras, a colonialidade é uma das bases constituintes do capitalismo em seus mecanismos de dominação social.

Outro projeto hegemônico e historicamente herdeiro da colonização é o racismo, o qual se manifesta por via dos ideários eurocêntricos ao menosprezar os corpos não-europeus. O racismo é um dos mecanismos de manutenção das desigualdades sociais, e as marcas da colonização europeia são indelévels, especialmente no Brasil, pois influíram na história dos últimos 500 anos dos povos que, de acordo com cada tempo histórico, viveram e vivem na América Latina. A mercantilização de pessoas foi a base cultural, social, política e econômica do Brasil, o último país das américas a aboli-la, em 13 de maio de 1888.

² Há variações de concepção teórica entre estes quatro termos, que não serão aprofundadas. Para este trabalho, optamos pelo conceito “anticolonial”, já que se adequa bem à nossa análise. Todavia, uma explanação sobre suas proximidades e diferenças podem ser encontradas na obra *Território e colonialidade* (2021), de Rogério Haesbaert.

³ Para mais informações, ver: LOSURDO, Domenico. *O marxismo ocidental: como nasceu, como morreu, como pode renascer*. 1 ed. São Paulo. Editora Boitempo, 2018.

⁴ O artigo “Colonialidade do poder e classificação social”, de Aníbal Quijano, organizado no livro *Epistemologias do Sul*, exemplifica as diferenças entre colonialidade e colonialismo.

⁵ Fato social é um termo sociológico para designar comportamentos esperados pela coletividade. Para uma prática social ser considerada um fato social, ela precisa ser exterior ao indivíduo, coercitiva e geral em dada sociedade. A título de exemplo, temos as roupas que se esperam ser utilizadas por cada gênero, sendo motivo de atrito, caso não esteja em conformidade com o papel de gênero esperado.

O maior fator condicionante da história latino-americana foi o processo colonizador, o qual foi se transformando de acordo com as mudanças nas formas de dominação que se alteraram ao longo da história do continente e reproduzem, até hoje, uma condição crônica de desigualdades sociais, acirradas pelo racismo.

O racismo foi uma forte categoria de hierarquização social baseada no eurocentrismo, notadamente na América Latina, porque foi o território em que a escravidão racial mais tempo durou e, na qual, foram investidas grandes somas de esforços para a instauração e reprodução dessa exploração humana. Assim, tal exploração permitiu a acumulação primitiva por parte dos futuros países capitalistas que, por essa razão, despontaram primeiramente em sua industrialização e continuaram a explorar outros povos, mas agora sob a roupagem do capitalismo.

Ainda que a colonização e a escravidão tenham acabado formalmente, a condição de existência das classes mais baixas é vilipendiada por processos de funcionamento social e econômico que reproduzem e generalizam a miséria, como é o caso dos trabalhadores das lavouras de cacau no romance *São Jorge dos Ilhéus* (2010)⁶, do escritor brasileiro Jorge Amado, quem observou atentamente como esses trabalhadores foram submetidos às condições de trabalho análogas à escravidão, em plena década de 1930, no país.

Esse cenário de exploração, denunciado pelo autor, infelizmente, marca a relação de trabalho, até hoje, em muitas fazendas brasileiras, as quais reproduzem mais intimamente a colonialidade, porque a conjugação da posse da terra, da oferta de trabalho e do mando aproxima ainda mais os trabalhadores das relações coloniais, especialmente os negros, que, na narrativa, são descendentes próximos de sujeitos escravizados.

Posto isto, no contexto histórico de *São Jorge dos Ilhéus*, a manifestação da colonialidade se deu por meio do que ficou conhecido como coronelismo, o qual é um sistema de dominação que deu continuidade ao projeto colonizatório, fundamentado nas grandes semelhanças entre o senhor de escravo e o coronel de uma região, tais quais a grande posse de terras e a influência despótica exercida dentro de seus domínios. Não obstante, mesmo deixando de existir o coronelismo, enquanto instituição social, a condição média de trabalho nas lavouras contemporâneas continua vilipendiada (Silva, 2023), pois ainda é possível encontrar o pleno exercício da colonialidade na desigual exploração do trabalho, o que revela que as condições denunciadas pela literatura amadiana continuam existindo como elemento de constituição da realidade social atual do país.

⁶ O romance *São Jorge dos Ilhéus* foi publicado em 1944. Para este trabalho, utiliza-se a edição da Companhia das Letras, de 2010.

O enredo de *São Jorge dos Ilhéus* transcorre durante o maior período de expansão da fronteira agrícola do cacau, e Ilhéus, no sul da Bahia, foi a cidade mais movimentada pela safra do “fruto cor de ouro”, que se transverte de verde. Ademais, nessa época, como aponta o narrador, houve a aproximação dos integralistas, que são a vertente fascista no Brasil, com os latifundiários que, por sua vez, posteriormente, tiveram suas terras cooptadas pelos exportadores de cacau, os quais representam o capital internacional na década de 1930.

A luta contra as desigualdades sociais e históricas não acontece apenas no plano econômico, mas também no campo ideológico. Ou seja, é antes uma reestruturação social, que tem como inimigos as epistemologias, que sustentam as desigualdades sociais, não apenas no Brasil, mas também em outros países da América Latina, pois a desigualdade social planejada, tal como a escravidão e a colonização, é produto de um processo de exploração continental. A respeito disso, Lélia González (1988, p. 73) explica que

As sociedades que vieram construir a chamada América Latina foram as herdeiras históricas das ideologias de classificação (racial e sexual) e das técnicas jurídico administrativas das metrópoles ibéricas. Racialmente estratificadas, dispensaram formas abertas de segregação, uma vez que as hierarquias garantem a superioridade dos brancos enquanto grupo dominante.

Dessa forma, sem um projeto de libertação nacionalmente articulado e sem diálogos internacionais, ainda haverá, por mais tempo, desigualdades socioestruturais. Destarte, o mecanismo de funcionamento do mercado internacional que, em *São Jorge dos Ilhéus*, manifesta-se pela especulação financeira, responsável pela permanência da subjugação econômica dos países periféricos, que estabeleceu parâmetros internacionais na divisão social do trabalho. Isto é, as regiões que não são as grandes metrópoles europeias e nem os Estados Unidos da América são subsumidas ao jugo do capital, incluindo a América Latina. Desse modo, o romance em análise, pode ser compreendido tanto literariamente quanto como documento de resgate de memória, pois “[...] a memória, com efeito, só conheceu duas formas de legitimidade: histórica e literária” (Nora, 1993, p. 28).

Nesse sentido, o caráter de documento de *São Jorge dos Ilhéus* reside em sua capacidade descritiva da Ilhéus da década de 1930, ao mesmo tempo que revela características da população desse período, a linguagem e as concepções culturais que constituíam a totalidade social desse tempo e espaço. Com isso, os leitores podem identificar eventos sob uma outra lógica diversa daquela que tenha entrado para a história oficial, sem, contudo, abandonar o caráter ficcional da narrativa, que não tem a pretensão de uma “verdade absoluta”, mas sim de um resgate verossímil com os eventos ocorridos.

À vista disso, reconhecer a narrativa *in loco* como documento histórico é entendê-la como um fruto da criatividade de Jorge Amado, baseado em acontecimentos reais, servindo de fonte para reflexão desses mesmos acontecimentos, confirmando-os ou reinterpretando-os. Portanto, trata-se de novas reflexões que revitalizam o debate histórico sobre a cidade de Ilhéus.

O romance *São Jorge dos Ilhéus* é um documento histórico que também pode ser analisado de maneira comparada com os estudos anticoloniais para fortalecer a própria identidade nacional, denunciando os ciclos estruturais de dominação e exploração. Com a compreensão de acontecimentos históricos, por meio da literatura, a narrativa serve de fonte de denúncia sobre a superestrutura⁷ do capitalismo, visto que os mecanismos de exploração, descritos pelo narrador sobre a década de 1930, no Brasil, são recorrentes até o momento, revelando os elementos coloniais, executados pela colonialidade do poder, intrínsecos ao capitalismo.

O romance fornece conteúdo para a crítica das estruturas de dominação da burguesia internacional no Brasil da década de 1930 e, por conseguinte, desvela que a posição subalterna do país, na geopolítica mundial, não é determinada, mas sim condicionada, de acordo com os interesses das classes dominantes, sendo herdeiras da posse dos instrumentos e técnicas da colonização.

Diante do pressuposto de que o povo brasileiro possui uma identidade histórica, notadamente marcada pela opressão física e simbólica, certifica-se de que, por meio de sua própria literatura nacional, com suas próprias visões de mundo, o brasileiro constrói novas realidades sociais e, assim, desvela relações de opressão. De forma mais específica, no romance engajado amadiano, o saber se horizontaliza pela síntese social, contribuindo na formação crítica do sujeito contemporâneo enquanto revive acontecimentos do passado, revelando aos leitores uma parte da história do Brasil.

A narrativa de *São Jorge dos Ilhéus* é contemplada pela literatura comparada, tanto pelo enredo em si mesmo, visto que é uma continuação de uma obra anterior, *Terras do sem-fim* (2008), publicado em 1943, na qual as personagens buscam a transformação da realidade social, por meio de lutas políticas; quanto pelas ideias adjacentes ao próprio enredo, pois o discurso ideológico do narrador aponta para a transformação das condições concretas de existência do povo brasileiro, enquanto incentiva a construção política, cultural e histórica dos leitores pelos textos literários, uma vez que são capazes de relevar aspectos da década de 1930 presentes na

⁷ “Superestrutura” é um termo marxista para designar todo o aparato ideológico do capitalismo. Já o termo “infraestrutura” é utilizado para designar a parte material, concreta, dos meios de dominação capitalista. Para maior compreensão do funcionamento do capitalismo ver *O capital*, de Karl Marx.

realidade ainda hoje. A leitura do romance possibilita tanto resgates da memória histórica quanto formação de identidades culturais contemporâneas que levem à conscientização de classes.

Alejandro Martínez aponta, em *Fundamentação dos direitos humanos desde a filosofia da libertação* (2015), a ideologia dominante como manejadora dos interesses da vida em sociedade por meio de sua institucionalização como classe dominante e controle burocrático do Estado. O Estado é utilizado como ferramenta de legitimação da dominação pela classe que o maneja. Assim, a ideologia dominante se reflete na burocracia dos grupos hegemônicos na medida de sua própria institucionalização. Essa característica aparece no romance *São Jorge dos Ilhéus*, por meio da institucionalidade do coronelismo e pela sucessiva transferência de poder político para os exportadores, haja vista tanto o coronelismo quanto a expropriação de terras pela burguesia internacional terem sido apoiados pela legalidade estatal, se tornaram os mandatários da região, respectivamente de acordo com as mudanças que se processavam nacionalmente em cada período.

Diante dessas considerações, torna-se visível que a luta por direitos humanos, que é uma luta anticolonial, presente nas entrelinhas da obra literária, deve partir da práxis brasileira, sendo também uma luta contra a ideologia capitalista, visto que esse é pautado na desigualdade e na objetificação do sujeito histórico. Assim, a luta por direitos humanos se aproxima da temática da narrativa que desnuda as relações de opressão entre trabalhadores e coronéis, enquanto propõe soluções para a realidade social com a construção do poder popular, presente na atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), o qual busca melhorar a condição dos trabalhadores e incita-os a se organizarem a fim de lutarem tanto pelos seus direitos quanto contra o imperialismo de estados-nações como o americano e o alemão.

Esse caráter militante na literatura é importante para politizar a produção artística, uma vez que a literatura empenhada ou de resistência não vem de uma inspiração divina ou de um momento de epifania, mas sim de longa análise social. Buscar recursos à ficção é o exercício de uma outra interpretação histórica, para que o discurso não esteja vinculado à ideologia da classe dominante, porque as obras literárias podem ser instrumento para combatê-la, como é o caso de Jorge Amado, que cria um novo espaço de interpretação histórica, capaz de desmitificar os discursos dominantes que sempre tendem a fazer a melhor narrativa dos fatos históricos de acordo com os interesses dos grupos privilegiados.

A produção ficcional e a desconfiança diante da história oficial são recursos adequados para falar da realidade dos historicamente oprimidos, pois é possível preencher as lacunas da historiografia fazendo apelo à ficção, na qual estão imbrincadas verdade factual e verdade

estética. Quando juntas, criam um espaço de interpretação histórica, que contribui para a formação de uma memória coletiva, na qual a recordação é ascendida, sendo apropriada pelos sujeitos enquanto portfólio identitário, havendo, assim, uma relação entre a história, a memória e a literatura de resistência, como é o caso de *São Jorge dos Ilhéus*. No entanto, por mais que a narrativa tenha uma infinidade de recursos literários e políticos, não foi tão bem recebida pela crítica da época, em 1944, ao ser acusada de folhetinesca⁸ justamente pela presença dos aspectos políticos e elementos populares, que, apesar das críticas, demarcam posicionamentos muito importantes para a construção da verossimilhança do texto literário.

No entanto, a força literária da narrativa foi subsumida pela crítica da época exatamente pela presença de elementos políticos que não estavam presentes em seu romance anterior, *Terras do sem-fim*, revelando uma forte tendência de despolitização da literatura que se processava desde o declínio do tipo de romance que vinha sendo feito na década de 1930. Logo, segundo Almeida (1979, p. 177), “[...] o Amado que nas análises de meados de 1943 é representado como tendo alcançado os primórdios de uma plenitude literária, da ‘maturidade literária’, é disposto, no início de 1944, na condição de um estranho à literatura”.

Essa perspectiva de que Jorge Amado se tornou um “estanho à literatura” surge das possíveis limitações advindas de um programa partidário dentro de uma obra literária, principalmente após o lançamento de *Terras do sem-fim* que foi considerado como uma grande realização literária por parte do escritor, já que mistura elementos poéticos e épicos em sua narrativa. Ainda que *São Jorge dos Ilhéus* também possua elementos poéticos e líricos, eles foram ofuscados pela recepção crítica da época, porque o enviesamento político do enredo a enquadrrou, conforme os críticos, simplesmente como folhetinesca, partidária e, assim, foi relegada a um espaço menor na história do romance brasileiro. No posfácio de *São Jorge dos Ilhéus*, tem-se o artigo de Antônio Sérgio Alfredo Guimarães (2010, p. 333) apontando que

é bem verdade que *São Jorge dos Ilhéus*, como documenta fartamente Almeida, teve uma recepção dura e desqualificadora pelos mesmos críticos que saudaram a (obra-prima) anterior. Estes são os mesmos que atacaram tanto as qualidades literárias quanto as históricas do novo livro.

Com isso, nota-se que *São Jorge dos Ilhéus* foi recebido muito duramente pela crítica especializada da época, e, com este trabalho, mesmo com todas as suas lacunas teóricas que necessitariam de mais tempo de dedicação à pesquisa para serem preenchidas, espera-se chegar

⁸ Uma narrativa de folhetim possui características como publicação em revistas, recursos estéticos para prender a atenção do leitor e, no principal tocante em relação a *São Jorge dos Ilhéus*, mostrar as mazelas da condição humana em sociedades com grande estratificação social. Por muitos críticos, ao longo da história, o folhetim foi considerado uma literatura menor devido a sua linguagem acessível e seu conteúdo popular, assim como sua produção em massa, o que permite um público amplo e pouco especializado.

à ampliação e renovação do debate sobre a importância literária e política do romance em questão, tanto na trajetória do romance brasileiro quanto nos dias de hoje. O enredo de *São Jorge dos Ilhéus* se passa na cidade homônima de Ilhéus, localizada no sul da Bahia durante a década de 1930. A narrativa é contemplada por uma série de personagens, podendo ser agrupados conforme suas ocupações. De um lado temos grandes coronéis, como Horácio da Silveira, Maneca Dantas e Frederico Pinto. De outro, temos exportadores de cacau como Carlos Zude e o americano Karbanks, todas essas personagens empenhadas na cacauicultura, mantida principalmente pelos trabalhadores pobres das lavouras, como Raimunda e Varapau. Outras figuras se destacam em meio à trama, como Julieta Zude, esposa de Carlos Zude, o poeta Sérgio Moura, amante de Julieta, e Joaquim, um comunista amigo de Sérgio e depois de Julieta. Todas essas personagens são, em maior ou menor grau, condicionadas pelo cacau. A partir de uma crise econômica que atinge a cidade, tais personagens precisam se reinventar e encontrar seu próprio caminho, mesmo não sabendo ao certo como trilhá-lo. Por mais que a narrativa não tenha sofrido censuras oficiais de Estado, precisou lidar com duras críticas devido seu caráter político.

Este trabalho possui três capítulos. No primeiro, será exposto um panorama da vida de Jorge Amado e suas principais publicações, assim como a presença de elementos poéticos, eróticos e religiosos relacionados com o cacau e suas implicações políticas em *São Jorge dos Ilhéus*, além de seu papel como um dos principais representantes da geração literária que ficou conhecida como os romancistas de 1930. Como referencial teórico deste primeiro momento do estudo, foram utilizados os autores Luís Bueno (2006), responsável por importantes obras acerca da literatura no século XX, e Joselina Aguiar (2018), biógrafa de Jorge Amado. No segundo capítulo, há uma digressão histórica a fim de contextualizar a trajetória da cidade de Ilhéus e como se davam as relações sociais até a década de 1930, com o intuito de compreender as principais características de personagens estereotipados, como os coronéis e os trabalhadores rurais. Além disso, devido à monocultura do cacau, a posse de terras é fator central tanto na cidade quanto no enredo de *São Jorge dos Ilhéus*, sendo também abordadas no capítulo dois as relações de poder e violência na disputa pela terra. Com tal intuito, importantes fontes bibliográficas são utilizadas, tais como Mary Ann Mahony (2001, 2007, 2018) para compreender a história de Ilhéus, e Victor Leal Nunes (1975) para destrinchar as principais características do fenômeno social conhecido como coronelismo, que está diretamente vinculado à história da cidade de Ilhéus e presente na narrativa com suas intrínsecas características coloniais. Por fim, o terceiro capítulo contempla, a partir de uma série de autores, uma análise

anticolonial, ressaltando literariamente os elementos de denúncia que se aproximam da luta política presentes em *São Jorge dos Ilhéus*.

1 FORMAÇÃO POLÍTICA E LITERÁRIA DE JORGE AMADO

A literatura é realmente um poderoso instrumento do homem na criação de um mundo de fraternidade entre todos os povos, os romances da paz e da esperança.

(Jorge Amado)⁹

Em 10 de agosto de 1912, nasce Jorge Leal Amado de Faria, na fazenda Auricídia, em Ferradas, distrito de Itabuna, estado da Bahia (Táti, 1961). Seu nascimento é auspicioso devido ao seu parto empelicado, que era visto como presságio de boa sorte (Aguiar, 2018). Quando tinha apenas um ano de idade, Jorge Amado passa a viver em Ilhéus, o que veio a influir-lhe o desenrolar de toda a sua vida. Seus pais migraram para a cidade no início do século XX a fim de fazer fortuna, já que nesse período o cacau começava a despontar como uma influente monocultura regional. Em vista disso, a trajetória da família do autor é social, já que participou da corrida do cacau, tendo conseguido constituir fazendas, expectativa de grande parte das pessoas atraída para essas terras nesse período.

Existem alguns elementos no romance *São Jorge dos Ilhéus* (2010) que se relacionam com a própria família de Amado, por exemplo, quando o pai do escritor, conhecido como coronel João Amado de Faria, em 1914, perde suas plantações devido a uma enchente enquanto a saca do cacau disparava de preço. A própria alta ocorrida em 1914 é mencionada brevemente na narrativa diante da interferência dos exportadores de cacau na economia local: “Vai vir uma alta aí, maior que a de 14, a da guerra...” (Amado, 2010, p. 31). Posto isso, nota-se que esse período da alta de 1914, mencionado em *São Jorge dos Ilhéus*, impactou a vida da família de Jorge Amado:

Com a cheia do rio Cachoeira, em 1914, perdeu tudo que tinha e padeceu miséria. Até 1918 exerceu, na cidade de Ilhéus, ofício de tamanqueiro, com residência no bairro de Pontal, auxiliado pela esposa, D. Eulália Leal Amado, sertaneja baiana de Amargosa,

⁹ AMADO, Jorge. Uma audaciosa iniciativa no terreno cultural: A Editorial Vitória abre novas oportunidades aos autores nacionais. In: **Imprensa Popular**, ano VI, nº 1320. Rio de Janeiro: 16 de Jan. 1953. p. 03.

cuja família, em busca de fortuna, emigrara, como o fizera João Amado, para a zona do cacau” (Táti, 1961, p. 18).

Alguns anos depois, já em sua mocidade, Jorge Amado, em 1931, publicou seu primeiro romance intitulado *O país do carnaval* (2011), o qual, embora marcado pela falta de convicções e posicionamentos muito bem assentados, problemas estéticos e formais, talvez esperados de uma obra de estreia de um jovem escritor, foi responsável por introduzir Jorge Amado na carreira literária como uma das novas promessas da literatura nacional pela visão da crítica. Para o público em geral, o livro não fez muito sucesso, visto que o Brasil não dispunha de uma indústria especializada na produção de livros, porque a maior parte da população era analfabeta em consequência das incipientes iniciativas de escolarização efetuadas ao final do século XIX no Brasil, acarretando uma população sem acesso a livros, daí a pouca tiragem de livros publicada, afetando, consideravelmente, a circulação do romance.

A carreira de Jorge Amado foi marcada pelo apoio de sua amiga Rachel de Queiroz que, por sua vez, foi uma das mais influentes escritoras do circuito literário da década de 1930, juntamente com uma diversidade de outros autores que buscava interpretar e criticar o Brasil que vivenciava (Aguiar, 2018).

Jorge Amado, participando ativamente dos circuitos de consagração literária, influenciou e foi influenciado por grandes figuras participantes da constituição da conjuntura política que se formava na década de 1930. Após publicar *O país do carnaval*, com suas grandes divagações tautológicas, ele lança *Cacau* (1986), em 1933, romance que marca a guinada à esquerda do autor ao tratar de assuntos como o sistema agroexportador e a condição de vida dos trabalhadores rurais, orientado de maneira incipiente pelas diretrizes de luta política do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Cacau apresenta grandes características do desenvolvimento da literatura política de Amado, porque retrata a vida de Cordeiro, um jovem de classe média letrado que, pela ruína da família, torna-se um trabalhador “alugado”¹⁰ em uma fazenda no sul baiano. Ao cabo do enredo, Cordeiro está em Ilhéus participando de lutas políticas, ainda que a referência comunista não esteja indubitavelmente posta, o caminho dessa trajetória está entrevisto no romance. Assim, esse processo de proletarização das classes médias, como ocorre com Cordeiro, decorre da visão *etapista* do partido comunista (PCB), que entendia a necessidade de alianças com a burguesia,

¹⁰ Os “alugados” são a parcela dos trabalhadores rurais que prestam serviço para algum fazendeiro. A relação entre patrão e empregado depende de algumas variantes, como o acesso direto à terra pelo trabalhador ou não, como uma espécie de meiro, mas no geral dos casos prestam os serviços necessários para manutenção e expansão da produção da fazenda.

a fim de concluir as etapas necessárias de desenvolvimento das forças produtivas para alcançar a instauração de uma democracia¹¹ socialista com características de narodismo¹².

Essa visão de que a burguesia possuía uma função histórica a cumprir, enquanto classe, residia principalmente no número inexpressivos de operários em relação ao campesinato brasileiro. À vista disso, pela expansão da indústria, aumentaria o número de operários e proporcionalmente sua força política como classe organizada contra os interesses capitalistas. Inclusive, mesmo em *São Jorge dos Ilhéus*, o número de operários é de baixa expressividade:

A fábrica de chocolate era pequena, e nela e nos alambiques de destilação do mel do cacau para fazer o vinagre consistiam as únicas indústrias de Ilhéus. O número real de operários não era grande, apenas os da fábrica de chocolate, os estivadores do cais e os artesãos que remendavam sapatos ou cosiam sacos nas casas exportadoras (Amado, 2010, p. 66).

Jorge Amado, antes de dedicar-se à escrita de *São Jorge dos Ilhéus*, teve uma ampla formação política e literária durante os anos 30. Ao longo dessa década, publicou muitas obras, além das já citadas, a saber: *Suor*, em 1934 (2011), formando o que o próprio Jorge Amado chamou de “cadernos de aprendiz” (Bueno, 2006; Aguiar, 2018), constituído pelas suas três primeiras publicações; posteriormente, publicou *Jubiabá* (2008), em 1935; *Mar morto* (2008), em 1936; e *Capitães da areia* (2009), em 1937. Todas elas, exceto *Mar morto*, que possui um caráter mais lírico e poético e, assim, sendo um ponto fora da curva na produção amadiana da década de 1930, possuem caráter de denúncia, pois revelam realidades sociais brasileiras contraditórias.

Devido a esses romances da década de 1930, juntamente com os publicados na década de 1940, *Terras do sem-fim* (2008), em 1943, e *São Jorge dos Ilhéus* (2010), em 1944, Jorge Amado ficou conhecido como o romancista do cacau, porque a zona cacauicultora sul baiana foi fonte de inspiração para seus romances, recebendo até mesmo a alcunha para três de seus romances conhecidos como a “saga do cacau”, já que tratam da temática diretamente: *Cacau*, *Terras do sem-fim* e *São Jorge dos Ilhéus*.

A significativa presença de questões sociais e políticas na obra amadiana está relacionada com a filiação do escritor ao Partido Comunista Brasileiro (PCB)¹³, estimulada por

¹¹ Para uma compreensão ampla sobre a origem e as diferenças da democracia burguesa e da democracia proletária, conferir *Democracia e luta de classes*, de Vladimir Lenin.

¹² Narodismo é como ficou conhecido o movimento “V narod” (Ida ao povo) na Rússia. Trata-se da proletarização da intelectualidade (no caso de Cordeiro um profissional liberal arruinado) a fim de uma vida mais simples e longe das mesquinhas burguesas.

¹³ Cabe menção que Jorge Amado, desde sua filiação ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), foi um dos grandes responsáveis pela propagação do que ficou conhecido como romance proletário, de acordo com as diretrizes da

sua amiga Rachel de Queiroz, tendo a conhecido pela troca de cartas comuns à época entre escritores. A respeito disso, Eduardo de Assis Duarte, em *Jorge Amado: romance em tempo de utopia* (1995), esclarece que Jorge Amado foi

conduzido por Rachel de Queiroz à juventude comunista, frequenta reuniões e palestras, vai às ruas participar dos *meetings*, dispersados muitas vezes a tiros e patas de cavalo. Passa a [...] impregnar-se rapidamente da utopia libertária que vinha do leste europeu. E então o sentimento de revolta pequeno-burguesa, dominante em *País do carnaval*, começa ceder lugar aos pontos de vista de esquerda visíveis de *Cacau* a *Subterrâneos da Liberdade* (Duarte, 1995, p. 32).

Apesar da rápida passagem do autor pelo partido, Rachel de Queiroz colaborou para a consolidação do prestígio de Jorge Amado dentro da instituição, enquanto escritor de uma literatura que tem o povo brasileiro como principal inspiração e agente de transformação de sua própria condição concreta de existência. A sensibilidade com a pobreza e com a desigualdade social entrou em consonância com os ideais encontrados dentro do partido, com isso, ele precisou ser entendido tanto quanto comunista quanto como baiano¹⁴, filho de migrantes, que foram tentar a vida em Ilhéus, e obtiveram sucesso na empreitada de melhoria econômica possibilitada pelo contexto de vertiginosa expansão da lavoura cacauzeira nas primeiras décadas do século XX. Sobre isso, Josélia Aguiar (2018), biógrafa de Jorge Amado, afirma que

o risco de ocupar a própria terra não intimidou João. Contava que entrou na mata “como um desesperado”, no afã de derrubá-la, semear e colher cacau, salvando-se de epidemias, emboscadas e confusões políticas. O patrimônio fora suficiente para ser chamado de coronel – título que, não sendo de uso exclusivo da caserna, se baseava na prosperidade (Aguiar, 2018, p. 12).

Levado pelas escolhas de sua família, Jorge Amado pôde presenciar as mudanças políticas, econômicas e sociais de Ilhéus, regionalmente, e as mudanças nas relações de força nacionais, como as transformações acometidas na politicamente efervescente década de 1930. Assim, temas tocantes a este estudo, em *São Jorge dos Ilhéus*, foram testemunhados pelo autor e expressas pelo narrador, a fim de criar um enredo que atendessem a uma agenda revolucionária

Internacional Comunista. Essa, por sua vez, trata-se de uma organização que remonta sua origem após a vitória da Revolução Russa, de 1917, sendo fundada em 1919, e tem como objetivo a união dos diversos países socialistas espalhados pelo mundo.

¹⁴ Jorge Amado, em 1961, no seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, afirma: “Não pretendi nem tentei jamais ser universal senão sendo brasileiro e cada vez mais brasileiro. Poderia mesmo dizer, cada vez mais baiano, cada vez mais um escritor baiano”. Cf.: <https://www.academia.org.br/academicos/jorge-amado/discurso-de-posse>

em nome de um projeto político de conquistas de direitos frente ao capitalismo, ancorados pelo exemplo vindo do socialismo real soviético em resistência cultural à ideologia capitalista.

Logo, em *São Jorge dos Ilhéus*, considerando a potência que as personagens têm para a ação de transformação social, enquanto negam os valores hegemônicos, reflete-se esforços antagônicos com as diversas camadas da colonialidade do poder, como a luta pela garantia de direitos essenciais aos mais pobres, acesso à alimentação e trabalho digno. Nesse sentido, o romance serve como matéria de cultura contra-hegemônica, visto que o acesso à cultura é um dos fatores que, quando ideologicamente combativo às estruturas de dominação históricas, contribui para a politização e sensibilização humana.

A militância literária de Jorge Amado se revela na frequência temática de assuntos pertinentes à realidade objetiva da nação brasileira, enquanto fornece possíveis caminhos para a superação das contradições sociais capitalistas, por meio da unidade popular e sua organização como classe trabalhadora. Por exemplo, em *Seara vermelha* (2009), de 1946, há a denúncia da fome no sertão brasileiro e a alternativa da organização popular, tal qual em *São Jorge dos Ilhéus*, no qual as alternativas coletivas estão postas, já que próximo ao desfecho do romance, há a explosão de greves em diversos setores devido à solidariedade de classe com os trabalhadores rurais que haviam sido demitidos com a queda dos preços do cacau, provocada pelos exportadores que, anteriormente, criaram uma alta artificial para especular as fazendas de cacau tomando-as para si. Outro elemento frequente e valorizado na literatura de Amado são as personagens comunistas, responsáveis por organizar-se com o objetivo de realizarem ações concretas para a melhoria das condições dignas para o povo brasileiro por meio da atuação direta com trabalhos de base.

Há mesmo uma trilogia, *Os subterrâneos da liberdade* (2011), em que se retrata a caçada empenhada contra os membros do partido durante a Era Vargas (1930-1945), especialmente dentre o período ditatorial do Estado Novo (1937-1945), tendo sido os comunistas seus principais opositores enquanto ainda lutavam contra os integralistas que, em Ilhéus, particularmente, proliferavam-se. A recepção dessa narrativa de quase mil páginas no Brasil foi de pouca importância, quase não tendo sido um livro lido, comprado ou debatido. Cenário diverso ao da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), com a qual Jorge Amado já dispunha de relações, fruto de viagens de outrora, sendo muito bem recebido:

Na União Soviética, o romance teve tratamento de acontecimento literário – fora descrito como o primeiro romance latino-americano escrito conforme o método do realismo socialista. O livro vinha sendo esperado faziam tempo: trechos saíram com antecedência nas revistas *Ogoiok* e *Smena*. Em Moscou, sua publicação ocorreu no mesmo ano 1954. [...] As resenhas na União Soviética eram elogiosas. Os críticos

aprovavam a ausência de cenas naturalistas frequentes em títulos anteriores, e consideraram que toda a sua criação até ali fora como uma preparação para criar um romance ‘correto’. Reconheciam que o autor, por sua vez, compreendia o ‘domínio do método’ como seu dever e uma tarefa bastante difícil (Aguiar, 2018, p. 344).

O “domínio do método” do romance “correto” é o realismo socialista como método de aplicação ao romance proletário. Isto é, um tipo de escrita que circunda os interesses da revolução feita pelo povo, que precisa ser constantemente mantida e expandida contra os interesses burgueses, assim como também elege sempre a classe trabalhadora como protagonista do enredo. O realismo socialista, também conhecido como realismo soviético, é o projeto estético-ideológico difundido, a partir da década de 1930, pela União Soviética como contraponto ao romance burguês e manifesta uma grande disputa no campo ideológico predecessora e catalizadora da Segunda Guerra Mundial. Estando a arte em prol dos valores revolucionários, aos poucos a cultura também verteria para essa construção de uma nova sociabilidade, em que os valores coletivos se sobressaem em detrimento dos ganhos pessoais. Para cobrir tal intento, ocorreu o 1º Congresso dos Escritores Soviéticos, em 1934, que vinham de uma tradição proposta por um dos principais líderes da revolução russa, Lenin¹⁵, conforme citado pelo historiador Hobsbawn (1987):

Estamos longe de pregar um sistema uniforme ou uma solução do problema mediante qualquer deliberação. Não, nesse campo não há lugar para o esquecimento [...] Antes de mais nada trata-se da literatura de partido, incluindo o jornalismo. Cada um é livre para escrever e dizer o que bem lhe agrada, sem a menor limitação. Mas toda associação livre (incluindo o Partido) é livre também para afastar os seus membros que se servem da bandeira do Partido para pregar ideias contrárias a ele. A liberdade de palavra e de imprensa deve ser total. Mas a liberdade das associações também deve ser total (Lenin *apud* Hobsbawn, 1987, p. 115-116).

De Lenin ao congresso dos escritores, o realismo soviético não estabelecia grandes diretrizes que definiam as principais características que um romance deveria ter para ser proletário, porque seu método ainda era muito impreciso, não havendo uma unidade de entendimento restritivo à arte, em geral, e à literatura, em particular. Um dos principais nomes que se destacou no congresso dos escritores foi Andrei Alexandrovich Zhdanov, homem que veio a contribuir na disseminação da cultura soviética sob os moldes do realismo socialista que, por ele, era defendido da seguinte maneira:

¹⁵ Vladimir Ilyich Ulianov (1870-1924), mais conhecido como Lenin, foi um dos principais líderes da Revolução Russa ocorrida em 1917. Em muitos dos seus escritos, buscou fundamentar as táticas e estratégias necessárias tanto para a conquista quanto para a manutenção da revolução que se instaurava. Assim, contribuiu para o desenvolvimento do materialismo dialético histórico enquanto método de intervenção na realidade, que ficou conhecido como marxismo-leninismo.

A fidelidade e concretude histórica da representação artística deve ser combinado com a remodelagem ideológica e educação do povo trabalhador sob o espírito do socialismo. Este método em belas letras e criticismo literário é o que chamamos de realismo socialista. [...] A literatura soviética deve ser capaz de retratar nossos heróis; deve ser capaz de vislumbrar o nosso amanhã. Isso não será nenhum sonho utópico, pelo nosso amanhã já estar sendo preparado hoje às custas de um trabalho planejado consciente (Zhdanov, 2018, p. 101-102).

Essas políticas culturais ficaram conhecidas como zhdanovismo e tinham como objetivo tornar a arte proletária hegemônica na União Soviética para, assim, disputar as narrativas de sociedade contra a classe burguesa internacionalmente. Com o desenrolar das contradições internas da União Soviética, esse movimento arrefeceu a potencialidade criativa dos artistas, culminando em perseguições com todos aqueles que eram considerados dissidentes dos métodos e intenções do realismo socialista que, justamente por não ser rigidamente definido, abriu prerrogativas para a censura e perseguição daqueles que eram vistos, no mínimo, como dissonantes dos ideais revolucionários. O que ficou bem estabelecido sobre o realismo soviético, é que a literatura deveria ter um caráter pedagógico, ou seja, uma literatura com claras intenções de moldar o imaginário coletivo, em função do sucesso dos valores socialistas tão necessários para contribuir na formação da consciência de classes em tempos de ampla disputa ideológica.

Notadamente, até o 20º Congresso Comunista, em 1956, na União Soviética, apenas dois anos após a publicação de *Subterrâneos da liberdade*, no qual Nikita Krushev revela documentos secretos da gestão stalinista, o conteúdo literário de Jorge Amado se voltava, sobretudo, aos aspectos sociais, contemplando o realismo socialista, ao passo que, após as revelações dos documentos, a ênfase literária do autor brasileiro se modifica de maneira a tocar nas temáticas não apenas sociais, mas também culturais e livres das diretrizes partidárias. Isso ocorre tanto por um abalo na escola literária do realismo soviético, e do próprio ideal de militante comunista, quanto por uma desilusão pessoal (Amado, 1992). No entanto, a despeito de todo o contexto contraditório, que envolveu o desenvolvimento da União Soviética, o engajamento político na literatura de Jorge Amado continuou o mesmo. O essencial de sua escrita permaneceu, que é justamente o caráter social de suas obras, inspiradas e dedicadas ao povo brasileiro, em especial aos baianos e a todos que lutam por um mundo melhor. Assim, vemos que a estrutura da narrativa de suas obras permaneceu a mesma, tendo mudado o conteúdo, não tanto político e social como outrora, porém ainda dotado de desvelamento das relações imperantes à época. É uma evasiva das diretrizes literárias do Partido Comunista sem, contudo, abandonar a ideologia.

Quatro anos após a publicação de *Subterrâneos da liberdade* e três anos depois de Jorge Amado deixar o PCB, ele publicou, em 1958, sua obra seguinte, *Gabriela, cravo e canela* (2008), uma de suas produções mais aclamadas, tanto pela crítica especializada, quanto pelo público em geral, tendo recebido inúmeras adaptações para o teatro, telenovelas e cinema. Até então, o público leitor de Jorge Amado era constituído por expressiva parcela de socialistas e artistas. Nesse sentido, *Gabriela, cravo e canela* é um romance que marca um novo fazer literário de Jorge Amado, no qual as pretensões ditas folhetinescas não aparecem e a dialética de oposições, como exploradores e explorados, abre espaço para um enredo menos engajado, ideologicamente, o que permite maior fluidez no desenrolar da narrativa, porque ela não parte de preconceções acerca de como o mundo deveria ser e o que é necessário para que ele se transforme no tipo ideal esperado pelo escritor militante.

A liberdade estética experimentada por Jorge Amado a partir de *Gabriela, cravo e canela* permitiu uma maior captação das nuances culturais do contexto social. Essa narrativa revisita as terras do cacau a partir de uma nova percepção literária, estando inserida no que podemos chamar de “ciclo do cacau” que, além das narrativas de *Cacau*, *Terras do sem-fim* e *São Jorge dos Ilhéus*, que constituem a “saga do cacau”, também é composta pela narrativa de *Tocaia grande* (2008), de 1984. Em outras palavras, o que ficou conhecido como a “saga do cacau” está voltado para a denúncia de aspectos de exploração na cadeia produtiva do cacau, ao mesmo tempo que relata o desenvolvimento da região cacaueira a partir do ponto de vista do até então Jorge Amado militante do Partido Comunista Brasileiro.

Já o que podemos chamar de “ciclo do cacau” compreende não apenas a formação da lavoura cacaueira, mas também contempla a hegemonia produtiva do cacau como fator determinante na constituição da civilização regional do cacau no sul baiano. Além das três obras que constituem a “saga do cacau”, o “ciclo do cacau” é acrescido de *Gabriela, cravo e canela*, que se passa na Ilhéus da década de 1920, assentada na economia cacaueira, assim como de *Tocaia grande*, que é a narração do surgimento de um povoado fictício próximo de Itabuna, cidade vizinha à Ilhéus, onde o cacau também contribui como elo fundamental de desenvolvimento da economia local. Com isso, o “ciclo do cacau” é compreendido de maneira mais ampla e abrange mais obras, porque representa, não apenas a denúncia de contradições sociais, mas também desvela os costumes da época.

A narrativa de *São Jorge dos Ilhéus* termina com a cidade de Ilhéus afundando-se em dívidas, enquanto as pessoas se debandavam de lá; já, em *Gabriela, cravo e canela*, que se passa na década anterior à grande crise de 1930, mostra continuamente a formação da civilização do cacau no sul baiano. Anos depois, Jorge Amado retoma o universo do “ciclo do

cacau” pela pauta dos costumes, revitalizando tanto sua produção literária, quanto à própria cidade de Ilhéus. Inclusive, Jorge Amado escreve *Gabriela, cravo e canela* na década de 1950, período de uma forte crise do cacau na região, que permite uma releitura da história da cidade naquele momento de baixas na economia cacauzeira. Por mais que o cacau fosse o epicentro de desenvolvimento econômico do sul da Bahia, passou por fortes crises ao longo das décadas. A respeito disso, o próprio Jorge Amado fez menção, em uma nota introdutória de *São Jorge dos Ilhéus*, sobre o drama impingido pela crise do cacau na vida dos homens: “A última parte deste livro é o começo de um novo romance que os homens do cacau estão vivendo dramaticamente, e que eu não sei quem escreverá” (Amado, 2010, p. 11).

Outras obras de Jorge Amado também se destacam como grandes romances, tais como: *Dona Flor e seus dois maridos* (2008), de 1966; *Tereza Batista cansada de guerra* (2008), de 1972; e *Tieta do agreste* (2009), de 1977. Nota-se que, somando-se à obra *Gabriela, cravo e canela*, Jorge Amado publicou quatro romances, nos quais, no título, constam nomes femininos, e não por acaso, já que a escrita do autor é marcada por personagens femininas que se destacam e vão além dos papéis relegados à mulher, ainda que em alguns casos essa questão possa ser problemática como será abordada no item 1.1 deste capítulo. Sem dúvidas, *Tereza Batista cansada de guerra* atesta claramente a perspectiva da autonomia e independência feminina, pois a protagonista, Tereza Batista, passa por toda sorte de acontecimentos que podem atingir uma mulher pobre e negra sem, no entanto, deixar-se dobrar diante das dificuldades cotidianas.

Há uma personagem feminina em *São Jorge dos Ilhéus* que dialoga com a protagonista de *Gabriela, cravo e canela*, trata-se de Rosa. Essa personagem é misteriosa e dona de si, não estando sujeita nem mesmo às amarras do cacau, que prendem todos àquelas terras, como será analisada mais detalhadamente no item 1.2 deste trabalho. Nesse momento, destaca-se como essa personagem é representante do erotismo, do místico e do lírico em *São Jorge dos Ilhéus*, tal qual Gabriela, em *Gabriela, cravo e canela*. Segundo Aguiar (2018, p. 369), cabe ressaltar que

as páginas que Jorge ia escrevendo o levavam à região grapiúna que conheceu em sua adolescência, em 1925. O mosaico ia se compondo entre memória, associações insuspeitas, referências conscientes e outras que não se dava conta [...] Sobretudo Jorge trazia de volta uma personagem secundária do romance escrito no começo de 1940: a moça alegre e livre de quem pouco se sabia e por quem muitos se apaixonavam no seu *São Jorge dos Ilhéus*. Chamava-se Rosa; agora seria Gabriela.

Além do resgate de personagens, como é o caso de Rosa, servindo de inspiração para Gabriela, outros aspectos da literatura amadiana conectam suas produções de antes e depois do

20º Congresso Comunista, porque as principais características, que definem a produção de Jorge Amado, mantêm-se. O que muda é a explícita referência aos ideais comunistas, já que a militância política do autor na literatura, até *Subterrâneos da liberdade*, destacava-se na forma como era trabalhada, em suas obras, uma transformação do contexto social em que viviam as personagens, antagonizadas entre a exploração e a alienação.

Dentro desse cenário, embora Jorge Amado desenvolvesse personagens subjugadas, elas eram dotadas de uma grande força que, necessariamente, precisava ser despertada para poder ser usada, que é a sua capacidade organizativa, enquanto classe da maioria oprimida. Há o intuito de, no mínimo, melhorarem as condições imediatas da vida dos trabalhadores, com o objetivo da instauração da ditadura do proletariado¹⁶, que nada mais é que a subsunção do Estado burguês pelo Estado proletário no domínio do uso dos meios de produção, nos tempos que virão. Para isso, Jorge Amado se empenhou na construção dessa utopia comunista que, nas palavras de Lenin (2019, p. 71), “[...] a ditadura é um poder que se apoia diretamente na violência e não está vinculado a nenhuma lei. A ditadura revolucionária é um poder conquistado e mantido pela violência do proletariado sobre a burguesia”. Assim, Jorge Amado se mostra como um militante de uma ideologia radical, que buscava a completa superação das mais latentes contradições sociais por meio do domínio das bases produtivas da sociedade¹⁷.

Tempos que não de vir, como diz a personagem Joaquim, militante comunista, instrumentalizado na narrativa de *São Jorge dos Ilhéus* para a inserção do materialismo dialético histórico, enquanto práxis de intervenção na realidade social em Ilhéus. Joaquim abandona desde cedo a pequena roça dos pais para tentar a vida na cidade e depois de inúmeras experiências, acaba preso e, nesse ambiente, estuda diversos assuntos, dentre eles economia e política. Posteriormente, ingressa no PCB e torna-se o principal quadro político da narrativa, vindo a lutar contra os estratagemas dos exportadores, incitando a combatividade tanto rural quanto urbana. A personagem que é mostrada com o caráter, as inclinações e motivações mais elevadas dos valores coletivos humanitários e anticoloniais, é a personagem Joaquim, como é possível observar na descrição apurada do narrador:

Aprendeu a dirigir automóveis, a consertar caminhões, fez amizade na Ilha das Cobras. Um dia embarcou de marinheiro e viajou outras terras. Quando voltou sabia de coisas que jamais pensara possíveis, aprendera mistérios que resolviam o destino do mundo. Não se envaideceu. [...], Mas sua educação só se ampliou realmente nos

¹⁶ Ditadura do proletariado é a supressão da classe burguesa pelo Estado proletário após a vitória da revolução, como aconteceu na União das Repúblicas Socialistas (URSS), já que nos princípios marxistas uma classe sempre oprime a outra. A grande diferença do Estado proletário para o Estado burguês reside nos objetivos finais: do proletariado é a libertação da humanidade; no burguês é a exploração do trabalho e acúmulo de capital privado.

¹⁷ Uma das expressões mais comuns dentro da militância comunista é: “se a classe operária tudo produz, a ela tudo pertence”. Para mais detalhes ver *O manifesto comunista*.

meses de prisão, no Rio. Fora preso na Ilha das Cobras, na sua ficha ia um adendo ‘perigoso’. Mandaram-no então para o Rio, onde as prisões estavam cheias. Ali estudou, estudou não apenas política e economia, numa ânsia terrível de saber, mas estudou as coisas mais primárias também, gramática, geografia, rudimentos de francês. Tinha uma inteligência clara e viva, uma facilidade assombrosa de aprender. Os outros souberam ver o quanto aquele jovem poderia ser útil e não perderam o tempo com ele. Quando voltou para a Ilha das Cobras era o mesmo Joaquim calado e terno, amigüeiro e modesto, mas era também um homem, um homem que sabia o que queria e o que deveria fazer (Amado, 2010, p. 142-143).

A inclinação de Joaquim à revolução proletária está marcada com falas como “- Agora vai começar outro tempo, companheiro. Houve o dos coronéis, agora é o dos exportadores, depois será o nosso tempo... Vai começar...” (Amado, 2010, p. 277), na qual, percebe-se, a busca pela internacionalidade da classe trabalhadora na afirmação de que um novo tempo irá surgir, já que a libertação do proletariado, pelas vias do marxismo, é uma libertação mundial, o que universaliza a narrativa inserida no contexto sul baiano, pois reflete condições análogas de trabalhadores pelo mundo. Ou seja, mesmo sendo uma narrativa regional, consegue atingir a universalidade justamente porque sua temática é tocante à condição das classes historicamente oprimidas no mundo todo.

O caráter combativo da literatura amadiana, ao largo do século XX, desvela as relações imperantes à época, tão similares às atuais, uma vez que a exploração do homem pelo homem muda de aparência, mas mantém a forma, sendo sempre uma minoria privilegiada destituindo a maioria de direitos fundamentais como a liberdade, a alimentação, direito ao trabalho digno e sua própria história. Por essa razão, Amado não lutava contra uma maneira específica de desigualdade, mas contra todo o seu mecanismo de sustentáculo e, para isso, ele promovia um elo de aproximação entre a história, a literatura e a cultura nacional, uma vez que fazia a denúncia das contradições sociais historicamente planejadas. Em outras palavras, o escritor, via literatura, denunciava o ocultamento da realidade, uma experiência moldada no continente latino-americano, e lutava pela construção coletiva de uma realidade menos contraditória e que abrangesse a complexidade de um sujeito outro. Como aponta Henrique Dussel (1995, p. 48):

Nós pretendemos ser a expressão da ‘Razão’ do que se situam bem além da ‘Razão’ eurocêntrica machista, pedagogicamente dominadora, culturalmente manipuladora, religiosamente fetichista. O que nós pretendemos é uma Filosofia Libertadora do Outro, isto é, daquele que está fora e distante dos horizontes desse mundo de hegemonias como o econômico político.

Por meio de perspectivas contra-hegemônicas, como é o caso da corrente filosófica apontada por Dussel, faz-se necessário desenvolver uma práxis que tenha como ponto de partida o desejo de transformação da realidade latente, rompendo com a axiologia burguesa que se

assenta sob as bases da colonização (Losurdo, 2020), a fim de criar um contexto social, no qual as relações humanas sejam antes pautadas pelo desenvolvimento das subjetividades, por via da socialização inclusiva, do que pelas necessidades artificiais do capitalismo e sua consequente exploração. Em suma, a busca pela consciência de que é preciso engajamento na luta anticolonial contra as formas de reprodução da colonialidade, duramente combatidas por Jorge Amado, ao longo de sua vida, foi profundamente marcada pela indignação diante das desigualdades sociais presenciadas pelo autor, principalmente, em sua juventude em Ilhéus.

1.1 A geração de 1930: disputa ideológica pela figuração literária do Brasil

O romance de 30 é o momento da “literatura na revolução” e o modernismo de 22 é o da “revolução na literatura”.

(João Luiz Lafeté *in* Bueno, 2006, p. 66)

Jovens escritores escolheram por toda parte, resolutamente, posições de vanguarda.

(José Maria Bello)¹⁸

Durante o século XIX, o restrito circuito literário brasileiro era predominantemente romântico. Diante das grandes mudanças ocorridas nesse período no Brasil, principalmente a partir de meados do século em questão, com a aproximação da abolição e tentativas de industrialização do país, o caráter intimista, ideal e axiológico do romantismo é contraposto por novas concepções estéticas que valorizam o contraste da personagem com sua realidade social imediata. O realismo e o naturalismo surgem em resposta à nova realidade política e social do Brasil, ainda que de uma maneira dependente na medida em que incorpora estilística europeia. A saber:

O fato de sermos países que na maior parte ainda têm problemas de ajustamento e luta com o meio, assim como problemas ligados à diversidade racial, prolongou a preocupação naturalista com os fatores físicos e biológicos. Em tais casos o peso da realidade local produz uma espécie de legitimação da influência retardada, que adquire sentido criador. Por isso, quando na Europa o Naturalismo era uma sobrevivência, entre nós ainda podia ser ingrediente de fórmulas literárias legítimas, como as do romance social dos decênios de 1930 e 1940. [...] Esta é a que se poderia chamar de influência inevitável, sociologicamente vinculada à nossa dependência, desde a própria colonização e do transplante por vezes brutalmente forçado das culturas (Candido, 1989, p. 150- 151).

¹⁸ BELLO, José Maria. **Panorama do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936, p. 17-18.

Ainda que houvesse uma relação de dependência na constituição do naturalismo brasileiro, escritores, como Castro Alves, utilizaram dos recursos literários para combater a estética romântica colonial, ao mesmo tempo que a criticaram, inauguraram novas tendências literárias que passaram a disputar o circuito de consagração literária a fim de consolidarem sua influência no campo.

Na década de 1920, as primeiras consequências da Revolução Russa, de 1917, chegavam ao Brasil, principalmente entre os anarquistas e os anarcossindicalistas, os quais promoviam agitação popular e greves (Bueno, 2006). Diante disso, começou um movimento de divisão entre tendências de romances intimistas e sociais, este, por sua vez, também conhecido como romance proletário sob a influência do realismo soviético, atingindo ponto nodal na década de 1930, quando os ânimos estavam acirradíssimos na polarização entre comunistas e nazifascistas:

O romance proletário tinha sido um acontecimento literário em todo o mundo. De uma tradição que começara com os primeiros anarquistas e socialistas europeus em fins do século XIX, seus autores eram, em geral, saídos das classes trabalhadoras e publicados por editoras de esquerda. Na Rússia dos primeiros anos revolucionários, mesmo os anteriores aos da era stalinista, acreditava-se na vocação do gênero para incentivar o letramento da população. A onda se espalhou por Estados Unidos, Japão e China entre as décadas de 1920 e 1930 (Aguiar, 2018, p. 67).

A geração de jovens escritores que ganha projeção, na década de 1930, e que busca fazer romances voltados para a realidade nacional, é marcada por forte enviesamento político, necessário diante das novas contradições que surgiam no seio da incipiente Era Vargas, que vivia constantes tensões sociais entre o governo golpista, as elites depostas, o povo, como uma massa orgânica flutuante em seu apoio em relação ao jogo de forças políticas, e, entre o alinhamento dessa relação de forças com capitais estrangeiros, principalmente, alemão e americano. Essa diversidade de interesses, por vezes antagônicos, acrescido de um contexto de preparação para a Segunda Guerra Mundial, efervescia a disposição para polarizações não apenas políticas, mas também culturais que já vinham processando-se, como foi o caso do modernismo, tendo como marco temporal a Semana de Arte Moderna de 1922.

O objetivo desse movimento consistia em uma reinterpretação crítica do Brasil, por meio de uma estetização das artes, extrapolando os limites convencionados à época, que gerou grande algazarra no meio cultural, com sua estilística pouco habitual. O florescimento da inovação e dos “novos ares” artísticos renovou a concepção de arte presente no Brasil, vinda de uma longa tradição barroca já esgotada. Tal impertinência das formas e conteúdo alargou o debate literário, servindo à geração subsequente, de 1930, um maior engajamento,

principalmente à esquerda, sem causarem grande assombro à crítica e ao público. Em outras palavras, a geração de 30, herdeira dos avanços promovidos pelos modernistas da década de 20, priorizou o debate político sobre as formas estéticas. Conforme Luís Bueno (2006, p. 65), “O modernismo não teve influência direta sobre a geração que o sucedeu, mas estabeleceu um ambiente literário distante do academicismo e próximo de uma atitude de busca de uma forma brasileira de fazer arte, que permitiu o aparecimento do romance de 30”.

O modernismo, enquanto movimento de vanguarda, não foi próprio do Brasil, porque em outras partes do mundo, no mesmo período, também surgiram vanguardas que prepararam o ambiente literário e político para um forte engajamento militante:

A partir da década de 1930, ocorre um fenômeno cultural de dimensões mundiais caracterizado pelo arrefecimento dos experimentalismos de vanguarda por força da iminência histórica que pedia, até mesmo no plano artístico, uma ação política efetiva. Por necessidade de eficácia comunicativa junto ao público, a arte, e o romance em particular, numa retomada do estilo realista, sob novas bases ideológicas, apostou majoritariamente em um conteúdo sintonizado com os impasses sociais e transfigurado em formas estéticas mais convencionais. Esse realismo reformulado, que combatia o modelo capitalista e burguês, expandiu-se por diversas partes do globo, encontrando ressonância, aliás, entre as literaturas dos países de língua portuguesa (Bergamo, 2008, p. 52).

Os modernistas de 20 revolucionaram a estética da época e prepararam o campo do debate público para as discussões ideológicas, promovidas pela geração seguinte que, apesar de serem seus sucessores, não reivindicaram sua tradição literária devido às divergências nas perspectivas geracionais; pelo contrário, o contraste entre os escritores de 20 e 30 se mostrava tanto pela divergência de abordagens literárias, quanto pelo posicionamento pessoal dos artistas diante das contradições nacionais que presenciavam. Isto é, os primeiros modernistas tendiam mais aos valores estéticos, com a isenção do artista diante da vida política do país, ao passo que os artistas da geração de 30 defendiam o claro posicionamento ideológico como a principal característica a ser valorizada na atuação artística. De acordo com Luís Bueno (2006, p. 59), em *Uma história do romance de 30*, temos:

Mesmo com a ressalva de Antônio Candido de que, nos anos 30, ainda não havia exatamente uma consciência do subdesenvolvimento, apenas uma ‘pré-consciência’, temos um afastamento ideológico considerável entre a geração que fez a Semana de arte moderna e a que escreveu o romance de 30. Essa diferença de visão dominante do país é elemento central nas diferentes formas de ação privilegiadas pelos modernistas e pelos romancistas de 30. Ora, a ideia de país novo, a ser construído, é plenamente compatível com o tipo de utopia que um projeto de vanguarda artística sempre pressupõe: ambos pensam o presente como ponto de onde se projeta o futuro. Uma consciência nascente de subdesenvolvimento nascente, por sua vez, adia a utopia

e mergulha na incompletude do presente, esquadrihando-o, o que é compatível com o espírito que orientou os romancistas de 30.

No entanto, as divergências estéticas e ideológicas entre autores de 20 e 30, em última instância, não impossibilitaram, por exemplo, a amizade entre Oswald de Andrade – um dos responsáveis pela introdução do modernismo no Brasil e célebre por sua indagação “tupi or not tupi” a respeito do que é ser brasileiro, além de engajado na militância política, tendo trazido contribuições à causa, principalmente porque dispunha de influência social –, e Jorge Amado, representante de 30. Dentre seus impasses, destacou-se a decisão contrária de ambos acerca do posicionamento do Partido Comunista (PCB) ao apoiar Getúlio Vargas diante de seu compromisso em realizar uma nova constituinte democrática, o que marcaria uma transição pacífica rumo à redemocratização, contra setores da burguesia imperialista, interessados em derrubar Vargas sem revogarem a constituição de 1937, movimento visto como fascista. Nessa conjuntura, Jorge Amado acatou a decisão como militante diante do centralismo democrático, ao passo que o amigo a repugnou.

Jorge Amado manifestava algumas discordâncias em relação ao modernismo da primeira fase, visto que, num primeiro momento, embora propagassem a busca pela identidade nacional, não questionavam o verdadeiro Brasil, herdeiro da colonização, com raízes feudais, tese posteriormente caída em desuso. Nesse sentido, Amado, sem deixar dúvidas, acompanhava a interpretação do país por diversos comunistas e intelectuais, que viam a nascente progressão do campesinato rumo à sua proletarização, isto é, a saída do Brasil feudal para o Brasil burguês. Nesse cenário, Jorge Amado, ainda na mocidade, participou da “Academia dos Rebeldes”, grupo que

Em seu projeto estético e ideológico, valorizavam a cultura popular local, africana e afro-baiana. Um tanto insolentes, recusavam o intelectualismo, ou o modelo de intelectual que ali existia, e desprezavam a influência estrangeira que constituía matéria-prima para o movimento modernista (Aguilar, 2018, p. 30).

Dentre os membros da “Academia dos Rebeldes”, amigo de Jorge Amado, o poeta Sosígenes Costa, além de ser mencionado em uma nota no romance *São Jorge dos Ilhéus*, é representado como uma personagem, o poeta Sérgio Moura, criado como o maior conhecedor do marxismo em toda a Bahia na narrativa, e que, no entanto, não adentra o partido, mantendo-se sempre às voltas sem nunca ousar dar o decisivo passo à diante, como se fosse feito de um “barro ruim”. Em outras palavras, a personagem não se considerava bom o suficiente para militar por uma causa comunista, sendo apenas um homem dos saberes, não da ação. Ainda

assim, a partir de sua relação com o militante comunista Joaquim, Sérgio Moura passa a buscar em sua poesia não apenas uma forma revolucionária, mas também um conteúdo revolucionário acessível às massas, que reflete as próprias posições de Jorge Amado, presentes desde a “Academia dos Rebeldes” pela sua aversão à intelectualidade pequeno-burguesa, sendo inclusive uma das diretrizes partidárias do socialismo real¹⁹ soviético.

Narrava que no mar, certa vez, caíra um livro de Freud e por esse motivo ‘houve uma festa no mar’. As sereias arrancaram as caudas de peixe, se deram ao amor sem complexos. Depois, noutro dia, foi um livro de Marx que caiu no mar e no mar houve outra festa. Os peixes todos se reuniram e foram juntos ao palácio do rei do mar, que era o tubarão, e o mataram e depois foram livres sob as águas. Era assim a poesia atual de Sérgio Moura (Amado, 2010, p. 53).

Apontar metaforicamente uma revolução está em coerência com os valores literários cultivados pelo engajamento político evidenciado pelos escritores que se convencionou chamar de geração de 30. Até então, o sistema literário brasileiro estava estabelecido em torno da estética naturalista com o intuito de apresentar o Brasil para si mesmo, em que o enredo e a construção do cenário têm em conta uma realidade regional que integram o Brasil pelos escritores de cada região, ainda que isso não tenha sido um intuito explícito dos autores, porque essa análise só é possível ser feita na conjuntura completa dos autores da geração de 30.

Nesse período, os autores mais consagrados exerciam essa forma de fazer literário, que tem como centro da narrativa personagens socialmente marginalizadas devido à estigmatização e distinção dos corpos dentro das relações sociais historicamente desiguais, que ganhou o nome de romance social de 30. No entanto, a geração de 30 também era composta por outros escritores que não, necessariamente, englobavam o grupo de romancistas sociais, mas precisavam ser entendidos como parte constituinte da segunda fase modernista para que o entendimento desse momento literário seja ampliado e ressignificado em sua importância para a tradição literária brasileira. O romance de 30 existiu como um fenômeno literário em relação direta com seus predecessores, os modernistas da primeira fase:

A incorporação das inovações formais e temáticas do modernismo ocorreu em dois níveis: um nível específico, no qual elas foram adotadas, alterando essencialmente a fisionomia da obra; e um nível genérico, no qual elas estimulavam a rejeição dos velhos padrões. Graças a isto, no decênio de 1930 o inconformismo e o anticonvencionalismo se tornaram um direito, não uma transgressão, fato notório mesmo nos que ignoravam, repeliam ou passavam longe do modernismo. Na verdade,

¹⁹ O sentido da palavra “socialismo” possui diversidade conceitual. A saber, o primeiro movimento socialista é conhecido como socialismo utópico, pois precede a criação de métodos que conectam a teoria à prática. O socialismo científico é o avanço do anterior ao inaugurar, por Marx e Engels, métodos de intervenção na realidade social. Ao passo que o socialismo real é a experiência dos países que realizaram a revolução socialista, como a URSS e a República Popular da Coreia, mais conhecida como Coreia do Norte.

quase todos os escritores de qualidade acabaram escrevendo como beneficiários da libertação operada pelos modernistas, que acarretava a depuração antioratória da linguagem, com a busca de uma simplificação crescente e dos torneios coloquiais que rompem o tipo anterior de artificialismo (Candido, 1994, p. 29-30).

Os novos tempos na política brasileira se operavam conforme o Brasil se abria à exploração capitalista ao final do século XIX e início do XX, quando passava por modernizações forçadas para atender aos interesses estrangeiros. Com a ampliação da indústria, o conceito do que é ser pobre se torna ser proletário. Em partes, isso ocorre pela influência da vitória da Revolução Russa, em 1917, que influenciou a organização da classe trabalhadora durante todo o século XX. Nesse contexto, Jorge Amado pôde surgir como um dos grandes nomes do romance social, representando em suas obras principalmente elementos de classe e raça, fazendo-o tornar-se um dos escritores mais conhecidos e adaptados da história brasileira, já que esse espectro do pobre e do negro, até mesmo da mulher negra, perpassa todo o país com suas contradições contundentes. Outros escritores desse período deram luz à *tipos sociais*²⁰ até então inexpressivos ou inexistentes na literatura brasileira.

Junto com os ‘proletários’, outros marginalizados entrariam pela porta da frente na ficção brasileira: a criança, nos contos de Marques Rebelo; o adolescente, em Octávio de Faria; o homossexual, em *Mundos mortos* do próprio Octávio de Faria e no *Moleque Ricardo*, de José Lins do Rego; o desequilibrado mental em Lúcio Cardoso e Cornélio Penna; a mulher, nos romances de Lúcia Miguel Pereira, Rachel de Queiroz, Cornélio Penna e Lúcio Cardoso (Bueno, 2006, p. 23).

A aparição de novos heróis se relaciona diretamente com a visão de que o liberalismo havia falhado, enquanto projeto econômico, após a quebra da bolsa de Nova York, em 1929, popularizando-se, por consequência, mundo afora, a perspectiva de uma nova configuração das forças em disputa que influenciaram a participação política, especialmente entre os jovens, seja à esquerda ou à direita: comumente, os de esquerda radicais, que é uma redundância para comunistas, e os de extrema direita fatalmente nazifascistas.

Nesse cenário, a esquerda radical e a extrema direita se engajaram em direções antagônicas em resposta a um mesmo fenômeno que reorientou as forças políticas em disputa e tornou a década de 1930 tão politicamente ativa. Com efeito, a conjuntura que possibilitou a existência do romance de 30 veio tanto do avanço estético do modernismo quanto da radicalização ideológica da política internacional, assim como pelo interesse crescente pela descoberta das “coisas do Brasil”, após, principalmente, a Revolução de 1930, que até então

²⁰ Com *tipos sociais*, intenciona-se distinguir personagens a partir de características sociais específicas, como os trabalhadores rurais e os coronéis, os comunistas e os integralistas, exportadores e prostitutas.

era pouco conhecida, em panorama nacional, pelos próprios brasileiros. Com isso, a geração de 30 encontrou as condições ideais para a execução de uma literatura politicamente engajada, sendo, então, a resposta necessária às necessidades desse período, apesar de não ter sido hegemônica devido, justamente, ao acirrado embate ideológico, cabendo à direita eleger seus representantes literários, como Octávio de Faria, autor intimista, dissonante do tipo de literatura que vinha sendo feita pelos romancistas sociais de 30.

Assim, a geração de 30 produziu literatura, sobretudo, a partir de dois recortes: o ideológico e o cronológico, que se conjugaram para formar o panorama geral da época. O primeiro, manifesta-se pelo *tipo social* do herói, comumente o oprimido que sofre e passa a ser instrumento de denúncia literária, com características documentais e/ou sociológicas, pelos romancistas sociais à esquerda, os quais, quase como um trabalho jornalístico, colhiam material sobre a vida dos oprimidos para poderem tratar do problema a partir de dentro dele, logo, destacando-se por uma escrita literária engajada. Enquanto isso, por outro lado, os romancistas à direita no espectro político investigavam os fatores psicológicos de personagens tipicamente liberais²¹, como engenheiros, médicos, advogados e intelectuais. Com esse contexto, a escolha do herói e da trama da geração de 30 é ideológica, ainda que algumas obras tenham sido publicadas um pouco antes, já com características semelhantes às do romance social de 30, como é o caso de *Inquietos* (1929), de Luíz Maria de Souza Delgado.

Em vista disso, a singularidade da geração de 30, que tem um recorte temporal e ideológico, está na disputa por um projeto de nação diante da ruína do mundo idealizado pelo liberalismo. Há o sentimento comum de que é preciso reconstruir a realidade, e há uma luta real sendo travada naquele momento por blocos de poder que fundamentavam o engajamento político: o soviético e o nazifascista. Dessa forma, nesse período, houve grande debate acerca das características do fazer literário no país, uma vez que os autores eram chamados a não se eximirem do contexto político, por isso o surgimento do que ficou conhecido como romance proletário. Isto é, obras que privilegiavam as disputas de classe enquanto denunciavam as desigualdades sociais.

Posto isto, o próprio Jorge Amado, em uma nota introdutória no romance *Cacau*, questionou seu próprio livro, se era, ou não, um romance proletário. O ano de sua publicação, 1933, é marcado pelo momento de maior força literária do romance proletário, quando, especificamente, entre 1930 e 1933, vinha sendo marcado pela presença da classe trabalhadora

²¹ Com personagens tipicamente liberais, intenciona-se dizer sobre a origem das profissões na modernidade, visto que surgem em consonância com o amadurecimento do capitalismo no século XIX.

como centro das narrativas. Sobre o lançamento de *Cacau*, Eduardo de Assis Duarte, em *Jorge Amado: romance em tempo de utopia* (1995) elucida que

a publicação de *Cacau*, em 1933, consagra o nascimento entre nós do que ficou conhecido como *romance proletário*. Ao colocar o homem que trabalha como protagonista ou narrador, tal romance se volta para o avesso das relações de exploração e subverte a noção idealizada existente desde os primórdios do gênero. Ao mesmo tempo que denuncia o modo de exploração capitalista e a visão de mundo que o sustenta, o *romance proletário* contrapõe-se aos valores da literatura burguesa e às suas regras de operação (Duarte, 1995, p. 34).

Esse tipo de escrita, destacada por Duarte, contextual à época, carrega consigo uma revolta contra as desigualdades sociais que é manifestada pela denúncia da disparidade entre as classes. O romance proletário não é simplesmente simpático aos oprimidos, mas sim de fato uma literatura do proletariado, que é antes de tudo a manifestação da indignação contra as violências de classe exercidas pela burguesia em detrimento da população brasileira, especialmente os negros, em um período pouco distante da escravatura. Luís Bueno (2006) esclarece o pensamento crítico da época sobre a revolta de críticos literários, como Alberto Passos Guimarães, da seguinte maneira:

O romance só pode ser proletário se tiver ‘ar de revolta’, ou seja, se as massas nele enfocadas estiverem inclinadas a fazer a revolução. Isso equivale a nada menos do que à necessidade de engajamento direto, inserido no próprio enredo. Assim, apenas retratar os dramas coletivos ainda não é fazer romance proletário, é preciso dar um passo além e sugerir, pela ação da massa, a rebeldia imprescindível para construir a revolução (Bueno, 2006, p. 162).

Esse “ar de revolta” é fundamental para o engajamento direto nas ações que visam organizar a classe trabalhadora, visto que essa organização é o maior instrumento de luta do proletariado na relação de forças mediadas pelo capital. É somente pela organização dos trabalhadores, que são os verdadeiros produtores das riquezas materiais, que se pode fazer frente às investidas dos interesses capitalistas.

Desse modo, guiados por essa estratégia política, validada pela existência da União Soviética, a geração de 30 intencionava inserção na vida local, ou seja, era o momento de buscar a realidade latente do povo brasileiro e realizar um apelo às massas para se revoltarem contra o totalitarismo burguês, que manteve bases coloniais de dominação. Para isso, os escritores precisavam inflamar as massas, por meio do relato feito da maneira mais revoltante possível;

aguçar o ódio de classes²², como o catalisador da revolução; e provocar a insurgência, como norteadora da indignação. O próprio Jorge Amado debateu essa questão desde seu segundo romance, *Cacau*, no qual escreveu a seguinte nota introdutória: “Tentei contar neste livro, com um mínimo de literatura para um máximo de honestidade, a vida dos trabalhadores das fazendas de cacau do sul da Bahia. Será um romance proletário?” (Amado, 1986, p. 8).

O contexto que faz Jorge Amado perguntar se *Cacau* é um romance proletário é o de que esse gênero literário estava em sua gênese, e *Cacau* acabou sendo um dos principais precursores do romance proletário. Esse gênero de escrita tem como uma das condições de sua realização o relato literal das desigualdades sociais, por isso Amado afirmou ter buscado no romance a “máxima honestidade” em relação à condição de vida dos trabalhadores rurais que pôde presenciar. E “o mínimo de literatura” advém tanto da crítica ao modelo de romance burguês quanto da escrita recheada de informalidades, com o intuito de aproximar a narrativa à oralidade popular, utilizando as expressões e modos de fala mais corriqueiros do recorte social realizado pelo romancista. Assim, com essa escrita mais próxima da realidade das personagens oprimidas, uma das características do romance de 1930, a denúncia, realizada pelo escritor, seria mais contundente em relação às mais diversas contradições geradas pelas desigualdades sociais.

A título de exemplo, tem-se *Suor* (2011), de Jorge Amado, narrativa que também carrega a alcunha de romance proletário, vide a adequação de seu conteúdo aos parâmetros estabelecidos pela crítica literária da época. *Suor*, junto com *O país do carnaval* (2011) e *Cacau*, estão dentro do que ficou conhecido, no debate literário brasileiro, como os “romances de formação” de Jorge Amado. *Suor* se passa em meio urbano e possui uma diversidade de personagens que moram em um cortiço bastante degradado, além de lotado. Todas essas figuras são representantes da marginalidade da sociedade e a fração da classe de trabalhadores, que não contribui para a produção econômica, é a mais vilipendiada na hierarquia social, como os ex-presidiários, mendigos e prostitutas. É o lumpemproletariado²³ que Jorge Amado pôde presenciar de perto no período em que morou em um cortiço que lhe serviu de material ficcional (Aguiar, 2018).

²² Com “ódio de classes” pretende-se dizer que o proletariado carrega grandes desafetos pela burguesia, sendo necessário que essa raiva seja canalizada, por meio das ações de base, para a organização política de sua própria classe, com fim último a revolução de classes.

²³ Cabe menção de que no Brasil da década de 1930 a maior parte da população era rural, o que afasta o conceito de “lumpemproletariado” de uma análise nacional integradora, visto a ausência de fortes laços econômicos de produção industrializada. Em outras palavras, não havia ainda no Brasil parcela significativa da população empregada nas indústrias, ou seja, proletários, no sentido de classe, para compor a realidade predominante do país, sendo então o “lumpemproletariado” uma categoria para tratar de segmentos de classe específicos do meio urbano.

Dentro das figurações dos oprimidos no romance de 30, a mulher também teve destaque, no entanto, visto a própria estruturação do patriarcado da sociedade, por vezes a figura feminina ficou reduzida a dois papéis fundamentais: o da esposa ou o da prostituta. A esposa exemplar domina o espaço do *status quo*, sendo o ideal a ser seguido pelas mulheres, que devem encarnar as responsabilidades do lar enquanto se mantém numa espécie de pureza, uma vez que a esposa ideal não demonstra claras intenções libidinosas, sendo da alçada apenas das prostitutas a possibilidade de sentir prazer e gozar os desejos sexuais. Ademais, de um lado, a esposa fiel e dedicada, invejada pela prostituta pela possibilidade de poder viver uma vida pacífica dentro das normalidades sociais; e, de outro, a inveja da esposa para com a prostituta em sua possibilidade de exercer sua sexualidade e aplacar os desejos do corpo. Com isso, as mulheres assumem duas posições estigmatizadas que ora se confirmam nas semelhanças ou se contradizem nas diferenças.

O fatalismo no destino da figuração feminina se apresentou como uma constante no romance de 30, mas não foi totalizante, já que, durante esse período, aos poucos novos autores, principalmente mulheres, foram ingressando no cenário literário e ganhando notoriedade com suas obras, por exemplo, romances como *Maria Luiza* (1933) e *Em surdina* (1933), de Lúcia Miguel Pereira; *O quinze* (1930), de Raquel de Queiroz; e *Badu* (1932), de Arnaldo Tabayá. Essas narrativas questionam as posições delegadas às mulheres, já que elas não se encaixavam dentro de concepções preconcebidas acerca do papel feminino na sociedade. Por consequência, sua figuração se torna mais complexa e extrapola os limites iniciais formados pelos romancistas de 30. A figuração da mulher serve de contraponto à perspectiva dominante do proletário como centro do romance de 30. Assim, Luís Bueno (2006, p. 302) explica:

É com esse embaralhamento de papéis e com a representação flagrante de que os homens têm uma dificuldade incrível para perceber o que se passa no universo das mulheres, muito mais complicado do que a esquematização é capaz de compreender, que *Badu* constitui um ponto importante no romance de 30. É uma espécie de sintoma de que a ficção brasileira, assim como criara uma imagem simplificadora e exótica do homem do campo, do pobre, também aprisionara a mulher numa concepção redutora demais. De fato, é muito difícil encontrar textos escritos por homens que, colocando esse tipo de problema no centro temático da sua obra, pelo menos indiquem, como fez Arnaldo Tabayá, que os papéis de prostituta e de esposa não dão conta da figura feminina a essa altura do campeonato – se é que deram em alguma ocasião.

Jorge Amado, dentre suas obras da década de 1930, por mais que tenha criado personagens femininas, que não se reduziram aos papéis de esposa ou prostituta, como é o caso de Maria Lourdes em *O país do carnaval*, ou como em *Suor* (2011), em que “a mulher passa a ter um papel ativo, não apenas substituindo o homem, mas demonstrando muitas vezes maior

coragem e determinação” (Duarte, 1995, p. 83), ainda assim manifestou preceitos reducionistas do romance de 1930. O próprio proletariado é reduzido ao ser idealizado, pois quaisquer idealizações retiram do objeto sua autonomia e negam suas contradições, simplificando-o como mero instrumento de inspiração literária, já que a idealização do objeto o encarcera dentro da própria ideia que se faz dele. Em *Suor*, tem-se um exemplo dessa idealização, pois a narrativa coloca a origem de todos os males das personagens nas causas sociais, subsumindo a autonomia dos sujeitos, dentro de suas condições concretas, em exercer algum domínio sobre suas próprias vidas.

A partir desse princípio de que a idealização subjuga o objeto do texto literário, autores menos engajados politicamente, como os católicos Cornélio Penna e Lúcio Cardoso, conseguiram ampliar o local da mulher na literatura brasileira (Bueno, 2006). A busca pela radicalidade da denúncia, presente nos romancistas engajados da década de 1930, acabou sendo conservadora no tocante tanto da idealização do proletariado quanto no local da mulher na sociedade. Ao passo que mesmo autores católicos, que estão inseridos em certa ortodoxia que delega papel secundário à mulher, conseguiram criar representações femininas que extrapolaram o sectarismo de esposa ou prostituta imposto a ela pelos romancistas engajados de 1930 em sua literatura que, por vezes, estreitou o papel da mulher na sociedade.

Diante dessas contradições do real, isto é, de um lado autores ditos progressistas, que assumem a figuração feminina a partir de uma concepção reducionista e conservadora, e de outro autores ditos conservadores tocando os limites da época sobre o papel da mulher na sociedade e na literatura, formam o quadro geral do romance de 1930. Conquanto, carregam entre si características em comum, principalmente em suas limitações, pois tanto autores de esquerda quanto de direita aplicaram suas crenças na escrita literária. É o caso de Jorge Amado e Lúcio Cardoso, que encerram seus personagens dentro de categorias simplificadoras, seja pelo projeto partidário do primeiro ou pelo exagero espiritual do segundo. Assim,

vendo o homem de forma tão parcial, ambos [Jorge Amado e Lúcio Cardoso]²⁴ acabam fazendo simplificações que ficam mais ou menos visíveis. Se o proletário de Jorge Amado não tem vida interior, sua psicologia se desenvolvendo de modo muito implícito, o proletariado de Lúcio Cardoso se debate em uma movimentada vida interior que tem a tendência de eclipsar as causas sociais de sua pobreza (Bueno, 2006, p. 281).

Autores como os referidos acima influenciaram em muito a trajetória do romance no Brasil. Em 1935, o romance proletário estava consolidado como gênero literário brasileiro,

²⁴ Colchetes nosso.

herdeiro de fenômenos políticos tais quais o banditismo social e o messianismo, que colaboraram na idealização do oprimido, além de estar ancorado pelas pautas políticas, como a Intentona Comunista, de 1935, e a campanha da Aliança Nacional Libertadora (ANL). Outro exemplo de idealização do oprimido, dentro da obra de Jorge Amado, é *Jubiabá* (2008), publicado em 1935, na qual a personagem principal, Antônio Balduino, varia de malandro irreverente à militante político. Isto é, Balduino ganha experiência nas ruas e, após trabalhar em uma fazenda de café, toma consciência de classe e torna-se um importante líder trabalhista. Como de costume na obra amadiana, não há grandes descrições psicológicas das personagens, ficando um pouco implícito as transformações ocorridas no íntimo de Balduino que o levam à militância.

A despeito do sucesso de *Jubiabá*, principalmente a partir de 1936, romances que destoavam da figuração proletária, como centro da narrativa, surgiam em abundância. Nesse caso, encabeçados pelos autores católicos, as obras literárias, as quais valorizavam características intimistas ou psicológicas, passaram a ser alternativas para o romance proletário. Assim, um dos principais representantes desse novo modelo de romance foi Octávio de Faria. Sobre isso, Luís Bueno sintetiza a questão da seguinte maneira:

O movimento geral entre os dois lados da polarização não se dá em sentidos opostos, e sim em termos de trajetórias paralelas. Vistas em conjunto, como manifestação de um mesmo momento, dão um retrato abrangente do romance brasileiro – e da vida brasileira – daquele momento. [...] A luta de morte que há – e que tem que haver – no plano ideológico, tem outro sentido quando se pensa na literatura. Esquerda e direita se excluem na luta política. No entanto, romances de direita e de esquerda, mesmo que fosse fácil classificá-los pacificamente dessa maneira, ao mesmo tempo que se excluem, explicam-se uns aos outros num processo que termina por aproximá-los, pelo menos no sentido de que ganham sua máxima significação quando vistos como pertencentes a um todo (Bueno, 2006, p. 372-373).

Outras figurações de oprimidos também foram feitas por essa geração de escritores, conquanto a maior parte das obras tenha sido inspirada ou no pobre trabalhador ou na mulher, os homossexuais também foram figurados como esse outro oprimido, não obstante, em menor escala se comparado a essas duas figuras já exemplificadas, assim como adolescentes e pequeno-burgueses falidos.

Em contrapartida, obras que se voltaram para classes sociais mais elevadas, fruto principalmente dos autores católicos, destacaram-se em virtude do esgotamento, por parte do público, pelo interesse das figuras clássicas do oprimido, tal qual o proletariado e a mulher, ambos inseridos em um contexto regional como a lavoura cacaueteira ou o engenho de açúcar, espaço rural que perdeu o encanto de descoberta de um país já integrado pela literatura.

A política interna também foi um dos fatores que arrefeceu o interesse pelo romance proletário, já que vários intelectuais, que produziam ou admiravam esse tipo de romance, integraram-se ao governo Vargas a fim de lutar contra ele internamente ou mesmo para garantir sua própria sobrevivência nesse período, já que muitos quadros de trabalho intelectual e técnico foram convidados a ingressarem no governo.

É natural que o grande entusiasmo ocorrido pelo romance de 30 tenha arrefecido, porque os fenômenos que alcançam grande popularidade possuem o caráter de “moda da vez”, que não tarda a passar, somado tanto com a nova delicada posição dos intelectuais, os quais passaram a representar os interesses varguistas, assim como a ausência de novos grandes nomes que pudessem revigorar o romance de 30. Dessa forma, esse gênero literário perdeu grandes representantes por não ter sido renovado em um momento quando já se encontrava desgastado pela perda de interesse, tanto dos críticos quanto do público em geral, que já sentia ter desvendado o Brasil com os grandes romances da época (Bueno, 2006). Nesse cenário, os romances ditos intimistas puderam ter maior destaque, jamais alcançado anos antes.

No entanto, esse destaque não foi o suficiente para suscitar uma nova polarização, ou mesmo para inverter a ordem hegemônica do romance social para o intimista, visto que esse tipo de romance, também concebido como psicológico e representado, principalmente, pelos autores católicos e da região sul do país, não alcançou o destaque suficiente para impor-se como o novo norteador do romance brasileiro. Mais uma vez, o próprio contexto político interferiu no desenvolvimento das obras literárias no Brasil, já que, a partir de 1937, o Estado Novo de Vargas oprimia desde comunistas a integralistas.

O contexto de então não era mais de uma acirrada polarização entre direita e esquerda, mas sim um momento de grandes dúvidas sobre os rumos do país, sobremaneira, porque os comunistas foram caçados sistematicamente pelo regime autoritário, perdendo grande capacidade de ação. Outra situação provocada pela perseguição do estado-novismo, retirando a centralidade do debate entre esquerda e direita, tão presente na década de 1930 até então, foi de que maneira, em muitas cadeias, as celas eram divididas por comunistas e integralistas, como demonstra o enredo de *Subterrâneos da liberdade* (2011), situação de cárcere que não aproximava os dois grupos ideologicamente.

A partir de certo momento, os próprios comunistas apoiaram o regime varguista por enxergarem a possibilidade de industrialização do país por meio das iniciativas de modernização do Estado Novo, sendo mesmo as diretrizes do PCB, já que, diante do desenvolvimento capitalista, promovido por Vargas, as contradições de classe poderiam acirrar-se e, com isso, surgir as condições necessárias para a suplementação da burguesia pelo

proletariado, conforme a política *etapista* de alas do partido. Posto isto, vê-se que a situação era de total indecisão, pois não havia consensos e os rumos de desenvolvimento do Brasil ainda estavam por demais incertos, ademais, as próprias classes sociais não sabiam bem qual papel histórico cumprir, visto que no horizonte internacional se formava a conjuntura que possibilitou a Segunda Guerra Mundial.

Dentro desse cenário, os momentos finais da década de 1930 marcaram o fim da hegemonia do romance social na história da literatura brasileira e, a partir desse momento, obras, que relativizaram a figuração dos oprimidos, surgiram e lançaram novas vertentes possíveis ao romance social. Por exemplo, é o caso de *Caminho de pedra* (1939), de Rachel de Queiroz, que acrescenta mais camadas na possibilidade da realização feminina, alargando a construção literária da mulher para além da esposa e da prostituta ao desafiar a moral tradicional com um trio amoroso, mesmo dentro da militância. Assim, como apresenta, pela primeira vez na história do romance social, as dificuldades de uma militância que carrega consigo contradições internas entre os diferentes segmentos empenhados na luta política.

Ainda na metade da década de 1930, já havia autores que produziam uma resposta ao romance proletário, demonstrando que o seu esgotamento não foi apenas circunstancial, mas também gradual, como o romance *Ponta de rua* (1936), de Fran Martins, que, apesar de assumir um caráter coletivo da narrativa, não aborda a militância política e tampouco idealiza a união do povo contra as estruturas de poder. As motivações que movem as personagens nessa narrativa são estritamente pessoais, não deixando margem para ideologias ou para qualquer forma de organização que saia do escopo de vingança contra o malfeitor da narrativa. Sobre *Ponta de rua*, Luís Bueno esclarece que

de fato, não há consciência de classe aqui, apenas uma coletividade ferida que deseja vingança. Num golpe rápido, toda a expectativa de um leitor habituado ao romance proletário se reverte e uma despolitização – tão intencional quanto a politização do romance de esquerda – se afirma. A proximidade com o que há de mais típico do romance proletário – o espírito coletivo, a ausência de um herói central, o espírito de revolta – não serve senão para indicar que tudo isso pode estar a serviço de outra coisa, muito menor. O que se faz em *Ponta de rua* é uma verdadeira desconstrução, desde dentro, do romance proletário, pondo de pé um edifício sem o alicerce ideológico que regeu todos os procedimentos de sua construção (2006, p. 491).

Até mesmo Jorge Amado, que foi considerado como o autor mais expressivo do romance social da década de 1930, apesar de não ser ferrenho na despolitização da literatura como foi Fran Martins, reverberou esses tempos de redefinição em sua obra, alterando algumas estruturas significativas do tipo de romance que vinha fazendo até então. Período, inclusive,

que marca uma pausa de alguns anos em sua produção literária, dadas as razões em maior parte pela necessidade de subsistência e demanda da militância política. Com isso,

Jorge Amado já desenvolvia um novo romance desde pelo menos 1939, quando a José Olympio anuncia [...] a publicação próxima de *Sinhô Badaró*, que jamais sairia. No ano seguinte, em entrevista citada por Miécio Táci, ele diz que pretende entregar à editora, no mês seguinte, o romance já concluído, em fase de revisão, *Agonia da noite*. Nos dois casos, são projetos que acabarão se tornando ciclos romanescos anos mais tarde. *Sinhô Badaró* é o embrião de *Terras do sem-fim* e *São Jorge dos Ilhéus*, romances publicados em 1943 e 1944 que marcarão um novo salto de qualidade na obra de Jorge Amado, e o título *Agonia da noite* seria o de um dos três volumes de *Os subterrâneos da liberdade*, publicado somente em 1952. O fim da década de 30 para Jorge Amado é um tempo de redefinição. Seus novos projetos a essa altura precisaram de alguns anos para amadurecer até ali (Bueno, 2006, p. 464-465).

Jorge Amado, em suas produções, a partir da década de 1940, com o romance social em declínio, tomou um caminho diferente do de Rachel de Queiroz. Amado não relativizou a militância, como fez a amiga ao introduzir elementos contraditórios nascentes no seio da luta política em *Caminho de pedra*. Ao invés disso, Amado optou por enredos com a presença de comunistas empenhados na revolução socialista, ao mesmo tempo que contou a história das terras do sul baiano, entrando para o panteão dos autores do cacau. Dentre esses autores, alguns conseguiram se destacar, como Cyro dos Anjos e Adonias Filho. Esse último, foi um escritor integralista e pôde, por revesgueio de seu sucesso literário, aglutinar prestígio em torno de sua organização política. Outros autores integralistas também escreveram romances variados, como Plínio Salgado, mas sem lograr o êxito atingido por Adonias Filho.

Nota-se que *Terras do sem-fim* e *São Jorge dos Ilhéus* são resultado dos caminhos percorridos pelo romance de 30, principalmente ao final dessa década mediante à crise do romance social. Nesse período de sinceras dúvidas, que recusavam soluções simplistas para problemas complexos, como a ditadura do Estado Novo e a ameaça nazista em escala internacional.

Particularmente a *Terras do sem-fim*, a recepção crítica do romance foi muito elogiosa, na qual muitos diziam que Jorge Amado aprimorou seu estilo narrativo consideravelmente, superando o que até então era tido como seu melhor título: *Jubiabá*. No entanto, em *São Jorge dos Ilhéus*, como há um forte caráter de militância política como um dos principais eixos de desenvolvimento da narrativa, diversos críticos expressaram seu desgosto do agenciamento político na literatura como uma perda de qualidade no enredo. Grandes críticas foram feitas à *São Jorge dos Ilhéus* pois, supostamente, é cativo às diretrizes ideológicas do autor ou do partido político ao qual responde. O que, contudo, não se verifica diante a ampla gama de elementos que ampliam a narrativa para além da simples propaganda ideológica.

1.2 Da crítica social ao místico, do cacau ao erótico: *São Jorge dos Ilhéus* além do folhetim

A experiência erótica se aparenta àquela mística: ambas são sem retorno, as pontes estão queimadas, o mundo real está perdido para sempre.

(George Bataille)²⁵

Além da abordagem política, outros aspectos podem ser encontrados nos romances de Jorge Amado, por exemplo, temas como o erótico e o humorístico transbordam em muitas de suas narrativas, estando presentes mesmo em obras escritas durante sua militância partidária, caso de *São Jorge dos Ilhéus*. Ressalta-se que essa diversidade não é apenas temática, mas também epistemológica, já que sua escrita literária transcendeu meramente ao texto, como é o caso das adaptações cinematográficas das suas produções. Diversos campos podem interessar-se pela produção amadiana, tanto pelas obras em si quanto pela influência que exerceram na sociedade de seu tempo e que ainda hoje exercem. Dessa forma, a literatura de Jorge Amado abarca o

interesse dos pesquisadores de letras, história, sociologia, antropologia, psicologia social, há aspectos como o riso, a ironia trágica, os coronéis, as mulheres protagonistas, os vagabundos, os excluídos, a representação do negro, a cultura afro-brasileira, a mestiçagem, a ideia de povo, a questão nordestina, a literatura política, a militância comunista, a oralidade e as técnicas narrativas, as traduções e a recepção crítica em idiomas os mais variados, a influência na literatura portuguesa ou africana, as adaptações para o cinema e a TV, as cartas que recebeu dos fãs, o mito de Iemanjá (Aguiar, 2018, p. 508).

A partir dessa gama de áreas do conhecimento e interesses temáticos que podem ser vinculados à produção literária de Jorge Amado, uma das características mais polêmicas que ficou marcada no imaginário popular sobre suas obras foi o erotismo. A sensualidade de personagens como Gabriela, de *Gabriela, cravo e canela* ou mesmo Dona Flor, de *Dona Flor e seus dois maridos*, a qual se mostrava uma ardente amante, ainda que insólita, devido ao caráter sobrenatural de amar o espírito de seu falecido esposo, Vadinho, que aparece para tentá-la nas noites de desejo, revelam essa dimensão. Mesmo Tereza, de *Tereza Batista cansada de guerra*, é uma mulher muito sensual, sendo ainda hoje uma obra literária que abrange questões universais.

²⁵ Alberto Moravia, “Sull’erotismo in letteratura”, in: Nuovi Argomenti (n.51-52), revista organizada por Alberto Moravia e Alberto Carocci. Roma, 1961, p.50-52.

A sensualidade comum em suas obras foi muito questionada em sua qualidade estética devido à escolha dessa temática que, por vezes, é vista como inferior, principalmente por aqueles que carregavam, em maiores medidas, pudores cristãos secularmente incutidos na cultura, a qual classificava o corpo como pecaminoso, como era comum no Brasil do século XX. A qualificação das questões sexuais como inferiores vem de uma longa tradição que separa o corpo humano em duas dimensões fundamentais, sendo a do espírito, que é caracterizada como superior ou mais elevada, e a baixa que é a sexual, normalmente retratada como inferior e animalesca. Ainda que essa dimensão seja há muito combatida, como ocorre em *Pantagruel e Gargântua* (2021)²⁶, as obras de Jorge Amado foram muito criticadas em virtude da presença do erótico. Por isso, cabe ressaltar que:

Podemos hoje representar o sexo de modo direto, explícito, realístico e poético, em uma obra literária, sempre que a própria obra acredite ser necessário. Neste momento, alguém irá perguntar: mas é realmente necessário falar de sexo? E quando é necessário? Podemos responder que nem sempre é imprescindível falar dele, assim como não é necessário falar sempre de questões sociais ou de aventuras africanas; mas quando se torna inevitável, visto que hoje não sobrevivem mais os tabus e as proibições que o impediam, silenciar-se não é mais, como há algum tempo, uma questão moral, porém uma insuficiência expressiva (Moravia, 1961, p. 7).

Partindo desse ponto de que o sexual pode ser descrito na literatura sem deslegitimá-la, a presença do erotismo nas obras de Jorge Amado, particularmente *São Jorge dos Ilhéus*, não revela obscenidade por parte do narrador, pois é antes uma manifestação necessária para criar ficções verossímeis com o contexto social que inspirou a escrita da narrativa. O erotismo se manifesta como uma experiência literária na medida em que exerce um registro de intensidade que, por vezes, pode ser até mesmo visceral, o qual, existindo na realidade concreta o fato narrado, representa-o imageticamente, proporcionando uma experiência de leitura única enquanto temática literária.

A imagem erótica na literatura diz sobre o que se tem e o que não tem no mundo da vida, cabendo ao escritor, dentro de suas limitações enquanto sujeito histórico, optar pela maneira de usar o erótico. Desse modo, Jorge Amado, por vezes, faz o apelo erótico da figura feminina, e o mesmo não acontece com as figurações masculinas, que não são sexualizados tais quais as femininas. Normalmente, o masculino e o feminino possuem características próprias nas obras do autor, o que mostra a conformação de gênero pleiteada por Amado, ao atribuir a

²⁶ *Pantagruel e Gargântua* é um romance de François Rabelais escrito no século XVI que, por meio da alegoria da vida de dois gigantes, questiona a moral e os limites do tempo histórico em que foi inspirado. Diversas temáticas como a sexualidade, a condição fétida do ser humano e o carnavalesco são abordadas na narrativa, que é um cânone da literatura universal.

sensualidade ao gênero feminino e outras características ao masculino, como a virilidade ou honradez, seja de Antônio Balduino, exímio lutador em *Jubiabá*, ou mesmo Sérgio Moura, que após perder uma briga em *São Jorge dos Ilhéus*, por meio de muito treino físico, passa de franzino a um porte atlético.

Nos romances de Jorge Amado, existem outros inúmeros exemplos que assentam padrões de gênero, em que normalmente as mulheres de boa índole são manifestadas como bonitas, como acontece com Julieta Sanchez Rocha e Lola Espínola em *São Jorge dos Ilhéus*, ao passo que as figuras masculinas não aparecem como belos ou sensuais, mas sim como virtuosos, militantes ou idealizadamente malandros. Julieta e Lola, juntamente com Rosa, são as mulheres mais bonitas e sensuais da narrativa e chegam mesmo a se conhecerem, quando, diante uma emergência, Lola procura Julieta. As duas têm mais em comum do que apenas a beleza e terem se conhecido diante um ocorrido do enredo, ambas sofrem internamente, por motivos diferentes, mas relacionados ao amor e ao erotismo. No caso de Lola, suas angústias derivam da vida que leva por amar um cafetão, Pepe Espínola, o qual a obriga enganar homens, que foram bons para ela, tirando-lhes dinheiro pela prostituição de seu corpo:

Era aquilo que lhe dava vontade de matar-se. Achava que os homens eram bons e delicados. Todos que conhecera, cada um dos que haviam deitado na sua cama para serem miseravelmente explorados depois, eram bons para com ela, gentis, tratavam-na com carinho (Amado, 2010, p. 232).

Em um processo dialeticamente, o amor de Lola por Pepe aos poucos vai lhe matando por dentro, até cansar-se de viver. Assim como Julieta também se cansou de viver, no entanto, por outros motivos. Ambas se mostram terrivelmente cansadas, porque sentem que vivem em uma baixa moral, por exemplo, Julieta devido a sua condição de milionária ao se ver rodeada de inúmeras pequenezas vindas do meio burguês, e Lola devido às relações que estabelece com o sexo e o amor. Sobre Julieta, o narrador nos diz que:

Também Julieta Zude está terrivelmente cansada. Parece que o crepúsculo que cai sobre o mar em laivos de sangue aumenta seu desespero. É como uma doença... Como se todos os músculos, todos os nervos, a carne toda do corpo, estivessem apodrecendo. Cansaço. Cansaço de tudo e de todos [...] o silêncio da avenida ao escurecer, aumentam o cansaço de Julieta dolorosamente (Amado, 2010, p. 60).

O cansaço de Julieta se mostra como uma condição crônica em sua vida, pois mesmo antes de mudar para Ilhéus já se sentia deslocada e enfadada do local e pessoas com que convivia no Rio de Janeiro. Já em Ilhéus, devido ao seu costume com a vida metropolitana, ela sofre em seu casamento com o exportador de cacau Carlos Zude, já que fixam residência

indeterminada na interiorana cidade. Ao mesmo tempo, Julieta não se interessa pelo mundo dos negócios de seu marido, ficando deslocada tanto cultural quanto socialmente do restante das pessoas da cidade. Nem com as mulheres locais, muitas vindas da roça ou esposas de coronéis, ela conseguiu fazer amizade devido às grandes diferenças pessoais. Somado a esses problemas, Julieta se depara com a ausência do marido entretido na realização de seu plano para cooptar as terras do cacau, e, com isso, busca amantes para aplacar o tédio sentido em Ilhéus. Na narrativa, essa condição de sentimentos, mesmo anteriores à Ilhéus, é chamada de “neurastenia”: “- Isso é neura, menina. Neurastenia... Doença de milionária como tu... De gente que não tem o que fazer...” (Amado, 2010, p. 61).

No afã de livrar-se da “neurastenia”, Julieta procura por amantes e o último deles na narrativa é o poeta Sérgio Moura, o qual apresenta à Julieta uma infinidade de novos mundos por intermédio da leitura de livros indicados por ele. Nesse ponto, tem-se uma relação direta entre poesia e erotismo, pois Sérgio se interessa por Julieta devido a sua exuberante beleza, ao passo que Julieta se interessa por Sérgio exatamente por ser um poeta que, posteriormente, a ajuda a ampliar seus horizontes até então apequenados pela vida burguesa, sendo a própria Julieta herdeira de grande fortuna e deslocada de qualquer preocupação de sobrevivência, vivendo inconsciente das mazelas do mundo e sem conhecer acuradamente o que se passa ao seu redor, já que não percebia o plano do próprio marido para roubar as plantações de cacau. Assim, por meio da poesia engajada, já que Sérgio Moura é um exímio conhecedor do marxismo, Julieta se desvencilha das amarras burguesas, que tanto lhe fizeram sofrer, tomando para si, pela primeira vez, o controle dos caminhos de sua vida.

Julieta, apesar das diferenças, tendo feito amizade até mesmo com Joaquim, ao libertar-se das amarras que prendiam sua vida, ao final da narrativa, toma um caminho que, por vezes, é negado às mulheres, talvez principalmente as mais bonitas, pois é comum que lindas mulheres sejam reduzidas à sua condição de beleza, servindo de troféu a quem dispõe de sua companhia. Isto posto, fica claro na narrativa que tanto Carlos quanto Sérgio se interessam por Julieta devido a sua beleza, isto é, ambos personagens masculinos, embora díspares ideologicamente, aproximam-se exatamente na objetificação da protagonista, exemplificando o fenômeno que reflete, tanto relações eróticas quanto patriarcais, capaz de unir exportador e marxista.

Além disso, a objetificação do corpo de Julieta está materializada no colar que a personagem usa, já que os dois desejam vê-la nua, apenas com ele pendendo sobre seu busto. Logo, nota-se que eles não têm grandes intenções de travar diálogos ou conhecer o íntimo de Julieta, mas sim em possuir seu corpo enfeitado pelo colar. Se o colar une exportador e marxista no desejo de Julieta, demais homens precisam de muito menos, porque a objetificação da

mulher é um dos elementos estruturais do patriarcado e é revelado pelo narrador na passagem que descreve como Julieta e Carlos se conheceram:

A mãe de Julieta deixara fama de beleza nas ruas da Bahia. [...] A filha herdara-lhe a beleza, trazia a seus pés os rapazes da capital. Tez morena de espanhola, os cabelos negros, os olhos fundos e langues. Tudo isso num corpo de moça desportiva, ágil e flexível, onde olhos românticos e misteriosos, doces como desfalecimentos, punham uma marca de visível sensualidade [...] Carlos se apaixonou [...] Um terceiro imaginou as coisas requintadas de amor que poderia ensinar a Julieta se deitasse com ela numa cama. Estalou a língua num som imoral, cheio de desejos e sugestões. Carlos Zude não disse nada, apenas a fitava, e não deixou de segui-la com os olhos quando ela sentou-se, rindo muito, os dentes pequenos e alvos como os de uma cadelinha de luxo (foi a imagem encontrada por um amigo de Carlos), a voz cálida e cheia. Um conhecido comum fez a apresentação e saíram dançando (Amado, 2010, p. 25).

Julieta, devido aos boatos sobre seu romance com Sérgio Moura, passa a ser estigmatizada como prostituta, mostrando a profunda raiz patriarcal que atinge até mesmo as mulheres das classes mais abastadas. Os boatos da traição de Julieta chegam até Carlos, por meio de uma carta anônima, contudo, ele não atribui importância, acreditando que se tratava apenas de provocação de algum coronel ressentido com a perda das fazendas, já que um fora capaz até mesmo de matar um dos exportadores de cacau após a cooptação das terras. Na verdade, a carta foi enviada por Reinaldo Bastos, um funcionário de Carlos apaixonado por Julieta, o qual não perdoa Julieta por tornar-se amante de Sérgio, pois ele a desejava.

Destaca-se que a carta de Reinaldo é carregada de humor, sendo um dos momentos mais jocosos da narrativa, além de ser, também, muito sarcástica e ofensiva, revelando, inclusive, uma vez mais, a dicotomia da figuração feminina entre esposa e prostituta presente no romance social de 30:

Ora, seu Carlos Zude, o senhor está bancando o besta. Por que será que o marido é sempre o último a saber? Enquanto o senhor trabalha, viaja e rouba os coronéis, sua esposa, essa puta que usa seu nome, está lhe botando os chifres maiores de Ilhéus. Quer saber com quem? Procure vigiar a sua mulher nas idas à Associação Comercial. Todo mundo sabe que ela é amante de Sérgio Moura, o poeta das charadas. Todo mundo menos o senhor, seu Carlos Zude. Se quiser tirar a prova é só seguir sua mulher. E, se você é corno manso, pelo menos apare os chifres que estão enormes. Chegam a constituir um perigo público (Amado, 2010, p. 309).

A construção linguística dessa carta remonta aos hábitos patriarcais de Ilhéus expostos pelo narrador de *São Jorge dos Ilhéus* e que ainda existem por todo o país, dado a desigualdade de gênero estrutural do Brasil. Considerando o tom expressivo da carta, por meio das figuras de linguagem beligerantes utilizadas, permite ao leitor uma fonte única sobre os hábitos da época, além de enriquecer a parte poética da narrativa ao introduzir falas tão pujantes que não

aparecem, com tanta ênfase e galhofa, em nenhum outro momento, enquanto continuamente revela hábitos culturais e, especificamente, sexuais da Ilhéus da década de 1930.

Esse acesso especial ao mundo imaginário, possibilitado pelas obras literárias, contribui para restituir a permanência histórica de uma sociedade de forma tal que só a literatura é capaz, por trabalhar com a ficcionalização dos hábitos de uma época. Além do exemplo da carta, que é um recurso utilizado pelo narrador de *São Jorge dos Ilhéus*, para ampliar a dimensão estética da narrativa, também há misturas culturais que adensam o olhar sobre as contradições apresentadas no enredo, como é o caso da festa privada promovida pelos exportadores, na qual estão presentes personagens de classes sociais e perspectivas ideológicas diferentes como Carlos Zude e seus aliados comerciais, assim como Julieta Zude, Sérgio Moura e demais convidados ilustres da cidade, como o coronel Maneca Dantas, um dos maiores produtores de cacau da narrativa.

Durante a festa, tocam música de batuques africanos e sentem uma excitação percorrer seus corpos, também se utilizam de elementos ritualísticos da religiosidade de matriz africana para acender desejos carnavais, mesmo que os exportadores e os coronéis vejam a cultura negra como inferior, já que os negros ocupam posições subalternas na divisão social do trabalho, havendo até mesmo a presença de um nazista na festa, o exportador Schwartz, todos ancorados na herança colonial que demarca as estruturais desigualdades sociais do Brasil. A dança ocorrida diante da música africana demonstra a hipocrisia das elites com a cultura negra, pois em ambiente particular, dispõe-se dela como forma de entretenimento exótico por não possuírem o *ethos*²⁷ que possibilitaria a construção de significado cultural.

Da cultura à economia, em *São Jorge dos Ilhéus*, encontram-se as bases da cultura negra, mesmo antes do aparecimento do cacau nessa região. Como exemplo da narrativa, tem-se o povoado de Olivença, uma antiga comunidade arruinada que resiste ao tempo pela presença negra. Nesse local há o maior centro de candomblé do enredo, no qual é celebrado a liturgia africana, capaz de atrair trabalhadores de toda a região para suas festividades no terreiro do pai de santo Salu. Dado a marginalização decorrente da desigualdade de classe e raça sobre Olivença e sobre a expressão da religiosidade no enredo, o excerto abaixo mostra que

enquanto os coronéis e os exportadores acenderam velas no altar de São Jorge, negros do porto que carregavam navios, malandros que viviam das sobras do cacau, negras

²⁷ *Ethos*, neste trabalho, é compreendido a partir das formulações do sociólogo Pierre Bourdieu (1930-2002), que entendia o *ethos* de classe como o conjunto de experiências vivenciadas pelos sujeitos, dentro de suas respectivas classes, que criam valores implícitos de entendimento da realidade, gerando problemas e respostas diferentes. Para mais informações sobre a teoria da distinção, subjetiva e social, dos indivíduos ver *A distinção: crítica social do julgamento*, de Pierre Bourdieu.

cozinheiras e pescadores, fizeram uma festa a Oxóssi, que é São Jorge dos negros. Foi em Olivença, na ilha do Pontal, onde vivia Salu, o pai de santo. [...] Olivença era um resto de povoação, que fora quase totalmente destruída numa luta acontecida antes dos barulhos²⁸ do Sequeiro Grande, no início do cacau, quando os partidos ganhavam as eleições na ponta dos clavinotes. [...] Olivença foi quase totalmente destruída e não se reergueu mais, cedeu lugar a Ilhéus. [...] Naquela terra, onde tudo dava a impressão de crescimento, de progresso, de vida, Olivença era a decadência, a ruína, a morte. [...] Nos fundos do povoado estava o candomblé de Salu, erguido em honra de Oxóssi, São Jorge, senhor dos Ilhéus e do cacau (Amado, 2010, p. 164-165).

Paulo Tavares (1980), sobre religião em *São Jorge dos Ilhéus*, acrescenta:

Jorge Amado, mais uma vez fixa o confronto de diferenças rituais nas invocações religiosas para insinuar ser mais do que especificamente racial porque também social a distinção entre católicos praticantes e os seguidores do fetichismo afro-baiano. É dia de São Jorge, padroeiro da cidade de Ilhéus, engalanadas as ruas centrais para as comemorações e regurgitante a praia fronteira, antiga Olivença. [...] A ação decorre no Sul do Estado, muito longe da religiosa cidade da Bahia, o que patenteia a amplitude geográfica do contraste entre os dois extremos a convizinham-se: de um lado o composto católico/branco/rico e do outro lado o complexo pobre/negro/fetichista (Tavares, 1980, p. 173-174).

A influência das religiões de matriz africana em *São Jorge dos Ilhéus* está além das cerimônias em Olivença, ou do uso degenerado das músicas religiosas feita pela elite da cidade, ou mesmo apenas como recurso literário de contraponto à Igreja Católica, e sim se manifesta, sobretudo, por meio de uma personagem, Rosa, que introduz o místico e o misterioso na narrativa. Rosa, além de contemplar a tríade das personagens que melhor representam o erotismo no enredo, juntamente com Lola, argentina explorada no ofício da prostituição de “luxo”, também está envolta em características únicas que absolutamente a singularizam diante de todas as outras personagens.

Rosa é tão misteriosa que alguns dos acontecimentos e descrições narrativas que a circundam aproximam sua imagem a uma entidade de matriz africana, ampliando definitivamente *São Jorge dos Ilhéus* a um escopo além do folhetinesco. Na narrativa, não é possível identificar exatamente qual entidade está representada por Rosa, porque as entidades são multifacetadas em sua complexidade, além dela apresentar características tanto de umas quanto de outras. As ambiguidades que a circundam Rosa são capazes de unir religiosidade com erotismo, ao mesmo tempo que marcam a celebração pelo início das chuvas, que garante a safra do cacau, fruto cor de ouro:

No dia 23 de abril, dia de São Jorge, se batia uma macumba que trazia gente até das fazendas distantes [...] Também quando vinham as primeiras chuvas nos anos de

²⁸ “Barulho” é uma expressão popular presente na narrativa para designar conflitos armados que costumavam culminar em mortes.

ameaça de seca se fazia uma grande festa no candomblé de Oxóssi. [...] Rosa [...] veio também, é iaô²⁹ do candomblé, dança em meio ao terreiro. Rodopia, seu corpo se dobra, suas nádegas sobem, avançam sobre os olhos dos presentes, não é uma mulher, são nádegas que rolam pela sala sobre os homens, as mulheres e os deuses, sobre os coqueiros e o mar. As canções nagô e as músicas dos atabaques e agogôs são profundas como chamados de morte e de amor. Ninguém bebeu, mas estão todos bêbados do baticum, o santo está com cada um deles, a dança agora é com os braços, braços como serpentes, em todos os cantos do terreiro, saindo do solo e do teto, das paredes e dos corpos (Amado, 2010, p. 165).

Por essas inferências, pode-se distinguir com maior exatidão a introdução do místico por meio de Rosa na narrativa. Os indícios dessa afirmação estão diretamente relacionados com as descrições e aparições de Rosa que costumam ser permeadas por uma narrativa poética, além de abranger características que passam a impressão de uma personagem mística, no mínimo misteriosa, ao ponto de possibilitar as interpretações de que ela pode, de fato, ser uma alusão à alguma entidade, ainda mais se considerarmos a proximidade de Jorge Amado com as religiões afro-brasileiras. O próprio nome Rosa é um indicativo de elementos do misticismo africano, já que existem várias entidades relacionadas com esse nome, como Cigana Maria Rosa e Pomba Gira Maria Rosa, por exemplo.

A partir do sincretismo religioso ocorrido no Brasil desde a colonização, novas interpretações surgiram pelo contato entre a cultura negra e indígena, o que entrelaçou o conceito de entidade africano com os “encantados” ameríndios. Os encantados são capazes de tomar diversas formas físicas ou mesmo espirituais, desafiando não apenas a morte, mas como a toda lógica da realidade distinguível pelos sentidos, que, na narrativa, quando se trata de Rosa, embarçam-se pela maneira como ela é descrita. Esses seres, assimilados à cultura brasileira mediante o sincretismo, podem assumir nomes próprios bastante peculiares, como Rosa Caveira e Tranca Rua das Almas.

Em todo caso, a personagem Rosa de *São Jorge dos Ilhéus* representa bem entidades e encantados, uma vez que ela é capaz de sumir e só aparecer quando quer, é a única personagem que o visgo do cacau não pôde sequer prender à terra, é descrita como a filha do mar, sendo seu lar o cais. Ela pode estar onde ela quiser e, ao final da narrativa, é procurada por Florindo, um “alugado” das fazendas que não a conhece, mas de tanto ouvir suas histórias parte em sua procura, e no momento de desespero, por não encontrá-la, Rosa aparece, sorrindo. A própria motivação que leva Florindo a procurá-la remete a um aspecto místico, porque ela é vista quase como uma lenda por Florindo, devido a essa relação de apenas conhecê-la por meio das histórias

²⁹ Nota nossa: no candomblé, “iaô” é a denominação para a pessoa que acabou de iniciar no santo, tornando-se filha de santo. É o primeiro grau pós-iniciação que dura sete anos antes de poder assumir outro cargo dentro da religião.

ouvidas a seu respeito. O encontro de Rosa e Florindo é uma cena descrita de tal forma que deixa diversas pistas de mistério por meio de metáforas, enquanto abre margem para a interpretação de que Rosa, sem dúvida, é um ser místico, visto que atraiu Florindo, ainda que nunca tivessem se encontrado ou se comunicado, para o suicídio no mar:

É preciso andar o cais todo, pois ela não está, com certeza, nem nos morros, nem nas ruas iluminadas. Está é no cais, nem as árvores nem as lâmpadas teriam forças para prender Rosa [...] Nessa noite do cais, as luzes dos postes são os olhos de Rosa se sucedendo. Chega perto, não é, que lâmpada triste!, deserta de gente. [...] A água é negra num mar de tinta, os marinheiros passam, cor de carvão. Rosa é morena, cor de cacau seco. Sua saia branca parece de espuma, o negro Florindo a procura na fímbria do mar. Até a espuma do negro se ri... [...] ‘Teu corpo moreno, Rosa, para onde ele foi?’ Teria ido com os peixes ou com os pescadores? [...] Rosa brincava com as algas, todos os ventos nos seus cabelos. Todos os ventos, do norte e sul, o vento terrível do noroeste. Na canoa ancorada, ela se deitava, a cabeça de fora, o cabelo no mar. Parecia cabeça sem corpo, saindo d’água, dava arrepio. Rosa maluca, Rosa do cais, tantas vezes mentias! Mulher que sabia histórias, inventadeira. Igual nunca houve, parecia um livro, de tanta história que inventava. Disse de um morto, buscando seu cais. Vinha perguntar se Rosa sabia seu cais onde estava. Era um morto de boca aberta, morto afogado, um siri no peito. Era pura mentira, mas parecia verdade. Também contou que um dia ia embora, um dia sem ninguém ver, parecia mentira e ela partiu. [...] É mesmo cansaço? O negro Florindo não cansa assim... É mesmo cansaço? Ou será dor? Rosa fugiu, para onde ela foi? O negro Florindo vivia rindo. Rosa chegou, nas noites da roça, na voz de Varapau, andava com eles, no pensamento, ria pro negro, tão bom que era! [...] Negro Florindo, não sabe mais rir, se vai afogar. Rosa fugiu, no cais não está, negro Florindo vai se afogar. Rosa chegou, veio por detrás, o negro se volta, de onde ela veio? Rosa maluca, bonita de ver!

- Onde tu tava?

- Tu quer saber? Melhor não saber...

Rosa que quer? A boca de Rosa, oh! A boca de Rosa, o corpo de Rosa se encostando. Rosa, toma seu pente, não queira colar, não queira perfume, não queira luar, só queira canoa.

- Tu teve pena?

- Me ia afogar...

No corpo de Rosa, negro Florindo já se afogou, no escuro do cais. (Amado, 2010, p. 316-318).

Por meio da literatura comparada, é possível encontrar mais elementos que podem corroborar o suicídio marítimo de Florindo mediado por Rosa, já que se encontra em outras obras de Jorge Amado como uma opção concreta e deliberada, como é o caso do anão Viriato em *Jubiabá*, o qual se entrega ao mar para dar fim a sua própria vida. Mesmo James Amado, irmão de Jorge Amado, publicou, em 1949, *O chamado do mar* (1977), em que o suicídio no oceano é apresentado como uma solução de escape para a vida miserável dos trabalhadores mais pauperizados. Em ambos os casos essa maneira de suicídio se apresenta como a solução radical de todos os problemas pessoais das personagens que idealizam a resolução absoluta de suas dores.

Rosa, ainda que seja uma personagem secundária em *São Jorge dos Ilhéus*, encarna muito bem os elementos da narrativa que estão além do político, histórico e social. Do erótico

ao misterioso, Rosa é uma representante que alça a narrativa fora de uma concepção folhetinesca reducionista, já que essas opções estéticas não se enquadram nesse gênero literário, além de fugir das diretrizes do realismo socialista. O que também mostra que Jorge Amado, apesar de sua filiação ao PCB, dispôs, ainda que possa não ter sido tão completa quanto em obras subsequentes, de autonomia criativa na confecção de *São Jorge dos Ilhéus*.

Como grande escritor que era, seus dotes artísticos estão postos em suas obras, ainda que tenha seguido padrões de enredo esperados pelos seus colegas de partido. Dentre suas obras, a mais folhetinesca certamente é *Subterrâneos da liberdade*, que, de fato, cumpre uma função partidária ao ficcionalizar a trajetória dos integrantes do Partido Comunista (PCB) durante o Estado Novo varguista. Ademais, outros romances de Jorge Amado possuem seus escapes poéticos e líricos, caso notório em *Mar morto* (2008), mas não apenas, como demonstrado por meio da personagem Rosa em *São Jorge dos Ilhéus*. Entretanto, cabe ressaltar que os elementos tais quais o erotismo, o humor, o sincretismo religioso e até mesmo dosagens de misticismo, apesar de estarem presentes durante grande parte da produção de Jorge Amado, foi apenas na década de 1950, a partir de *Gabriela, cravo e canela*, que assumem maiores centralidades nas narrativas romanescas do autor, o que, inclusive, contribuiu para ampliar o público leitor de Jorge Amado e iniciar seu grande sucesso tanto nacional quanto internacional.

Em *São Jorge dos Ilhéus*, há ainda outras metáforas e acontecimentos que enriquecem o enredo para muito além das críticas recebidas, quando a narrativa foi publicada, como é o caso das zonas de prostituição, que são as regiões mais animadas enquanto dura a alta do cacau, inclusive, tendo Rosa atuado como garçonzete no mais modesto entre os quatro prostíbulos enunciados na narrativa, o Retiro. Os outros três são o Bataclã, imortalizado ainda hoje no imaginário popular devido à popularidade das telenovelas inspiradas na obra amadiana, o Far-West, o El-Dorado e o Trianon, o mais caro entre eles.

Nesses prostíbulos, principalmente nos frequentados por coronéis e exportadores, o dinheiro circulava em abundância, havendo sempre muita demanda e ofertas dos serviços especializados, especialmente na virada de ano, em que realizavam desfiles pela cidade com calcinhas hasteadas, o que gerava escândalos pela cidade, os quais foram comuns na narrativa durante a alta do cacau. Por vezes, casamentos se desfizeram na pândega institucionalizada pelas folias, visto que homens e mulheres tiveram suas cabeças consternadas pelas mudanças processadas nesse período. Diversos costumes se desfizeram em função de novas práticas, em grande medida libidinosas que se tornaram hábito corrente na cidade.

Daí se vê uma relação direta entre a economia cacauzeira e o erotismo. A pujança econômica rápida e desenfreada altera substancialmente os costumes diários da população em

São Jorge dos Ilhéus, em que Ilhéus passa de uma cidade monótona para um centro de novidades e escândalos diários. O furor sexual é condicionado pelo desenvolvimento econômico e a síntese desse fenômeno ocorre por meio do “Terno do Ipicilone”, que para comemorar o progresso da zona do cacau, sai às ruas na virada de ano novo, reunindo prostitutas e clientes de todos os prostíbulos da cidade, além de quem mais quiser participar, em uma caravana divertidíssima que marca a diferença entre a Ilhéus de antes, durante e depois da alta do cacau. A economia do cacau se transforma em economia sexual na medida em que a sexualidade da população se molda de acordo com os rendimentos do cacau, assim como a própria política e religiosidade se desenvolvem diante das novas possibilidades fornecidas pelo rápido desenvolvimento econômico na região:

Do Trianon, nos dias de grande bebedeira, [...] saía o Terno do Ipicilone, a mais extravagante de quantas coisas foram inventadas na alta do cacau na cidade de São Jorge dos Ilhéus. Consistia em que, pela madrugada, quando a cidade dormia, homens e mulheres, embriagados, arrancavam saias e calças, e, seminus, marchavam do cabaré para as ruas de rameiras, cantando a canção oficial do terno: Eu não vou na sua casa, porque você não vem na minha. Você tem taioba grande, engole minha tainha. [...] O bispo e os padres reclamavam dos púlpitos contra a má vida dos ilheenses. [...] Mas as obras da nova catedral ganharam impulso com a alta. [...] Com a alta frutificaram também os centros espíritas que, dos cantos de rua, se precipitaram sobre o centro civilizado da cidade numa cadeia de sessões. Chegavam médiuns afamados nos navios, videntes e milagrosos. Os coronéis quando não estavam nos cabarés, é porque estavam nas sessões. Iam pedir conselhos aos espíritos sobre o jogo da bolsa. Também cresceu muito a influência do partido fascista – os integralistas – cujos chefes iniciaram uma grande campanha financeira. Faziam desfiles, vestidos de camisas verdes, anunciavam o fim da liberal-democracia (Amado, 2010, p. 176-177).

Assim, nota-se que em *São Jorge dos Ilhéus* as temáticas sexuais, econômicas, religiosas e políticas se relacionam de maneira dialética num processo de retroalimentação conflituosa. Isto é, quanto maior a pujança econômica, maiores as discrepâncias internas, mas ao mesmo tempo também maior o ganho de todos os setores. Seja os católicos escandalizados com a libertinagem sexual enquanto é construída uma grande igreja, seja os integralistas que crescem sob o seio da democracia burguesa enquanto proclamam o seu fim. Em todo caso, o desenvolvimento desses elementos na narrativa é permeado pela ação do imperialismo estrangeiro na região, apresentado como uma tragédia anunciada, pois durante todo o enredo o narrador evidencia os riscos que estão por vir, até que se conclui o plano de cooptação das fazendas de cacau pelos exportadores. Esses anúncios são feitos tanto literalmente quanto metaforicamente. As descrições concretas passam por personagens como Joaquim que diz a Sérgio Moura: “- É o imperialismo, companheiro Sérgio, é o imperialismo. Quer engolir isso

tudo...” (Amado, 2010, p. 56). Assim como também há metáforas para referir-se ao imperialismo:

O poeta Sérgio Moura via o monstro saindo do gesto dramático de Joaquim, fugindo pela janela sobre o jardim, dragão imenso e insaciável, virando nuvem negra no céu tão azul da cidade do cacau. Ia crescendo lentamente, ia cobrindo tudo devagar, o prédio solene da prefeitura, as rosas rubras do jardim, as casas ricas dos coronéis, o morro pobre dos operários, os passarinhos nas árvores, ia andando para o lado das fazendas, cobria a bandeira (do Brasil) também. O poeta via, seus olhos de alucinação, seus olhos divinatórios. Um dragão espantoso, nuvem negra no céu azul tranquilo (Amado, 2010, p. 57).

A metáfora de um dragão para representar o imperialismo, tido aqui como inimigo dos interesses da cidade, conecta-se diretamente com Ilhéus, porque dentro do catolicismo o santo São Jorge, do qual se origina o nome da cidade, mata um dragão, inimigo dos homens. Com isso, *São Jorge dos Ilhéus* consegue transitar por diversas temáticas, indo do mais simples e banal, como o canário de Sérgio Moura chamar-se “Karl Marx” ou o papagaio sabido nas artimanhas do xingamento, “reproduzindo falas” racistas e classistas direcionadas aos trabalhadores das lavouras de cacau, chegando a narrativa até mesmo ao mais intrincado estratagema de dominação imperialista. O fundo temático da narrativa é tanto político, social e literário. A presença de animais como o canário “Karl Marx” e o papagaio anatematizador, somado com as poesias de Sérgio Moura e o “Terno do Ipicilone”, provam isso, revitalizando a experiência literária do romance abundante em questões não apenas políticas, mas também eróticas, irônicas, culturais, poéticas e jocosas.

Essa grande diversidade temática abordada no romance alça a narrativa a uma grande realização literária, muito além do folhetim com características e intenções exclusivamente políticas. Críticas como a de Eduardo de Assis (1995), por mais que seja um grande estudioso de Jorge Amado, contribuem para diminuir a relevância de *São Jorge dos Ilhéus* no cenário literário. Em suas palavras, tem-se:

Notamos o quanto o texto [*São Jorge dos Ilhéus*]³⁰ se empobrece através do enrijecimento doutrinário, que o transforma em ‘folhetim socializante’ [...] Decorre daí o sentido fortemente panfletário que impregna o texto (sobretudo na segunda metade) e que cumpre objetivos de curto prazo (Duarte, 1995, p. 201).

³⁰ Colchetes nosso.

Dado que *São Jorge dos Ilhéus* não caiu no esquecimento literário e nem acadêmico³¹, conseguiu, à revelia da crítica de Duarte (1995), firmar-se como um dos cânones da literatura nacional. O que é feito na narrativa se trata de um entrelaçamento de diversos assuntos permeados pelas intenções políticas que, ao invés de serem reduzidos devido ao intento de conscientização, são na verdade acrescidos por esses mesmos elementos políticos que revelam novos possíveis desdobramentos para essas questões que passam pelo humor, pelo erótico, pelo religioso e pelo poético, sendo uma narrativa que tem resistido muito bem ao envelhecimento que acomete as obras sem força literária suficiente para superar sua datação.

1.3 Narrativa em perspectiva: *São Jorge dos Ilhéus* e a modernização internacional

O ruim no Brasil e efetivo fator do atraso, é o modo de ordenação da sociedade, estruturada contra os interesses da população, desde sempre sangrada para servir a desígnios alheios e opostos aos seus.

(Darcy Ribeiro)³²

Em janeiro de 1944, Jorge Amado publicou seu oitavo romance, *São Jorge dos Ilhéus*, dedicando-o à Matilde, sua primeira esposa, com a qual teve uma filha chamada Lila que morreu precocemente. A narrativa também é em memória à Albertina, carinhosamente chamada pelo autor de Bertinha, irmã de Jorge Amado que também teve uma morte precoce. Assim como também é dedicada para Jacinta Passos, camarada militante comunista de Jorge Amado que se casou com seu irmão, James Amado. Outro contemplado na dedicatória do livro foi David Wertman, que no futuro viriam a compor, juntos com outros artistas, a trilha sonora de uma minissérie inspirada no romance de Jorge Amado *Tenda dos milagres* (2008). Dedicado também ao Diwaldo Miranda, que era médico, militante comunista e amigo de Jorge Amado, que veio a falecer em novembro de 1944. Giovanni Guimarães também recebe a dedicação do romance, além de ter sua morte lembrada por Jorge Amado em sua autobiografia *Navegação de cabotagem* (1992). Por fim, o escritor e amigo de Jorge Amado, Wilson Lins, também recebe a dedicatória de *São Jorge dos Ilhéus*.

³¹ Ao longo do texto será usado uma quantidade significativa de trabalhos recentes sobre *São Jorge dos Ilhéus* que fundamenta a narrativa como um objeto pleiteado de pesquisa acadêmica.

³² RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 452.

Jorge Amado inicia *São Jorge dos Ilhéus* a partir de uma descontinuidade com a seguinte abertura: “E, de repente, o avião se desviou da rota para o sul, e a cidade apareceu ante os olhos dos viajantes” (Amado, 2010, p. 17). Essa opção de construção literária marca o que virá a ser o cerne da narrativa, seu *leitmotiv*, que é justamente uma descontinuidade dos padrões de poder e de posse da terra, tanto por esse desvio de rota do avião servir de alusão às mudanças ocorridas nas terras do cacau, devido à ação do capital estrangeiro em Ilhéus na década de 1930, quanto porque as companhias aéreas na obra são estrangeiras: uma americana e outra alemã, marcando desde a primeira página a presença de capital internacional na infraestrutura da cidade.

Ademais, capitais estrangeiros com interesse imperialista em disputa um com o outro para assentarem sua dominância na região, enquanto a própria Ilhéus era assimétrica em sua conjuntura social e assim dividida pelas desigualdades sociais herdeiras do escravismo e, portanto, da colonialidade. Essa assimetria pode ser vista na seguinte passagem sobre a cidade na narrativa:

Descia em ruas pobres e ziguezagueantes pelo morro proletário, se estendia rica entre o rio e o mar em avenidas novas, cortadas na praia, continuava na ilha do Pontal, em casas de jardins alegres, subia mais uma vez pelo morro do Unhão, casas de zinco e de madeira” (Amado, 2010, p. 17).

Essa narrativa representa a década anterior a sua publicação que ficou marcada como o momento de maior expansão da monocultura de cacau da história de todo o país, que gerou muita prosperidade, mas também muitas contradições sociais, como visto na citação acima. Uma história que há muito se desenrolava na região sul da Bahia e foi ficcionalizada por Jorge Amado tanto em *Terras do sem-fim* quanto em *São Jorge dos Ilhéus*. Essa, por sua vez, 30 anos depois dos maiores conflitos pela terra, que geraram tanto a monocultura quanto certo monopólio do cacau em Ilhéus no início do século XX, dá continuidade a personagens encontradas na narrativa anterior, como coronéis e trabalhadores rurais. O excerto a seguir, feito por Jorge Amado, antes do início da narrativa de *São Jorge dos Ilhéus*, exemplifica bem a questão:

Em verdade este romance e o anterior, ‘Terras do sem-fim’, formam uma única história: a das terras do cacau no sul da Bahia. Nesses dois livros tentei fixar, com imparcialidade e paixão, o drama da economia cacaueira, a conquista da terra pelos coronéis feudais no princípio do século, a passagem das terras para as mãos ávidas dos exportadores nos dias de ontem. E se o drama da conquista feudal é épico e o da conquista imperialista é apenas mesquinho, não cabe a culpa ao romancista. Diz Joaquim que a etapa que está por vir será plena de heroísmo, beleza e poesia, e eu o creio (Amado, 2010, p. 11).

No trecho, o autor cita a personagem Joaquim, fazendo das palavras da personagem as suas, antecipando seu próprio engajamento enquanto escritor, para assim começar o romance, narrado em terceira pessoa, passando-se em Ilhéus, no contexto dos acontecimentos históricos da década de 1930, os quais, tanto regionalmente quanto nacionalmente, marcam diversas transformações políticas, econômicas e sociais as quais se processavam. A dialética produzida pelos elementos em contradição, durante grandes mudanças históricas, assume na obra caráter de luta de classes, porque os *tipos sociais* das personagens entram constantemente em conflitos entre si de acordo com a classe a qual pertencem.

A estrutura da narrativa não se volta ao psicologismo ou às idiossincrasias dos sujeitos ficcionais, mas sim ao seu *tipo social*, que representa bem uma das características do romance proletário, além de ser um dos pontos de maior crítica à obra de Jorge Amado, sendo comum a polêmica sobre a falta de habilidades líricas do autor. Por mais que possa haver algumas generalizações na narrativa, como os trabalhadores da base produtiva do cacau ser composta majoritariamente por negros, o narrador distingue bem as personagens ao representar as suas respectivas classes enquanto tem suas principais características resguardadas. Esse método de escrita permite ao leitor identificar as diferenças entre elas, ainda que pertencentes a uma mesma classe ou *tipo social*, abrindo espaço para análises tanto individuais quanto da relação delas entre si e com o seu meio, tanto de maneira política quanto lírica ou poética. É na superação do meio que a narração busca a luta anticolonial, já que, para tentar evitar um golpe do capital internacional, as personagens comunistas se mobilizam para revelar os interesses envolvidos na trama do enredo movimentado pela ganância dos exportadores que tinham como objetivo cooptar as fazendas de cacau:

Por intermédio de Joaquim, por intermédio de outros choferes de ônibus e caminhos, nas diversas linhas de rodagem que cortavam a zona do cacau, aqueles volantes do Partido Comunista, esclarecendo qual o verdadeiro significado da alta, foram distribuídos quase de porta em porta. Muitos não os liam, outros liam mas não ligavam, mas algumas pessoas demoravam um pouco naquelas frases que anunciavam futuros acontecimentos nascidos da alta, que profetizavam a baixa para breve, acontecimentos que fariam, como dizia o volante, ‘que as terras do cacau passassem das mãos dos capitalistas nacionais para a dos capitalistas estrangeiros’ (Amado, 2010, p. 205).

Conforme o trecho, pode-se inferir que na narrativa as personagens são transpassadas por sua posição de classe como forma de mobilização e organização justificada, precisamente, pela sua condição concreta de existência enquanto sujeitos históricos oprimidos. Tais personagens estão à beira de serem prejudicados, uma vez mais, pelas estruturas de dominação

colonial, travestidas de imperialismo, manifestadas em *São Jorge dos Ilhéus* pela denúncia das condições de vida dos “alugados” nas fazendas.

Esses trabalhadores vislumbram os interesses do capitalismo financeiro, tendo sido possível existir historicamente devido à expropriação de riquezas realizada pelos países colonizadores. Assim, por mais que as personagens sejam baseadas em *tipos sociais* para construir o universo da narrativa de *São Jorge dos Ilhéus*, suas particularidades se encontram presentes, não sendo possível análises pasteurizadas de suas motivações em uma Ilhéus ficcional que vive o auge da economia cacauceira, enquanto atuam diversos interesses internacionais na região com intenção de acúmulo de capital justamente pelo auspicioso crescimento da monocultura do cacau.

À vista disso, segundo o quadro socioeconômico pintado por Jorge Amado no romance, a dura recepção crítica que recebeu, no momento de sua publicação, não se sustenta, pois *São Jorge dos Ilhéus* se mostra, na contemporaneidade, como uma fonte poética, histórica e política que superou o condicionamento do período em que foi publicada.

Ao contrário da opinião crítica, a força motriz da narrativa é justamente o *tipo social* das personagens, em que os três principais são o coronel, o “alugado” da fazenda e o exportador, sendo esse último o *tipo social* responsável por girar a história, como é o caso de Carlos Zude, idealizador do projeto de cooptação, com o desejo pessoal de agregar o título de ser o dono daquelas terras: “E a ideia fora sua [Carlos]³³. É bem verdade que não poderiam tê-la realizado se Karbanks e Schwartz, principalmente Karbanks, não o auxiliassem” (Amado, 2010, p. 237). Nesse sentido, a forma de estruturação de *São Jorge dos Ilhéus* progride de acordo com a execução dos planos dos exportadores, sendo dividida em duas partes notórias.

A primeira parte consiste em contextualizar a narrativa até a vinda da alta do cacau, numa Ilhéus coronelista, em que os coronéis são as figuras mais prestigiadas da cidade além de deterem legalidade institucional que ajuda a garantir o mando e domínio político, como é o caso do coronel Horácio da Silveira, o maior fazendeiro do romance e um dos personagens mais importantes da obra anterior, *Terras do sem-fim*, desbravador de terras e assassino de gente. Com suas léguas e léguas de terras plantadas com cacau, chegou mesmo a ser senador estadual:

Quando voltou, encontrou as fazendas um pouco abandonas e desistiu do lugar no Senado. Fez eleger em sua vaga o Dr. Rui, que brilhou muito, em grandes discursos. E nunca mais aceitou investidas parlamentares, nem cargos políticos. Contentava-se em ser o chefe do partido, o mandachuva. Fazia os prefeitos, o de ilhéus e o de Itabuna, os juizes eram homens seus (Amado, 2010, p. 88-89).

³³ Colchetes nosso.

Posteriormente, com a morte de Horácio, os exportadores dão início ao seu plano e provocam a queda nos preços do cacau. Um segundo divisório da narrativa é quando começa a baixa dos preços, após uma alta de três anos, provocada pelos exportadores justamente para conseguirem especular as terras e, assim, tomarem-nas para si, simultaneamente com o prestígio social e a influência política comumente adquiridos por meio das riquezas materiais. Esse desfecho aponta para as grandes mudanças ocorridas na década de 1930 para o Brasil no cenário econômico mundial.

Os exportadores clamavam os coronéis, os pequenos lavradores também, a vir acertar suas contas. Eram memorandos que perdiam qualquer tom amável, mesmo aquela convencional amabilidade comercial. Secos, logo ameaçadores. ‘Os donos da terra’ estavam amedrontados, não tinham coragem de deixar suas fazendas. Como se as fossem roubar quando eles partissem (Amado, 2010, p. 285).

A luta entre esses dois segmentos sociais distintos, os coronéis e os exportadores, marca a progressão da influência internacional não só na região do sul da Bahia, mas também em todo o país, já que a década de 1930 foi marcada exatamente pela inserção de interesses imperialistas do norte global. Para a personagem Carlos Zude, os exportadores estão dando continuidade à luta iniciada pelos desbravadores do interior sul baiano, aqueles mesmos que mataram gente e derrubaram mata. Assim, sua luta é justa, já que é meramente o fluir natural dos conflitos entre interesses particulares e agora era a vez da terra mudar de dono. Como pano de fundo contextual do romance, existe o desmantelamento do poder coronelista, como será apresentado no capítulo dois deste trabalho, que contribuiu para mudanças significativas no pêndulo das relações de força política.

A distribuição de capítulos, em *São Jorge dos Ilhéus* (2010), é feita da seguinte maneira: na primeira parte, que é “A terra que dá frutos de ouro”, é composta pelos capítulos “A Rainha do Sul”, “Os lavradores”, “A chuva” e “A alta”; na segunda parte, que é “A terra muda de dono” há um único capítulo, sendo “A baixa”. O enredo desenrola-se pelo conflito entre coronéis e exportadores, que se configura em primeiro plano em sua relevância no enredo, porque foi um acontecimento histórico em Ilhéus, acompanhado por personagens que dão complexidade à obra, como comunistas, integralistas e “alugados” nas fazendas. O contexto social, econômico e político de Ilhéus na década de 1930 é claramente representado na narrativa, já que o narrador parte desses elementos para desenvolver a história enquanto ficcionaliza personagens e ocasiões de maneira verossímil com a realidade social, ao mesmo tempo que faz a denúncia das estruturas de dominação seculares no Brasil, como a colonialidade assentada no patriarcado, no

racismo e na concentração fundiária, agora, acrescida também por uma nova forma dominante de exploração, o imperialismo.

Como marco teórico, a década de 1870 representa a passagem do capitalismo mercantil para o monopolista, que é a faceta imperialista do capitalismo, no qual se busca aglutinar todas as forças produtivas de um ou mais setores sob o domínio de uma burguesia exclusivamente estrita. Uma das características do capitalismo monopolista/imperialista é a sua constante e essencial busca pela expansão do mercado consumidor, assim como a expansão da exploração da força de trabalho para atender exatamente as novas demandas desse consumo artificializado, em que chega até mesmo a destruir as forças produtivas que já estão implantadas. Apenas 20 anos depois desse marco temporal, as regiões alvo dos investimentos imperialistas já se encontravam tomadas pela influência dos capitais estrangeiros:

Na Bahia da década de 1890, por exemplo, apenas um dos onze exportadores licenciados era baiano; vinte e quatro das sessenta e quatro casas importadoras eram especializadas em mercadoria têxtil britânica. O capital estrangeiro, além disso, policiava com extrema vigilância o crescimento de qualquer sinais de industrialização nativa competitiva [...] Quando empresários locais tentaram algumas vezes aumentar o valor agregado instalando indústrias relacionadas ao algodão, os exportadores britânicos retaliaram pontualmente. Warren Dean cita o revelador exemplo de uma fábrica de linha de costura em Alagoas que foi comprada por um inglês com o único propósito de desmantelá-la e jogar a maquinaria no Rio São Francisco [...] A adoção do padrão-ouro internacional durante a década de 1970 ‘*automatizou*’, por assim dizer, as desiguais relações de troca do país. Embora o Rio frustrasse as tentativas britânicas de orientar sua política externa, por volta do início da década de 1900 Londres praticamente tinha poder de veto sobre os principais fluxos de capital dentro da economia brasileira (Davis, 2002, p. 391).

Conforme a citação, capitais estrangeiros passam a ser aplicados em tendencial crescimento dos países centrais para os periféricos, para depois sofrerem “evasão de divisas”, havendo uma alienação da riqueza produzida nesses países em direção aos centrais. Esses investimentos podem ocorrer por meio de empréstimos ou atuação direta em órgãos estatais ou em empresas privadas. Caio Prado Júnior (2012) sintetiza a atuação do capitalismo imperialista da seguinte maneira:

A evolução do imperialismo no Brasil (como no resto do mundo) é, assim, contraditória. Ao mesmo tempo que estrutura as atividades e energias do país, e lhe fornece elementos necessários ao seu desenvolvimento econômico, vai acumulando um passivo considerável e torna cada vez mais perturbadora e onerosa a sua ação. Mas também, favorecendo aquele progresso, acumula no Brasil os elementos com que o país contou e continua contando para sua definitiva libertação. O imperialismo é um suicida que marcha seguramente para sua consumação (2012, p. 215).

Assim, o imperialismo capitalista se mostra extremamente contraditório, pois financia economias já que precisa ampliar tanto o mercado consumidor quanto a disponibilidade de mão de obra, ainda que para submetê-las, o que gera ao mesmo tempo relativo avanço econômico e melhoria nas condições de vida da população a curto prazo, ao custo da sujeição nacional aos interesses dos credores a longo prazo. Como ocorre em Ilhéus, em decorrência da atuação de capital estrangeiro, visando o desenvolvimento da economia cacaeira, diversas transformações acometem a cidade durante a década de 1930.

Essas grandes mudanças, em velocidade vertiginosa, geram inúmeros conflitos entre o que se foi, o que permanece e o que se torna a cidade, e são contempladas em *São Jorge dos Ilhéus* por via da modernização demonstrada na narrativa. A lógica de funcionamento social, econômico e político se altera, seja em plano nacional, como o início da Era Vargas (1930 – 1945), ou regionalmente, como a transferência de poder e riqueza dos coronéis para os exportadores, transformando completamente o jogo de forças políticas na região. Ao mesmo tempo, o sul baiano também recebia influências estrangeiras, tanto na infraestrutura da cidade quanto na cultura. Com isso, o narrador inicia o romance demonstrando tais traços, seja pelo relato da influência cultural ou pela atuação direta nos transportes da cidade: “[...] os americanos vão botar agora um avião exclusivamente para o serviço entre Ilhéus e a Bahia [...] Quando se iniciou o primeiro serviço aéreo com escala aqui, o dos alemães” (Amado, 2010, p. 18-19). Os americanos, ao “botar um avião”, não estão fazendo um favor à cidade, pelo contrário, eles têm muito o que ganhar, porque a melhoria na infraestrutura da cidade é uma das condições necessárias para alavancar o nível da exploração na cidade.

O contexto narrativo de *São Jorge dos Ilhéus* é movido por interesses conflitantes em uma Ilhéus que sofre um surto de crescimento populacional e econômico diante da alta do cacau provocada pelos exportadores. Surge na cidade modernas bugigangas e tendências culturais, importadas principalmente dos Estados Unidos que, nesse período, já pleiteava o Brasil como zona de influência a fim de estabelecer domínio geopolítico na América Latina. Isto é, domina culturalmente enquanto explora o trabalho e desapropria as riquezas naturais em seu processo mundializado de imperialismo capitalista. Com isso, na narrativa, a dialética da cidade Ilhéus está posta na medida em que ela preserva suas reminiscências coloniais, caso dos trabalhadores rurais extremamente pauperizados e, em sua maioria, descendentes de escravos, ao mesmo tempo que experiencia relações inéditas com as diversas novidades que chegavam à cidade. Lazeres até então desconhecidos para uma população acostumada com a vida interiorana e pacata, formada por sujeitos que passaram boa parte de suas vidas enfurnados nas matas, derrubando-as e plantando cacau, e que agora se deparam com uma novidade a cada dia:

Os navios traziam para Ilhéus, Itabuna e Itapira, para o porto de Canavieiras, para Belmonte e Rio de Contas, os mais estranhos carregamentos: *jazz-bands* e perfumes caros, cabeleireiros e massagistas, jardineiros, agrônomos e mudas de frutas europeias para os pomares, aventureiros e automóveis de luxo. Foi espetacular, parecia um cortejo de festa carnavalesca (Amado, 2010, p. 171).

Nesse período, Ilhéus era reconhecida como uma referência de desenvolvimento, sendo fonte de orgulho aos moradores, conhecida e comentada em São Paulo e no Rio de Janeiro, as duas maiores cidades do país:

Do Rio de Janeiro chegavam intelectuais que realizavam conferências. Alguém os apelidou de ‘caixeros-viajantes da cultura’, saudando um deles e querendo se referir ao número incrível de caixeiros-viajantes dos mais diversos produtos que aportavam em Ilhéus (Amado, 2010, p. 177).

Entretanto, todas as transformações sofridas pela cidade e as novas relações estabelecidas com a impressão geral de progresso não encerraram com sociabilidades anteriores, tal qual o patriarcado, o racismo e o mandonismo. Tais mudanças não partiram de uma base popular, mas sim ocorreram de acordo com os grupos que tinham a ganhar com o melhoramento da infraestrutura com o intuito de ampliar a economia cacauceira. Sendo então mudanças de cima para baixo, que vieram a beneficiar os exportadores, porque eram os representantes do capital internacional que financiava tais transformações, como o melhoramento das estradas e ampliação dos portos, a fim de facilitar o escoamento do cacau para os mercados estrangeiros. Assim, são mudanças incompletas e contraditórias que não tem como premissa a melhoria das condições de vida daquela região, já que ocorrem exclusivamente para atender os interesses do grupo agenciador delas. O choque entre o que se foi e o que permanece circunda toda a narrativa, porque em *São Jorge dos Ilhéus* há referências constantes há um passado problemático que continua a exercer influência no tempo presente da narrativa. De acordo com João Paulo Ferreira Santos (2017), em sua dissertação de mestrado, orientada por Edivaldo Bergamo, um dos mais relevantes estudiosos de Jorge Amado, tem-se que:

É salutar observarmos as formações verbais usadas (pretérito imperfeito) para podermos ver que se fala de um passado que ainda não se concluiu. Inclusive, uma parte significativa dos verbos usados em *São Jorge dos Ilhéus* pertence ao tempo pretérito imperfeito, do modo indicativo. Assim, vamos vendo que no correr da narração, muda-se a estrutura, mas a base econômica assim como as relações de poder continuam sendo as mesmas, só que em um grau maior de reificação³⁴ (Santos, 2017, p. 117).

³⁴ Nota nossa: Reificação é o processo de objetificação das coisas e das pessoas. As coisas são fetichizadas em uma constante atualização a fim de vender a mesma mercadoria acrescida de algum detalhe que a distingue da

O tipo de modernização de Ilhéus apresentada no romance, dependente do capital estrangeiro, não é específica da região ou do tempo histórico da narrativa, visto que é característico do Brasil um desenvolvimento contraditório e aos solavancos devido à situação de subdesenvolvimento nacional historicamente elaborado pela condição colonial imputada ao país, que se manifesta pela crônica dependência econômica à qual o Brasil está sujeito. As contradições mais latentes do desenvolvimento econômico não apenas de Ilhéus, mas de todo o país na década de 1930, não se explicam apenas pelo passado colonial, mas também pela ausência de planejamento estatal.

Ora, é claro que a desarticulação interna do país era imensa, acentuada exatamente pelo passado colonial, mas também existia uma grande ausência de experiência de luta política organizada e partidária capaz de trabalhar pelo aperfeiçoamento de um Estado forte capaz de garantir soberania nacional. Ainda não havia uma unidade interna que conjugasse a população em torno de uma nacionalidade, não havendo nem uma ideia clara de país, tampouco havia infraestrutura que atendesse as novas demandas internas e internacionais. Existia uma ideia geral do Brasil como um “país novo”, com muito potencial, mas com rumos incertos. A própria burguesia brasileira não dispunha de *capital constante*³⁵ para industrializar o país, função que ficou a cargo de Getúlio Vargas que investiu na indústria nacional ao mesmo tempo que buscou criar uma ideia de nação, uma identidade nacional³⁶. Consonante a esse contexto de pouco desenvolvimento das bases materiais de produção nacional, o narrador de *São Jorge dos Ilhéus* expressa a dependência gerada pelo investimento estrangeiro, pois, em verdade, fragiliza a economia da cidade de Ilhéus, e de qualquer outra do sul global, visto a troca desigual e a diferente capacidade de exercer influência que existe entre países de primeiro e terceiro mundo, entre países colonizadores e colonizados, centrais e periféricos.

A modernização por meio de investimento estrangeiro é muito problemática, pois não assegura diversas garantias essenciais para o desenvolvimento nacional, como investimento em tecnologia, enquanto dificulta a autonomia econômica por não haver sequer transferência dessa tecnologia de produção do país central para o periférico. Os países que dispõem de uma

edição anterior. Já as pessoas reproduzem relações sociais tão profundamente permeadas pela ideologia capitalista que passam a lidar com outras pessoas de maneira “coisificada”.

³⁵ Capital constante é todo o investimento em infraestrutura que possibilite a produção. O salário, por outro lado, é capital variável. O capital constante é uma pequena transferência de valor do maquinário para a mercadoria. Para um aprofundamento teórico ver *O capital*, de Karl Marx.

³⁶ A partir do que ficou conhecido como “nacionalismo-desenvolvimentismo”, Vargas buscou promover a cultura nacional a fim de unificar a nação. Práticas como o futebol e o samba se popularizaram na década de 1930 diante da propaganda estatal. Para mais informações ver *A era Vargas*, de Pedro Paulo Zahluth Bastos.

indústria melhor desenvolvida delegam aos demais países uma perene condição de subalternidade no cenário da economia mundial. Com a falta de desenvolvimento das bases produtivas, o próprio Estado nacional fica à mercê dos desígnios do mercado internacional.

A título de exemplo, observa-se que em *São Jorge dos Ilhéus* não é tomada nenhuma medida institucional que preserve a posse de terras aos antigos coronéis, que do dia para a noite se tornam “milionários mendigos”. Os exportadores agiram em conformidade com os desígnios legais e, por isso, obtiveram as terras sem nenhum problema com as leis, o que releva a fragilidade da soberania nacional, uma vez que o país está sujeito à especulação tramada por agentes de interesse internacional, que atuam nos limites da falta de medidas protecionistas do Brasil de 1930. Esse cenário revela mais uma das características da dependência dos países que foram colonizados, já que muitos não dispõem dessas medidas protecionistas de suas economias, quadro que se repete ainda nos dias atuais.

A personagem do exportador Carlos Zude, ao longo da narrativa, fixa uma imagem sobre os coronéis, que para ele é muito precisa sobre o caráter deles. Carlos vê os coronéis como “crianças tímidas”, pois desconhecem os novos aparatos de funcionamento econômico e de disputas políticas que passam a vigorar com o desenvolvimento do modelo imperialista por meio do capitalismo financeiro. Em outras palavras, os interesses não se organizam mais dentro da estrutura coronelista de poder, como estavam acostumados os coronéis, mas sim a partir do mercado internacional, no qual o capital dos países de economia central é capaz de influenciar diretamente o rumo da economia dos países periféricos, prática que se mostra como um terrorismo econômico contra os países mais vulneráveis no cenário mundial de produção de riquezas. De acordo com Santos (2017, p. 161):

Talvez seja trivial dizer que os ‘coronéis’, como ‘crianças tímidas’, por si são culpados pelo destino que tiveram; que os trabalhadores e ou as mulheres, ou mesmo os exportadores, foram responsáveis, *per si*, dos seus fracassos ou vitórias. O que não implica, necessariamente, em dizer que não tiveram considerável responsabilidade nos rumos dos seus destinos. Assim sendo, pode-se dizer que o desfecho de *São Jorge dos Ilhéus* é justificável pela conformação histórica real concreta do Brasil da primeira metade do século XX. [...] Apesar de alguns estudiosos, como Duarte, entenderem que há uma espécie de ‘esquematismo econômico’ que marca o romance, do ponto de vista histórico, ou melhor dizendo, se colocado sob a perspectiva de interpretações sociológicas, como as de Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes, veremos que a astúcia dos exportadores (no romance) não contradiz os interesses e a astúcia de uma burguesia urbana, formada por comerciantes e financistas, cujo objetivo não foi propriamente revolucionar, mas sim evoluir. E mais ainda, os caminhos percorridos pelas personalidades que empunharam a bandeira da modernização brasileira não poderiam conduzir a outro fim, senão a derrocada trágico-dramática dos coronéis, o que, é claro, não ocorreu sem alguma resistência ou luta.

A imagem dos coronéis como “crianças tímidas” é a metáfora para demonstrar a incapacidade das elites nacionais na preservação das próprias riquezas diante do capitalismo imperialista em um contexto de grandes mudanças regionais, nacionais e internacionais. Os próprios filhos dos coronéis em *São Jorge dos Ilhéus*, aqueles que tinham os instrumentos necessários para lutar contra os exportadores ao que diz respeito às manobras legais plausíveis, ou que poderiam ter alertado seus pais sobre a estranha condição da alta gerenciada pelas exportadoras de cacau, não o fizeram, porque são jovens tomados por uma impotência diante da imponência das realizações de seus pais, sem nunca assumirem reais responsabilidades enquanto frequentam zonas de prostituição e fazem uso de drogas, como, por exemplo, a personagem Rui Dantas, “advogado sem clientes,” filho de Maneca Dantas: “Os filhos dos coronéis malandreavam nos cafés e o dr. Rui Dantas, em certa noite de porre, os definira com uma frase, que o poeta Sérgio Moura dizia ser a sua única frase inteligente e justa: - Somos uma geração fracassada...” (Amado, 2010, p. 69). Essa afirmação de serem uma “geração fracassada” é reflexo da debilidade das elites nacionais frente os interesses estrangeiros, não sendo capazes de se oporem a eles até mesmo enquanto classe, sendo o conflito entre coronéis e exportadores um ponto nodal em *São Jorge dos Ilhéus*.

2 História, literatura e a luta pela terra: a saga do cacau em São Jorge dos Ilhéus

São tantos, tantos
túmulos, tanto martírio,
Nada, nem sequer a vitória
apagará esse terrível buraco de sangue:
Nada, nem o mar, nem a passagem
de areia e tempo, nem o novo gerânio
no túmulo.
(Pablo Neruda)³⁷

O gênero alimentício cacau possui por nome científico *theobroma cacao*, atribuído pelo naturalista Carlos Lineu³⁸, no qual “theobroma”, em grego, ainda que sua origem seja americana, significa “o alimento dos deuses”. Os primeiros registros desse produto agrícola datam de mais de três mil anos atrás, entre os Olmecas, na Mesoamérica, atual sul do México até oeste da América Central, quando os astecas consumiam o cacau durante as árduas marchas e empreitadas bélicas para terem energia, visto que o cacau revigora o corpo, sendo realmente o alimento dos deuses. Ademais, além do consumo, as amêndoas do cacau eram utilizadas como moeda de troca, logo, o cacau desenvolveu um papel muito importante nas comunidades ameríndias até a colonização europeia.

Também há descobertas arqueológicas que indicam que pelo menos mil anos antes dos astecas, os maias também já valorizavam e consumiam o cacau, conforme explica Porro (1997, p. 280-281): “Mais de vinte mil espécies do gênero *theobroma*, nativas da América desde o México meridional até o Brasil tropical, eram conhecidas e em parte cultivadas pelos mais variados povos indígenas. *Theobroma cacao* é de longe a espécie econômica e culturalmente mais importante”. Isto posto, não tardou, a partir do século XVI, que os europeus percebessem o valor do cacau, passando a utilizá-lo, produzi-lo e exportá-lo. No século XVIII, o cacau já era a principal *commodity* exportada pela Amazônia colonial portuguesa, e na primeira metade do século XIX, “os portugueses haviam levado o cacau do Brasil para a Guiné, de onde ele iria-se

³⁷ Poema “Terras Agredidas”, de 1937. (In DAVIS, p. 5).

³⁸ Carlos Lineu (1707-1778) foi um importante naturalista sueco, considerado o precursor da taxonomia. Hoje em dia, com a taxonomia mais atualizada do que em sua época, consistindo em reino, classe, ordem, gênero e espécie, a *theobroma* é o gênero e *cacao* a espécie.

difundir para outras colônias europeias da África ocidental e mais tarde a Ásia de sudeste e para a Oceania” (Porro, 1997, p. 282).

Para maior entendimento do contexto brasileiro, a partir da invasão europeia no litoral baiano em 1500, não apenas mercadorias foram extraídas, mas também a terra como um todo, que foi distribuída pela Coroa portuguesa. Dom João III “ordenara a divisão das terras brasileiras em oito capitanias, de cêrca de 50 léguas de costa cada uma e separadas umas das outras por linhas leste-oeste. O rei escolhera para cada uma delas ‘vassallos seus de sangue e merecimento’” (Pacheco, 1967, p. 77). Dessa forma, sobre o mecanismo de funcionamento colonial, poderes e posições eram herdados, ou por nascimento, devido ao “sangue nobre”; ou por merecimento, muitas vezes, ocorrendo mediante feitos; ou, principalmente, pelas amizades, pois para os amigos, tudo.

A quarta capitania hereditária, que foi doada ao fidalgo Jorge de Figueiredo Correia³⁹, em 1534, pela Carta Régia, foi a de Ilhéus⁴⁰. Entretanto, seu donatário a deixou sob os cuidados de Francisco Romero⁴¹ que, em 1536, iniciou uma das primeiras ocupações permanentes pela colonização, a vila de São Jorge dos Ilhéus, estendendo-se como concessão régia de cunho privado até 1761, sendo Ilhéus e Porto Seguro as últimas capitanias a serem desfeitas, durante a administração do Marquês de Pombal.

Pouco antes, em 1752, o cacau foi introduzido na capitania, e em pouco tempo ascendeu vertiginosamente, tornando-se parte integrante do plano de desenvolvimento de toda a zona cacauera. O plantio de cana-de-açúcar, até então, era a principal monocultura do Brasil colônia, todavia, era uma lavoura que dependia de grande investimento em infraestrutura e de muitos trabalhadores; ao contrário da lavoura de cacau, que não precisava de grandes somas de capital e trabalhadores. Ademais, a falta de adaptação no cultivo de outras culturas favoreceu o estabelecimento da monocultura do cacau em Ilhéus:

Ilhéus, durante quase três centúrias em que permaneceu na condição de donatária, não consolidou o desenvolvimento de uma economia agro-exportadora, calcada no açúcar e no tabaco [...] o território possuído pelo antigo senhorio esperaria, de acordo com as visões historiográficas correntes, até a segunda metade do século XIX, quando o cacau a teria redimido do seu estado crônico de miséria (Dias, 2007, p. 48).

³⁹ Jorge de Figueiredo Correia (1500- 1550), fidalgo português, foi o primeiro donatário da capitania de Ilhéus. Foi cavaleiro da Casa Real e Escrivão da Fazenda de D. João III.

⁴⁰ Para o conhecimento de casos particulares da época, ver o livro de 1981 *Memória de Ilhéus*, de Fernando Sales, que reúne relatos desde o século XVI da atual cidade de Ilhéus.

⁴¹ Francisco Romero (S/D) foi um capitão-mor espanhol que realizou expedições fracassadas de colonização na capitania de Ilhéus.

Aliado à pouca produtividade em Ilhéus de monoculturas comuns à época, como o tabaco e o açúcar, as elites baianas não apresentavam perspectivas animadoras até voltarem seus olhos ao cacau, o qual era produzido em plantações de médio e pequeno porte. A existência dessas propriedades menores, em detrimento do latifúndio, aconteceu devido ao desmantelamento da capitania de Ilhéus, que foi dividida em sesmarias durante a metade do século XVIII, apesar de não ter sido uma solução para a expansão da fronteira agrícola, que só pôde consolidar-se como uma grande região produtora de commodities graças à cacauicultura.

Até então, esta região possuía uma ocupação pouco densa, onde a maioria da população se encontrava no litoral, exercendo a pesca, produzindo culturas de subsistência e extração de madeira. Assim, Ilhéus só seria elevada da condição de vila a cidade, em 1881, devido à significativa influência da lavoura de cacau (Falcon, 1995) que, embora tenha demorado para destacar-se como um alicerce econômico de desenvolvimento do sul da Bahia, visto a longevidade da ocupação do território desde os portugueses, foi a zona mais produtiva ao longo da história. Nota-se que esse cenário aparece em *São Jorge dos Ilhéus*, quando Maximiliano Campos, fundador da casa de exportação de cacau ZUDE, IRMÃO & CIA, próximo a sua morte, recomenda aos seus filhos “abandonarem por completo o fumo e o algodão, e se dedicarem exclusivamente ao cacau” (Amado, 2010, p. 24). Logo, o conselho de Maximiliano foi acatado por seu filho, Carlos Zude, que iniciou os negócios da família no cacau.

Como foi possível observar, a história da cidade de Ilhéus há muito está vinculada a do cacau, pois os registros mais antigos desta relação datam da década de 1650, quando o cacau é introduzido na região com mudas vindas do Pará (Tavares, 1980). Na década de 1770, a Coroa portuguesa incentivava novas lavouras para a exportação, sendo uma delas a do cacau, assim como algodão e café para servirem de alternativa à cana-de-açúcar, que não se consolidou como uma forte *comodity* no sul baiano. Na década de 1820, o cacau já era produzido comercialmente em Ilhéus e, em 1835, era uma das commodities exportadas com regularidade e, por consequência, em 1860, sua exportação se tornou internacional, com boa parte de sua safra direcionada aos Estados Unidos. Em 1910, a Bahia já era a maior produtora de cacau do Brasil, acimentando um forte progresso econômico para a região. Logo, em 1930, no contexto histórico de *São Jorge dos Ilhéus*, o cacau estava consolidado como símbolo de riqueza e poder social (Ribeiro, 2008).

A safra do cacau foi um fenômeno possível mediante às condições geográficas, climáticas e históricas da cidade de Ilhéus. Ao longo do século XIX, escolhas foram sendo feitas pelos produtores do sul da Bahia, culminando na monocultura do cacau, que já apresentava mercados internacionais e mostrava-se como uma alternativa a demais monoculturas populares

no período, como o fumo e o algodão, apesar de que “os primeiros plantadores de cacau não guardavam nenhum método nas suas plantações e os cacauzeiros desse tempo tinham uma vida produtiva relativamente baixa” (Amado, 2010, p. 207).

As condições estritas para uma lavoura cacauzeira rentável, em grande porte, precisavam estar muito bem alinhadas, tais quais clima, solo e outras árvores para dar sombra ao cacauzeiro, sendo a relação do cacauzeiro muito íntima com a da floresta, pois se trata de uma planta que gosta do calor, mas não de insolação. Assim, usava-se bananeiras para servirem de sombreiro para o cacau, durante sua maturação, as quais, posteriormente, foram substituídas por árvores de maior porte conforme crescia o cacau.

É que, de fato, se as condições de solo influem na sua produção, determinando maior ou menor rendimento, são as condições de clima as preponderantes, pois, fora de certos limites, observados em todas as regiões cacauzeiras do mundo, a sua produção torna-se economicamente impossível (Santos, 1957, p 17).

O manuseio do cacau é definido pelas estações do ano, sendo preferencialmente plantado em períodos chuvosos, pois sua hidratação é fundamental para iniciar seu desenvolvimento. Normalmente, um cacauzeiro leva cerca de dois anos para gerar seu primeiro fruto e cerca de cinco anos para chegar à fase adulta, e pode ser colhido duas vezes ao ano sob condições ideais, como é o caso da região cacauzeira do sul da Bahia. A frutificação dos cacauzeiros pode acontecer em momentos diferentes, o que dificulta a utilização de máquinas e caracteriza o trabalho manual como a principal forma de colheita do cacau, sendo necessário ser realizado a mão, variando suas demandas de acordo com o período do ano.

No contexto de *São Jorge dos Ilhéus*, o narrador usa as recordações do poeta Sérgio Moura para revelar como uma formiga faz parte das condições necessárias de cultivo do cacau. Assim, na narrativa, apresenta-se uma crise do cacau no Equador devido ao ataque de uma praga, que destruiu a produção nacional daquele período, o que contribuiu aos exportadores de cacau iniciarem o processo imperialista de colonização das terras nacionais.

Por que diabos os exportadores podiam querer a alta? À primeira vista os preços como estavam eram o ideal para os exportadores. Os preços impostos pelos compradores de Nova York... há muito que os exportadores de Ilhéus poderiam, se quisessem, impor os preços... Onde iriam os Estados Unidos comprar todo o cacau de que necessitavam para seu consumo interno? O poeta se recorda do telegrama do jornal que ele cortara, noticiando a perda de toda a safra República do Equador. A praga comera as flores e comera os cocos pequenos. No Equador não criavam sobre as folhas dos cacauzeiros, como em Ilhéus, a formiga pixixica que, sem fazer mal à árvore extermina a praga. Uma formiga era a base da fortuna em Ilhéus... (Amado, 2010, p. 51).

As pequenas lavouras, retratadas na narrativa, se não tiverem as condições de cultivo muito bem atendidas, por exemplo, com a presença da formiga pixixica, as amêndoas do cacau, onde reside seu valor, tendem a ser menores e de pior qualidade, por ser uma planta de difícil trato, com um ciclo de produção específico ao longo do ano. À vista disso, sobre a época da colheita do cacau, o narrador destaca a variação do ciclo na narrativa, que ocorreria em junho, e na Ilhéus contemporânea, quando a safra do cacau é feita até julho. O próprio narrador do romance de *São Jorge dos Ilhéus* pode dar as pistas para a diferença de um mês entre as safras: “Depois que os últimos restos das grandes matas, haviam sido derrubados e plantados, não mais foi tão constante e farta a chuva nas terras de Ilhéus” (Amado, 2010, p. 151).

Partindo da perspectiva do ciclo atual do cacau, em maio ele inicia seu ciclo de produção, maturando os frutos até julho, quando começa a colheita, e até novembro as folhas do cacau caem e novas florescem e, por fim, são realizadas a limpeza e a manutenção das plantações até a próxima safra. O período de janeiro a março é conhecido como “paradeiro”, por ser um momento em que o cacauzeiro requer menos cuidados, como a poda dos pés enquanto aguardam a chegada das chuvas: “As chuvas necessárias [...] para a safra de junho, cairiam nesses meses tórridos, ou a seca bateria sobre as roças, assolando tudo, matando as flores, os pequenos frutos, doirando apenas as folhas dos cacauzeiros?” (Amado, 2010, p. 151). Assim, sem as condições ideais e o trato da lavoura, sem dúvidas a história da cidade de Ilhéus teria sido outra, porque os principais momentos de desenvolvimento da região se deram em virtude da cacauicultura, que conquistou altíssimos índices de exportação a partir do início do século XX, sendo o maior responsável pelo contingente de exportações de todo o estado da Bahia. Em *São Jorge dos Ilhéus*, o narrador descreve algumas práticas da lavoura, nas quais os trabalhadores, durante a poda,

arrancarão todos os rebentos que sugam a força do tronco, força necessária para o crescimento do fruto. Tirarão os galhos verdes que destoam do colorido doirado das roças, galhos que nascem no alto das árvores, e partem em direção ao céu. Isso tudo é inútil ao cacauzeiro, é ‘ vaidade’ da árvore, como dizem os trabalhadores. É preciso tirar todos esses ornamentos de um verde tênue para que o cacauzeiro dedique toda sua força aos cocos, dentro dos quais os caroços de cacau estarão cobertos de mel, mel que se derreterá pela abertura dos cachos, sob os pés dos homens (Amado, 2010, p. 101).

Diante do exposto até aqui, evidencia-se no romance a relação entre Ilhéus, o cacau e a opressão exercida sobre os trabalhadores, sobretudo, os negros, a fim de estabelecer as bases que possibilitaram a formação da lavoura cacauzeira, que determinou toda a história ulterior de Ilhéus, berço de Jorge Amado. Isto posto, na análise de *São Jorge dos Ilhéus*, além de observar

o resgate da história de Ilhéus, com o seu passado constituído por relações coloniais, verifica-se como Jorge Amado propõe elementos da luta anticolonial na obra.

Jorge Amado denuncia como a história de Ilhéus é profundamente marcada pela escravidão e por tentativas de colonização nacional e estrangeira e, nesse processo, a maior motivação para tal empenho foi a ampliação da agricultura na região, tendo o cacau o produto agrícola em destaque, porque foi por meio de seu cultivo que os interesses econômicos regionais foram concretizados. Em vista disso, sem o cultivo de cacau em Ilhéus, tanto a obra amadiana quanto Jorge Amado seriam outros, pois o sul baiano povoa seus romances e suas vivências, determinando como ele foi formado pela cultura do cacau que ali vivia seu período áureo.

Dito isso, uma digressão histórica acerca das relações de Ilhéus com o cacau se faz necessária neste estudo, em consonância com a reorganização do trabalho pós-escravidão na formação da lavoura cacauzeira até a década de 1930, para compreender a trajetória dos *tipos sociais* mais característicos na lavoura presentes em *São Jorge dos Ilhéus*, o coronel e o “alugado”.

2.1 A formação da lavoura cacauzeira e a identidade histórica de *São Jorge dos Ilhéus*

O que houve e há é uma minoria dominante, espantosamente eficaz na formulação e manutenção de seu próprio projeto de prosperidade, sempre pronta a esmagar qualquer ameaça de reforma da ordem social vigente.

(Darcy Ribeiro)⁴²

A quantidade de cacauzeiros plantados em uma lavoura era determinada pela riqueza de seu proprietário, ainda que as pequenas plantações tenham sido comuns, onde foi raro o trabalho escravo, destoante das grandes propriedades. A crise da cana-de-açúcar e até mesmo do tabaco, gerada por concorrência internacional, visto o despontamento de outros países como fortes exportadores, e pela proibição do tráfico negreiro, impulsionou o plantio de cacau, já que estava cada vez mais rentável. Em *São Jorge dos Ilhéus*, esse evento é mencionado na recordação do narrador “antes da chegada do cacau, quando a cana-de-açúcar era a verde lavoura de Ilhéus, quando os engenhos rudimentares eram a fortuna dos ricos” (Amado, 2010, p. 164).

⁴² RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 452.

Iniciativas tais quais a extração de borracha e piaçava, e pecuária, foram exercidas, mas no máximo coexistiram num processo de roça mista, principalmente nas faixas de terra menos propícias ao cacau. Desse modo, após a implementação do cacau como alternativa agroexportadora no sul da Bahia, seus resultados foram percebidos rapidamente:

Sebastião Ferreira Soares registrou que o cacau estava se desenvolvendo bem no sul da Bahia, em seu estudo, de 1852, sobre a agricultura brasileira. Alguns anos mais tarde, o Juiz de Direito de Ilhéus publicou um panfleto relatando o sucesso crescente do cacau na região, e, por volta de 1869, o Presidente da Província relatava à Assembleia Legislativa que o cacau parecia constituir uma cultura muito promissora para a Bahia (Mahony, 2001, p. 107).

Conforme a lavoura se expandia, mais e mais interessados em seu cultivo surgiram, dentre eles, principalmente os grandes latifundiários, que concomitantemente eram os proprietários de escravos. Esses grandes proprietários foram os mais capazes de plantar milhares de cacauzeiros, já que dispunham de somas mais arrojadas de capital e força de trabalho, além do próprio crédito ser facilitado para eles, pois lastreavam o crédito recebido na quantidade de escravizados possuídos.

O escravizado se configurava como uma mercadoria semovente, sendo de fácil transição de um dono a outro, o que engendrava transações comerciais mais favoráveis às partes interessadas, facilitando o acesso ao crédito, já que a garantia necessária para ter esse acesso se dava mais seguramente por meio da posse do escravo do que por outras riquezas como a terra que, por vezes, poderia ser longínqua e, por isso, não se mostrava tão segura quanto as garantias do acesso ao crédito lastreadas pelo escravizado. Assim, foi a ampla presença do escravizado em Ilhéus que viabilizou o investimento na lavoura cacauzeira:

Os escravos não plantaram todo o cacau do sul da Bahia no século XIX, mas eles plantaram muito cacau, eles serviram de garantia para a maioria, se não para todo o capital investido na área antes da abolição, e eles criaram os homens e mulheres que iriam tornar-se alguns dos homens e mulheres mais ricos do Estado da Bahia nas primeiras três décadas do século XX (Mahony, 2001, p. 107).

O entendimento de que os grandes investimentos de capital na formação da lavoura cacauzeira em Ilhéus só foram possíveis mediante o trabalho escravo, é fundamental para uma análise crítica da história de Ilhéus. Por muito tempo houve uma lacuna nos estudos acerca do trabalho escravo na lavoura de cacau do sul da Bahia, o que gerou debates historiográficos acerca da sua existência. Quadro este que vem se alterando, e novas pesquisas vem sendo feitas, tais como *Conflitos e tensões: conquistas de escravizados e libertos no sul da Bahia, 1880 –*

1900, de Ronaldo Lima da Cruz (2012) e *Escravos e senhores na terra do cacau*, de Victor Santos Gonçalves (2017), as quais revelaram que de fato ocorreu o uso do trabalho escravo nas lavouras de cacau, contribuindo para evitar os apagamentos desses homens e mulheres. Autoras como Mary Ann Mahony também evidenciam esse fato, salientando que a lavoura do cacau pode ter tido um menor contingente de escravizados como força de trabalho do que em demais monoculturas pelo país, mas os mecanismos coloniais foram os mesmos:

Mas foram os donos de muitas terras, com acesso a mais de 50 escravos, que conseguiram plantar o maior número de cacauzeiros. Em outras palavras, o acesso à mão de obra escravizada permitiu aos proprietários mais importantes de Ilhéus desenvolver suas terras mais rapidamente do que aqueles sem acesso a escravos (Mahony, 2018, p. 239).

O principal alicerce que possibilitou o desenvolvimento da economia cacauzeira foi a escravidão. As condições de solo e clima atenderam às exigências da planta, mas foi pelo trabalho escravo que o cacau pôde tornar-se a maior monocultura já vista pelo sul da Bahia e uma das principais exportações dos portos brasileiros. Infelizmente, o processo de apagamento da memória negra velou por muito tempo a real situação da monocultura cacauzeira.

Um dos fatores que contribuiu para o debate acerca da existência do trabalho escravo nas lavouras de cacau é a coincidência entre o momento de maior expansão econômica de Ilhéus, devido à plantação de cacau, na década de 1880, com a abolição da escravatura em 1888. Antes disso, já existiam restrições ao escravagismo pelas leis de caráter abolicionista, como a Lei Eusébio de Queirós, de 1850, que proibia a chegada de novos escravizados ao Brasil – inclusive, é um marco temporal, porque também houve a Lei de Terras, com o intuito de embranquecer a população brasileira pela vinda de estrangeiros europeus simultaneamente com a prospecção de como se substituiria o trabalho escravo no país –, e a Lei do Ventre Livre, de 1871, a qual determinava que filhos de escravizados nasciam como cidadãos livres. Apesar disso, como aponta Barbosa (2012), a origem das grandes plantações de cacau ocorreu por meio do trabalho escravo:

Grandes fazendeiros, com auxílio de escravos, plantaram cacau em suas propriedades [...] O Dr. Pedro Cerqueira Lima, de família de traficantes de escravos, de Salvador, comprou a Fazenda Almada com 35 escravos. Depois, o seu filho, Pedro Augusto Cerqueira Lima, em 1892, possuía 200 mil pés de cacau (Barbosa, 2012, p. 432).

Com isso, mesmo após a abolição de 13 de maio de 1888, foram os libertos que continuaram a plantar o cacau, mas a história dominante buscou esconder essa realidade. Outro

fator que serviu para obscurecer a realidade do trabalho escravo nas lavouras foi a artimanha dos mitos fundadores, pois os grandes latifundiários foram transformados, no início do século XX, em agentes benevolentes que buscavam desenvolver o sul da Bahia, ao invés dos senhores de escravos que eram. Mahony (2007) debate esse falso mito fundador ao dizer que

na verdade, está narrativa é um mito de origem que conta a história do nascimento da economia cacauera e da formação de sua elite regional. Como a maioria dos mitos históricos, é uma narrativa que pretende explicar e justificar o passado, mas que também tenta explicar e justificar o presente. Ao expor as dificuldades dos desbravadores do século XIX, ele ajuda a obscurecer desigualdades raciais e a justificar a imensa concentração fundiária e de renda que se desenvolveram na região no século XX (Mahony, 2007, p. 738).

Essa transfiguração serve como instrumento de legitimação das grandes propriedades, já que não são os antigos donos de escravos que iniciaram as primeiras arrojadas plantações, mas sim os heróis da terra que buscaram, por amor à Ilhéus, desenvolvê-la economicamente. Assim, a verdadeira força motriz da lavoura do cacau, a escravidão, permaneceu submersa em um mar de falseamentos dos acontecimentos históricos, que legitima uma

história forjada na figura de homens que trabalharam e lutaram muito para transformar as florestas do sul da Bahia em roças e fazendas de cacau durante o século XIX e, principalmente, nas primeiras décadas do século XX. Nesse contexto, enfatiza a trajetória de alguns poucos “desbravadores” que tiveram sucesso tornando-se ricos e, assim, membros da elite local (Cruz, 2022, p. 36).

Dessa forma, o trabalho escravo constituiu a base econômica da cidade de Ilhéus, mas foi apagado pelo discurso dominante, porque a ideia de progresso burguês não coaduna com a realidade histórica, visto que é interessante às classes hegemônicas extinguir quaisquer participações dos oprimidos na construção das narrativas oficiais.

Com a abolição da escravidão, muitos recém-libertos permaneceram na região e reivindicaram direitos sobre pedaços de terra que foram plantados nos seus dias de descanso, que era prática comum à época. Há casos que essa reivindicação não foi atendida, forçando os libertos a partirem para as matas, derrubando-as e plantando cacau, entretanto, como os libertos sabiam que o cacau demorava cerca de cinco anos para atingir sua idade adulta, eles precisariam viver de outra forma até o retorno do cacau.

Tal fato, contudo, não seria um dos grandes problemas enfrentados, porque os escravos conheciam uma variedade de hortaliças, já tendo a prática de seu cultivo. Na lida com a terra, na região sul da baiana, uma parcela considerável de escravos conseguiu plantar mudas de cacau próprio por meio de brechas na própria estrutura escravagista colonial no século XIX. Por mais

débil que fosse as garantias dos escravos, existia certo aparato institucional que permitia os escravizados possuírem bens (Mahony, 2001) e, assim, muitos deles passaram a integrar o trabalho livre nas lavouras de cacau pós-abolição, visto já disporem de experiência com a planta. Trabalhavam tanto para um fazendeiro quanto em suas próprias roças. Havia, dentro dos limites permitidos pela escravidão, concordância sobre a posse dos frutos gerados pelo trabalho nos dias de descanso. O acesso à terra contribuiu para que uma parcela da população escravizada conseguisse até mesmo comprar sua alforria. Com a autonomia do plantio nos dias estipulados para seu descanso, ocorreu a incidência de uma economia interna entre os escravos.

Em alguns casos, senhores não mantinham alimentação de seus cativos, deixando-os a própria sorte de suas plantações para mitigar custos. O eventual excedente produzido pelos escravos em sua própria terra, poderia ser vendido, aquecendo até mesmo o comércio local, injetando mais produtos. A perspectiva de, em alguns momentos poder trabalhar para si mesmo, contribuiu para, suavemente, diminuir as tensões entre senhores e escravos, aumentando a vida útil da escravidão enquanto sistema econômico, social e político no Brasil. O debate historiográfico chama esse processo de “brecha camponesa”, sendo um pedaço de terra de livre uso para plantação. Há divergências sobre sua natureza conceitual, pois há autores que defendem que este mecanismo social é um adereço menor no sistema escravista (Gorender, 1980)⁴³ porque as terras seriam concedidas pelo senhor, enquanto outros classificam como ato de autonomia e organização dos escravizados porque representa as conquistas da luta de classes dos escravos (Cardoso, 1987).

A primeira hipótese, porém, diminui a eficiência dos processos de resistência empenhados pelos escravizados pela aceitação de que as terras usadas para o plantio pelos escravos foram simplesmente disponibilizadas, ao invés de ser fruto de resistências cotidianas que resultaram na sua conquista. De toda forma, a brecha camponesa, presente na lavoura de cacau, durante a segunda metade do século XIX, no sul baiano, foi um espaço importante durante a escravidão e no pós-abolição, porque os recém-libertos, que conseguiram ter acesso aos frutos dos dias de descanso, tornaram-se agricultores do cacau que já vinha angariando valor econômico e, assim, vislumbrar a possibilidade da alforria. Assim, a brecha camponesa foi um pelego para mediar as contradições no Brasil escravagista:

A chamada ‘brecha camponesa’, ao ceder um pedaço de terra em usufruto e a folga semanal para trabalhá-la, o senhor aumentava a quantidade de gênero disponível para

⁴³ Como adendo, a parte da discussão sobre a brecha camponesa, cabe menção de que Jacob Gorender e Jorge Amado se desentendiam dentro de suas atuações no PCB, enquanto gradualmente se antagonizavam nas propostas sobre as táticas de intervenção partidária na sociedade.

alimentar a escravaria numerosa, ao mesmo tempo que fornecia uma válvula de escape para as pressões resultantes da escravidão (Silva; Reis, 1989, p. 194, *apud* Cruz, 2012, p. 40).

Conforme a citação, por mais que as terras cultivadas fossem dos senhores, o cultivo, tratando aqui principalmente do cacau, foi feito pelos escravos e a eles pertenciam, dentro da brecha camponesa, a qual possibilitou a existência de trabalho autônomo no Brasil colonial, existindo mesmo entre os escravos que, “pelo menos alguns deles, já possuíam essa alternativa de se dedicarem a uma forma de campesinato ‘livre’, embora sem possuírem terra e continuando ainda na condição de cativos” (Dias; Carrara, 2007, p. 239). Logo, no país, há registro de trabalhadores rurais fora do sistema escravagista.

A historiografia mostra que o trabalho livre existiu entre a população rural mesmo na escravidão. Este mecanismo de brecha camponesa serviu de incremento à força dos cativos, pois aliado a outras condições, tal qual a recente legislação abolicionista, muitos escravos conseguiram barganhar com seus senhores, principalmente após a abolição, pois os antigos senhores de escravos queriam que suas terras continuassem sendo lavradas com o cacau, mas não havia mão de obra suficiente sem a força de trabalho escrava. Ademais, eram os libertos que dominavam os saberes e técnicas do cultivo do cacau, facilitando ainda mais a barganha.

A abolição se configurou como uma iniciativa global, diante do interesse em transformar o trabalho escravo em salariado, principalmente, a partir da pressão da Inglaterra no Brasil. Dentre os interesses difusos, apesar de não ter havido em Ilhéus de fato um movimento abolicionista organizado, a população mais pobre, assim como setores progressistas, engajaram-se na luta pela abolição. Além desses, até mesmo coronéis, como Antônio Pessoa da Costa e Silva e seu aliado Gentil de Castro⁴⁴ (Cruz, 2012), aturam em prol da população cativa ao apoiarem projetos abolicionistas, ainda que tenha existido uma intrincada relação de interesses políticos.

Considerando a posição que ocupava os coronéis, cabe a dúvida sobre a envergadura de seu abolicionismo, porque situações em que um senhor de escravo prejudicava outro ocorreriam constantemente, como a luta política entre famílias rivais. Ainda assim, são os únicos dos quais se tem registro, pois a maioria majoritariamente se opôs à abolição, a fim de evitar a perda de trabalhadores das lavouras, seja para outras fazendas ou mesmo para roças pertencentes aos próprios recém libertos, assim como buscavam manter suas riquezas fundamentadas na exploração mais vil.

⁴⁴ Antônio Pessoa da Costa e Silva e o tenente coronel Gentil de Castro foram influentes figuras públicas de oposição às famílias escravocratas, como a família extensa Sá.

Conquanto, o desmantelamento do escravismo tem em conta a resistência dos escravos, que não se dobraram, mesmo a ferro e fogo. Fenômeno esse não apenas restrito a Ilhéus ou à zona cacauceira, mas sim em grande parte do Brasil (Silva, 2000). Concernente a Ilhéus, os recém-libertos conquistaram força política diante da necessidade de terras para lavrar. Desse modo, a já atraente cacauicultura não se sustentaria sem a força de trabalho de outrora, ocorrendo uma disputa sobre os rumos que o trabalho tomaria de ali em diante, com as tensões sociais acirradíssimas.

De um lado, os libertos entendiam ocupar uma posição diferente do escravo, reivindicando tratamentos melhores, legitimados pelo poder público abolicionista e apoiados pelos pés de cacau plantados na brecha camponesa, que serviram de garantia de condições para a sua própria subsistência. Para mais, nesse período do pós-abolição, outros libertos exigiram pagamentos pelos pés de cacau plantados nas terras do antigo senhor, uma vez que, em sua maioria, permaneceram na região, preservando seus antigos laços enquanto estabeleciam novos, agora como pessoas livres dotadas de direitos civis. De outro lado, latifundiários que não se prepararam para a abolição, porque não conjecturaram a ocorrência de efetivas mudanças nas relações de dominação colonial do corpo negro, visto a secular relação escravagista reinante no Brasil. Assim, os antigos senhores de escravos criaram os mais diversos entraves possíveis para tentar boicotar a abolição (Mata, 2002).

Tanto à falta de movimentos abolicionistas organizados na região cacauceira quanto à riqueza e ao prestígio, que possibilitaram o mando, contribuíram para fazê-los descrever da transformação social que eclodia. Sem o braço escravo, os antigos senhores vislumbravam uma falta de trabalhadores para manter e expandir a lavoura que, logo no início do século XX, já seria o principal produto de exportação da Bahia. Muitos libertos voltaram coercivamente ao trabalho, visto que a conquista da liberdade não foi um processo acabado e eles teriam de continuar a lutar sistematicamente para garantir seus novos direitos legais:

Na medida em que o processo de abolição gradual da escravidão ia exigindo novas formas de relação entre senhores e cativos, o aparelho judicial e policial foi utilizado como alternativa encontrada pelos senhores de escravos em Ilhéus para recrudescer o tratamento dado aos cativos e reafirmar o poder moral dos senhores perante sua propriedade, esse tipo de tratamento também seria usado mesmo no pós-abolição (Cruz, 2012, p. 34).

Os libertos se valeram da perspectiva da falta de trabalhadores para barganhar melhores condições de vida, vistas como inaceitáveis por parte dos antigos senhores. Como de praxe, além dos libertos serem forçados a trabalhar nas lavouras de grandes proprietários, também

tiveram suas terras e/ou cacauzeiros roubados, uma vez mais se vendo desapropriados de todo o seu trabalho. Assim, a conjuntura pós-abolição continuou a desfavorecer os libertos, porque está ancorada em processos de dominação estrutural, nos quais o negro e o pobre representam as categorias mais exploradas nos mecanismos de dominação das consciências e exploração dos corpos. Para tal fim, buscaram taxar de desocupados e vagabundos aqueles que não queriam se submeter às novas condições de trabalho, que não obstante à abolição, não melhoraram. Conforme Secreto (2003, p. 4):

O projeto de repressão à ociosidade, apresentado quase simultaneamente com a abolição da escravidão, reconhecia duas condições elementares para definir o delito de vadiagem: o hábito e a indigência. A perseguição da vadiagem só pode acontecer de forma sistemática como complemento da formação de um mercado de trabalho livre. É um dos instrumentos disciplinares para a mão-de-obra. Por isso no Brasil se faz frequente a perseguição de vadios e ébrios após a abolição.

Além dessa repressão disciplinar inicial, ao longo do tempo, a memória de tantos escravizados foi sendo atacada na tentativa de tornar seu trabalho nas lavouras de cacau diminuto, ao ponto de ter havido sérios debates historiográficos sobre a presença do trabalho escravo nas lavouras, como citado anteriormente. Para a construção de uma reprodução ideológica de classe, em que Ilhéus é uma terra de prosperidade, progresso e trabalho árduo, porém livre, seria necessário que a trajetória do cacau na cidade fosse fincada por corajosos desbravadores, que adentraram as matas e as derrubaram, e já há mais de 200 anos “aquelas terras davam frutos cor de ouro que iluminavam as roças, que enchiam de sonhos os corações dos homens” (Amado, 2010, p. 151). Sonhos esses regados à sangue, devido à escalada de conflitos com os grandes proprietários, que não temeram utilizar da violência para fazerem prosperar e ampliar suas fazendas.

De fato, houve os libertos que se embrenharam nas matas e as “conquistaram”, havendo até mesmo incentivo do poder público para ocupação de terras devolutas, sendo a safra do cacau rentável ainda que em pequenas roças. Todavia, a base da cacaucultura no sul da Bahia, desde seu incremento, foi assentada no trabalho escravo, mesmo no pós-abolição. Esse cenário aparece no romance *São Jorge dos Ilhéus*, no qual os libertos plantaram e colheram o cacau, sendo a maioria dos trabalhadores braçais. Além disso, o desenrolar do enredo indica que os “alugados” continuam a ser escravos, pois não dispunham de poder algum no jogo de força das relações trabalhistas, enquanto eram mantidos em condições análogas à escravidão. Assim, no romance, por meio da personagem Tibúrcio, capataz de uma fazenda, tem-se alusão às surras comuns durante a escravidão e ainda presentes com os “alugados”, quanto ao ritmo desumano de trabalho presente desde a escravidão:

Sempre mais depressa, essa é a lei dos alugados nas fazendas de cacau. ‘Mais depressa’, grita Tibúrcio do alto do seu cavalo, o relho na mão, o relho que por vezes se desvia das ancas do animal para as costas de um homem que protesta [...] Todos eles [os alugados]⁴⁵ têm mais ódio ao capataz que ao coronel. O coronel é intocável, é sagrado, mas o capataz já foi trabalhador algum dia, é igual a eles, só que subiu e agora é pior que o próprio patrão (Amado, 2010, p. 100-101).

Mais uma aproximação das lavouras de cacau com o período escravista é representada pelo capataz, executor de funções semelhantes ao que tinha o “capitão do mato” durante a escravidão, já que ambos, em média, realizavam os mesmos serviços, que dentre eles, está a aplicação de castigos corporais, a vigilância no ritmo do trabalho e a caçada aos fugitivos da fazenda. Outro elo que aproxima as duas figuras está na sua condição social, pois em ambos os casos esse posto de trabalho “privilegiado” é ocupado por sujeitos que oprimiam diretamente seus pares de classe social, da qual vieram: no caso da escravidão, pelo escravo; e, no caso da narrativa, pelo “alugado” negro, que tem consciência da sua condição de explorado, padecendo em miséria enquanto nutre raiva ainda mais pelo “capitão do mato” do que pelo coronel.

Após a abolição da escravidão, o fim do império brasileiro e o surgimento de novas relações sociais, o caráter das relações de trabalho se altera no Brasil, inclusive nas lavouras de cacau em Ilhéus. Agora, sem contar com o braço cativo a lavrar, mas sim o do liberto, as lavouras baianas recebiam mão de obra oriunda dos estados como Alagoas, Ceará e Sergipe, tanto por serem regiões próximas quanto pela seca enfrentada. Em 1877 até 1879, estados como o Ceará enfrentaram um de seus momentos mais críticos devido à grande seca desse período, que foi um dos maiores acidentes naturais do Brasil, considerando o número de mortos e de famílias que precisam migrar para outras regiões. Muitas foram para o norte do país, enquanto outras para a região cacaueira.

No congresso agrícola do Rio de Janeiro foi levantado o problema da falta de braços. Já no Congresso organizado em Recife, negou-se que houvesse uma falta absoluta de braços, e sim, uma falta relativa. Aqueles que negavam que faltava braços no Nordeste o fizeram em vista da conjuntura de 1878, quando milhares de sertanejos, flagelados pela grande seca de 1877-1879, invadiram a Zona da Mata (Secreto, 2003, p. 6).

As elites se preocupavam com a possível debandada da força de trabalho, narrando a falta de braços nas lavouras nordestinas, atentando ao poder público que medidas deveriam ser tomadas para garantir a manutenção da saúde econômica da região, traduzida pelo uso do Estado pelas classes dominantes para fazerem imperar seus interesses particulares. Assim, nota-

⁴⁵ Colchetes nosso.

se similaridades do discurso das elites do nordeste acerca da falta de trabalhadores para a lavoura durante a segunda metade do século XIX, ainda que não seja uma verdade inteira.

Houve, de fato, no período em questão, correntes migratórias. No pós-abolição baiano, mesmo que uma parcela significativa tenha deliberado por continuar nas fazendas de cacau, porque não vislumbravam nenhuma melhor opção, muitos libertos optaram por viver pelas alternativas que lhes proporcionassem mais autonomia. Nesse sentido, estes últimos, visando melhores condições de vida, plantaram pequenas roças de cacau, as quais vinham se destacando como uma monocultura rentável e, por isso, se mostravam como uma das opções mais viáveis nesse novo momento na vida dessas pessoas.

Libertos de outras regiões também foram atraídos pela cacauicultura baiana, por exemplo, os do Ceará, que devido à abolição e à seca migraram para o sul baiano. Com relação às secas do Ceará, o narrador de *São Jorge dos Ilhéus* (2010) aponta:

[...] não que as secas dali fossem como as do Ceará, que matavam gado e gente, capim e bichos do mato, secavam os poços. Ali não se conhecia dessas secas a não ser por ouvir dizer, nas histórias que os cearenses contavam quando subiam para as fazendas, tangidos pela ruína das suas terras distantes (Amado, 2010, p. 151).

Nesse sentido, a seca do Nordeste contribuiu para formar a lavoura cacauera, já que a migração dos retirantes da seca ampliou a força de trabalho disponível, podendo sujeitar melhor homens e mulheres arrebatados pelo sofrimento, mas que tinham esperanças de enriquecer pelo cacau. No mais dos casos, esse enriquecimento não aconteceu. Como é o caso do “alugado” Capi, personagem vinda do Ceará para trabalhar nas lavouras diante do sonho de melhoria de vida para si e sua família:

Capi, homem experiente, com muitos anos nestas fazendas. Capi nunca tentou fugir apesar de que uma saudade funda vive no seu coração. Capi é do Ceará, veio num ano de seca, a fama das terras do sul da Bahia corria pelo nordeste ensolarado. Nunca mais pôde sair (Amado, 2010, p. 109).

O trabalho nas lavouras de cacau se caracteriza como compulsório, porque personagens como Capi não conseguem deixar a fazenda sob o risco de grave punição, e não importa o quanto trabalhem, não conseguem libertar-se. Assim, vê-se a miríade do trabalho nas lavouras, sempre com características compulsórias em graus diferentes, contando com o trabalho escravo, o trabalho livre e de migrantes, esses ainda, em sua maioria, de recém libertos e sertanejos fugidos para o sul baiano, já que “Ilhéus não era Ceará, terras de seca” (Amado, 2010, p. 35) e dava frutos cor de ouro. Outro perfil de trabalhador que existiu nas lavouras de cacau, no final

do século XIX e início do século XX, é o trabalho estrangeiro, financiado por ações públicas de incentivo à imigração, presentes não apenas na Bahia ou no Nordeste, mas sim em todo o país, diante da falta de trabalhadores.

Outro elemento que contribuiu para o mito da falta de braços no Nordeste, especialmente na Bahia, apesar de parecer uma questão menor para a historiografia, foi a epidemia de cólera, em 1855, que matou inúmeros escravos. Sobre isso, de acordo com David (1993, p. 156), “Na comarca de Ilhéus, bastante populosa, o cólera matou cerca de 690 pessoas, a maior parte lavradores”. Esse acontecimento não era pontuado pela elite baiana da época, embora tenha sido um dos elementos que contribuiu para conformação social da ideia de falta de braços nas lavouras, que era um medo intenso em toda a zona cacaueteira, visto que sua principal fonte de renda era agrária. Esse é o cenário para o incentivo da vinda de imigrantes para o sul baiano.

Em Canavieiras, cidade distante pouco quilômetros de Ilhéus, na sessão da Câmara Municipal de 4 de junho de 1888 os vereadores enviaram um requerimento ao Governo Imperial solicitando para ser encaminhado ao município imigrantes europeus, medida que se fazia de caráter urgente (Cruz, 2012, p. 52).

Além de Canavieiras, Ilhéus recebeu, no final do século XIX e início do século XX, portugueses, italianos, espanhóis e sírio-libaneses⁴⁶, ainda que estes estrangeiros não tenham trabalhado majoritariamente nas lavouras de cacau, mas no comércio, como é o caso dos sírio-libaneses, influenciaram sem dúvidas no desenvolvimento de Ilhéus pós-abolição.

Tanto os governantes como os produtores de açúcar da região atribuíram o declínio da economia à falta de braços para o trabalho agrícola, e tal suposição foi responsável não só pela importação de mão-de-obra estrangeira livre como também pela formação de vários núcleos coloniais agrícolas na Bahia, na segunda metade do século XIX (Dias; Carrara, 2007, p. 233-234).

Isto posto, já havia comunidades estrangeiras que precederam o surto de migração narrado em *São Jorge dos Ilhéus* devido à alta do cacau, que terminou por intensificar essas migrações. No romance, tem-se o seguinte o exemplo sírio:

Os aviões saíam cheios e chegavam cheios. Os navios também. Surgiam médicos e advogados, varavam para os povoados mais longínquos. As estradas de rodagem penetravam cada vez mais longe e os rápidos ônibus subiam e desciam repletos. Levavam sírios de mala às costas, mascates pelas estradas, futuros comerciantes nos povoados (Amado, 2010, p. 178).

⁴⁶ Cabe ressaltar que a Síria e a Líbia carregam história e cultura compartilhada, visto que faziam parte de uma província do império otomano, que caiu no contexto da primeira guerra mundial e que era conhecida como “Província de Damasco” ou mesmo “Síria Otomana”. Assim, ao final do século XIX, os imigrantes sírio-libaneses, que chegaram à Ilhéus, podem ser caracterizados como conterrâneos entre si.

O rápido desenvolvimento de Ilhéus, durante a alta do cacau, narrada em *São Jorge dos Ilhéus*, marca o apogeu das iniciativas de colonização na região iniciadas no final do século XIX, embora as tentativas de colonização do interior do sul da Bahia datem do início do século XIX. Até então, uma área remota de difícil acesso devido à falta de estradas que conectavam Ilhéus a demais regiões como Salvador e Vitória da Conquista. Os colonos sofriam ataques de indígenas, dificultando enormemente a penetração das colônias na região. Conforme Silva (2022, p. 417), “Tais povos eram considerados pelas autoridades e pelos colonos como os principais obstáculos a serem superados para o avanço da ocupação, a expansão da fronteira agrícola e o desenvolvimento comercial da região”.

A passagem do século XVIII para o XIX marcou em Ilhéus um momento de diversificação da economia, a qual passou de região baseada em víveres e extração a culturas de exportação, como a cana-de-açúcar, o café e futuramente o cacau. Uma das razões destas mudanças foi a abertura dos portos brasileiros com a chegada da família real em 1808. E este processo se deu diante da iniciativa de colonização da região, a fim de aumentar as áreas cultiváveis e criar um centro de exploração de monoculturas.

Os primeiros colonos a chegarem à Ilhéus foram portugueses, ainda no século XVIII, mas as primeiras colônias mais representativas surgem no século XIX, sendo a primeira a colônia de espanhóis, em 1814, criada com o intuito de aumentar a fronteira agrícola da região, e a colônia alemães, em 1818. Ambas fizeram parte do projeto civilizatório pleiteado para a região de Ilhéus, onde estabeleceram-se a partir da ajuda de benfeitores, que tinham seus próprios interesses atendidos com a colonização.

Em 1860, com a presença dessas colônias e de outras que se sucederam, ocorreu o aumento da fronteira agrícola no sul da Bahia, assentando as bases da cacauicultura, a duras penas, porém, porque houve muita dificuldade em sua implementação. Por exemplo, um dos maiores fracassos dessas iniciativas foi a alemã, que efetivamente não teve funcionalidade, não demorando a ser abandonada.

Os colonos, insatisfeitos nas novas terras, não gostaram da nova realidade que lhes era apresentada e, com isso, buscaram melhores condições de vida, tratando “[...] de negociar algumas condições com o contratante, para que pudessem permanecer na localidade” (Silva, 2022, p. 432). Nesse contexto, a natureza do trabalho, nas primeiras colônias, não foi muito diferente daquela apresentada aos indígenas, os quais foram compulsoriamente direcionados ao trabalho, o qual as condições materiais foram extremamente precárias e, na maioria das vezes, com salários irrisórios.

Ilhéus não inaugurou essa modalidade de trabalho, pelo contrário, esteve presente durante todo o Brasil colonial. O uso de força de trabalho mista, ou seja, livre, escravizada ou cativa de indígenas aldeados, sendo esta última, apesar de proibida, existente no sul da Bahia, foi utilizada por todo o século XIX em Ilhéus. No entanto, principalmente a partir da segunda metade do século oitocentista, a imigração europeia ganhou volume:

A partir da segunda metade do século XIX, após a extinção do tráfico atlântico de escravos e a criação da Lei de Terras, que determinava que as terras no Brasil só poderiam ser adquiridas através da compra, ocorreu um novo estímulo à imigração e colonização europeia (Jones, 2014, p. 31).

Esse século fora marcado por migração estrangeira durante toda sua longevidade, sempre com o intuito de aumentar a produção agrícola da região, pelo cultivo não apenas de cana-de-açúcar e cacau, mas também de outras culturas, como mandioca, café e algodão. E uma das maneiras de aumentar a produtividade foi a de conectar a região sul da Bahia pelas ferrovias, como a Ilhéus-Vitória, que também contou com trabalho estrangeiro. Desta vez, também com a presença de ingleses, “quando haviam chegado para iniciar a construção da estrada de ferro” (Amado, 2010, p. 37).

Nesse cenário, enquanto os libertos estavam satisfeitos com um senso de liberdade e dignidade devido ao trabalho salariado, no qual o tempo do trabalho não mais é gerido pela vontade do senhor, mas sim de acordo com as suas necessidades ou vontade; os estrangeiros encaravam a realidade do trabalho de maneira diferente da dos libertos, pois, em grande parte, não tiveram suas expectativas atendidas mediante à realidade da Ilhéus do século XIX, visto que eles tinham expectativas diferentes das que lhes foram apresentadas antes de sua partida:

Enquanto o estrangeiro via no trabalho assalariado um simples meio para iniciar ‘vida nova na pátria’ nova calculando se libertar dessa condição o mais depressa possível, o negro e o mulato convertiam-no em um fim em si e para si mesmo, como se nele e por ele provassem a dignidade e a liberdade da pessoa humana (Fernandes, 2008, p. 45).

As diferenças entre estrangeiros e libertos na conjuntura pós-abolição não se restringem à concepção e realização do trabalho, mas também há uma distinção pautada na hegemonia de classes que hierarquiza as raças, elaborando uma moralidade. Os libertos foram considerados marginais boçais, enquanto os estrangeiros foram dignificados como elemento de avanço social, em detrimento justamente da herança negra no Brasil. Parte da explicação para o fluxo migratório de europeus à Ilhéus, durante o século XIX, perpassa as políticas de embranquecimento da população. Assim, devido às alterações no regime de trabalho, com seus dispositivos de controle de corpos racialmente marcados, que em *São Jorge dos Ilhéus* se

manifesta na ocupação dos negros em postos de trabalho subalternos, Ilhéus experimenta a chegada de inúmeros imigrantes estrangeiros de diversas nacionalidades. Vindos seja pela influência política de incentivo à imigração nacionalmente articulada ou pela economia do cacau que começava e mostrava-se como uma boa oportunidade de enriquecimento. Com isso, Jorge Amado,

ao falar do ciclo do cacau e da formação histórico-social da cidade de Ilhéus, no sul da Bahia, o autor (Jorge Amado) trata também de um momento emblemático da história nacional, qual seja, a ocupação e povoação do Brasil ao longo dos séculos XVI ao XIX, detidamente neste último, e do processo de modernização com maior ênfase no primeiro quartel do século XX (Santos, 2017, p. 108).

Logo, a literatura de Jorge Amado atinge proporções universais ao tratar o ciclo de uma monocultura regional que influenciou em muitas partes do mundo. Nas décadas finais do século XIX e iniciais do XX, houve grandes movimentos migratórios em diversos continentes, mostrando um alinhamento entre os interesses de migração do Brasil com o mundo.

Nesse período, também houve a chegada de africanos de diversas partes do continente, chineses, japoneses e mais alemães. Também se encontra na bibliografia sobre Ilhéus a presença de poloneses vindos juntos com alemães: “Ao findar este ano (1873)⁴⁷, o total de colonos importados chegou a 1.825, todos provenientes da Europa (na sua quase totalidade alemães e poloneses), a fim de serem estabelecidos nas quatro colônias criadas” (Dias; Carrara, 2007, p. 257).

Mesmo sendo em sua maioria imigrantes europeus, a realidade de Ilhéus era tal que passaram por mazelas nas condições concretas de existência, visto terem se estabelecido em zonas rurais com pouco saneamento e ausência de assistência continuada, não tendo sido possível suprir suas necessidades mais imediatas.

Além da lavoura cacauzeira, também trabalharam nas demais instâncias relacionadas ao cacau, como o seu transporte ou armazenamento, caso comum aos espanhóis, ao passo que os sírio-libaneses desempenharam funções mais urbanas, como o estabelecimento de negócios ou modestas fábricas. No início da narrativa, o narrador nos apresenta um sírio que é caixeiro-viajante, com “mala de mascate, cheia de berliques e berloques, os pés caminheiros pelas estradas, de fazenda em fazenda, levando o único luxo das camponesas mais pobres (Amado, 2010, p. 30). A presença dessa personagem reflete o fato histórico da migração árabe para Ilhéus, que foi acompanhada também por outros povos:

⁴⁷ Parênteses nosso.

Não apenas árabes, os forasteiros arribavam de todos os cantos para progredir naquela região do sul baiano, chamada *grapiúna* como a ave branca e preta que os indígenas, seus primeiros habitantes, avistavam sobrevoando as praias. Havia franceses, suíços, americanos, noruegueses; eram caixeiros-viajantes, marinheiros, exportadores e donos de firmas de crédito. A maioria migrava de dentro da própria Bahia e de outros estados nordestinos, em especial Sergipe e Alagoas, os fugitivos da seca, como João e Eulália⁴⁸ (Aguiar, 2018, p. 11-12).

Dentre os imigrantes, os árabes se diferenciavam dos demais, porque os maiores projetos de colonização eram eurocêntricos, assim, a presença árabe se explica, porque a Síria, ao final do século XIX, encontrava-se em um momento de forte crise econômica, política, social e religiosa, com diversos conflitos internos e externos, estando sob o jugo de um império otomano em declínio. Essas condições forçaram um grande fluxo de imigração da Síria Otomana para outros países, incluindo o Brasil. Ilhéus, em particular, os atraiu diante à crescente economia cacaueteira que, com os portos brasileiros abertos ao comércio internacional, experimentou um momento de grande propulsão econômica, somada à oportunidade de trabalho e enriquecimento, com a indústria do cacau desenvolvendo-se.

Ao final do século XIX, várias correntes migratórias chegaram ao Brasil; trouxeram espanhóis, italianos e também árabes. Porém existia uma diferença entre os primeiros exemplos e a imigração árabe. A corrente síria e libanesa se caracterizou pela espontaneidade, ou seja, por não haver uma participação direta do governo em termos de subsídio (Santos, 2006, p 73).

Em *São Jorge dos Ilhéus*, o narrador menciona a presença síria na cidade, principalmente por meio de Asfora:

Asfora já não era considerado estrangeiro. Voltara à Síria com a esposa e a filha mais jovem, a única solteira, para passar uma cômoda velhice na terra natal. No fim de um ano regressara, as saudades o trouxeram de volta. Mais uma vez calçou as botas de montaria e se tocou para a fazenda, a plantar e colher cacau (Amado, 2010, p. 46).

A formação de comunidades estrangeiras em Ilhéus, como a síria de Asfora, é a síntese de uma soma de esforços de grupos de interesse em consonância com as tendências históricas daquele momento. No Rio de Janeiro, capital do Império colonial, surgiu, no início da década de 1880, a Sociedade Central de Imigração, que serviria de parâmetro para a fundação da Sociedade de Imigração de Ilhéus, em 1885. Como o nome sugere, foram instituições que buscaram incentivar e organizar a imigração europeia para assumirem postos de trabalho, em que propostas de reformas legais e projetos centralizados foram propostos e buscaram estimular o debate público sobre as vantagens da vinda de imigrantes estrangeiros, sendo fortes críticos à

⁴⁸ Pais de Jorge Amado.

escravidão, orientados pela perspectiva de que, por meio do europeu, o progresso civilizatório seria facilitado. Essa associação

tinha a pretensão de colaborar na criação de uma vigorosa classe média rural, a ser composta por imigrantes europeus que seriam produtores independentes dos latifundiários. Tal tendência explica a postura bastante crítica com que seus membros se colocavam com relação aos latifundiários e à grande lavoura. Esta última considerada como um modelo de produção ineficiente, atrasada e, acima de tudo, fadada à falência (Jones, 2014, p. 72).

Diante de associações como essa, que alteram o jogo de forças do final do século XIX e início do XX, as tradicionais oligarquias brasileiras reagem às aceleradas mudanças que se instauravam diante um novo sistema político, A Primeira República (1889- 1930), ou República Velha, rearranjou relações econômicas, instaurou legalmente o trabalho assalariado, aumentou a miscigenação cultural e estratificação social, acirrando a luta de classes e reequilibrando o jogo de forças políticas. Uma dessas reações é o pilar de desenvolvimento do enredo de *São Jorge dos Ilhéus*, porque a narrativa se passa em torno desse novo mecanismo de funcionamento institucionalizado, paralelo ao Estado, que vem a ser suplantado pelos interesses imperialistas. Trata-se do coronelismo, última grande manifestação de uma oligarquia rural em declínio que não tardou a ser substituída.

2.2 O coronelismo institucional e os coronéis do cacau

*Realmente,
Coronel,
Tens uma alma
Bem cruel...*

(Gonçalves Dias)⁴⁹

Mesmo com o fim da legalidade da escravatura no Brasil, processos coloniais continuaram a ser prática corrente, tanto da naturalização da exploração exterior quanto de um modo de colonialidade interna, em que segmentos da sociedade, desde outrora privilegiados, continuaram a exploração interna de segmentos outrora explorados, com o auxílio do Estado brasileiro aparelhado pelos grupos dominantes, sendo, por sua vez, utilizado para atender aos interesses das classes dominantes, permitindo a supremacia cultural, econômica, política e social desses segmentos historicamente dominantes, caracterizados etnicamente como os

⁴⁹ DIAS, Gonçalves. A certa autoridade. *In: Poesia completa e prosa escolhida*. 1. ed. Rio de Janeiro: José Aguilar Ltda. 1951, p. 608.

brancos descendentes dos brancos europeus. Assim, gera-se uma dupla exploração, internacional e nacional, mesmo havendo heterogeneidade étnica, existe hegemonia de um grupo sobre outros.

A respeito disso, como aponta Clóvis Moura (2021), ao delinear a relação entre os acontecimentos factuais da história brasileira com a sua condição colonizada, na qual as próprias elites nacionais buscam um ideal branco e europeu para continuar a reprodução das estruturas de dominação originadas na colonização, aprofunda-se mais uma vez a condição periférica dos países colonizados na disposição das relações de forças políticas mundiais.

Nessa relação de dominadores e dominados no Brasil, destaca-se a atuação dos senhores de escravos, antes e depois da abolição, já que, embora em conflito com os insurgentes republicanos abolicionistas, observa-se como o poder dos oligarcas era tal que poderiam vencer as disputas e retomarem a escravidão, deixando os recém-libertos apreensivos sobre as ameaças a sua recente liberdade, porque:

O temor da reescravização não era totalmente infundado, mero produto da “ignorância” dos negros, sendo atestado pelos boatos diversos, relatados por Gomes, para o Rio de Janeiro, ou por Albuquerque, para Salvador, que tinham como lastro uma longeva prática de manipulação legal das elites fazendeiras (Bacelar, 2013, p. 77).

A abolição foi um golpe muito duro aos antigos senhores, que buscaram manter sua dominação diante das novas conjunturas políticas. Para tal intento, estabeleceram alianças com os novos poderes públicos, num sistema misto de distribuição das forças políticas em que os governistas contavam com o apoio regional dos coronéis, enquanto os coronéis contam com a anuência do governo em sua região de mando. Esse esquema de distribuição dos poderes ficou conhecido como coronelismo.

A nomenclatura “coronel” é anterior ao coronelismo, pois coronel tem como origem a Guarda Nacional que, em 1831, hierarquiza a chefia regional ou municipal, consagrando os personagens mais ilustres, em média, os sujeitos contemplados foram proprietários rurais que gozavam de riqueza, prestígio social e político. Segundo Lins (2007, p. 143), “Os fazendeiros, nem sempre possuíam o título da Guarda Nacional e, ainda assim, se intitulavam ‘coronéis’”. Em sua origem é um cargo efetivo que buscava a manutenção das instituições do Brasil império e, com o passar do tempo, a patente de coronel se tornou um título comprável, o que não alterou sua estrutura latifundiária.

As bases sociais que caracterizavam o coronelismo surgiram na colônia e tiveram um incremento na República Velha, com a adoção do sistema que ficou conhecido como a política

dos governadores, baseada em grande autonomia dos estados diante do presidente que, por sua vez, podia contar com o apoio fiel dos estados. E isso acontecia, porque os estados tinham posse dos votos pela ação regional de seus coronéis correligionários que, por seu turno, contribuíram para incorporar os trabalhadores rurais no corpo eleitoral.

De acordo com Victor Leal Nunes, em *Coronelismo, enxada e voto* (1975), por mais que o coronelismo possa parecer um sistema de fortificação do poder dos latifundiários, é, na verdade, sintoma do declínio dos grandes proprietários rurais, sendo este fenômeno uma adaptação do poder privado diante das novas sociabilidades implantadas, tendo como uma de suas origens o desejo da Coroa portuguesa em aumentar o controle sobre o Brasil colônia. Como os grandes proprietários rurais possuíam uma força política, econômica e social bem estabelecida, a Coroa outorga aos grandes proprietários, o que ficou conhecido como ordenança, em troca de auxílio para exercer os poderes da metrópole sobre a colônia.

A respeito disso, Caio Prado Júnior, em *Formação do Brasil contemporâneo* (1994), argumenta que as ordenanças, apesar de seus aspectos vis, foram responsáveis por iniciar a construção de um sistema administrativo pelos rincões do Brasil, mesmo tendo a administração pública permeada pelo mando, institucionalizando-se, desse modo, os maneirismos conhecidos como coronelismo. Em outras palavras, a aparente força desse sistema é ilusória, pois se baseia tanto na deficiência da gestão pública e na falta de autonomia dos municípios, quanto no ostracismo em que vivem os trabalhadores rurais, aliado, ainda, à submissão política dos coronéis ao Estado.

Assim, a formação histórica do coronelismo é uma resposta às novas demandas sociais, prolongando o atrofamento das grandes propriedades rurais, sob o horizonte de mudanças no poder público somadas ao aumento da população urbana visto a incipiente industrialização do país. Os grandes proprietários de terras, ao perderem prestígio e influência, assumiam compromissos com o poder público vigente, pois se viam na posição de, se quiserem continuar com seu posto, necessariamente precisarem aliar-se aos governistas, já que sem apoio, a partir de então, seria cada vez mais difícil manter o mando coronelista nos municípios, pois os próprios municípios, em sua maioria pelo interior do Brasil, não dispunham de finanças arrojadas, deixando-os dependentes dos estados.

Nesse caso, o coronel regional, ou os coronéis, caso houvesse mais de um, precisava do apoio do Estado para continuar a perpetuar geralmente seus interesses, caso contrário, poderia assumir a administração do município alguém que hostilizasse seu mando. O elo entre o poder público com o poder privado dos coronéis foi a consequência das reminiscências do período

colonial, quando as relações pessoais de riqueza e prestígio pautavam as diretrizes da vida objetiva das pessoas, no seio do latifúndio e da nobreza, formando bolsões de influência.

Os deveres, no entanto, também figuravam como parte integrante do sistema coronelista, sendo uma das responsabilidades do coronel garantir o mínimo de bem-estar para seus protegidos que, por vezes, atingia boa parte dos moradores de uma região, formando o que ficou conhecido como o “voto de cabresto”, porque as melhorias e serviços prestados à população pelo coronel são com o intuito de manter sua base eleitoral para os aliados governistas do coronel, uma vez que é vantajoso para ambos os lados esta aliança.

Para o governo, o sistema coronelista é importante como apoio regional para garantir eleitorado, principalmente porque os partidos não conseguiam adentrar, por conta própria, no interior do país, mais facilmente acessado pelas lideranças regionais ou municipais, restando aos coronéis o exercício desta função de organização da população, que também pode ser entendido como um arranjo de currais eleitorais. Já os coronéis, que são imbuídos de um poder legitimado pelo governo, dispõem de plenos poderes de mando na região sob sua tutela.

Um dos compromissos do coronel com o governo era o de financiar as eleições, principalmente devido à pobreza dos municípios no interior do Brasil e pela razão de que boa parte da população nacional era rural, tradicionalmente, mais à margem dos sistemas legais, mais presentes nos centros urbanos. Assim, o coronel financiava a eleição e chamava seus protegidos a votarem nos governistas, seja pelo prestígio agregado de sua pessoa, tanto de chefe regional quanto de autoridade pública, seja pela coação indireta ou explicitamente violenta, pois a principal atribuição do coronel era alcançar a vitória para a sua coligação:

Dentro da esfera própria de influência, o ‘coronel’ como que resume em sua pessoa, sem substituí-las, importantes instituições sociais. Exerce, por exemplo, uma ampla jurisdição sobre seus dependentes, compondo rixas e desavenças e proferindo, às vezes, verdadeiros arbitramentos, que os interessados respeitam. Também se enfeixam em suas mãos, com ou sem caráter oficial, extensas funções policiais, de que frequentemente se desincumbe com a sua pura ascendência social, mas que eventualmente pode tornar efetivas com o auxílio de empregados, agregados ou capangas (Nunes, 1975, p. 23).

São raros os casos em que coronéis se mantiveram na oposição ao governo, visto que as benesses governistas envolviam a autonomia de ação, influência política e, sobretudo, permitiam aos coronéis nomearem os delegados de polícia, fazendo com que suas arbitrariedades passassem impunes. Ademais, em casos de necessidade, o uso de forças policiais, para atender os interesses privados ou mesmo o uso da legitimidade do governo para armar e vestir os jagunços do coronel com as roupas da polícia, era utilizado de forma

extraoficial impunemente. Esse mecanismo de nomeação dos delegados de polícia era um dos principais alicerces do coronelismo, sendo, pois, essencial ao seu funcionamento. Assim, tem-se que:

Embaraçar ou atrapalhar negócios ou iniciativas da oposição, fechar os olhos à perseguição dos inimigos políticos, negar favores e regatear direitos ao adversário – são modalidades diversas da contribuição do governo estadual à consolidação do prestígio de seus correligionários no município. Mas nada disso, via de regra, se compara a esse trunfo decisivo: pôr a polícia do Estado sob ordens do chefe situacionista local (Nunes, 1975, p. 47).

Tal fenômeno de controle do aparato legal, para garantir o mando regional, é retratado explicitamente em *Terras do sem-fim*, período em que os coronéis do cacau centralizaram o poder na região, tanto porque eram capazes de mobilizar a violência para atender aos seus interesses, tanto porque tinham o apoio situacionista do governo, sendo assim, travestidos de legitimidade pela coerção. Sobre isso, Ribeiro (2001, p. 100) afirma: “Como de costume, no dia marcado para a apuração das eleições, a cidade era invadida pelos jagunços da facção dominante, com o intuito de garantir, desse modo, a vitória do partido situacionista”.

Em *São Jorge dos Ilhéus* é marcado o fim do coronelismo, pois ao longo da narrativa os coronéis perderam prestígio político e, com isso, a complacência institucional. No desenrolar da trama, enquanto os coronéis ainda são os donos da terra, o narrador mostra o atrofiamiento desse arranjo social qualificado como coronelismo, vide a desarticulação de seus poderes diante das novas conjunturas que se projetavam nacionalmente, em que a posição mais vantajosa era sempre a de apoiador do governo, e não mais como mandatário todo-poderoso. É o caso do coronel Horácio da Silveira, que sofre atentados políticos para ser deposto como chefe do partido de oposição na narrativa. Até mesmo seu grande amigo, coronel Maneca Dantas, foi convidado para desarticular as forças políticas de Horácio:

Maneca Dantas tinha sido convidado para a conspiração contra Horácio. Josué fizera-lhe ver todas as propostas do governo que ansiava pelo apoio dos correligionários de Horácio. (...) Estavam eles ali gramando um ostracismo sem razão de ser. Já que era o próprio governo quem os convidava com tanta insistência. No país inteiro não havia mais quem se mantivesse naquela posição violenta contra a revolução vitoriosa. Nem um só dos amigos mais íntimos do governo decaído continuava sem querer colaborar com o novo governo (Amado, 2010, p. 87).

No decorrer da narrativa, o coronel Horácio da Silveira vê seu prestígio político arrefecer diante da nova maneira de se fazer política inaugurada na Revolução de 30. Esse estratagema social denominado coronelismo, que possibilitava a existência social de personagem como o coronel Horácio, foi possível devido à constituição de 1891, que perdurou

até a revolução de 30, ainda que esse mecanismo tenha permanecido, porém, enfraquecido, mesmo após o final do Estado Novo em 1945. O próprio Jorge Amado menciona a Revolução de 30 em *São Jorge dos Ilhéus*:

A Revolução de 30 rebentara os velhos quadros políticos e a luta que se desenvolvia no país entre as esquerdas e as direitas punha os coronéis tontos. Eles estavam acostumados àquela rotina de partidos de governo e de oposição, os coronéis os sustentando, os jovens fazendo carreira. Agora viam que esses partidos estavam valendo pouco, as grandes massas estavam ou com as esquerdas ou com as direitas. Diante dessas transformações, os coronéis não sabiam o que pensar e se metiam nas fazendas, dia e noite no trabalho, homens que envelheciam gritando ordens para os trabalhadores (Amado, 2010, p. 68).

Durante a década de 1930, demais medidas foram sendo tomadas para escamotear o poder dos coronéis, tais como a contagem dos votos serem feitos pelos Tribunais Regionais e a nomeação de juízes vitalícios, nos códigos de 1932 e 1935. O federalismo de 1891 garantiu maior autonomia aos estados, descentralizando o poder e inaugurando um novo momento na história do Brasil. Com o fim da monarquia, a separação dos poderes, aumento do sufrágio universal, Estado laico e outras medidas disruptivas, a estrutura social e de poder se altera, tais quais o “decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, que instituiu o voto feminino, baixou a 18 anos o limite de idade para ser eleitor e deu segurança efetiva ao sigilo do sufrágio” (Nunes, 1975, p. 230).

Mesmo que essas medidas tenham sido acompanhadas de diversas violações, tal qual o emprego da intimidação, demonstra o esforço público na criação de uma nova estrutura política que suplante o coronelismo, dispondo de influência sobre a vida de uma massa populacional muito expressiva e pauperizada que, somada ao quase monopólio privado das terras, sintetizam a criação dessa extraoficialidade caracterizada como um poder paralelo ao Estado. Em *São Jorge dos Ilhéus*, essa relação atinge a expressão máxima por meio do coronel Horácio que “não queria saber de leis nem de direito. Para ele, leis e direito, juízes e advogados foram sempre coisas amoldáveis à sua vontade, feitas para servirem-no” (Amado, 2010, p. 204).

Essa condescendência governamental permitia a existência de personagens como Horácio e esbarrava na liderança do próprio coronel que ajudaram a criar, e com isso assumiam riscos, porque os interesses governistas podiam entrar em conflito com o poder privado do coronel, mas mesmo assim o Governo tornava os municípios reféns do chefe local, já que tudo valia para aglutinar eleitores em torno de candidaturas ou recandidaturas governistas.

Outro problema levantado na narrativa e criticado pelo narrador é a concentração extensiva de terras que serviu de amparo para a monocultura do cacau, já que por meio das

contradições locais sintetiza problemas universais, tais quais a concentração fundiária e a formação de monopólios devido à ação de mecanismos de controle e acúmulo das riquezas por práticas imperialistas, que reinventam as bases do próprio capitalismo, já não mais baseado na ideia da livre concorrência. Assim, em *São Jorge dos Ilhéus*, apresenta-se a dificuldade encontrada pela personagem Joaquim e seus companheiros para militarem contra o imperialismo:

Como explicar aos companheiros que o esperam toda a máquina do imperialismo trabalhando? Joaquim pensa nos companheiros com carinho. São alguns poucos homens pobres e fracos, incultos muitos deles, alguns mal sabem ler, mas se propõem mudar o destino do mundo, ‘virar pelo avesso’ a terra toda, como dizia Canhoto na prisão. É uma tarefa descomunal e nova, exige a vida inteira de cada um (Amado, 2010, p. 143-144).

Tarefa nova, como diz Joaquim, porque na década de 1930 o capitalismo era um sistema ainda disputando a hegemonia na forma de distribuição do trabalho com as perspectivas socialistas. Seu antecessor no Brasil, que foi o processo colonizatório, permitia aos possuidores de grandes riquezas amplo controle social. Parte desse prestígio se manteve no coronelismo, que conseguiu estabilizar elevada autoridade associado ao governo vigente, passando pela legalidade das leis. Assim, “o mais importante não é saber se o coronel se apropriava das terras para si mesmo ou para parentes, amigos ou correligionários. O importante a ressaltar é que nada se fazia no município sem a sua anuência” (Franco, 1969, p. 40).

Contudo, observar o coronelismo das primeiras décadas do século XX, é colocar no espelho todas as debilidades dos arranjos públicos do país, conquanto estejam aperfeiçoando-se na tentativa de diminuir a dependência das bases da política nacional em relação aos famigerados coronéis. Esses, por sua vez, sofreram duros golpes com a abolição da escravidão e o direito ao sufrágio universal. Entretanto, a pedra angular dos grandes proprietários permaneceu, que é a condição crônica do Brasil como latifúndio para a produção de commodities: “Somos, neste caso particular, legítimos herdeiros do sistema colonial da grande exploração agrícola, cultivada pelo braço escravo e produtora de matérias-primas e gêneros alimentícios, destinados à exportação” (Nunes, 1975, p. 253).

O cacau no interior da Bahia na década de 1930 era uma grande lavoura, mas não a única. A crise da lavoura cafeeira em São Paulo contribuiu para solapar a influência dos grandes proprietários rurais, arrefecendo o ânimo coronelista enquanto o país deslumbrava uma nova etapa sócio-histórica, quando os industriais e banqueiros estavam ascendendo como nova classe

dominante. Com a mudança objetiva de classe social dominante, as formas sociais de reprodução da vida dos indivíduos também se alteraram.

O aumento da população urbana, com um voto mais flutuante em detrimento do tradicional voto rural, também contribuiu para a desorganização social coronelista num mundo em que até a própria forma de comunicação estava tornando-se outra, como as transmissões radiofônicas, que no Brasil ocorreram pela primeira vez em 1923: “Todos esses fatores vêm de longa data corroendo a estrutura econômica e social em que se arrima o ‘coronelismo’, mas foi preciso uma revolução para transpor para o plano político as modificações de base que surdamente se vinham processando” (Nunes, 1975, p. 256).

No tocante à Ilhéus, na década de 1920, houve uma forte crise do cacau, desestabilizando o poder dos coronéis, porque se enfraqueceram com o desajuste econômico advindo da queda dos preços do cacau, gerando maiores oposições dos trabalhadores, não apenas dos rurais, mas também de segmentos urbanos. Com a crise do coronelismo, em *São Jorge dos Ilhéus* é manifestada pela perda das posses dos coronéis para os exportadores, pessoas que muitas vezes eram obrigadas a agir sob a tutela dos coronéis em troca de favores de todas as espécies, puderam emancipar-se. A figura institucionalizada do coronel já não podia manter a coesão social legitimada pela política, enfraquece, inclusive, a capacidade dos coronéis em seu exercício da violência, pois com o enfraquecimento dos laços com o poder público menor é a convivência seja do governo ou da própria população local com as práticas coronelistas. Assim, os coronéis deixaram de exercer a influência aglutinadora de prestígio e riquezas, redistribuindo as forças políticas na região cacauzeira do sul da Bahia.

Com o declínio desse sistema, que já era uma reação à transferência de poder entre os latifundiários para uma burguesia nacional e, posteriormente, internacional, como se observou em *São Jorge dos Ilhéus*, a década de 1930 passou a ser marcada por tentativas de desenlaçar o poder latifundiário do poder público justamente com o intuito de continuar a enfraquecê-lo. Como quando a personagem Horácio da Silveira é combatida pelos exportadores com o intuito de diminuir sua força política na região cacauzeira: “Ao atingir Horácio, os exportadores, por intermédio de Schwartz, que financiava a questão de Silverinha, atingiam o mais poderoso fazendeiro, o mais abastado coronel, o símbolo dos senhores feudais da terra do cacau” (Amado, 2010, p. 190). Dessa forma, atingir Horácio era um ataque ao coronelismo representado por ele.

A revolução de 30, que deu cabo do período da República Velha, reestruturou o poder político em Ilhéus, tornando mais complexa a relação dos poderes, não mais simplesmente distinguindo-se pelos governistas e pela oposição liderados por coronéis. Também a quebra da bolsa de valores de Nova York, em 1929, e a sucessiva crise do café em São Paulo, foram o

contexto da perda de força pelas oligarquias rurais, as quais, apesar da Lei de Terras, estenderam os limites de suas propriedades sob as maiores ilegalidades. Ilhéus em particular, deteve inúmeros casos em que os direitos de libertos, negros e pobres, sobre a propriedade da terra, foram desrespeitados. E cabe ressaltar que a Lei de Terras, ao instituir a compra das terras públicas para ter sua posse, ao invés de ser concedida aos trabalhadores rurais, contribuiu para a formação do poder privado latifundiário que veio a constituir o coronelismo.

Concomitantemente, os mais pobres tiveram dificuldade para comprar a posse de um pedaço de terra e, dentre os que conseguiram, por diversas vezes foram roubados por proprietários mais poderosos, o caso dos coronéis. Os particularmente mais afetados foram os libertos, que pela brecha camponesa haviam conquistado alguns bens, porque as motivações históricas da abolição não foram revolucionárias de baixo para cima, mas sim um movimento histórico de mudança nas relações de trabalho e, com isso, dificultar o acesso à terra deixa a população mais vulnerável a aceitar quais quer situações degradantes de trabalho.

Ponto esse irreconciliável aos libertos, porque pelo direito consuetudinário entendiam que da abolição em diante suas vidas necessariamente tinham de melhorar. O que não evitou, no entanto, os abusos infligidos pelos novos coronéis, pois se valeram de seu poder e prestígio para cometerem as mais diversas violações com anuência do Estado, suscetível a tais atos diante sua necessidade de apoio popular. Assim, não houve de fato uma política de amparo aos libertos após a abolição da escravatura. A própria demarcação de terras devolutas foi um dos instrumentos de controle tanto sobre a terra como sobre as riquezas no geral, pois a posse da terra era um dos principais elementos que possibilitava seguridade social para as pessoas, que foi negado aos recém-libertos:

A demarcação das terras devolutas era do interesse dos fazendeiros, o governo praticamente não possuía controle sobre o processo de ocupação do solo, os juízes comissários responsáveis por legitimar as posses, revalidar sesmarias e autorizar a venda de terras públicas eram funcionários que não estavam isentos de manipulação dos processos de terras, uma vez que podiam ser alterados, as medições ampliadas, e tudo isso dependia de quanto se pagava de propina ao funcionário responsável pela demarcação das terras (Cruz, 2012, p. 68-69).

A cidade de Ilhéus e a região em torno, durante o final do século XIX e início do XX, reconfigurou-se por meio de diversos conflitos causados pela demarcação e posse de terras, desse modo, muito sangue foi derramado em função da expansão da lavoura de cacau. Não é à toa que se diz que o cacau foi regado à sangue, porque os conflitos que terminaram em morte foram correntes na Ilhéus naquela época. Em *Terras do sem-fim* muitos exemplos são dados, assim como em *São Jorge dos Ilhéus*, são lembrados. Ainda que houvesse uma permanência

dessas práticas, já não se mostravam tão recorrentes como antes, em parte porque as boas áreas para cultivo de cacau já se encontravam em grande proporção ocupadas para o plantio.

Cabe ressaltar que a contextualização da história de Ilhéus e a sua intersecção com o cacau não podem ser separadas, pois é possível notar que essa cidade ao longo da história só foi o que foi devido ao cacau. Nesse sentido, se não fosse pela economia cacauceira a obra *São Jorge dos Ilhéus* não existiria, ao menos não como ela é, visto que retrata um momento da saga do cacau no sul da Bahia. Desse modo, a história de Ilhéus e do cacau são um pano de fundo fundamental para se compreender o romance em questão, assim como a estrutura coronelista de dominação política, social e econômica, pois foi pela combinação desses elementos que Jorge Amado pôde ter material empírico para criar sua ficção, que é verossímil na justa medida em que trabalha com acontecimentos históricos e os famigerados *tipos sociais*, ao mesmo tempo que denuncia e documenta relações típicas à época, característica dos romancistas de 30.

Por fim, nota-se o contexto histórico da cidade de Ilhéus como forte inspiração à literatura de Jorge Amado, isto é, sua escrita não teria sido a mesma sem a secular história da cidade, possuidora de fama internacional como grande produtora de cacau e que até mesmo contribuiu para a expressão popular que obteve Amado, sendo assim a sociedade baiana do cacau imortalizada com toda sua opulência nas páginas, não só, mas principalmente, de *São Jorge dos Ilhéus*.

2.3 Conflito territorial: *São Jorge dos Ilhéus*, uma cidade banhada em sangue

O espaço geográfico, encarado sobretudo em uma leitura relacional e múltipla, não pode, em hipótese alguma, ser separado de sua contraface, o tempo histórico.

(Rogério Haesbaert)⁵⁰

Visto a já sabida relação do cacau no desenvolvimento não apenas de Ilhéus, mas de toda a zona geográfica, vindo a ser conhecida como região cacauceira, ciclos econômicos e culturais vieram a existir ao longo da história sul baiana devido a essa relação, que caracterizou

⁵⁰ HAESBAERT Rogério. Território e descolonialidade; sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na “América Latina. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2021, p. 25.

momentos específicos nos grandes acontecimentos importantes à Ilhéus e cidades adjacentes. De meados do século XVIII ao início do século XIX, tem-se os primeiros plantios e tentativas de colonização portuguesa, até de fato o desbravamento passar a ser mais sistemático, que inaugura um segundo ciclo que dura até o final do século XIX, quando o cacau já apresenta modestas exportações advindas dos pioneiros que derrubaram matas e ergueram vilas e povoados, alimentando o imaginário do desbravador como uma figura mítica.

O último decênio do século XIX até a década de 1930 é tido como o terceiro ciclo do cacau no sul baiano, período em que já era uma das principais exportações de todo o estado da Bahia e veio a tornar o Brasil um dos principais produtores do mundo. É essa Ilhéus, gerida pela safra do cacau, que Jorge Amado conheceu e descreveu, no tempo dos coronéis que desbravaram ou herdaram as matas. Assim, de acordo com Garcez (1976):

A partir de 1890, quando a economia cacauera já se confirmou como opção econômica viável, cujas potencialidades aumentam paralelamente com o crescimento do consumo mundial do produto, vai se iniciar o processo de formação dos grandes estabelecimentos cacaueros. Convém notar que durante todo o período que antecede à implantação da cacauicultura, as imensas áreas de terras da região, na sua maioria, mantinham-se em estado devoluto. Mesmo as terras sesmárias não eram ocupadas (1976, p. 585).

O avanço sobre as terras devolutas aconteceu diante da nova conjuntura que se formava, tendo como marco o final do século XIX e início do XX, pois além do objetivo econômico de expandir a fronteira agrícola da região, o que demonstra interesse de agentes específicos na consolidação de um novo projeto agrícola, de um lado. De outro, havia a falta de fiscalização sobre a ocupação das terras devolutas, marcando a ineficiência da Lei de Terras, possibilitando a posse para aqueles que a reivindicaram e, em sua maioria, plantaram cacau, sem precisarem comprar as terras e sem registro em cartório, para comprovar a legalidade da posse. Uma das razões proeminentes que dificultou a demarcação das terras foi justamente por ainda não terem sido adentradas, tornando-se de difícil delimitação e cara implementação, podendo esses trabalhos legais ficarem muito mais caros do que o próprio valor da terra, o que contribuiu para arrefecer as burocracias em torno da posse.

Os conflitos pelas terras cultiváveis ao cacau marcaram um período de grande violência em Ilhéus, anterior mesmo ao conflito pelo Serqueiro Grande, descrito em *Terras do sem-fim* e mencionado em *São Jorge dos Ilhéus*. O Serqueiro Grande era a última e melhor grande área para o cultivo de cacau, desse modo, a disputa por essa região ocorreu pouco mais de dez anos após a abolição da escravidão, vencida pelo coronel Horácio contra a família Badaró, até então os maiores cacauicultores do país. Ressalta-se que esse conflito marcou traços sociais existentes

no Brasil do início do século. Sobre *Terras do sem-fim*, Eduardo de Assis Duarte (1995, p. 159) destaca que:

O romance [*Terras do sem-fim*]⁵¹ cria um universo ‘feudal’ no qual pontificam os chefes dos clãs em luta – Horácio da Silveira e Sinhô Badaró. A partir dessas duas figuras fica estabelecida a polaridade essencial da ação: duas famílias, movidas pela ambição de alargar seus domínios territoriais; dois partidos – ‘situação’ e ‘oposição’ – empenhando-se na conquista do poder local; e mais que isto, dois ‘lados’ que dividem toda uma população entre a ‘gente de Horácio’ e a ‘gente dos Badarós’.

Após a resolução dos conflitos pelo Sequeiro Grande, da família Badaró, restou apenas Don’Ana, que participou diretamente do combate e casou-se com João Magalhães, também conhecido como capitão Magalhães, casal que em *São Jorge dos Ilhéus* é então de pequenos agricultores que buscavam restaurar resquícios da glória e fortuna da família Badaró. Assim, Don’Ana pensava que “aquela terra era deles de direito, um direito de conquista, que fora selado com sangue, muito sangue que se derramara sobre as matas, sobre a mata do Sequeiro Grande principalmente” (Amado, 2010, p. 96).

Com isso, o conflito pelo Sequeiro Grande marca o ápice da escalada da violência em Ilhéus, que vinha intensificando-se, principalmente, desde a abolição da escravidão. Inúmeros libertos ocuparam terras devolutas e precisavam defendê-las à força, em um período em que o crescimento econômico, demonstrado pelo cacau, torna a terra cada vez mais um bem valioso. Em vista disso, lançam-se às matas os grandes desbravamentos pelo cacau, em busca de derrubá-las para estabelecer a cacauicultura pelo interior do sul da Bahia como uma monocultura rentável. Como os mecanismos de legitimidade da terra eram ineficientes, era preciso garantir a sua posse forçadamente, porque foi prática comum invasões em terras já ocupadas que, não raro, terminaram em mortes e, por isso, afirma-se que as lavouras de cacau foram regadas à sangue, e muito dessa violência se deu justamente com os libertos, os quais não conseguiram permanecer nas terras devido às crescentes violações cometidas pela posse delas.

Somado à capacidade de exercer a violência por meio de pagamento de mercenários, mais conhecidos na região como jagunços, que é um *tipo social* próprio, os coronéis se beneficiaram de legalidades instituídas para regulamentar a posse das terras, que prejudicavam principalmente o campesinato negro, que se formava pelo acesso à terra. Assim, os libertos foram os mais afetados por essas medidas, perdendo as barganhas feitas com seus ex-senhores e seus dias de trabalho dentro da brecha camponesa ao serem roubados dentro de uma legalidade

⁵¹ Colchetes nosso.

institucional oposta ao direito consuetudinário. Para tal fim, foram criadas as Delegacias de Terras, que tinham como função ilegalizar as posses daqueles que não as possuísem regularizadas, de acordo com a constituição de 1891 da recém nascida Primeira República, tendo os delegados de terras participado ativamente no acirramento das desigualdades de acesso à terra na Ilhéus do primeiro quartel do século XX, arrefecendo as expectativas progressistas dos libertos diante à república. Sobre esse método de manutenção das desigualdades sociais, tem-se que:

As Delegacias de Terras e seus respectivos auxiliares, foram aliados indispensáveis para o acúmulo de terras pelos fazendeiros. Tanto que nas primeiras décadas da república a disputa política na região cacauera era acirrada, isso porque, entre outros fatores, o intendente municipal tinha o direito de nomear os Delegados de Terra e oficiais de cartório e outros agentes públicos indispensáveis no processo de expropriação e acúmulo de terras (Silva, 2015, p. 19).

Em última instância, esse órgão desapropriava a terra à força, uma vez que lhe foi atribuído poderes de chefes de polícia e, quando necessário, podia desocupar um pedaço de terra onde houve resistência pelos posseiros, os quais, em alguns casos, conseguiram manter sua terra, a custo de chumbo e bala. Tais delegados eram contratados para regularizar as terras por parte do interessado e seus serviços eram caros e, por isso, foram poucos que puderam pagá-los para legalizar suas terras. Ou seja, uma vez mais os pobres se viram em uma encruzilhada, porque por mais que tenham cultivado terras praticamente do zero, elas legalmente não os pertenciam e poderiam perdê-las para algum coronel latifundiário, que é mitificado pela sua relação com a expansão da fronteira agrícola e consequente desenvolvimento econômico. Além disso, para agravar a situação, em Ilhéus, a maioria dos posseiros era formada por libertos e imigrantes, por consequência, quando a terra precisava ser vendida, normalmente, era para fazendeiros eminentes ou para demais pessoas influentes na região.

A partir de medidas como a delegacia de terras, grandes latifúndios se formaram no sul da Bahia, tendo características próprias de projetos embasados na colonialidade, como atentados contra a vida de grupos étnicos minoritários. *Terras do sem-fim* marca a história desse momento de altíssima violência por posses de terras, em que o assassinato e o roubo constituíram as bases do desenvolvimento econômico de Ilhéus no início do século XX. Com isso, ao ficcionalizar os acontecimentos históricos, por meio da narrativa, Jorge Amado repensa tanto a história quanto a geografia do sul baiano, porque revisita as transformações geográficas ocorridas na região devido à economia cacauera (Andrade, 2002), delimitando bem as diferenças e similaridades com o restante do estado da Bahia. Por meio da perspectiva de

intervenção política na transformação do espaço geográfico, de cima para baixo, por meio do conflito por terras, conforme nos diz Haesbaert (2020), percebe-se que:

A ação política é sempre, direta ou indiretamente, uma ação territorial ou, no mínimo, de estabelecimento de limites que são também espaciais. O espaço geográfico tem como uma de suas propriedades explicitar ou mesmo enfatizar, materializando, as hierarquizações hegemônicas coloniais, ao forjar separações rígidas e maniqueístas como aquela entre classes hegemônicas e subalternas ou aquela, mais explicitamente racial (Haesbaert, 2020, p. 347).

De maneira relacional com a citação e o que foi dito até aqui sobre as delegacias de terras como instrumento institucional para manter e ampliar desigualdades sociais estruturais como classe e raça, pode-se chegar à inferência de que essas delegacias, na região de Ilhéus, no início do século XX, possuíam um caráter de racismo instrumentalizado por meio da colonialidade, já que o próprio Estado brasileiro colaborou para a chacina daqueles pequenos proprietários, em grande parte, sobre recém-libertos.

É fato conhecido que os coronéis assassinaram inúmeras pessoas para estabelecerem seus latifúndios, ao ponto de 30 anos passados desses ocorridos, os habitantes, movidos pelo orgulho e pelo progresso da cidade, buscaram superar essa memória ao declararem que Ilhéus se tornou uma terra civilizada, pois o tempo dos “barulhos” são o reflexo de uma Ilhéus que já não existe mais, para nunca mais voltar. O caráter mítico da civilização, que camufla as diferentes violências acometidas para a constituição das grandes lavouras cacaeiras, é retratado nos romances *Terras do sem-fim* e *São Jorge dos Ilhéus*, como é possível observar no trecho deste último:

Há muito que as mortes violentas se tinham tornado raras. Uma que outra vez se sabia de um homem assassinado. Nos discursos, intelectuais da terra se referiam àqueles tempos de mortes e barulhos como uma coisa perdida no passado, distante e um pouco lendária. É verdade que alguns dos coronéis que haviam tomado parte naquelas lutas ainda andavam pelas ruas de Ilhéus, relembrando os ‘bons tempos’. Mas já não se viam os tiroteios no meio da cidade, já não cresciam cruzeiros ao lado das estradas, por onde hoje passavam os rápidos automóveis. Ficava apenas uma tradição de coragem que os ilheenses cultivavam, sentindo um certo desprezo hereditário por rodo sujeito covarde (Amado, 2010, p. 67).

Mais uma vez há uma grande relação contraditória na história da cidade de Ilhéus com o cacau, porque essa monocultura se estabeleceu em cima de uma imensa chacina legalizada pelo conluio de grandes fazendeiros com o Estado brasileiro, que denominamos de coronelismo, ao mesmo tempo que possibilitou todo o desenvolvimento ulterior da história da cidade, passando pela década de 1930 até a contemporaneidade. Tocante especialmente às primeiras três décadas do século XX em Ilhéus, todo o progresso da zona esteve condicionado pelas

mortes em conflitos pela terra. A partir desse fato é possível problematizar o próprio conceito de “progresso”, sob a perspectiva de que qualquer mudança social, política ou econômica que esteja assentada na realização de genocídios de uma minoria social, carrega *in loco* um projeto hegemônico de exercício institucionalizado de poder, que no Brasil se manifesta por meio da colonialidade.

A ideia de *progresso* carrega uma envergadura ideológica capitalista, pois foi desenvolvida no bojo do pensamento europeu, a partir do que ficou conhecido como “modernidade”. A modernidade é um conceito explicativo do pensamento humano e do desenvolvimento econômico a partir da Europa como eixo fundamental de nível civilizatório sócio-histórico, desde o início do século XVI até 1945, ao final da Segunda Guerra Mundial, que é um marco teórico para designar o surgimento de um novo período: a “pós-modernidade”.

O pensamento moderno eurocêntrico estabelece que *progresso* é o desenvolvimento de técnicas e meios de produção material e da reprodução da vida social cada vez mais complexos, sempre em escala ascendente, de maneira positivista⁵², ao estabelecer-se como o próprio ponto de chegada de outras sociedades (Quijano, 2005). Em suma, a modernidade é uma epistemologia que estabelece a Europa como o centro do mundo, marginalizando outras sociedades que se distanciam do ideal europeu, pautado em etnocentrismo e discriminação racial.

Sob a égide da noção de *progresso*, houve um apagamento da memória das vítimas pelas disputas de terras em Ilhéus no início do século XX. Essa forma de pensar, que parte da própria elocubração europeia que aceita atrocidades em nome do que chamam de *progresso*, ocorre principalmente em países periféricos, por vezes colonizados em algum momento da sua história, como o Brasil, porque os avanços econômicos e sociais nesses países se apresentam sempre de maneira incompleta, contraditória e dependente. Em *São Jorge dos Ilhéus*, as mortes que resultaram no despontamento econômico da cidade claramente estão postas como seus alicerces de fundação, marcando a relação conflituosa de desenvolvimento em países que sofrem o jugo da colonialidade. Próximo ao fim da narrativa, o poeta Sérgio Moura encontra o coronel Maneca Dantas e, na ocasião, travam o seguinte diálogo:

⁵² O Positivismo teve como precursor Auguste Comte (1798 – 1857) e parte do princípio de etapas evolutivas da sociedade humana. O primeiro estágio, e mais bárbaro, seria o do pensamento religioso, seguido do pensamento filosófico, rumo à última e mais eminente forma de pensar, a científica. A crítica ao Positivismo se dá na medida em que o mundo social não funciona de maneira mecânica, além de não haver um “ponto de chegada” das sociedades que seria, claramente, europeu, porque o Positivismo se inscreve no rol do pensamento moderno diante seu etnocentrismo, uma vez que o modelo ideal, e para o qual todas as sociedades deveriam tender sob essa perspectiva, é a *civilização* europeia. Para uma compreensão mais aprofundada do que é o Positivismo, ver *As regras do método sociológico*, de Émile Durkheim.

Maneca andava desanimado. Disse:

- A gente passou a vida toda na roça, derrubou mata, brigou, matou gente, derramou sangue cristão...

[...] Calou, o poeta não disse nada, Maneca Dantas voltou a falar:

- E agora ainda tomam as terras da gente, deixam a gente na pobreza... Tou velho, seu Sérgio, de que valeu trabalhar tanto, matar gente, passar cinquenta anos enterrado na mata? Pra ganhar o quê? Pra terminar pobre...

Então o poeta apontou as luzes da cidade lá embaixo: - Pra fazer isso, coronel! Valeu a pena. Os senhores fizeram tudo que está aí... Pensa que é pouco? (Amado, 2010, p. 320).

Para o próprio intelectual Sérgio Moura, o assassinato “valeu a pena”, porque esses mesmos assassinos foram aqueles angariadores de recursos, pessoas e força política que possibilitaram o desenvolvimento de toda a região cacauceira no sul da Bahia. Entretanto, não necessariamente a visão de Sérgio seja intrinsecamente despolitizada por subsumir as mortes em prol do *progresso* da zona, já que sua visão sobre a cidade perpassa o caráter épico das histórias da época das “conquistas” das terras. Dessa forma, essa visão é um elemento cultural de identificação forte na narrativa, compartilhado até mesmo por Sérgio, manifestado pelo seu interesse nos relatos dos conflitos pela terra e pela sua afeição ao coronel Maneca Dantas, cabendo ressaltar, foi um desses assassinos.

Ainda que os coronéis tenham cometido atrocidades, eles são o último elo de uma cadeia de sujeição colonial. Muitos coronéis até a década de 1930, em Ilhéus, foram apenas agentes de dominação imediata que respondem a estruturas sociais estendidas para muito além da ação individual ou de pequenos grupos. Se partirmos da hipótese de que esses sujeitos não tivessem existido e se não tivessem participado dos conflitos pelas terras, ainda assim as vítimas desse período teriam sido acometidas, com anuência do Estado, a outras formas de dominação, porque a colonialidade subjuga os pobres e as minorias ao longo dos séculos e é o maior entrave para uma vida digna das populações mais marginalizadas. Marginalização essa provocada exatamente pelas mesmas estruturas sociais de dominação eurocêntricas coloniais, que geram, mantêm e reproduzem as desigualdades sociais no Brasil há mais de 500 anos. Sobre a perpetuidade no tempo da discriminação racial colonial, Darcy Ribeiro (1995, p. 221-222) explica que:

As atuais classes dominantes brasileiras, feitos de filhos e netos dos antigos senhores de escravos, guardam, diante do negro, a mesma atitude de desprezo vil. Para seus pais, o negro escravo, o forro, bem como o mulato, eram mera força energética, como um saco de carvão, que desgastado era substituído facilmente por outro que se comprava. Para seus descendentes, o negro livre, o mulato e o branco pobre são também o que há de mais reles, pela preguiça, pela ignorância, pela criminalidade inatas e inelutáveis. Todos eles são tidos

consensualmente como culpados de suas próprias desgraças, explicadas como característica da raça e não como resultado da escravidão e opressão.

A partir desse enxerto, que vale para a condição do negro em geral no Brasil devido ao racismo estrutural, somado a tudo que foi elaborado sobre as especificidades históricas de Ilhéus neste capítulo do trabalho, verifica-se que uma série de contingências foi necessária para o estabelecimento da monocultura cacauera na região sul da Bahia e que forma as particularidades regionais de Ilhéus. Outras regiões do país também são marcadas historicamente pelo agenciamento de inúmeras violências contra as margens mais pobres da população, em especial contra os negros, mas o que dá o caráter específico das particularidades de Ilhéus é o assentamento da economia local por meio do cacau que, há muito, como visto anteriormente, vinha processando-se na região mediante à introdução de sua cultura. Esse contexto pode ser observado nos romances *Terras do sem-fim*, nos conflitos violentos pela posse de terras, mas também em *São Jorge dos Ilhéus*, que mostra a continuidade da dominação colonial pelos interesses estrangeiros, dessa vez, porém, ainda mais legalizados do que os processos ocorridos por meio das delegacias de terras contextuais de *Terras do sem-fim*.

Com a conclusão do plano dos exportadores em *São Jorge dos Ilhéus*, os quais conseguiram adquirir as terras do casal de pequenos agricultores, Raimunda e Antônio Vítor, que, ao se verem despossuídos de suas roças, depois de muitos anos de trabalho contínuo, no lugar de se resignarem ou desesperarem-se, escolheram resistir. Quando pessoas representantes dos interesses dos exportadores, muitos desses jagunços, vieram requerer a terra, que já havia sido comprada em praça pública, o casal troca tiros com os jagunços e morrem juntos, defendendo o que para eles representou sua vida inteira e sendo o desfecho da narrativa:

Suspenderam as repetições, Raimunda disparou primeiro. [...] Eles [Raimunda e Antônio Vítor]⁵³, carregaram as armas de novo, Raimunda pôs o corpo de fora, levantou a repetição, fez pontaria no homem que se avistara entre as árvores. Atirou ao mesmo tempo que o outro, a sua bala se perdeu nos cacauzeiros, a do homem acertou no peito de Raimunda, ela caiu de bruços sobre a terra. Antônio Vítor se curvou sobre ela, a mão se manchou de sangue:

- Munda!

Virou-lhe o rosto, ela sorria, sim, ela sorria! Da terra chegava um cheiro bom e forte, terra boa para cacau. Não ia entregar a sua terra. Não, Munda, não entregaria! Levantou-se, os homens estavam cercando a goiabeira. Apoiou a repetição no ombro, firmou a pontaria e atirou seu último tiro. Seu último tiro (Amado, 2010, p. 329-330).

A vida de Raimunda e Antônio Vítor foi toda dedicada ao cacau e ligada à terra, seu bem mais valioso, porém não simplesmente por um valor econômico, material, mas sim porque

⁵³ Colchetes nosso.

a relação com a terra é sua experiência mais significativa, transpassando por tudo o que são, fundando seu próprio entendimento pessoal do que é a vida e como se deve viver para que ela valha a pena. Ambos se forjam em meio às plantações de cacau, sendo o vínculo mais intenso que dispõem nesse mundo, sentimento que termina por uni-los no selamento de seu destino, companheiros até o fim. Só puderam morrer resistindo, porque viveram suas vidas inteiras na terra e por ela, um com o outro. Com tal desfecho, *São Jorge dos Ilhéus* termina de maneira cíclica, já que as mortes pela terra são a base de toda a economia cacauceira representada na narrativa.

3 LITERATURA DE RESISTÊNCIA: DENÚNCIA POLÍTICA EM *SÃO JORGE DOS ILHÉUS*

Os pioneiros que desmataram o interior do sul da Bahia terminaram por fundar vilas e povoados, angariando muito prestígio assomado das posses e com isso dispendo de muita influência pois tornaram-se pessoas socialmente importantes na zona cacauzeira. Sob seu mando, vários trabalhadores tornaram-se jagunços, sendo a força bélica do coronelismo na disputa por terras e entre os próprios coronéis, onde gerações dessas famílias se envolveram nos conflitos porque dependiam dele para manter e ampliar sua influência e riqueza. Em *São Jorge dos Ilhéus* (2010), Horácio é o protótipo do coronelismo:

Falavam dele como de alguém distante e que, no entanto, influía em quase tudo que sucedia não apenas na cidade, mas também na cidade vizinha de Itabuna, e em Pirangi e em Guaraci, em Palestina e em Ferradas, em toda a zona do cacau. Senhor de jagunços, de votos, de eleitores, de terras imensas, das prefeituras, das delegacias. Seu nome era pronunciado com respeito, muitos o diziam com medo (Amado, 2010, p. 189-90).

Horácio se consagrou como o maior coronel da narrativa após vencer a família Badaró no conflito do Serqueiro Grande. Essa família, por sua vez, é retratada tanto em *Terras do sem-fim* (2008) quanto em *São Jorge dos Ilhéus* (2010) como uma das famílias que enriqueceram com o cacau, sendo esse sobrenome de fato, real, visto ser essa uma família que há muito se envolvia em fraudes de terras e assassinatos na região cacauzeira do sul da Bahia:

Em *Terras do sem-fim*, dois senhores de cacau, Sinhô Badaró e Horácio da Silveira, protagonizam a época das grandes lutas pela posse da terra no Serqueiro Grande – como Jorge vira acontecer ainda menino com Sinhô Badaró e Basílio de Oliveira. O enfrentamento se sucede por tocais, incêndios em plantações e cartórios e conluios políticos (Aguiar, 2018, p. 170).

Outros nomes como Francisco Antônio Badaró e Aristeu Fernandes Badaró estão envolvidos nesses acontecimentos como integrantes das partes mais beneficiadas de um escuso sistema de violações legalizadas que afetou principalmente o campesinato negro que começava a se formar após a abolição em Ilhéus e região. Segundo Cruz (2012):

Bacharéis do tipo de Aristeu Fernandes Badaró [...] em poucos anos conseguiriam concentrar latifúndios e conglomerados de propriedades contraídos de diversos indivíduos que não tiveram como pagar às custas de legitimação da posse, ou perderam suas terras em decorrência de dívidas contraídas por empréstimos feitos a juros elevados. [...] Libertos que decidiram plantar cacau por conta própria ficavam

muito pouco tempo na área cultivada. O sistema de crédito utilizado pelos comerciantes e fazendeiros era exorbitante, e levou muitos a perderem o plantio em penhoras judiciais. [...] Entretanto, outros homens e mulheres ocuparam terras devolutas e não procuraram regularizá-las, nesse último caso, o jagunço era acionado para eliminar qualquer foco de resistência (Cruz, 2012, p. 103-104).

Assim, existem dois tipos de trabalhadores muito típicos na Ilhéus do início do século XX que são caracterizados em *São Jorge dos Ilhéus* (2010). Trata-se do jagunço e o lavrador pobre obrigado a ser nômade devido a concentração fundiária. A origem do jagunço não difere da do trabalhador das lavouras, pois em sua maioria são ambos libertos ou seus descendentes. O próprio regime de trabalho imposto aos libertos após a abolição da escravidão continuou a empregar as práticas coloniais de divisão social do trabalho, tais quais o uso dos próprios negros, outrora escravos, para oprimir seus iguais por meio da figura do jagunço, antes conhecido como capitão-do-mato.

Além da origem em comum, há um segundo ponto que aproxima os “alugados” dos jagunços, que podem até mesmo vir a se confundirem um com o outro. Vários jagunços foram lavradores, ou ainda, tinham pequenas roças de cacau, permitidas sob a égide do coronel ao qual respondem, enquanto o lavrador, por mais que possa não estar sob o mando de um coronel, teve de cometer, em muitos casos, assassinatos para preservar suas posses, afinal, esta era uma prática corrente em uma Ilhéus tão violenta. Com isso, o maior elo de interesse dessa classe de trabalhadores extremamente pauperizados que se divide principalmente nesses dois segmentos está na posse de terras, como aponta a narrativa de *São Jorge dos Ilhéus* (2010):

Aqueles homens que não sabiam ler nem escrever, que vinham das lutas pela conquista da terra, muitos deles um misto de camponeses e assassinos, tinham certa apatia diante à miséria que os dobrava como escravos. Só uma palavra chegava a interessá-los vivamente: terra. (Amado, 2010, p. 67).

Uma das habilidades mais importantes para garantir a posse de terras ou mesmo a própria sobrevivência desse substrato da classe trabalhadora é ser certeiro na pontaria com armas de fogo. Tais pessoas são empurradas para esse ofício diante do contexto das disputas territoriais em Ilhéus, que está imbuído pela própria violência de herança colonial, uma vez que os negros continuam a ser submetidos às condições mais degradantes, como ser obrigado a trabalhar sob exploração e a matarem para ter o mínimo de sua subsistência. Um bom jagunço era alguém essencial aos coronéis, porque era a garantia de que uma tocaia (emboscadas com fins de assassinato), comuns pela disputa de terras em Ilhéus, fosse bem-sucedida. A eficiência do jagunço lhe conferia fama pela região, mas principalmente, garantia a confiança do coronel,

o que o torna mais próximo a ele e sua família, proporcionando-lhe certos privilégios, como foi o caso da personagem Antônio Vítor, pai de Joaquim, e presente na história desde *Terras do sem-fim* (2008), sendo um trabalhador rural que se torna jagunço para a família Badaró, já que “naquele tempo trabalhador tinha que ser jagunço” (Amado, 2010, p. 294). Mesmo a contragosto, era a maneira mais eficiente de ascensão social, no caso daqueles que não dispunham de terras para investir no plantio de cacau.

Antônio Vítor, depois de atuar nos conflitos armados em prol dos Badaró, ganhou a confiança da família e assim conseguiu a posse de um pequeno pedaço de terra. A posse de terras era a maior riqueza em Ilhéus na formação e apogeu da cacauicultura. E, diante da conjuntura do período, vários homens assumiram essa posição híbrida entre mercenário e posseiro a fim de garantirem a própria sobrevivência, como é o caso da personagem em questão:

Tudo o que ganhara estava enterrado naquele pedaço de terra. Seu dinheiro tão difícil estava transformado em pés de cacau. Sua roça... Com que orgulho o dizia! [...] Por aquelas terras Antônio Vítor havia derramado seu sangue, por elas havia matado homens” (Amado, 2010, p. 82- 83).

Assim, Antônio Vítor tem o típico perfil do trabalhador das roças de cacau que atua ou atuou como jagunço, já que em muitos casos esses trabalhadores oscilam entre o trabalho na lavoura e a prestação de serviços bélicos ao coronel, conforme as vivacidades pelas quais passam, mas divergem entre si na medida em que assumem maiores responsabilidades de lidar com os desafetos de seu coronel e em ter de arriscar a própria vida para proteger os interesses de seu “senhor”, ganhando, assim, sua confiança.

A força de um coronel também podia ser medida pela quantidade e qualidade dos jagunços dos quais dispunha, sendo, ao lado das terras, pés de cacau e demais riquezas, um dos espelhos da força dos coronéis, que se mantinham constantemente em disputas com outras famílias. É o caso da família Badaró, que em *São Jorge dos Ilhéus* (2010) é apresentada como vencida na disputa pelas matas do Serqueiro Grande contra o coronel Horácio, que tinha “a maior plantação continuada talvez do mundo todo: as fazendas do coronel Horácio da Silveira” (Amado, 2010, p. 259). O fato de, na narrativa, o coronel Horácio ter a maior fazenda de cacau do mundo atesta ao mesmo tempo a pujança no cacau nas primeiras décadas do século XX em Ilhéus, assim como demonstra a capacidade de influência do coronelismo.

Por maior que fosse o prestígio adquirido pelos jagunços junto aos coronéis, além de todo o respeito ou temor inspirado na população pelas suas façanhas, enquanto classe, no entanto, continuam vilipendiados tendo de executar assassinatos e demais ações de ordem da

violência, como manter os trabalhadores sob pressão para garantir que não fugissem, visto que muitos trabalhavam compulsoriamente, tanto lavradores de cacau quanto jagunços, movidos pelas necessidades e pela autoridade do coronel. Os jagunços também exerciam outras funções como vigiar as plantações, patrulhar as fazendas e ameaçar trabalhadores rurais vinculados a movimentos sociais que lutavam por melhorias nas condições de trabalho e reivindicavam reforma agrária.

Como os jagunços foram utilizados para oprimir a classe à qual eles próprios pertenciam e que, de fato, nunca deixaram de pertencer, a colonialidade do poder foi perpetuada pelos coronéis pela instrumentalização de alguns sujeitos libertos ou seus descendentes para oprimir os seus próprios pares.

O jagunço de Ilhéus nas décadas iniciais do século XX assume uma função particularmente próxima ao do capitão-do-mato do período colonial. Suas funções se aproximam na medida em que manifestavam um dos mecanismos de funcionamento da dominação colonial na qual, sujeitos oprimidos que se encontram fora da hierarquia colonial, passam a exercer coerção na mesma medida em que foram subservientes. Esse arranjo contribui para a desarticulação de resistências porque a figura odiada (jagunço), porém oprimida pelo coronel, passa a ser o próprio agente da violência:

[...] nas narrativas sobre a violência dos coronéis e de seus exércitos de jagunços, os trabalhadores foram destituídos da sua própria história e submetidos ao mando e à obediência dos poderosos (Carvalho, 2015, p. 15).

Assim sendo, o coronelismo (coronéis e jagunços) pôde perpetuar a exploração dos mais pobres tornando-os dependentes dos chefes locais porque a república instituída não desarticulou as estruturas de funcionamento colonial, mantendo larga proporção da população brasileira na miséria instituída como projeto político de dominação social e econômica, perpetuando as formas sociais de exercício da colonialidade. Pelo uso da violência os coronéis buscavam alijar a autonomia do trabalho em diversos níveis, porque estando em condições degradadas, essa massa de trabalhadores que ergueu a cacauicultura em Ilhéus sofria de problemas para se organizarem enquanto classe para lutar contra sua condição de miséria artificial⁵⁴, perpetuando uma estrutura de pobreza que independe dos avanços econômicos porque a distinção entre os

⁵⁴ Miséria artificial aqui é entendida como um projeto que tem como finalidade manter e acirrar as desigualdades sociais para que sempre haja miseráveis dispostos a assumirem os postos de trabalhos mais degradantes e com irrisória remuneração em função do lucro de uma minoria dominante.

indivíduos estará sempre posta como condição *sui generis* do capitalismo, baseados principalmente no gênero, na classe e na raça.

Em *São Jorge dos Ilhéus* (2010) há a seguinte passagem que demonstra a permanência das contradições coloniais no seio do coronelismo: “Era sempre a mesma vida miserável, que nenhum acontecimento conseguia mudar, nem o progresso da zona, nem a riqueza crescente dos coronéis” (Amado, 2010, p. 54). Entretanto, a pauperização extrema da classe trabalhadora, seja ela rural ou mesmo urbana, não é uma característica específica da lavoura de cacau, mas sim da lógica de funcionamento da exploração, que pode assumir diversas facetas, mas sempre com um objetivo em comum: manter os trabalhadores na miséria enquanto uma classe privilegiada, herdeira das estruturas coloniais, aumentando cada vez mais o fosso civilizatório no qual são delegados os mais pobres, especialmente os negros.

Em *Terras do sem-fim* (2008), há a personagem conhecida como negro Damião, fiel capanga da família Badaró, de mira excelente e eficiente na execução de tocaias, mas que durante a realização de uma delas pelo conflito do Serqueiro Grande, teve uma epifania sobre sua condição concreta de existência que o fez desistir do assassinato. Esta atitude mudou os rumos da disputa, culminando na vitória de Horácio sobre a família Badaró e marcando o ponto de partida do desenvolvimento do enredo de *São Jorge dos Ilhéus* (2010), porque essa narrativa parte do ponto em que a lavoura cacauzeira já se encontrava consolidada, tendo as boas terras para seu cultivo todas plantadas. Ou seja, os latifúndios na região já estavam instaurados, tendo sido possíveis perante a alienação extrema dos jagunços, que foram fundamentais para a consolidação da opulenta riqueza dos coronéis. A personagem Damião chega a ser mencionada em *São Jorge dos Ilhéus* (2010), mas é em *Terras do sem-fim* (2008) que há seu aprofundamento, momento em que percebe que sua função é exclusivamente matar:

Agora Damião se dá perfeita conta disso. Sempre lhe parecera que ele era um trabalhador da fazenda dos Badarós. Agora é que via que era apenas um ‘jagunço’. Que sua profissão era matar, que, quando não havia homens que derrubar na estrada, ele não tinha nada que fazer (Amado, 2008, p. 54).

Damião representa um dos inúmeros trabalhadores que tiraram vidas e deram as suas pelo coronel sem, de fato, colher os escusos frutos dessa empreitada, porque o acúmulo de riquezas ficou concentrado nas mãos dos coronéis, o que revela uma continuidade do projeto colonial, uma vez que, durante a colonização, as riquezas estavam concentradas nas mãos dos senhores de escravos que, muitas vezes, se assemelhavam à estrutura social do feudalismo. Isto é, o coronelismo é tributário à colonização porque se institucionalizou no Brasil como uma

forma específica de dominação somente possível pela relação simbiótica entre colonialidade e capitalismo. O coronelismo ocupou, pelo exercício da colonialidade, o local de poder anteriormente possuído pelos senhores de escravos.

3.1 Relações opressivas entre coronéis e trabalhadores

A ignomínia em que são mantidos os trabalhadores das lavouras é uma condição de dominação pela colonialidade do poder. Esses trabalhadores, muitas vezes sequer eram pagos com dinheiro, mas com abrigo e comida, o que caracterizava uma situação servil próxima ao do escravo. O poder do coronel sobre os trabalhadores era tal que muitos ficavam cativos na fazenda pelo sistema de endividamento dos armazéns. Esse processo foi muito utilizado para garantir o trabalho nas lavouras, já que tornava mais difícil a evasão de trabalhadores. Sua execução se dava pelo endividamento desses trabalhadores que ficavam proibidos de deixar a fazenda sem antes quitar a sua dívida no armazém, que vendia produtos de ordem da necessidade de sua subsistência. Produtos esses, como alimento e ferramentas para o trabalho superfaturados, de maneira que a dívida sempre tendia a aumentar enquanto o pagamento continuava irrisoriamente baixo, independentemente do lucro proveniente do cacau pelo coronel. Esse estratagema foi um dos mecanismos mais utilizados para manter cativa a força de trabalho rural no início do século XX no Brasil (JÚNIOR, 1992). Assim, vemos a perpetuação das relações coloniais em Ilhéus exercida por meio do coronelismo:

Ainda permaneciam firmes na região cacauzeira da Bahia os aparelhos de dominação coronelistas, usados tradicionalmente, através dos quais o trabalhador nunca conseguia se ver livre da dívida contraída na dispensa do fazendeiro e era, por esse motivo, impedido de se desvincular do trabalho, numa relação de semi-escravidão por dívida (Lins, 2007, p. 137).

Com isso, a relação de trabalho dos “alugados” em *São Jorge dos Ilhéus* (2010) se assemelha à condição de escravo, já que sequer pode deixar o trabalho sem ser perseguido para voltar compulsoriamente às suas obrigações com o fazendeiro empregador. No romance, essa denúncia é feita nas fazendas de Frederico Pinto, que ao lado de Horácio e Maneca Dantas, representam os maiores coronéis da narrativa:

Sua fortuna é das maiores de Ilhéus, roças e roças, fazendas que foram se ligando umas às outras, terra que o coronel conquistou, derrubou e plantou, roças compradas depois, tomadas a pequenos lavradores também, em caxixes benfeitos. [...] A ‘nobreza’, como ironicamente chamava Sérgio Moura, que gostava de intitular os coronéis: o duque Horácio, o barão Maneca Dantas. A esse grupo, dos maiores fazendeiros, é que pertencia o coronel Frederico Pinto (Amado, 2010, p. 152-153).

Dentro desse sistema que lembra o feudalismo, devido à grande posse de terras e controle sobre a força de trabalho, quando havia fugas, os jagunços eram acionados para caçar o fugitivo e fazê-lo voltar compulsoriamente ao trabalho, após humilhá-lo na frente de todos. Assim, o trabalho nas lavouras se aproximava muito do regime escravista devido à baixa remuneração (não necessariamente em dinheiro), a restrição de locomoção (já que os trabalhadores não podiam deixar a fazenda sem pagar suas dívidas, criadas justamente como prerrogativa para prendê-los à terra), além de jornadas de trabalho extremamente exaustivas que se estendia do amanhecer ao anoitecer. Ao longo da narrativa de *São Jorge dos Ilhéus* (2010) o narrador relata esse processo algumas vezes. Dentre elas, citamos o caso de Ranulfo, trabalhador paupérrimo da fazenda do coronel Frederico Pinto:

Que jeito ele (Frederico) tinha senão mandar surrar Ranulfo quando o prendera? Não era por gosto que o fazia. E quem fazia alguma coisa por gosto nas fazendas de cacau? Ai dele se passasse a mão na cabeça de todo aquele que fugisse para não pagar a dívida no armazém. Não ficaria trabalhador, não haveria fazendeiro que se aguentasse. Tinha que manter o respeito. Era uma lei que não estava escrita, mas existia há muitos anos, todos a conheciam. E aquele que a rompia devia ser castigado para exemplo de todos (Amado, 2010, p. 161).

Ranulfo, após o linchamento, passa a carregar o estigma do homem surrado, tornando-se apático e melancólico. Tal opressão é um dos mecanismos de controle do trabalho passado adiante pela via da colonialidade, já que no regime colonial o trabalho escravo era diretamente mantido pela coerção física, instigando a submissão devido ao medo, a dor e o vexame público. Tal suplício era feito à vista de todos com o exato propósito de intimidar e dissuadir de seus planos os outros trabalhadores que pudessem estar arquitetando uma fuga. O trabalhador violentado é o símbolo que arrefece a revolta e a debandada enquanto a marca de sua humilhação é inscrita em seu corpo. É preciso dobrar à ferro e fogo a dignidade do trabalhador, para que possa ser subsumido no ciclo de opressão da colonialidade, uma vez que o próprio trabalho é um dos maiores instrumentos de dominação de classe, raça e gênero. Manter o trabalhador “preso” ao trabalho era uma forma de atender à demanda da indústria cacauceira, principalmente de chocolate para consumo nos Estados Unidos e na Europa, pois em 1910 o Brasil já era um dos principais produtores de cacau do mundo e a década de 1930 marca o apogeu da cacauicultura no sul baiano.

Em *São Jorge dos Ilhéus* (2010), o relho ou “peia” de Tibúrcio, capataz que aplica a surra, ao descer sobre as costas de Ranulfo, acerta a todos que possuem dívidas para com o coronel ao lhes lembrar que o desfecho comum da fuga é o açoite, como se fossem o mais baixo

dos animais. Assim, a história coletiva desses trabalhadores continua sendo construída sob a lógica de um sistema colonial, em eles são destituídos da sua própria autonomia enquanto ser humano.

Um dos principais argumentos por parte dos coronéis para reter mão de obra era o de que os trabalhadores recebessem um adiantamento salarial para a realização do trabalho, com juros altos, porém inquestionáveis, somado às despesas advindas dos preços abusivos do armazém. Ainda assim, entre impotência, miséria e abusos diversos, há os que pensam na fuga e a construção de tais personagens possibilita induzir a existência de um pensamento anticolonial na obra amadiana devido às suas escolhas estéticas, em que as personagens se reinventam a partir da sua realidade concreta e buscam a superação da sua condição atual, herdeira dos abusos coloniais de outrora. É o caso de Varapau, trabalhador da fazenda de Frederico Pinto como Ranulfo e Capi, que devido à sua labuta cotidiana tem a ideia de fazer um terno de reis para poder forjar sua fuga. No momento em que o terno estivesse em outra fazenda, pegaria um caminho para o sertão e assim se livraria da sua condição de cativo nas lavouras de cacau, para nunca mais voltar, como aponta o trecho abaixo:

Varapau está disposto a vencer todas as dificuldades. Arranjarão latas vazias de querosene, cantarão, no último caso, canções das roças de cacau. O importante é que o terno saia, ande pela fazenda e por fazendas vizinhas, se afaste o mais possível da casa-grande. Assim Varapau poderá fugir (Amado, 2010, p. 157).

Conquanto, conforme Varapau se envolve nos preparativos para o terno, a ideia de fuga cada vez mais torna-se distante, porque ele reconhece a sua posição de idealizador de um evento incomum às terras do cacau, região com pouca incidência de eventos culturais e escassas opções de lazer. As lacunas culturais representadas em *São Jorge dos Ilhéus* (2010) estão postas de maneira inversamente proporcional ao trabalho, pois aqueles que mais trabalham, os “alugados” das fazendas de cacau, são os que menos dispõem das atividades de lazer ou possibilidade ao ócio, ao descanso. A grande lida imposta a esses trabalhadores reflete a posição de que os coronéis perpetuam relações colonializadas por meio da ampla exploração do trabalho. Essas relações de exploração ancoradas na colonialidade se confirmam na vida particular dos trabalhadores “alugados”, que não dispõem de condições básicas para uma vida equilibrada, seja cultural ou afetiva, visto que um simples e improvisado terno de reis atraiu trabalhadores de várias fazendas para participarem, se configurando praticamente como o único evento comemorativo dos trabalhadores. No plano dos afetos, esses trabalhadores não dispunham sequer da possibilidade de terem uma companheira para dividirem o jugo cotidiano, devido a

baixa presença de mulheres nas roças de cacau. E as que existem, são tão maltratadas quanto os homens, fazendo com que ambos se assemelhem mais à escravos do que a trabalhadores livres:

As mulheres é que vêm cansadas, vagarosas e caladas. Parece até absurdo chamar essa gente de mulher. Alguém que já viu uma mulher numa cidade, como Varapau já viu, pintada, perfumada, bem-vestida, bela, feita para o amor, não poderá nunca crer que sejam mulheres esses molambos negros e mulatos que vêm das roças arfando de cansaço. São uns restos de gente e ainda assim dormem com seus homens, e se beijam e parem meninos que comerão terra (Amado, 2010, p. 105).

A exploração nas fazendas atinge tal dimensão que a própria condição de homem ou mulher é negada aos trabalhadores, onde tornam-se apenas instrumento de trabalho para cultivar cacau ou matar gente. A desumanização que ocorre nas fazendas é um dos elementos da colonialidade do poder pois aproxima o ser humano de um objeto semovente, destituindo-lhe de suas carências fundamentais, como a própria perspectiva do amor. Uma companheira é raridade aos lavradores de cacau “alugados”, sendo mesmo a zoofilia um caminho encontrado pelos homens para minimamente driblar o desejo e as mazelas de suas vidas projetadas para serem miseráveis por estruturas de dominação que se manifestam pela colonialidade dentro do capitalismo. No trecho a seguir, é possível ter a dimensão de tamanha objetificação dos corpos, porque os transforma a tal ponto que já não há diferenças claras entre o humano e o animal:

Que importa que seja apenas a mula negra, um animal de quatro patas, e que esse amor seja anormal, seja degradante e sujo? Para Ranulfo, trabalhador perdido nas fazendas de cacau, nada disso importa, ele não conhece código de moral nem outra lei exceto aquela que proíbe fugir da fazenda quando se deve ao armazém. Para ele a mula preta é como uma linda mulher e no momento de amor que ela lhe dá é realmente maravilhoso. Na posse do homem e do animal, à beira das roças de cacau, há o mesmo desejo intenso que nos amores mais refinados das cidades nunca vistas. É assim o amor nas fazendas de cacau (Amado, 2010, p. 112).

Seja o encontro carnal com animais ou as surras infringidas aos trabalhadores, ambos protagonizados por Ranulfo na fazenda do coronel Frederico Pinto, eles não são uma exceção, assim como também não o é a rotina de trabalho extenuante. Esses eventos são arranjos sociais típicos da lavoura cacauífera na sua formação e apogeu. A violência e a exploração eram tão comuns às fazendas que os trabalhadores criavam cantigas de trabalho. Em *São Jorge dos Ilhéus* (2010) é frequente a presença de canções cantadas pelos trabalhadores em que fazem referência a sua condição concreta de existência, que variam desde o desejo de fuga quando fazem alusões às barbaças que são um instrumento de secagem e torragem do cacau como se

fossem as naus que os levariam para casa ou simplesmente para longe das terras do cacau outrora pleiteadas como uma grande possibilidade de enriquecimento. Assim, temos a seguinte cantiga: “Eu quero ser marinheiro, quero ir pra outra terra [...] Barcaça que não navega, barcaça presa na terra [...] Minha barcaça vai partir, o vento já tá soprando... barcaça que não tem vela, nem leme para o comando...” (Amado, 2010, p. 113-4).⁵⁵

Para resistirem à lida dura do cotidiano, os trabalhadores recorrem a recursos como esse da cantiga, que servem de aplainador ritmo do trabalho. Porém, como se não fosse o suficiente, os “alugados” dos coronéis também assumiam trabalhos de risco, como é o caso das estufas elétricas, que eram utilizadas para a secagem do cacau em tempos ou safras que as barcaças não davam conta, em que trabalhadores constipam ao sair da sala extremamente quente de torragem do cacau para o contato direto com a chuva gelada. Na obra, a razão desta morte é conhecida como “estuporar”. Esta morte, inclusive, é o destino de Ranulfo. De homem surrado, para amante dos animais, a morto estuporado. Esta é a sina dos trabalhadores das fazendas de cacau denunciada pelo narrador em *São Jorge dos Ilhéus* (2010). Muitos dos aspectos que degradam a condição de vida destes trabalhadores foram herdados da colonização, tal qual a vida humana valer menos do que a exportação de commodities, como ocorre na obra pela reação do coronel Frederico Pinto, que tem como principal preocupação evitar que o cacau da estufa elétrica seja torrado, botando a perder uma parte da produção, visto que com a morte de Ranulfo o cacau ficou um breve período sem cuidados.

Esse óbito configura-se como um acontecimento de menor importância para as demais personagens, porque já é sabido que não se deve sair da estufa direto para as chuvas invernais de Ilhéus. Sendo assim, Frederico busca se eximir da culpa tanto pela surra aplicada ao Ranulfo quanto pela sua morte, atribuindo a responsabilidade ao próprio trabalhador, que rompeu com a lei da fazenda e, portanto, mereceu a surra, mas que poderia ter esperado a chuva torrencial passar para sair da estufa. Em nenhuma instância a culpa seria do coronel, tamanha é a relação de opressão entre esses dois grupos, nos quais os trabalhadores, ainda que saibam de sua condição miserável, não possuem grandes aparatos de resistência, seja pela profunda ignorância ou pela resignação causada pela pobreza. Em todo caso, a alienação, principalmente dos trabalhadores rurais, é tão contundente que são descolados do próprio tempo histórico em que vivem, não sabendo de nada que se passa para além das fazendas, quando muito, apenas de Ilhéus. Um exemplo dessa condição se dá quando vem a baixa do preço do cacau provocada

⁵⁵ A cantiga está em itálico no romance.

pelos exportadores, pois os trabalhadores só se dão conta de que o cacau perdeu seu valor econômico quando são demitidos das fazendas:

Frederico Pinto perdoara as dívidas e os mandara embora. Que juntassem seus trapos e partissem, não podiam permanecer nos limites da fazenda. Apenas um grupo pequeno, dos mais eficientes, era conservado. Só então os trabalhadores vieram a saber que o preço do cacau caíra de maneira lamentável (Amado, 2010, p. 290).

Como dito anteriormente, houve uma coexistência na estratificação fundiária entre pequenos, médios e grandes proprietários, que no sul baiano foi possível devido ao acesso à terra com fins de ampliar a fronteira agrícola da região. No entanto, a tendência foi a formação de latifúndios baseados em expropriações ilegais e mortíferas que ficaram conhecidas como “caxixe” e tiveram como principais vítimas os libertos e seus descendentes. Os quatro trabalhadores apresentados até aqui, Antônio Vítor, Capi, Ranulfo e Varapau, são todos negros, assim como de fato se configurou a lavoura cacauzeira ao longo da história. E é esse braço negro a base da economia cacauzeira do sul baiano. E é este mesmo braço negro o mais vilipendiado dos trabalhadores. As mulheres tampouco escapam à sina da colonialidade, com seus filhos que comem terra porque nas terras do cacau não se come o fruto donde se tira o pão. A personagem Frederico Pinto é um desses exemplos de exploração e ultraje, que diante da morte de Ranulfo, preocupa-se apenas com o cacau que chia na estufa elétrica e ainda aproveita para realizar um toque libidinoso em uma jovem filha de um de seus trabalhadores durante o velório de Ranulfo, atestando que os miseráveis lavradores de cacau nem em momentos trágicos são tratados com dignidade. Os trabalhadores são tratados mais como coisas do que como pessoas:

Quando chegaram, Ranulfo já estava morto. Dentro da estufa o cacau chiava, eles rodearam o morto [...] O coronel Frederico Pinto apareceu. Na porta da casa-grande surgiu a mulher, gordíssima, a rencada de filhos. O coronel foi dando ordens: - Fecha o motor, o cacau já está chiando. Depressa, seu Tibúrcio... – De dentro da estufa vinha o chiado do cacau queimando e o coronel ouvindo, o rosto fechado de contrariedade. – Essas arrobas tão perdidas... (Amado, 2010, p. 115-116).

Rita, a garota que vê Ranulfo morto e pela qual o coronel Frederico se interessa, nascera em meio as fazendas de cacau e vem a ter um caso com Frederico. É de praxe na narrativa os latifundiários chafurdarem nos corpos púberes das garotas, em troca de promover as questões objetivas de existência delas e de revesgueio de sua família. A perspectiva era a de que os coronéis “botassem casa” na cidade para as meninas, que não tardavam a serem abandonadas levando um bastardo na barriga e que também viria a ser um “alugado” nas fazendas de cacau

ou desempenhariam algum outro serviço vinculado em sua cadeia produtiva. O desfecho de Rita na narrativa é o mesmo de tantas outras meninas que foram abusadas e abandonas:

Na rua de rameiras, as mais baratas, Rita, de filho remelento no seio flácido, aprende a canção mais triste do mundo [...] Pra que aquela canção Rita não sabe por que a escreveram, por que a compuseram a música. Nas fazendas havia canções assim, inventadas ninguém sabe por quem. Eram canções de trabalho, falavam do cacau, nas barbaças e estufas. Eram igualmente tristes, mas nenhuma mais triste que essa canção das prostitutas, que todas elas sabem e cantam no princípio da noite, já profissionalmente, como um anúncio das suas habilidades: *Que fazes aí, menina? Eu faço de tudo, senhor...* (Amado, 2010, p. 298).

Muitas dessas crianças bastardas acabam crescendo em meio ao descaso das fazendas de cacau, quando muito tutoradas pelo pai da mãe, que é “alugado” do coronel, pai da criança, ou ainda, crescem pelas ruas da cidade, na Rua da Lama, rua de destino da maioria das mulheres desgraçadas por um coronel. Essas mulheres se vendem movidas pela necessidade, causada diretamente pela ação de seu dúbio salvador como ocorre com Rita e Frederico Pinto, que representam uma posição de dominação em uma macroestrutura histórica e social calcada não apenas na colonização, mas também na própria forma de constituição da propriedade privada de direito à herança patriarcal (Engels, 2014), presente estruturalmente na cidade de Ilhéus. Essa é uma das bases da colonialidade do poder e que não se manifesta apenas entre as mulheres negras ou mais vulneráveis, mas sim a grande parte das mulheres, já que o patriarcado se configura como um *fato social*. No romance temos a denúncia de que:

Ilhéus era uma cidade de negócios, de fazendeiros rudes, restavam-lhe muitos hábitos patriarcais, a vida das senhoras casadas se processando no interior das casas, no cuidado da cozinha e dos filhos. Esposas de coronéis, mulheres sem cultura e sem requintes (Amado, 2010, p. 27).

É o caso da esposa de Frederico Pinto, dona Augusta, uma mulher que basicamente teve como vida, após se casarem, parir filhos e cuidar da casa, encerrada na fazenda enquanto engorda patologicamente, ao passo que o esposo busca “mulatinhas” nas fazendas e prostitutas na cidade. Enquanto que “nas suas relações sexuais com a esposa sempre primara certa gravidade cheia de pudor. Dormiam juntos, faziam filhos. Era bem isso: faziam filhos. Mas realmente Frederico nem conhecia os detalhes do corpo da mulher” (Amado, 2010, p. 58).

Assim, os dois perfis de mulheres presentes em *São Jorge dos Ilhéus* (2010) que mais sofrem com o patriarcado vinculado à colonialidade são as pobres trabalhadoras e as esposas de coronéis. Ainda que essas últimas não sintam tão profundamente a ação destas estruturas porque em seu caso estão travestidas do prestígio em ser esposa de um homem influente na

região, somado com as convenções sociais que determinam que o local ideal para a mulher ocupar na sociedade é a de mãe e dona de casa subserviente ao seu marido. Estas relações de desigualdade de gênero se dão pelo triunfo do direito patriarcal em detrimento do direito matriarcal, quando os homens passam a acumular riquezas e influência dentro de um sistema de transmissão de herança baseado na monogamia, e não mais na coletivização das riquezas e propriedades que eram comuns a todos da comunidade. De acordo com as hipóteses de Engels (2014), em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, existe uma relação direta entre o patriarcado e a propriedade privada, onde o corpo feminino é uma das propriedades do homem:

O desmoronamento do direito materno foi a grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo. O homem apoderou-se também da direção da casa: a mulher viu-se degradada, convertida em servidora, em escrava da luxúria do homem, em simples instrumento de reprodução. Essa baixa condição da mulher [...] tem sido gradualmente retocada, dissimulada e, em certos lugares, até revestida de formas de maior suavidade, mas de maneira alguma suprimida (Engels, 2014, p. 69).

Essa “baixa condição da mulher” se manifesta concretamente na vida das esposas dos coronéis, pois, ainda que tenham aparentes privilégios, continuam numa posição subsumida de degradação, não sendo senhoras de si em seu próprio lar, visto que se delas se espera que vivam para a privacidade dos afazeres domésticos. No entanto, a colonialidade, que tem como um dos eixos formadores o patriarcado, se abate mais ferozmente nas mulheres negras em *São Jorge dos Ilhéus*. Quando não passam suas vidas trabalhando nas lavouras de cacau, em boa parte das vezes para coronéis que estabelecem com todos os seus “alugados” relações de profunda exploração, tornam-se prostitutas vilipendiadas pela cidade, como é o caso de Rita, que tem como desfecho a Rua da Lama, inteira formada por prostitutas vindas das fazendas, enquanto passa de mão em mão e amamenta o mais novo bastardo do coronel Frederico Pinto, que tem simplesmente uma parideira como esposa.

A denúncia do narrador de *São Jorge dos Ilhéus* (2010) nesse tocante é anticolonial, porque ele apresenta as facetas da subalternidade feminina com as características típicas da histórica potestade patriarcal, sendo a dominação de gênero uma das primeiras, senão a primeira forma da luta de classes. O eixo temático da narrativa perpassa exatamente por conflitos gradualmente acirrados entre diversos grupos de interesses, que estabelecem relações contraditórias de aproximação e afastamento entre si. Dentre esses conflitos, em última instância traduzidos como luta de classes, um dos elementos mais detalhadamente trabalhados em *São Jorge dos Ilhéus* (2010) é a condição de vida dos trabalhadores da lavoura. Essa

construção narrativa se explica porque os trabalhadores são a base da cacauicultura e dela apenas tiram uma vida inteira de trabalho pesado.

Por meio das relações contraditórias presentes no enredo, seja de gênero ou de classes, o narrador evidencia essas mesmas contradições da realidade enquanto busca a construção de uma práxis que contemple as condições concretas de existência dos trabalhadores de Ilhéus ficcionalizados na narrativa, afinal. *São Jorge dos Ilhéus* (2010) demonstra que a pobreza em que vivem diversas personagens possui uma causa social, que na historiografia pode passar apagada diante do vertiginoso crescimento da economia cacaueteira no sul baiano, como se tivesse sido um tempo de democrática fartura, onde a luxúria levava aos mais ricos a acenderem seus charutos com notas de dinheiro mas que, na realidade, esconde relações de exploração do trabalho, não apenas nas fazendas, mas também nas cidades, como será esclarecido adiante.

Isto posto, as relações de opressão dos coronéis com os trabalhadores assumem grau de intensidade típico de modelos coloniais porque essas são as bases da sociedade brasileira que não foram superadas, sendo que nem sobre seus próprios corpos os trabalhadores em *São Jorge dos Ilhéus* (2010) possuem autonomia. Devido à condição social em que esses trabalhadores nascem, negros descendentes de escravos em um país racista, somada com sua condição de pobreza dentro do capitalismo, suas vidas são controladas pelas classes dominantes devido a sua estreita margem de ação em uma realidade social extremamente opressiva e hierárquica. Essas bases materiais e sociais que são vivenciadas e reproduzidas pelos trabalhadores, na narrativa, também desempenham papéis de gênero. Aos homens, resta um servilismo intenso que os prendem indefinidamente à fazenda por meio de dívidas planejadas justamente com o objetivo de deixar a força de trabalho cativa. Às mulheres, resta a objetificação de seus corpos para deleite sexual do coronel, apoiado não apenas por práticas coloniais, mas também pela estrutura social de dominação patriarcal, sendo que ambos não podem ser desassociados um do outro, pois a colonização se fez pelas bases do patriarcado, já que este foi o preceptor daquela, em sua base de acúmulo de riquezas em detrimento do bem-estar coletivo privilegiando o homem, e posteriormente, o branco.

Por outro lado, no entanto, também existiu uma característica de transitoriedade dos trabalhadores, entre aqueles que não estavam vinculados a algum coronel que dispunham de trabalho regular, mas sem que de fato este sujeito nômade tivesse uma qualidade de vida superior aos “alugados” fixos, que em alguns casos caíam nas graças do coronel e com isso tinham maior confiança e respeito dele, caso de Antônio Vítor que recebeu um pedaço de terra dos Badaró. A mobilidade de trabalho se dava não apenas pelas extorsões dos armazéns, condições básicas de moradia e alimentação precárias, mas também devido ao caráter sazonal

da lavoura. O conhecido paradeiro, pelo fato de o cacauero exigir menor trato, e os eventuais tempos de seca ou perda da safra por quais quer motivos, desempregam esta margem da classe trabalhadora rural que é mais flutuante em relação aos que estão sob a influência direta de coronéis. Um segmento ou o outro, ambos explorados pelos mecanismos de dominação colonial em favor principalmente dos grandes coronéis. Quanto maior era o latifúndio de cacau, mais extensivo se tornava as práticas coloniais.

Devido as condições degradantes, aqueles que não são dependentes dos coronéis e não possuem terras, migram de fazenda em fazenda em busca de serviço, podendo exercer a função de rendeiro ou assumirem responsabilidade de trabalho com mais de um fazendeiro sem, no entanto, realmente melhorarem de vida, porque as condições de trabalho em toda a lavoura cacauera se parecem em seu pauperismo, sendo todos de semelhante maneira condenados à miséria estrutural (Cruz, 2012). Capi é um exemplo desse trabalhador sem fazenda fixa, já que passou por inúmeras delas sem, de fato, se fixar em alguma, até chegar na lavoura do coronel Frederico Pinto, onde fazia o que podia para não aumentar a sua dívida no armazém, enquanto sua esposa, nas terras abrasadas do Ceará, juntava tostão por tostão para enviar-lhe e assim saldar sua dívida para, enfim, voltar à casa.

3.2 Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a Ação Integralista: os escravos da terra e os filhos do ouro

A dicotomia entre as riquezas trazidas pela lavoura de cacau ao sul da Bahia e sua pobreza estrutural é marcada constantemente pelo narrador ao estar presente diversas vezes em *São Jorge dos Ilhéus* (2010). Toda a riqueza da zona cacauera estava refletida principalmente nas mudanças da infraestrutura da cidade, cada vez mais imponente, marcando a solidez das fortunas feitas pelos coronéis do cacau, que levavam consigo os sonhos e esperança do restante da população acerca de uma vida melhor. Boa vida essa, possível, mas não realizada, porque por mais que o dinheiro circulasse fácil nestas terras, seu custo de vida era altíssimo e a exploração constante, sendo de ótimo grado aos coronéis a chegada de pessoas ávidas por ascensão social, já que assim tinham a garantia de braços para manterem o funcionamento das lavouras.

Cabeça de um município e de uma zona de monocultores, Ilhéus era uma cidade de vida cara, talvez a cidade de vida mais cara do Brasil. Qualquer legume custava um dinheiro, a carne andava por um preço absurdo, todos os produtos, mesmo os mais necessários, vinham de fora. Exceto o vinagre, produzido do visgo do cacau mole, e o chocolate fabricado ali. As casas eram também de elevados aluguéis: por mais

rápido que andasse o crescimento das ruas da cidade, ainda assim o número de casas era insuficiente para os moradores. A vida era cara, mas o dinheiro corria fácil. (Amado, 2010, p. 66).

Se, por um lado há bonança na Ilhéus ficcional da narrativa, por outro, há também a miséria, que acomete os mesmos segmentos sociais historicamente menosprezados pelas estruturas de dominação coloniais:

Só uma coisa não mudara nas proximidades do mercado: as barracas que, à chegada dos navios carregados de emigrantes, se levantavam no porto. Eram as mesmas barracas miseráveis, era a mesma gente magra e triste que descia das terras pobres do norte em busca de trabalho nas terras ricas do cacau. Aquela expressão antiga [...] ficara clássica e toda a gente a empregava para designar essa parte do cais onde os emigrantes armavam suas barracas, à espera de contratos de trabalho: o ‘mercado de escravos’ (Amado, 2010, p. 67).

Tal ‘mercado de escravos’ é a síntese das desigualdades que acometem a cidade de Ilhéus e que são denunciadas em *São Jorge dos Ilhéus* (2010). O porto de Ilhéus, onde se amontoam esses trabalhadores, na citação, adjetivados como escravos, foi construído justamente devido ao aumento das exportações de cacau, que, como anteriormente mencionado, na década de 1910 já retinha ao Brasil uma das principais produções mundiais. Ilhéus era conhecida como a “Rainha do Sul”, a grande produtora de cacau. Na narrativa, o narrador aponta que Ilhéus “era o quinto porto exportador do país, por ele saía todo o cacau da Bahia, noventa e oito por cento de todo o cacau do Brasil, uma grande parcela do total de cacau produzido no mundo” (Amado, 2010, p. 27). Nesse cenário, cada vez mais a cadeia produtiva do cacau emprega trabalhadores, desde lavradores que são os principais responsáveis pela produção, como de estivadores que confortam o cacau aos navios estrangeiros apresentando um proletariado urbano que se organiza para lutarem por melhores condições de trabalho na cadeia produtiva do cacau. A Associação dos Operários Estivadores de Ilhéus, fundada em 1916, passa a existir justamente com o intuito de reivindicarem melhores condições de trabalho:

A história contada boca a boca, de geração em geração, dão conta que os associados fundadores, na maioria negros, pobres, imigrantes sergipanos, talvez pela descendência escrava, primavam pela unidade como um meio de se fortalecerem e juntos se protegerem das investidas dos “patrões” da época, que ainda fortemente movidos e envolvidos pelo ranço da escravatura recentemente abolida, substituíam o chicote pela oferta de trabalho penoso, perigoso, insalubre, mediante paga de míseros salários⁵⁶.

Ainda que o narrador não cite diretamente essa associação, faz referências, na narrativa, sobre o caráter combativo dos estivadores, uma vez que o partido comunista (PCB) busca

⁵⁶ Fonte: Jornal Diário de Ilhéus 20 a 23 de setembro de 2019. Disponível em: https://issuu.com/diarioilheus/docs/diario_de_ilh_us_edi_o_do_dia_20_a_23_setembro_d Acesso: 11/05/2023.

fomentar a organização deles enquanto classe. Por mais que a narrativa tenha um enfoque maior nos lavradores de cacau, os segmentos urbanos também são contemplados. O que entra em consonância com a própria história de Ilhéus, visto que a expansão da fronteira agrícola do cacau impulsionou outros ramos produtivos, é a geração de demanda de trabalho em outras frentes, como é o caso dos estivadores do porto, dos rodoviários e dos ferroviários. Inclusive, o narrador insere personagens que trabalham nesses ofícios e demonstra, mais uma vez, os interesses estrangeiros na região, como é o caso dos europeus da ferrovia, que travam relações com exportadores como Carlos Zude.

No entanto, os trabalhadores com menor qualificação nesses ramos eram majoritariamente pobres e negros brasileiros, o que toca mais uma vez no tema dos libertos e ajuda a explicar a ação do partido comunista (PCB) nesses segmentos urbanos, pois poderiam adquirir consciência de classe e assim se organizarem na luta por melhores condições de trabalho, por meio de greves e solidariedade de classe. Sobre a origem dos trabalhadores pobres em Ilhéus, nesse tocante particularmente aos estivadores dos portos, temos a confirmação de que eram escravos ou descendentes de escravos pelos registro da época:

Diante do conjunto de sujeitos vindos do Recôncavo, devemos frisar que não existia nos oito registros fotográficos, a presença de não negros, dando margem à interpretação que esses estivadores eram majoritariamente negros nascidos na última década da escravidão e primeira década da República, saíram dos seus locais de origem e vieram para Ilhéus, como sugere a historiadora Mary Anny Mahony (Alcântara, 2022, p. 9).

Ainda que essa associação dos estivadores, dos quais eram membros os negros citados acima, não seja mencionada pelo narrador de *São Jorge dos Ilhéus* (2010), outra associação, no entanto, é citada pelo narrador. Trata-se da Associação Comercial de Ilhéus. Fundada em 1912 e também conhecida como ACIOS. Foi criada para defender os interesses comerciais e empresariais em Ilhéus, favorecendo principalmente os seus membros, em detrimento dos trabalhadores, que por mais que pudessem gozar das oportunidades de emprego geradas pela associação, em realidade não tiveram melhorias nas suas condições de vida e trabalho, porque tais vagas de emprego se destinavam a atender os interesses dos sócios e diretores da associação, que não entravam em consonância com os interesses dos trabalhadores. “Em síntese, uma estratégia de produção de dependentes por parte da classe dominante, visando manter a disciplina e a laboriosidade entre os trabalhadores” (Carvalho, 2015, p. 98-99).

Em *São Jorge dos Ilhéus* (2010) a Associação Comercial é o antro das negociações do cacau. Apenas os homens mais ricos da zona possuem um assento para debater os rumos da

economia de Ilhéus em seu interior, sendo uma entidade historicamente conservadora porque por muito tempo representou a materialização dos interesses hegemônicos na cidade. É dentro dela que acontecem as reuniões e os preparativos para a cooptação das terras dos coronéis planejada pelos exportadores. O prédio da associação comercial é o reduto simbólico das classes dominantes, “aquele prédio atestava a força do progresso da cidade, a força das chamadas ‘classes conservadoras’, enorme, imponente, o grande vestíbulo de mármore, as escadarias suntuosas, os tapetes caros” (Amado, 2010, p. 50).

Toda essa suntuosidade da associação comercial, por ser a representação física da dominação das “classes conservadoras”, entra em contraste com os morros proletários, que abrigam grande parte dos trabalhadores urbanos. Apesar da grande pressão das classes dominantes para sua desorganização, os trabalhadores citadinos possuem uma entidade própria, a Associação dos Empregados no Comércio que também sofrem a influência de diversos grupos de interesses, sendo constituída por uma diversidade de trabalhadores, desde comunistas à integralistas. Assim, o narrador de *São Jorge dos Ilhéus* (2010) esclarece que “a Associação dos Empregados no Comércio, não sendo, como organismo, integralista, fornecera, realmente, uma grande parte da massa desse partido fascista” (Amado, 2010, p. 69).

Além dos empregados no comércio apontados pelo narrador, outros segmentos trabalhistas também constituem o quadro do enredo da narrativa no meio urbano de Ilhéus, como operários e doqueiros, além, claro, dos trabalhadores ligados a alguma etapa da cadeia produtiva do cacau. Dentre essas profissões, alguns deles vivem na Ilha das Cobras, a região mais pobre de Ilhéus, mas que também não escapa da influência do cacau, porque a chegada da estação de chuvas é motivo de alegria aos seus moradores já que é a garantia de que não faltará trabalho na cidade. No entanto, o narrador sempre mostra a relação contraditória da classe trabalhadora com o cacau, seja nas fazendas ou na cidade. No campo, como já dito, não importa o lucro do cacau, as condições de vida dos lavradores continuam a mesma porque a riqueza advinda pelo cacau nunca chega até eles, que são a base produtiva da economia cacaueira. Na cidade, ainda que a chuva garanta a labuta necessária para a sobrevivência, é um período de dificuldades, mas nunca de tristeza, porque a Ilha das Cobras é inundada pela enchorrada que desce de todo o restante da cidade:

Era a zona mais baixa de toda a cidade, a mais pobre também [...] Diziam os habitantes que, na estação das chuvas, o bairro ficava totalmente isolado da cidade. Daí o nome de Ilha que lhe haviam dado. Não só ficava cercada de água, como ficava inundado, a água por dentro das casas, ilha e lago ao mesmo tempo (Amado, 2010, p. 136-7).

Como a Ilha das Cobras é um bairro operário, o partido comunista (PCB) busca fazer trabalhos de base na região, onde as reuniões da célula do partido de Ilhéus acontecem. A personagem que encabeça a representação do partido na narrativa é Joaquim, como mencionado anteriormente. A Ilha das Cobras é o principal reduto de resistência às classes dominantes, porque é notoriamente marcada pelas maiores desigualdades de classe e com isso onde se destina os maiores esforços para a luta contra os exportadores, que representam o imperialismo americano e alemão em uma conjuntura de disputa ideológica internacional. Não apenas sedia as reuniões da célula do partido, como também os moradores já liquidaram com uma manifestação integralista que visava conquistar consciências no bairro, o que mostra um combatente posicionamento político baseado na práxis do cotidiano, porque os moradores da Ilha das Cobras não tiveram acesso à educação formal. É o contexto de Ilhéus na década de 1930 que justifica operários sem formação formal alguma serem radicais o suficiente para diluírem uma manifestação política contrária aos seus interesses. Nesse período, havia em Ilhéus uma grande efervescência de movimentos políticos que disputavam ferozmente a hegemonia da consciência das pessoas, reflexo do exemplo mundial de disputa dos blocos de poder, sendo eles o soviético, o nazifascista, e o americano:

Um integralista não se aventurava em ir, nem mesmo de dia, à Ilha das Cobras. Existia uma história célebre: [...] O comício começou, apenas começou. Narram as crônicas que voltaram em marcha forçada. [...] A verdade é que os operários haviam tomado as entradas das ruas que levavam à Ilhas das Cobras, após terem passado os integralistas. E quando estes começaram a apanhar no comício e tentaram escapar para a cidade, encontraram-se com a surpresa dos operários guardando as entradas das ruas, armados de vassoura (a ‘arma com que se tange galinhas’, dissera Joaquim) (Amado, 2010, p. 137).

Uma das características do integralismo, como todo fascismo, é o apelo às massas, em que busca comover a opinião pública por meio do resgate de valores tradicionais, em que se realiza uma idealização de um passado quase que mítico e épico para comover as massas, contudo inverossímil em sua fatualidade histórica, porque tal passado é imaginado, e é sempre expresso a partir de posições que subjagam, ideologicamente e na práxis, as parcelas de pessoas menos favorecidas socialmente. Isto é, os grupos denominados de minoria são atacados em todos os âmbitos de sua existência, chegando mesmo à genocídios. Enquanto isso, sendo o integralismo a expressão brasileira do nazifascismo na década de 1930, manifestavam ideologias e práticas em comum, como o saudosismo de um passado que nunca existiu. Com suas camisetas verdes desfilavam por Ilhéus, bradando o seu “anauê”, clara referência à saudação nazifascista, e se fazendo crer como sujeitos sérios, que tinham uma proposta política

moderna para o país, para atingir o progresso pelo amor à pátria. E com isso, conseguiram ter largo apoio na cidade, mobilizando pessoas de vários segmentos sociais distintos, pois representam as classes conservadoras.

Os integralistas resgatam o “anauê” pela idealização do passado, onde os verdadeiros valores precisam ser restituídos para consertarem o atual mundo pérfido. Invertem a realidade ao glorificarem tradições que nunca existiram e com isso criam um falseamento das condições concretas da realidade social, negando as contradições de classe mais latentes. Assim, “o fascismo caminha diretamente em direção a uma estetização da vida política” (Benjamin, 2017, p. 97). As características de movimentos denominados fascistas não são historicamente datadas, mas sim uma perspectiva política latente que cresce em momentos de crise do capitalismo, como se fosse a última alternativa da burguesia para manter a ordem de classes. E suas características principais perpassam por um extremo nacionalismo, autoritarismo e repressão extrema de divergentes, subsumindo a luta de classes, representado em *São Jorge dos Ilhéus* (2010) pela Ação Integralista.

Em *São Jorge dos Ilhéus* (2010) boa parte dos membros integralistas são jovens filhos das classes médias e alta que foram cooptados pelos ideais reacionários da época, que também ficaram conhecidos como “galinhas verdes”, daí a fala de Joaquim. Não é de se surpreender, no entanto, que tenham tomado partido pelos integralistas porque as classes mais abastadas tendem, historicamente, sempre a apoiar os regimes mais despóticos a fim de garantir a perpetuidade da dominação. Dentre esses jovens, destaca-se Silverinha, filho do coronel Horácio, e que foi utilizado como massa de manobra para enfraquecer o poder dos coronéis por parte dos exportadores. Um deles, Schwartz, alemão nazista, financiou Silverinha para mover um processo do inventário de sua mãe contra seu pai, com o intuito de cansar o octogenário Horácio e desgastar sua imagem pública de chefe político da zona cacauceira, último representante do tradicional sistema coronelista de dominação sociopolítica.

Esses jovens filhos de coronéis se tornam a base do movimento integralista em Ilhéus, assomados de alguns empregados no comércio. Muito do financiamento da Ação Integralista veio da doação dos coronéis influenciados pelos filhos. O próprio coronel Horácio fez doações a pedido de Silverinha, que devido a sua condição social era visado como um futuro chefe político da zona cacauceira. “O cacau atravessava uma alta nunca vista antes, ninguém melhor para chefiar o partido fascista do que o filho do maior fazendeiro” (Amado, 2010, p. 190). Outro montante, no entanto, foi destinado diretamente da Alemanha, que também cobiçava as riquezas do cacau por via de seus próprios métodos neocoloniais e imperialista. As estratégias de governo adotadas por Vargas na década de 1930 consistiam em promover excelentíssimas

relações comerciais com a Alemanha e com os Estados Unidos, prometendo apoio à ambas na guerra de 1939 que se aproximava, sendo esse o contexto da ação imperialista destes dois países em *São Jorge dos Ilhéus* (2010). Ambos financiando iniciativas para dominar economicamente a região e ampliar sua base de apoio geopolítico. Assim, o maior representante do capital alemão no enredo é o exportador Schwartz, enquanto o agente do capital americano é Karbanks, principal sócio de Carlos Zude na expropriação das terras. Sobre Karbanks:

[...] dizem muitas coisas: que ele representa grandes interesses americanos nessa zona, que a Exportadora não lhe pertence coisa alguma, que ele apenas a dirige como um empregado de alta categoria. [...] Consta que foi ele quem conseguiu o contrato da companhia de navegação sueca para a vinda dos grandes cargueiros, que permitiram a exportação direta do cacau, desde o porto de Ilhéus para os Estados Unidos, a Alemanha e o norte da Europa. E que fora ele, ajudado por Carlos Zude e os demais exportadores, quem forçara o governo federal a fazer os melhoramentos na barra, possibilitando a entrada de navios de grande calado (Amado, 2010, p. 46-7).

Por mais que houvesse diferenças ideológicas entre o imperialismo norte-americano e o imperialismo alemão, elas não são marcantes o suficiente para gerar algum benefício ao Brasil, porque em ambas a lógica de dominação é neocolonial e perpassada pelo capital privado, além da exploração das pessoas e seu território. E quando há necessidade, se unem em função de um projeto comum, como vemos em *São Jorge dos Ilhéus* (2010), em que os exportadores também financiaram o partido integralista, tendo sido uma “atitude que foi mais ou menos geral de parte dos exportadores de cacau” (Amado, 2010, p. 196). Caso da companhia exportadora de cacau ZUDE, IRMÃO & CIA, herdada por Carlos Zude. É a principal exportadora nacional presente na narrativa, que prosperou juntamente com a valorização da cacauicultura. Sua história se reflete na do cacau, pois passa de uma pequena casa exportadora para a maior do país, conforme a economia cacauceira floresce, e sempre alinhando seus interesses aos grupos conversadores, como o capital estrangeiro e posteriormente ao integralismo. Carlos, e outros exportadores, ainda que sejam social-democratas ou judeus, como é o caso de Carlos e Reicher, respectivamente, se aliam com o nazista Schwartz no plano de roubo das plantações de cacau. Assim, os principais exportadores da narrativa são: “ele (Carlos) e Karbanks, os Rauschning e Schwartz, Reicher e Antônio Ribeiro, os exportadores de cacau” (Amado, 2010, p. 237).

Assim, no enredo temos a união de três grupos de interesse, representados pelos exportadores, que são os dois imperialismos estrangeiros e a burguesia nacional, segmentada em duas figuras, sendo a de Carlos apoiado por capital americano, e a pequena burguesia local, materializada na personagem de Antônio Ribeiro. Sendo essa última personagem um sócio menor, pois mesmo sem Antônio Ribeiro, o plano de apropriação das terras do cacau poderia

ter acontecido. A colaboração modesta dessa personagem pode ser interpretada como a participação da burguesia nacional a convite da burguesia internacional na partilha dos espólios cooptados.

Essa relação entre a burguesia nacional e internacional caracteriza um vínculo de dependência geopolítica, agravada pelo contexto das relações internacionais imperantes na década de 1930, em que o Brasil estava sendo disputado como zona de influência durante dos preparativos para a Segunda Guerra Mundial. No auge do cacau em Ilhéus, os maiores produtores tinham a capacidade de iniciar um monopólio na produção nacional, e consequentemente mundial, visto que no contexto da narrativa o sul baiano era o maior produtor global de cacau, momento em que Ilhéus vivia seu período áureo na sua saga com o cacau. Por essa razão, os exportadores desejam as terras, já que:

[...] sem ela nada adiantava, nem os grandes escritórios, nem as grandes transações com Nova York e Berlim. Quem eram eles, exportadores? [...] Eram adventícios, não tinham raízes, não estavam firmes na terra do cacau. Só a posse da terra os fazia senhores, definitivamente grapiúnas, donos de Ilhéus (Amado, 2010, p. 149).

A fim de se firmarem como os “donos das terras”, iniciam seu plano. Findo o primeiro ano da alta, que podia se justificar pela perda de safras em outros países, como o Equador, Ilhéus é invadida de todo tipo de novidade e pessoas e proporcionalmente a circulação de dinheiro aumenta, inflacionando a economia local. Os coronéis, esses homens que passaram a vida matando gente e derrubando florestas, se entregam aos esbanjamentos excitantes com total temeridade. Casas, automóveis, cabarés, e jogo na bolsa de valores. Muitos foram seus gastos. “Depositavam cacau, iam retirando dinheiro para tudo que precisavam. [...] A maioria ia sacando, uns quantos fizeram questão de acertar suas contas e viram, assombrados, que não tinham quase saldo, uns outros até deviam” (Amado, p. 237). Mas os preços do cacau continuavam a subir, e os coronéis se lançaram cada vez mais aos novos entretenimentos luxuosos. Quando, enfim, os exportadores baixam o valor pago pelo cacau, ao mesmo tempo cobram judicialmente o débito dos coronéis, que são obrigados a leiloar suas fazendas que são arrematadas justamente pelos exportadores que agora, além de deterem o poder político, também passam a ser os donos da terra.

Se, hipoteticamente, os coronéis deixassem de vender seu cacau para os exportadores, eles faliriam, por serem apenas intermediários de venda na cadeia produtiva do cacau, e com isso não detinham os instrumentos necessários para controlar a produção. A cooptação de terras aconteceu por meio de especulação, característica fundamental ao capitalismo financeiro. O primeiro elemento destacado pelo narrador de interesses imperialistas para a região é o crédito

prestado aos pequenos agricultores a fim de sustentar disputas com os grandes coronéis, para que esses não detivessem o monopólio da cacauicultura. Posteriormente, passam a armazenar e a comprar cacau a entregar, diante os preços pagos pelos exportadores que só fazem aumentar. Para sustentar o crédito necessário para manter a alta artificial, os exportadores dispunham de renda passiva e de financiamento:

Os entendidos diziam que a Exportadora tinha a maior parte das ações das docas do porto, compradas aos herdeiros do coronel Misael. E a renda do porto era enorme... Diziam também que por detrás da direção do Banco de Auxílio à lavoura se encontrava a Exportadora, ou seja Karbanks. Ele e Carlos estavam em toda parte, só não se haviam ainda se metido nas fazendas (Amado, 2010, p. 47).

Por meio do controle de áreas da cadeia produtiva do cacau, os exportadores conseguem aglutinar poder político extraído dos coronéis. Concretamente o fazem quando Carlos Zude vence as eleições e passa a ser o maior chefe político do sul baiano. Ao final do último ano da alta, os exportadores baixam o preço do cacau e conseguem falir os coronéis, pois além das dívidas que já tinham, não conseguiriam receber lucros da safra daquele ano porque “o cacau será cotado ao preço do dia da entrega” (Amado, 2010, p. 240), tendo sido de apenas de oito mil-réis, tendo, durante a alta, chegado a passar de cinquenta mil-réis a arroba de cacau, enquanto ainda precisavam lidar com os juros do crédito em um sistema judicial comandado pelos exportadores. Quando os coronéis se deram conta do que se passava, já era tarde para qualquer um, suas terras já não lhes pertenciam legalmente:

Só então os coronéis compreenderam que estavam empenhados numa luta. [...] Uma luta de vida e morte, que já engolira Horácio, suas fazendas pertenciam agora a exportadores, à firma Schwartz & Silveira. O único coronel que talvez pudesse lhes fazer frente com seu enorme capital, com suas fazendas intermináveis, suas cinquenta mil arrobas facilmente transformadas em oitenta. Só ele seria capaz de chefiar com êxito uma grande cooperativa que fizesse frente aos exportadores, que reunisse o cacau dos coronéis e dos pequenos lavradores, que comprasse e armazenasse, esperando os preços que teriam que vir, forçados pela falta do produto. Só ele não jogara na bolsa, não construía palacete, não sustentara amantes, não andara pelas mesas de roleta, bacará, não desperdiçara dinheiro. Somente ele. E estava morto, seu enterro tinha sido realmente a data que marcava o fim do tempo dos coronéis, ou, como dizia Joaquim, o fim do ‘feudalismo’. Os exportadores tinham percebido muito bem, e, mesmo quando fecharam o rosto, os métodos brutais de que Schwartz lançara mão, sabiam que era necessário afastar Horácio. Carlos Zude, roubara-lhe o prestígio político. Schwartz tomara-lhe as terras. Aproveitaram-se de Silveirinha, arrastaram-no para seu lado, Horácio era um velho de mais de oitenta anos (Amado, 2010, p. 283).

A morte do maior coronel foi a última barreira a ser superada na suplantação de classes executadas pelos exportadores. Devido à relação dinâmica que existe entre os elementos de disputa da realidade social, em que os espaços de poder são disputados, os membros do partido

comunista (PCB) se moveram contra os interesses dos exportadores realizando trabalhos de base com o intuito de alertarem, não apenas a população em geral, mas também os coronéis, sobre os perigos que a alta repentina representava, pois tinham sapiência acerca do verdadeiro caráter dos interesses envolvidos com a alta artificial do cacau. Esse fenômeno gerou duas grandes frentes com contradições internas acirradas. De um lado, comunistas que se veem obrigados a dialogar com os coronéis sobre os riscos que o imperialismo estrangeiro representa às suas propriedades, e de outro, americanos, alemães e integralistas unidos não apenas pelas vantagens em comum, mas também por uma forte aversão aos ideais comunistas em particular, e à pobreza em geral, principalmente porque boa parte dos despossuídos em Ilhéus eram descendentes de escravos, numa Ilhéus de racismo ainda exposto. Essas condições marcam posições de classe assentadas na colonialidade do poder, valendo, fidedignamente, para todo o Brasil.

Em plano de âmbito nacional, os libertos não tiveram assistência concreta para sua inserção na nova sociedade brasileira por meio de garantias como alimentação, moradia e promoção de qualquer forma de sociabilidade que lhes viesse a ser objetivamente benéfica. Com isso, as estruturas mantenedoras da colonialidade continuam a imperar como mecanismo de funcionamento social para que o caráter do trabalho na sociedade de classes mantenha-se racialmente dividido. Por meio das formas mais objetas de exploração do corpo negro numa sociedade de classes, obriga-o a sujeitar-se às condições impostas, sem as condições e ferramentas necessárias para disputar, enquanto classe social, os espaços de poder. Corpo esse que é combatido inclusive pelas próprias instituições sociais, como o Estado em sua bélica chacina e a propriedade privada, em sua negação veemente de acesso ao negro.

Durante a disputa pela eleição para prefeitura de Ilhéus, no período da alta, Carlos Zude se candidata, assim como Maneca Dantas, apesar de ser um idoso cansado, também é um dos maiores fazendeiros do romance e o único amigo de Horácio. Outro candidato fora Silverinha, representando os interesses dos integralistas. Conquanto, durante o primeiro ano da alta, quando aconteceram as eleições, Silverinha retira sua candidatura a fim de apoiar Carlos Zude. Um exportador, um coronel e um integralista rico. Não um operário ou um trabalhador rural, também não uma mulher ou um negro. As mulheres, por razões ainda anteriores à própria colonialidade, também são excluídas dos espaços decisórios e de poder. As mulheres negras, então, sofrem duplamente a sina colonial, porque o patriarcado por si só já representa uma gigantesca sujeição do gênero feminino, e nenhum desses três grupos políticos contemplam as necessidades seja dos negros, pobres ou mulheres.

Os comunistas apoiam Maneca nas eleições, não por afinidade, mas por necessidade. O narrador deixa explícito o quanto o apoio comunista ao coronel fora uma decisão difícil, visto que um dos combates essenciais dessa militância é contra o latifúndio, porque parte-se do princípio de que a terra é um direito de usufruto público e deve ser socialmente produtiva. No entanto, a transferência do título das terras para grupos estrangeiros representava o perigo maior pois a orientação do partido comunista (PCB) era a do marxismo-leninismo, uma prática revolucionária vinda da vida e obra de Lenin, que defende que a maior força deve ser movida contra o inimigo maior do povo. Conquanto, na narrativa, a aliança dos comunistas com os coronéis representa a perspectiva *etapista* adotada pelo partido comunista (PCB), em que seria necessário fazer alianças com a burguesia nacional tanto para combater o imperialismo estrangeiro no país quanto para desenvolver as bases produtivas do Brasil a fim de fazer a transição da etapa sócio-histórica chamada de “feudalismo” ou “semifeudal” para a transitória sociedade burguesa, que levaria à revolução socialista, pois a classe burguesa desenvolveria os meios de produção, gerando uma proletarização da população e, com isso, as contradições de classes necessárias para a instauração da revolução estariam postas.

Assim, a presença de formulações partidárias nas entrelinhas de *São Jorge dos Ilhéus* (2010) revela o militante por detrás do narrador ao mesmo tempo que dá à narrativa o caráter tanto de folhetim, tão criticado em algumas obras de Jorge Amado, quanto de alinhamento com o realismo socialista. Na narrativa, esse processo se realiza com a adequação das táticas de resistência para combater justamente esse inimigo maior que era o imperialismo estrangeiro, mantendo em vista os interesses dos oprimidos como eixo fundamental de ação, e não dos coronéis, apesar de terem se tornado aliados para combaterem ao mesmo tempo a burguesia internacional quanto os integralistas que os apoiavam. Lins (2007) ressalta que “no sul da Bahia as atividades do partido tomaram uma nova dinâmica a partir de 1934, partindo principalmente de dois eixos: a luta antiintegralista e a organização dos assalariados rurais e camponeses” (Lins, 2007, p. 131). Desse modo, como os exportadores são a ameaça maior, além de serem apoiados pelos integralistas, o narrador esclarece as decisões tomadas pelos militantes ao apoiarem o coronel Maneca Dantas contra o exportador Carlos Zude nas eleições municipais:

O Partido Comunista resolvera não apresentar candidato próprio e convidava os fazendeiros, pequenos lavradores, operários, a se juntarem em torno a uma candidatura, a de Maneca Dantas ou outra, que pudesse derrotar tanto a de Carlos Zude como a de Silverinha, pois ambos, esclarecia o volante, ‘representavam o imperialismo estrangeiro, o capital antinacional, alemão ou americano (Amado, 2010, p. 267).

Optar por uma frente ampla capaz de contrapor a maior ameaça é uma tática que não deslegitima a radicalidade dos militantes. Precisavam era combater o imperialismo americano e alemão. Por mais que os integralistas se constituíssem por jovens sem formação política, buscaram expandir sua influência na região, principalmente porque já faziam parte de ciclos sociais herdados das relações de seus pais, em média homens ricos e prestigiados. Só assim Silverinha pôde ter capital político para disputar as eleições que se aproximavam. Os integralistas possuíam núcleos bem estruturados em Ilhéus, formando um dos centros mais coesos do país. Um verdadeiro criadouro de integralistas, apoiados pelos fazendeiros e pela burguesia local, que temiam a crescente organização das classes trabalhadoras, sempre vista como um inimigo a ser combatido, principalmente devido a atuação de organizações políticas como o partido comunista (PCB), que se fortalecia na Bahia justamente por meio da luta contra o integralismo.

Os integralistas, por seu turno, também se validavam do discurso de que estavam combatendo um inimigo perigoso, e assim incitavam o medo das classes mais conservadoras para financiarem a campanha contra todos os movimentos que visavam algum progresso social para a classe trabalhadora, generalizando-os como comunistas, pois já existia toda uma narrativa anticomunista que facilitava a aglutinação de interesses díspares em torno de um inimigo em comum, que já era um bode expiatório para justificar o combate ferrenho às classes menos favorecidas. Especialmente em Ilhéus, que contava com uma das células mais forte dos integralistas, as tenções atingiam alto grau de acirramento:

Havia enorme tensão entre integralistas e antiintegralistas na região e, devido a essa polarização, os integralistas consideravam e taxavam de ‘comunistas’ todos que não eram seus correligionários. Também a polícia e os órgãos de repressão tratavam a todos os antiintegralistas como ‘extremistas’ ou simplesmente comunistas (Lins, 2007, p. 155-6).

Assim, o narrador de *São Jorge dos Ilhéus* (2010) busca mostrar o acirramento dos projetos de poder, que pode ser lido sob uma perspectiva anticolonial, visto que, durante a alta do cacau os maiores esforços dos quadros comunistas foram para alertar diversos segmentos sociais sobre o real significado da alta, pois se tratava dos efeitos da ação imperialista na região:

O Partido Comunista fez, ao mesmo tempo, um chamado aos pequenos lavradores para que defendessem suas terras contra a ganância dos exportadores e dos grandes coronéis. Era um volante muito bem lançado, mas os pequenos lavradores estavam de cabeça virada, nunca haviam visto tanto dinheiro. O Partido Comunista procurava conseguir que os fazendeiros se reunissem numa cooperativa para exportar seu próprio cacau, mas deparava com dificuldades imensas. Era uma ideia capaz de interessar,

mas só na baixa os fazendeiros se iriam dar conta de que ela teria sido a sua salvação. Quando tentaram realizá-la, já era muito tarde (Amado, 2010, p. 206).

Joaquim e seus camaradas não conseguiram evitar a ação imperialista na região, mas conseguiram organizar os trabalhadores que foram demitidos em massa das fazendas com a queda do cacau. Se não fosse a atuação de Joaquim enquanto quadro político, muitos dos trabalhadores teriam caído no que era conhecido no Brasil da década de 1930 como banditismo social⁵⁷, sendo comuns as histórias de pessoas que debandaram de Ilhéus para o sertão, como o caso de Varapau, que planejava sua fuga da fazenda do coronel Frederico Pinto pelos caminhos do sertão. Quando os exportadores concretizam seu plano, que de alguma maneira se relaciona com o da terra abrasada⁵⁸, devido à instabilidade econômica e social gerada, abandonam toda a região cacauzeira em ruínas, porque torna miserável a realidade imediata das personagens, enquanto o futuro se mostra por demais incerto. A manobra comercial realizada pelos exportadores é o fenômeno prático dos métodos imperialistas: empobrecimento extremo das regiões em que coloniza. Na narrativa, toda a região cacauzeira é negativamente afetada com a vertigem do preço do cacau:

Não havia quem não tivesse sido atingido. Todos aqueles destinos mudavam mais uma vez, violentamente. Eram ásperos naquele ano os caminhos do cacau. Antes fora fácil estrada, os frutos de ouro pendendo das árvores plantadas sobre a terra adubada com sangue. Todos tinham sido atingidos, duramente atingidos (Amado, 2010, p. 286).

A cidade que prometia enriquecimento fácil, de uma hora para a outra, não tem mais nada a oferecer. Os exportadores fazem Ilhéus regredir aos tempos de miséria a semelhança de outrora, mas dessa vez não mais por ser isolada e pouco instrumentalizada para produção de commodities, mas sim porque seu principal produto de exportação já não vale mais nada. Como os exportadores buscavam o domínio de toda a cadeia produtiva do cacau, também estenderam seus “tentáculos”, como eventualmente é designado na narrativa, sobre as companhias de escoamento, monopolizando o setor de transportes físico e marítimo, aglutinando setores de serviço a seu favor (uma das características do imperialismo), já que o controle desse setor é

⁵⁷ No Brasil, o banditismo social se manifestou principalmente no Nordeste, tendo como maior representante o famoso cangaceiro Virgulino Ferreira da Silva (1898 – 1938), mais conhecido como Lampião. Esse fenômeno social pode ser entendido como uma criminalidade motivada pela revolta contra a pobreza sistemática.

⁵⁸ A política de terra abrasa, ou terra arrasada, ou ainda de terra queimada, é uma tática militar que consiste em destruir os recursos de uma região para prejudicar o exército inimigo. Um dos momentos mais notório de seu uso na história se deu durante a Segunda Guerra Mundial, em que o exército russo liquidou com suas próprias cidades, destruindo os recursos naturais e a infraestrutura das regiões pelas quais o exército nazista passaria em sua invasão ao território russo rumo à Moscou, capital do país.

fundamental para exercer dominação. Fenômeno que ocorre em *São Jorge dos Ilhéus* (2010) quando os exportadores procuram Marinho, dono de uma companhia de ônibus, para uma parceria com o intuito de monopolizar o setor de transportes na região:

Ficou então sabendo (Marinho) que seria uma sociedade anônima, onde todos os exportadores entrariam com capital. O que eles queriam, haviam explicado a Marinho, era que a zona fosse bem servida de transportes: ônibus e caminhões, principalmente caminhões. Poderiam fundar uma empresa nova mas preferiam aproveitar a de Marinho, que já estava ali, funcionando e próspera. Liquidariam as demais empresas com a ampliação da sua (Amado, 2010, p. 218).

O controle do setor de transportes é uma das etapas para realização da cooptação das terras, que após concluída, tem como efeito a demissão em massa de “alugados”, porque os fazendeiros já não tinham condições de oferecer trabalho. Quem toma frente na empreitada de organizar esses trabalhadores é a personagem Joaquim, ajudado por Varapau, que já estava desenvolvendo consciência política justamente por meio da militância de Joaquim. Juntos, conseguem convencer os trabalhadores famintos marcharem para a cidade a fim de reivindicarem seus direitos exigindo providência das autoridades públicas. Era importante que os trabalhadores não se dispersassem, porque enquanto mais elevado número se organizassem, mais força demonstrariam frente às autoridades públicas, e melhor poderiam reivindicar seus direitos diante a demissão em massa praticada pelos coronéis com a queda abrupta do preço da saca do cacau provocada pelos exportadores. Joaquim percebe o tamanho da empreitada que tem pela frente, mas não desanima porque compreende que é esse o trabalho de base mais necessário, podendo até mesmo fortalecer a célula comunista por meio do engajamento desses trabalhadores até então sem perspectivas do que fazer:

Joaquim compreendia que a coisa ia ser difícil. Mas não podia consentir que os alugados fossem arrastados ao cangaço, aquilo seria o pior de tudo. Eles deviam se reunir, todos os despejados das fazendas, e juntos marcharem para Itabuna, onde exigiriam das autoridades alguma providência. Todo o esforço dos comunistas era dirigido nesse sentido. À base daquele trabalho prático poderia não só resolver a situação difícil dos alugados sem emprego, como assentar bases partidárias entre os camponeses. Talvez resultassem dali as primeiras células para um grande e contínuo trabalho futuro. O erro seria o assalto, seguido de outros, que traria a imediata e brutal repressão da polícia. Os trabalhadores seriam liquidados e presos como assaltantes, como cangaceiros, um verdadeiro presente para as autoridades alarmadas com o problema insolúvel (Amado, 2010, p. 293).

A organização dos trabalhadores demitidos encabeçada por Joaquim na narrativa é baseada, de fato, na experiência do partido comunista (PCB) em Ilhéus na década de 1930, que, como já mencionado, voltava seus esforços principalmente para conscientizar o proletariado

urbano e o campesinato rural, e lutar contra as principais forças conservadoras que se manifestavam por via do imperialismo americano e do integralismo, em um difícil contexto em que as respectivas forças se mostravam cada vez mais influentes. E quando necessário, se unem para defender seus interesses em comum, em uma Ilhéus que já não possuía a força dos coronéis para barrar as ofensivas internacionais. Dessa forma, o narrador em Amado (2010), afirma que:

ainda assim não havia entre os dois grupos políticos um rompimento total. Os integralistas usavam palavras duras de referência aos social-democratas mas nunca chegavam a um desentendimento completo. Carlos Zude o evitava, jamais deixou de prestigiar até certo ponto a ação dos camisas-verdes (Amado, 2010, p. 245).

Em *São Jorge dos Ilhéus* (2010), de fato, houve poucas conquistas por parte dos comunistas. Dentre elas, um modesto aumento no pagamento dos “alugados” das fazendas, o que mostra a difícil inserção dos comunistas entre esses trabalhadores, que apenas a terra os interessava enquanto recebiam a influência das ideologias estruturais, tal qual a colonialidade, somada com os vilipêndios diários que são a manifestação prática das relações coloniais na lavoura cacauceira na Ilhéus da década de 1930. E cabe ressaltar, que tal aumento, foi utilizado pelos partidos conservadores como estratégia de aglutinação de apoio político, mediante as eleições, já mencionadas, que se aproximavam. Por causa da disputa ideológica das consciências, é preciso demarcar território para que as pessoas entendam a qual classe pertencem, e com isso quais são as forças políticas que defendem os seus interesses. No entanto, a compreensão que a alta seria algo ruim para Ilhéus, era uma das mais difíceis perspectivas a se ter, porque a cidade viu o dinheiro circular com abundância por três anos:

Os salários dos trabalhadores subiram primeiro a cinco e quinhentos depois a seis mil-réis. Dirigiram-se então os comunistas a uma grande campanha em prol dos doqueiros e dos trabalhadores dos armazéns de cacau. Diretamente contra os exportadores. Boletins violentos eram distribuídos, chamavam Karbanks de ‘tubarão da finança internacional’ e Carlos Zude de ‘servo do capital ianque’. Schwartz era apontado como agente nazista, misto de comerciante com espião, ‘verdadeiro chefe dos integralistas locais (Amado, 2010, p. 206).

De fato, no enredo, Schwartz é um dos principais articuladores da Ação Integralista em Ilhéus, devido ao seu apoio econômico e moral à causa. Por mais que os coronéis também tenham financiado, se realizou de formas atenuadas, em um contexto de expressiva parte do apoio vindo do plano das afetações pessoais e sociais, que vão desde a filiação dos seus filhos ao partido nazifascista até a necessidade de aprovação social ao contribuir com as causas socialmente aceitas devido a sua posição na cadeia de poder da hegemonia. É preciso mencionar

a difamação efetuada contra os comunistas por meio do pânico moral por parte das classes dominantes, a fim de deturparem as propostas revolucionárias. Os comunistas são acusados de intencionarem roubar as terras de grande parte das pessoas, a fim de instaurarem um mundo sem a propriedade privada individual, generalizando a pobreza. Assim como também são acusados de desejarem um mundo de libertinagem sexual, principalmente feminina, ruindo assim a família. Um mundo, enfim, sem Deus, morrendo assim os valores ditos tradicionais.

Tal axiologia é baseada na lógica burguesa de estruturação da sociedade que está assentada nas estruturas de dominação social, como a colonialidade e o patriarcado, a fim de garantir a perpetuidade das relações de dominação histórica, que apesar de serem anteriores à própria classe da burguesia, são utilizadas como instrumento de controle dos corpos e das consciências por via da continuidade das relações de desigualdade social, mascaradas pelas narrativas de dominação das classes hegemônicas. Com isso, surge toda uma constelação de relações que legitimam não apenas a ideologia dominante, mas também naturalizam as desigualdades sociais. Um dos mascaramentos utilizados pela burguesia é o engodo da social-democracia, que gera a falsa sensação de que o regime capitalista é verdadeiramente democrático porque garante a liberdade das pessoas. Nas palavras de Lenin (2019):

Agora a luta tomou proporções mundiais e por isso agora qualquer um que se coloca contra nós com as palavras ‘democracia’ e ‘liberdade’ passa para o lado da classe possuidora, engana o povo, pois não entende que liberdade e democracia até agora foram a liberdade e a democracia *para os possuidores* e apenas migalhas na mesa dos pobres (Lenin, 2019, p. 42).

Assim, como “a luta tomou proporções mundiais”, o imperialismo americano e alemão representados pelos exportadores em *São Jorge dos Ilhéus* (2010) se encontram em espectros políticos muito próximos, já que ambos possuem projetos de poder que visam manter e aprofundar as desigualdades sociais, sem de fato atender a agenda democrática, de participação popular direta. O narrador, ao aproximar esses dois segmentos, os exportadores e os integralistas, faz sua crítica respaldado pela materialidade dos fatos. Antes e depois da escrita da obra, inúmeros intelectuais defenderam esse posicionamento, mesmo a partir de Karl Marx, que subsidiou análises posteriores acerca do vínculo entre capitalismo e fascismo, passando pelos teóricos da Escola de Frankfurt, assim como outras influentes personalidades, como Bertolt Brecht, Anita Prestes e Caio Prado Júnior. Nesses casos e em outros, relacionam essas duas ideologias, porque o fascismo seria como um momento crítico do capitalismo, quando a burguesia por si só não consegue manter a normalidade de suas instituições, sendo então, o fascismo a resposta do capitalismo para crises econômica e sociais. Segundo Paxton (2007):

Quando os partidos fascistas chegaram ao poder, entretanto, eles nada fizeram para cumprir essas ameaças anticapitalistas. Puseram em prática com extrema e eficaz violência suas ameaças contra o socialismo. [...] Ao tomar o poder, proibiram as greves, dissolveram os sindicatos independentes, reduziram o poder de compra dos salários dos trabalhadores e despejaram dinheiro nas indústrias armamentistas, para a imensa satisfação dos patrões. [...] Não apenas os marxistas, adotam a posição [...] de que os fascistas vieram em socorro do capitalismo em apuros, dando sustentação, por meio de medidas emergenciais, ao sistema vigente de distribuição da propriedade e de hierarquia social (Paxton, 2007, p. 25-6).

Os contextos de grande efervescência social costumam ser combatidos pela ação fascista, o que começa a explicar o crescimento do integralismo em Ilhéus, porque ainda que o partido comunista (PCB) enfrentasse grandes dificuldades para se inserir principalmente no meio rural, havia, de fato, uma grande disputa ideológica na década de 1930, que fortalecia a ambos os movimentos. As diversas associações de trabalhadores atestam a força combativa dessa classe, que inclusive estavam em contato com a Aliança Nacional Libertadora (ANL), que buscava ampliar sua atuação na região:

O governador do estado organizara um novo partido, reunindo gente dos dois partidos tradicionais, e a chefia da zona do cacau fora entregue a Carlos Zude. Convidaram Horácio para membro do diretório central e ele recusou ofendido. Quando resolveu dar um balanço na sua força política viu que estava quase sozinho. Os integralistas arrastavam muitos dos seus ex-correligionários. Outros, como Braz, haviam formado na Frente Nacional Libertadora, acusada de comunista e logo posta na ilegalidade (Amado, 2010, p. 227).

O narrador de *São Jorge dos Ilhéus* (2010) trata especificamente dos conflitos e contexto da região cacaueira. Porém, tais disputas ideológicas se encontravam presente espalhadas por todo o Brasil. Com os novos arranjos de poder em escala global, no período entre guerras, estratos sociais se radicalizaram em função do seu projeto de sociedade e cada grupo defendeu sua posição, buscando alianças com os movimentos políticos de maior afinidade entre si. De um lado, em Ilhéus, havia os comunistas, e segmentos progressistas defendendo os direitos dos trabalhadores, tidos como escravos da terra e, de outro lado, exportadores e integralistas, que possuem interesses em comum e são privilegiados pela estrutura burguesa de dominação como os filhos do ouro, a cor do cacau.

3.3 Racismo estrutural: o visgo do cacau em *São Jorge dos Ilhéus*

A instituição das capitânicas hereditárias é a raiz dos grandes latifúndios, sempre presentes na história do Brasil. A concentração de terras possibilitada pela colonização também

se reflete na hegemonia do poder, uma vez que existem, dentre outros e à título de exemplo, ruas que ainda hoje tem o nome de colonizadores, o que representa a perpetuação de heranças coloniais hodiernamente e durante toda a história do Brasil, caracterizando a permanência da colonialidade como um dos traços constitutivos da formação do país.

Exemplo disso, são os primeiros donatários da capitania de Ilhéus, Jorge de Figueiredo Correia e Francisco Romero, que possuem sua memória resguardada pela institucionalidade de outrora e contemporânea, ao terem seus nomes prestigiados pela história legitimada pelas respectivas classes dominantes ao longo dos séculos. Prestígio e imortalidade, eis a memória de homens que foram um dos elos executores de um projeto de dominação baseado na escravização dos povos, na subalternidade e na exploração das riquezas naturais, malgrado a condição colonial se manifestar ainda hoje a partir das instituições burguesas, que vieram a reproduzir a colonialidade como forma de domínio de classes. Genericamente, é dito que africanos foram trazidos para as Américas. É comum que suas origens não sejam ressaltadas, justamente porque o poder hegemônico elege aqueles que serão lembrados. Durante trezentos anos, zulus, congoneses, achantes, iorubás e outros, foram escravizados para servirem como mão-de-obra nas colônias espanholas e portuguesa, assim como vários aimorés e tapuios foram ou assassinados ou forçados a trabalhar nas lavouras.

Como se já não fosse o bastante, surge no Brasil, a partir do pós-abolição, a ideia de que os negros representam o que há de mais desdenhoso. É atribuído aos negros adjetivos como degenerado, inapto e atrasado. De maneira maniqueísta, todas as características negativas e positivas são atribuídas ao preto e o branco, respectivamente. Uma das ferramentas utilizadas pela modernidade europeia para perpetuar a colonialidade de poder, para além do sistema colonial de produção econômica e reprodução da vida social, foi a ideologia de raças vinculada aos dispositivos de controle do trabalho, dizendo que há uma hierarquia humana que se reflete justamente nas relações de trabalho exercidas pelos corpos racialmente marcados.

Os dispositivos de controle do trabalho mudam com o caráter salarial da mão-de-obra. Não mais os corpos são propriedade privada de um “senhor”, gerando toda forma de resistência direta, mas tornam-se corpos a serem disciplinados para venderem sua força-de-trabalho, dificultando as possibilidades de resistência devido ao caráter mascarado da exploração. As relações assalariadas a partir do século XIX nas colônias europeias em todo o mundo se deram a partir de bases raciais, visto que o eurocentrismo colonial sempre aproximou os trabalhos mais difíceis aos menos brancos.

Com isso, surge uma concepção racista da inferioridade negra, atribuída pelo que ficou conhecido no século XIX como racialismo, ou racismo científico, que foi predecessor de

um pensamento que objetificava os corpos não-europeus, separando aos negros a natureza (que seria o corpo) e o espírito (que seria a racionalidade), destituindo os povos escravizados de sua humanidade, visto serem encarados como meros corpos que não tomam parte das questões do espírito. Espírito branco, diga-se de passagem, que vem de uma sucessão de evoluções determinadas por uma visão eurocêntrica, uma vez que este discurso de legitimação da dominação racializava os corpos baseados nos mitos de fundação da modernidade, na qual diz-se que todos os povos partiram de um mesmo ponto e os europeus representam o momento máximo de desenvolvimento humano, pois são o referencial do que seria ser civilizado. Discurso que chegara mesmo à Bahia, nos tempos de juventude de Jorge Amado no início do século XX, o qual rechaçou veementemente o racismo. “A temporada com os jesuítas e o palavrório dos adeptos da eugenia não afastaram Jorge dos ambientes mestiços. Ao contrário: cada vez estava mais seduzido pela cultura afrobaiana” (AGUIAR, 2018, p. 32).

Os movimentos eugenistas inferiorizam os demais povos que não partilham de sua etnia, tornando-os meros objetos de conhecimento, como se representassem a infância da humanidade. Um dos mais influentes no Brasil desse pensamento foi o Arthur de Gobineau, “que redigiu o livro intitulado *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas*, publicado em 1853 e mais tarde largamente vulgarizado entre os intelectuais brasileiros como um dos cânones referentes à questão degenerativa da miscigenação das etnias” (LIMA, 2015, p 57).

Assim, a formação do que conhecemos como modernidade é um fenômeno etnocêntrico e racista que perpetua a colonialidade do poder e contribui para o assentamento das bases do capitalismo, tendo sido possível diante o domínio da América Latina, além de manter, ainda hoje, esse continente sob grande exploração. Aníbal Quijano (2005) afirma o seguinte: “na América Latina em particular, as formas mais estendidas de controle do trabalho são não-assalarias, ainda que em benefício global do capital, o que implica que as relações de exploração e de dominação tem caráter colonial” (QUIJANO, 2005, p 246). Uma das formas assumida pela modernidade para perpetuar as relações coloniais se explica pela busca etnocêntrica em afirmar que os principais traços de desenvolvimento da humanidade partem da experiência europeia como eixo e centro dos grandes acontecimentos da história. A concepção da modernidade serve de amparo para explicar a pretensa naturalidade com que se deve dar o desenvolvimento dos povos rumo às conquistas europeias, uma vez que se colocam como o mais alto grau de desenvolvimento de sociabilidade humana.

O racismo está diretamente relacionado com a compulsoriedade do trabalho que não deixa de existir com o salário porque os corpos racializados, isto é, aqueles que são nomeados por uma fonte eurocêntrica, assumem as mais degradantes funções, uma vez que a exploração

viabiliza a dominação, e que associadas à raça, torna-se um esquema de classificação universalmente racista. O racismo científico tem como premissa a inferioridade da população negra em relação aos brancos que por si só já é uma concepção herdada do fenômeno da modernidade europeia, além de criminalizarem suas características físicas ao atribuírem que quem as possui tende a certos comportamentos criminosos e os responsabiliza por sua pobreza, caracterizando a aporofobia. Sendo esse apenas um exemplo das manifestações do racismo perpetuado pela colonialidade, no qual até mesmo a própria constituição física define tendências de psicologia e comportamento dos negros. Isso é algo tão escandaloso, que pesquisas sociais qualitativas simples, feitas com seriedade ao invés de também tendidas à hegemonia, já desmembrariam radicalmente um pensamento que se propõe como científico, travestido, porém, sendo em verdade um dos mecanismos de funcionamento da colonialidade do poder, e

uma supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros. Essa idéia foi assumida pelos conquistadores como o principal elemento constitutivo, fundacional, das relações de dominação que a conquista exigia. (Quijano, 2005, p. 228).

Curiosamente, isso a que chamamos de modernidade possui duas facetas muito distinguíveis entre si, sendo ambas formadas a partir da experiência europeia. De um lado, uma ruptura axiológica com os paradigmas medievais, com a concepção da teoria heliocêntrica e com o resgate de conhecimentos da Grécia Antiga, privilegiando o exercício da razão, que desencadeou no iluminismo no século XVIII e que contribuiu para o avanço da ciência como a conhecemos hoje. Por outro lado, a partir do final do século XV outra forma de manifestação da modernidade se inicia. Trata-se justamente da colonização das Américas, que inaugurou o primeiro sistema de dominação mundializado, a partir de onde impérios globais passam a existir pela primeira vez, coadunados com o racismo, parte integrante da colonialidade eurocêntrica, que escravizou os ameríndios e futuramente no século XIX também colonizaram a África e a Ásia (Losurdo, 2020), (Quijano, 2005).

A luta contra relações sociais *colonializadas* passa por centrar a América como princípio da história mundial, visto que é a partir de sua exploração que surgem as bases de toda a contemporaneidade. Por mais que haja debate historiográfico sobre o surgimento das bases capitalistas por volta do século XI, ou até mesmo antes como no século VIII, a revolução industrial não teria sido possível ser realizada pela Inglaterra, no século XVIII, e posteriormente sucessivos países europeus, sem a acumulação advinda dos espólios americanos. A primeira

condição de surgimento da modernidade, e conseqüentemente do mundo como o conhecemos hoje, foi a exploração e escravização das Américas, porque a escravidão foi organizada para produzir mercadorias para o mercado mundial, possibilitando as condições históricas necessárias para a consolidação do capitalismo como sistema econômico mundializado.

Além de tudo, um sistema também autoritariamente hegemônico, porque consegue se impor mundialmente pelo uso da violência. Não há capitalismo sem o abuso bélico dos países centrais a fim de imporem seus interesses aos países periféricos. Diante dessa realidade do imperialismo capitalista, Davis (2001) salienta que

quaisquer que fossem os freios internos ao rápido crescimento econômico na Ásia, na América Latina ou na África, é incontestável que, de mais ou menos 1780 ou 1800 em diante, toda tentativa séria de uma sociedade não-ocidental para implantar um projeto de desenvolvimento ou criar regras de comércio era acompanhada de uma resposta militar, assim como uma resposta econômica, de Londres ou de uma capital imperial competitiva (Davis, 2001, p. 305).

Sobre as diversas formas de dominação assumidas pelo projeto imperialista do capitalismo moderno, no Brasil, suas principais formas passaram essencialmente pelo racismo. Consoante com *São Jorge dos Ilhéus* (2010), vemos que a maior parte das pessoas sistematicamente exploradas na cadeia produtiva do cacau são negras, refletindo uma das manifestações do racismo estrutural na divisão social do trabalho. Para se compreender a situação degradada dos “alugados” nas fazendas de cacau, representado na narrativa, é necessário ressaltar que no período pós-abolição, os escravos libertos na região tiveram não apenas que continuar resistindo sem ajuda de instituições sociais que visassem inseri-los na sociedade como sujeitos livres. Precisaram, também, lidar com um racismo feroz.

O racismo dessa época estava rigidamente assentado em séculos de colonização e legitimado pela ideologia eurocêntrica, que ao inserir o elemento da raça, reformula a epistemologia entre dominadores e dominados, em busca de legitimar a sua colonização por meios biológicos e até mesmo morais, sendo um dos mitos da modernidade a suposição do sujeito histórico europeu ser autoconsiderado moralmente mais elevado. Com isso, o próprio europeu se deu ao propósito de “civilizar” os demais povos do mundo. Não apenas a capacidade bélica definiria a relação entre os povos, mas também um elemento biológico imutável, fruto da natureza e por isso “certo”, legitimado objetivamente pela dominação.

E como tudo o que é socialmente naturalizado, passa-se como sendo a realidade da vida em sociedade, faz crer que o “sucesso” eurocêntrico é fruto da inata superioridade, em detrimento dos demais povos, que por um processo de exclusão (não-europeus), são tidos como

fora do eixo mais sublime da condição humana. O suprasumo da existência seria, enfim, europeu. Aníbal Quijano (2005) aponta que

a expansão do colonialismo europeu para o resto do mundo conduziu à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da idéia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus (Quijano, 2005, p. 229).

Em paralelo com a citação, ainda que em Ilhéus o racismo tenha gradualmente se velado, continuou sendo um *fato social* para os libertos, pois a realidade objetiva de existência dessas pessoas não melhorou significativamente diante da ausência de mudanças profundas o suficiente para alterarem as bases estruturais fundadas na colonização. Foi antes um processo gradual de melhorias que ainda hoje se mostram falhas e incompletas, pois apesar da condição geral dos negros ter melhorado, enquanto raça e classe, continuam subalternizados em um país continuamente desigual. Como aconteceu nas terras do cacau, alguns libertos enriqueceram enquanto indivíduos e não enquanto classe e raça. Assim, mesmo que tenham galgado melhores condições objetivas de existência, tinham de lutar contra essa outra faceta da dominação colonial, que perdura ainda hoje sem se mostrar como um fenômeno de iminente resolução, já que faz parte do processo de dominação global inaugurado com a modernidade europeia.

Por mais que o objetivo maior das primeiras colonizações do século XIX no sul da Bahia tenham sido o desbravamento de novas áreas para cultivo, não passa incólume a manifestação racista de que o europeu é um tipo humano mais desenvolvido e por isso mais elevado, em sentido holístico. Ainda que no início do século XIX as colônias assentadas nas proximidades de Ilhéus não tivessem exatamente esse intuito, foram tomando esse caráter, a partir do discurso dominante racista, principalmente ao considerar a hereditariedade nos métodos de dominação utilizadas no capitalismo, como a busca da exploração máxima dos corpos, que sofrem uma degradação ainda maior se forem racialmente marcados. Isto é, quanto mais longe do ideal europeu, mais explorável e desprezado. Ainda que nesse período o sistema vigente não fosse o capitalismo, suas bases fundacionais estão vinculadas ao racismo, porque foi pelo projeto de colonização, baseado explicitamente na submissão racial, que ocorreu a primeira revolução industrial em 1760, marco teórico do início do capitalismo, banhado com sangue negro.

Mesmo as primeiras colônias ilheenses, não se constituindo de maneira trespassada pelo discurso racista, acabaram por se tornar um símbolo da desigualdade entre os homens, que passaram a levar na cor da pele a “culpa” pelo atraso da região, estimulando, uma vez mais, a imigração estrangeira para Ilhéus, principalmente após a abolição da escravidão enquanto

regime legal, porque somente a boa vontade do europeu, de acordo com o discurso corrente à época, seria capaz de contribuir para o avanço moral e social da região. O próprio Aníbal Quijano (2005) afirma que “quando muito mais tarde foi necessário libertar os escravos, não foi para assalariá-los, mas para substituí-los por trabalhadores imigrantes de outros países, europeus e asiáticos” (Quijano, 2005, p. 266).

A abolição da escravidão não resolveu o problema da exploração do trabalho em Ilhéus porque os trabalhadores se tornam cativos à terra, já que não conseguem deixar a região. As razões que prendem, principalmente os pobres ao cacau, já estão dadas. São advindas tanto da escravidão, já que os libertos não ganharam nenhuma forma de seguridade, como do coronelismo, que retém forçosamente por meio do armazém a força de trabalho. Essa denúncia, nas obras de Jorge Amado, perpassa toda a saga do cacau. Sobre a narrativa de *Cacau* (1986), mas que poderia ter sido dito tanto por *Terras dos sem-fim* (2010) quanto por *São Jorge dos Ilhéus* (2010), Eduardo de Assis Duarte (1995) aponta que, para a maioria dos trabalhadores,

a fazenda tem o sentido de prisão, o visgo da fruta colado à sola dos pés como que os amarra eternamente àquelas terras. A pena a cumprir é de natureza econômica e, para a maioria, só termina com a morte. Ao final de cada ano, os que conseguem acumular vêem suas economias minguadas pelas dívidas para com a despensa que lhes fornece alimentação (Duarte, 1995, p. 63).

Por isso, o narrador de *São Jorge Dos Ilhéus* (2010) enfatiza, por algumas vezes, que o visgo do cacau prende as pessoas à terra. O visgo do cacau, concretamente, se trata de um óleo produzido pelo fruto que tem uma textura grudenta e difícil de limpar, depois de seco. O visgo é como uma casca que não solta da pele e que com isso mantem as pessoas naquelas terras. Essa metáfora é apropriada à Ilhéus porque sua histórica é absolutamente miscigenada com o cacau, havendo então o visgo que une a cidade ao cacau, que em território nacional é a principal produtora ao longo da história. Na narrativa, temos o trecho que sintetiza a questão:

Nunca mais voltavam, viviam o resto da vida com a foice ao ombro, o facão ao cinto, derrubando os cocos de cacau, podando as roças, secando os grãos nas barcaças e nas estufas, sem nunca conseguir saldo, devendo sempre ao armazém da fazenda. De quando em vez um fugia e era preso e entregue às autoridades em Ilhéus ou Itabuna. Nunca houve caso de um ser absolvido, apesar da agitação que, em torno de alguns casos recentes, fizeram os comunistas. Eram condenados a dois anos de prisão depois voltavam para outra fazenda, abandonada por completo a ideia de fuga, desmoralizados e já sem esperanças. Houve casos também de trabalhadores que liquidaram coronéis. Esses foram condenados a trinta anos e cumpriam a pena na penitenciária da Bahia (Amado, 2010, p. 68).

De acordo com a citação acima, por mais que essas terras prendam e sejam banhadas, literalmente, pelo suor e sangue de pessoas, em sua maioria de negros pobres, elas não são

irremediáveis em seu cativeiro, porque em última instância existe a libertação por meio do assassinato, que não é a alternativa apontada pelo narrador, apesar de sua ocorrência. Contra o visgo do cacau, para escapar a ele, mais do que a simples revolta ou apelo à violência, o narrador retrata a força, principalmente de mulheres, que foram capazes de romper com os laços do cacau, com esse visgo que prende à terra.

A primeira, trata-se de Ester, que fora casada com o coronel Horácio da Silveira, além de ser a mãe de Silverinha. Mesmo que na narrativa de *São Jorge dos Ilhéus* (2010) ela já tenha falecido, ainda participa do enredo por meio das recordações de outras personagens enquanto o narrador recorda o ato de coragem que ela teve para ir viver um grande amor extraconjugal, passando por cima de toda a autoridade representada por seu marido, sendo assim, capaz de romper com os laços do cacau. Coragem, pois trair Horácio é sinônimo de morte, ainda mais sendo ela sua esposa. Outra personagem feminina que busca desvencilhar-se das amarras do cacau sé Julieta Zude, esposa de Carlos Zude. Essa personagem rompe com o elo do cacau por meio das suas inclinações pessoais de descoberta do mundo e de si mesma, pois vai embora de Ilhéus, abandonando Carlos e seu prestígio, a fim de descobrir novos lugares, ter outras experiências, possibilitadas pelas suas próprias escolhas. Julieta representa a autonomia feminina diante um mundo que tende a castrar as mulheres, já que ela consegue se desvencilhar até mesmo do visgo do cacau, tão recorrentemente citado na narrativa como um elo indissociável que une irremediavelmente as pessoas àquelas terras, sem nunca as deixar partir.

É comum nos romances de Jorge Amado as personagens femininas serem extremamente fortes, como é o caso presente em *São Jorge dos Ilhéus* (2010). Não apenas por essas duas, mas por outras mulheres como Lola Espínola, que abandonou sua vida na Argentina para viver com seu amado. Mesmo ele sendo um cafetão e a prostituindo para dar golpes em homens ricos, ela o ama e somente com ele sua vida faz sentido. Apesar de Lola não ser uma das personagens motriz da narrativa, ela possui uma singularidade. De um lado, mulher abusada pelas obscenidades de seu parceiro. De outro, no entanto, se diz feliz mesmo em meio a sua vida viciosa de prostituta, porque o ama e, estar ao seu lado, lhe basta. Essa personagem mostra a dubiedade das relações humanas, porque ainda que sofra abusos de seu homem, fora a sua escolha e não demonstra arrependimentos. Seu vínculo com Pepe Espínola não é romantizado pelo autor, visto que é descrito com precisão a natureza de suas relações degradantes, mas, ainda assim, ela o ama.

Ainda que Lola tenha feito suas próprias escolhas, elas são transpassadas pelo patriarcado, em que o corpo da mulher é tido como propriedade do homem e é esse o uso feito por Pepe. Lola representa uma parcela das mulheres que tiveram brio em decidir os rumos de

sua vida por si mesma, ainda que seu destino tenha sido a exploração de seu corpo. Rompe, mesmo que de maneira incompleta e contraditoriamente, com o patriarcado, visto que seguiu suas vontades. E, ao suicidar-se motivada diante da prisão de Pepe, rompe também com os laços do cacau que já começavam a envolver sua vida em Ilhéus. Assim, por mais que Lola seja uma mulher que buscou traçar seu próprio caminho e tenha alcançado, à sua maneira, sua autonomia, esteve imersa na rede de relações estabelecidas pela colonialidade do poder que também está presente na Argentina e em toda a América Latina, pois se trata de um fenômeno geopolítico que influi na vida das pessoas dos países periféricos no sistema mundial de distribuição das riquezas. Em seu caso particular, Lola é degradada pelas relações coloniais porque seu amor por Pepe o permite explorá-la. Amor aprendido no seio patriarcal e, com isso, por mais que para a personagem seja espontâneo, é permeado pela colonialidade do poder que exerce controle socialmente naturalizado do corpo feminino. A situação de Lola chegou a ser tal que “Pepe quase não ligava mais, vinha raramente ali, quase só como um cobrador” (Amado, 2010, p. 231).

Por fim, ao ser abandonada por Pepe após sua prisão, Lola opta pelo suicídio, ação realizada perante a vida de sucessivas degenerações cotidianas. Apesar do final trágico para a personagem, as personagens femininas em *São Jorge dos Ilhéus* (2010) encontram saídas particulares para seus conflitos. Cada personagem feminina tem suas próprias características na narrativa, que as diferenciam e singularizam, sendo uma das mais icônicas, Raimunda, mãe de Joaquim e esposa de Antônio Vítor. Essa mulher negra trabalhou a vida inteira na roça de cacau. Literalmente toda sua vida está vinculada ao cacau. Nasce no seio da família Badaró, como uma empregada da casa-grande, servindo tanto para o trabalho quanto para fazer companhia para Don’Ana Badaró. Essa, por sua vez, também carrega suas singularidades. Sendo uma mulher ativamente participante das disputas por terras, como as do Serqueiro Grande. Nesses conflitos sangrentos, Don’Ana Badaró efetivamente demonstrou uma mira letal na empunhadura de revólver, caracterizando, assim como Raimunda, uma exceção na condição feminina retratada na narrativa. Quando o narrador trata dos costumes da época, demonstra que a maior parte das mulheres, em decorrência do patriarcado arregimentado na Ilhéus da década de 1930, vivem dominadas pelos hábitos patriarcais, relegadas aos espaços domésticos e subservientes aos seus maridos.

Tais hábitos patriarcais estão postos na narrativa de maneira que Raimunda e Don’Ana, quando assumem idade para se casarem, o fazem no mesmo dia e ganham terras do Sinhô Badaró para cultivarem e terem filhos sobre seu solo. Desde então, Raimunda nunca mais

deixou as roças de cacau, trabalhando pesado como homem, dia e noite insistentemente. Não para enriquecer, mas porque era o que sabia fazer e somente assim aprendeu a ser feliz. Não apenas Raimunda acha a visão das roças de cacau a mais linda de todas, também seu esposo o acha, assim como o coronel Horácio e quase todos os ilheenses. Curiosamente, o visgo do cacau que prende a todos à terra, não a prendia, logo ela que vivia para trabalhar nas roças, porque pouco lhe importa a economia cacaeira com sua cotação de mercado ou o que se pode comprar com o dinheiro do cacau. Raimunda, fora uma rara exceção dentre aqueles que desconfiaram da alta do cacau, e quando vem a sua baixa tampouco se surpreende ou entristece. Pelo contrário, com a baixa, sua vida poderia voltar a ser como era, já que durante a alta, seu marido Antônio Vítor se deslumbra com os contos de réis recebidos, e torna-se outro, angustiando-a porque ele insistia que ela deixasse de trabalhar nas matas de cacau. A recusa de Raimunda em mudar seus hábitos releva seu caráter firme como uma árvore, já que ela

parecia mais uma árvore daquela terra, plantada ali com profundas raízes, seus pés abertos e negros, do que mesmo uma mulher que já fora jovem em noutros tempos. Era como uma velha árvore daquelas terras. [...] Uma árvore da terra mais que uma mulher. Árvore daquela terra deles, terra plantada por eles, vinte e sete anos misturados com ela, dormindo em cima dela, comendo em cima dela, parindo e amando em cima dela. Plantados na terra, árvores que começam a envelhecer. (Amado, 2010, p. 84).

Outra personagem que envelhece nas roças como Raimunda, é Don'Ana Badaró. Porém, vive voltada ao passado. Enquanto Raimunda sente-se como parte integrante das roças de cacau, desempenhando seu trabalho porque quer e porque é o que sabe e gosta de fazer, Don'Ana o faz com o intuito de reviver um passado idealizado. Ela busca cristalizar as suas relações do presente para que elas não se distanciem das de outrora, como a manutenção de antigas desavenças que já caducaram com o tempo. Quando Horácio, o grande inimigo de sua família, manda assassinar um sujeito que propõe seu afastamento da liderança política da região, Don'Ana o elogia porque, para ela, ele foi o guardião da memória desse passado prestigioso em que sua família era a dona da terra e os conflitos eram resolvidos pelo uso da violência. Ela tenta evitar a todo custo o desmanche desse tempo de grandes valentias atroz, tendo sido seus melhores anos de vida, já que sua família estava viva e era prestigiada e temida por todos, em um passado épico e irrepitível, que agora apenas é cantado nos ABCs nas feiras e pelas estradas, necessitando, assim, da manutenção de sua memória, pois a cada dia que se passa se esvai um pouco mais, para nunca mais voltar:

Quando Don'Ana aparecia em uma feira de Itabuna ou Pirangi, ouvia o violeiro esmolar cantando sua história de espantar para os curiosos recém-chegados às terras

do cacau. Dentro dela havia então um choque de sentimentos, uma vontade de chegar perto, de se embeber no relato das valentias do seu pai e do seu tio (ela mesma figura num abc), uma vontade de fugir para longe, envergonhada da sua pobreza atual [...] Mas não passa dia que Don'Ana não recorde aqueles tempos. São recordações que lhe dão ânimo para sonhar um futuro menos medíocre. E, se bem não falasse no passado, é Don'Ana quem zela por toda essa tradição, é ela quem guarda viva a história dos Badarós, quem impede que tudo aquilo apodreça nesses tempos novos (Amado, 2010, p. 97).

Mesmo que na narrativa a família de Don'Ana tenha sido liquidada pelo Horácio da Silveira e seus jagunços, Don'Ana e o coronel carregam uma questão temporal em comum. Ambas as personagens não se sentem satisfeitas com a situação do momento presente. No caso de Horácio é sua confusão com a política moderna, já que estava habituado com a conjuntura que se fazia até a revolução de 1930. No caso de Don'Ana é o saudosismo de sua família. Assim, de acordo com Santos (2017):

Os recorrentes momentos de saudosismo por parte de Don'Ana e também de Horácio são característicos de personagens de transição, que, em suas impossibilidades tempo-espaciais, vêm-se obrigados a rememorar e buscar transmitir para as gerações futuras seus valores e projetos (Santos, 2017, p. 122).

Horácio e Don'Ana, antagonistas que terminam por compartilhar uma mesma sina. Horácio morre antes da baixa do cacau e sua morte fica como marco do declínio dos coronéis. Don'Ana se muda de Ilhéus com seu marido João Magalhães e abrem uma pequena hospedagem, enquanto Raimunda e Antônio Vítor, como já citado ao final do capítulo dois, morrem em defesa de suas terras. A ocorrência de um fenômeno como esse da expropriação de bens de pessoas que trabalharam a vida inteira, é reveladora do caráter predatório do capitalismo, já que os exportadores se apropriaram literalmente de décadas de trabalho de diversas pessoas em todo o sul baiano. Nesse sentido, mais profundo ainda é o caso de Don'Ana e João Magalhães. Herdeiros de terras boas para o cultivo de cacau, trabalharam também por quase trinta anos em sua propriedade. Diferentemente de Antônio Vítor, João Magalhaes empenhou todo o lucro da alta do cacau nas próprias roças, a fim de aumentar a produção e recuperar o prestígio de outrora do nome da família Badaró. O narrador retrata que João Magalhães “perdeu suas terras porque havia derrubado matas e plantado cacau. Eram cacauzeiros novos que ainda levariam pelo menos três anos para produzir os primeiros frutos” (Amado, 2010, p. 304).

Os exportadores não simplesmente enganaram os fazendeiros e roceiros, como João Magalhães, deixando-os contrair dívidas pelo esbanjamento de dinheiro, mas sim orquestraram um roubo de terras orientados e financiados por interesses estrangeiros, distintos entre si, mas

consoante enquanto classe que buscam e exercem hegemonias. O caso de Don'Ana e João Magalhães atesta isso, porque ambos basicamente aumentaram sua produção e com isso foram lesados de seu direito sobre a propriedade. Isso é o imperialismo. Um sistema de violências e violações à vida humana da população dos países periféricos, os mesmos que no passado foram colonizados e espoliados pelos mesmos países que ainda hoje os colonizam. Especificamente, no caso desse casal, há um outro elemento, que é a representação da suplantação de uma classe sobre a outra. Don'Ana Badaró pode representar as elites rurais nacionais em decadência suplantadas pelas novas forças políticas do século XX, período em que o capitalismo começa a assumir sua forma monopolista e financeira.

Com todo esse contexto do enredo, o narrador confere uma diversidade elevada de material que subsidia análises pela perspectiva anticolonial em *São Jorge dos Ilhéus* (2010), porque é narrado desde a miséria de um substrato inteiro da classe trabalhadora até a execução da especulação financeira, que na época ainda estava em um período embrionário, já que o capitalismo financeiro realmente se consolida a partir do final da Segunda Guerra Mundial. No início do século XX Ilhéus vivencia seu surto de expansão da fronteira agrícola que está relacionado com o aprofundamento das relações capitalistas na região. A ampla concentração de terras possibilitada pela colonização escravista foi a base encontrada e reproduzida pelas novas relações de trabalho assalariado. Daí que o visgo do cacau prende à terra, já que são perpetuadas as relações de dominação colonial, no seio do capitalismo, tornando extremamente difícil a libertação das pessoas oprimidas e exploradas porque lhes é imposto a mais profunda miséria, material e cultural. Tudo que os “alugados” tem em *São Jorge dos Ilhéus* (2010) é seu próprio trabalho, que se torna o seu próprio cativo, presos pela colonialidade do poder, puídos pelo visgo do cacau.

A luta anticolonial deve partir das classes marginalizadas, que, no entanto, são tão párias que se atrofiam e não conseguem articular o mínimo necessário para ensejar uma guinada social. Tornando a insurreição popular uma utopia não realizável, as relações de poder entre as nações se tornam tão desproporcionais que os povos das localidades subjugadas passam a acreditar que sua situação de miserabilidade é consequência de suas próprias fraquezas enquanto nação. Essa multiplicidade causal, por conseguinte, gera subculturas. Em outras palavras, os povos marginalizados são desarraigados de suas origens e começam a reproduzir os valores das classes dominantes. E a alienação histórica estrutural contribui para mitigar as possibilidades de mudança da realidade porque um povo desterritorializado de seu passado é um povo sem perspectivas de melhoria para dar sustento as demais mudanças a que venham a ser acometidos. O descaso das classes marginalizadas começa na infância e, por conseguinte,

perpassa toda a vida dessas classes. Em *São Jorge dos Ilhéus* (2010) o narrador demonstra como a miséria faz parte da vida das pessoas mesmo desde tenra idade. Assim, sobre as semelhanças e diferenças entre a miséria da cidade e do campo, no contexto da narrativa, é descrito da seguinte maneira:

Então a Ilha das Cobras ficava entregue às crianças. Eram muitas, negrinhos e mulatinhos, à primeira vista parecidos com os meninos das fazendas. À primeira vista, somente, porque, em verdade, eram duas misérias diferentes. Os meninos das fazendas tinham a cor da terra, as barrigas enormes, os sexos, cedo acostumados ao contato com os animais, precocemente desenvolvidos. Estes da Ilha das Cobras eram também amarelos, mas de um amarelo diferente, mais verdoso, não tinham barriga, o sexo era sempre pequeno. A pele sobre os ossos, escaveirados, sabidos de fazer medo. O seu grande ponto de contato com os meninos das fazendas, filhos de trabalhadores, era a facilidade com que morriam (Amado, 2010, p. 140).

É difícil imaginar um futuro promissor para qualquer pessoa desde tão cedo rebaixada pelas misérias do mundo. Desde a infância estão sujeitas à toda sorte de revezes da vida. As misérias, no entanto, não são todas iguais. Os meninos da cidade, acostumados com a ausência dos pais que saem para trabalhar em troca de rendimentos insuficientes para proporcionar-lhes uma vida digna, aprendem a sobreviver cometendo pequenos delitos em resposta à miséria na qual estão incutidos. Com isso estão desde cedo lutando, de maneira desassistida em sua maior parte, pela própria sobrevivência. Esses garotos da cidade, representados na narrativa, nunca tiveram as condições básicas atendidas, o que se vê pela sua própria constituição física, já que sua condição é menosprezada ao ponto de estarem com “a pele sobre os ossos”.

Cenário não muito diferente dos meninos das roças de cacau, pois padecem de outra forma de miséria. Esses, por sua vez, são adoentados, cheios de vermes de tanto comer terra. Assim como são também ingênuos, quase portando o estigma, ou a sina, de se tornarem trabalhador “alugado” por falta de outras perspectivas para seu futuro. Dispõem de uma vida tão estreitada ao ponto de conhecerem do mundo apenas algumas fazendas e uma ou outra cidade. Vivem de maneira brutalizada ao ponto de desconhecerem os meios e as maneiras da manifestação do afeto. O próprio uso das palavras e gestos de carinho lhes escapam a todo momento. É como uma vontade presente, mas frustrada na sua impossibilidade de exprimir-se, um constante gozo que não vem. A dinâmica de trabalho das roças de cacau retratada em *São Jorge dos Ilhéus* (2010) animaliza os trabalhadores “alugados”. É o caso de Raimunda e Antônio Vítor, ambos trabalhadores da cacauicultura desde cedo, não tendo apenas vivido e morrido nas plantações, mas também foram brutalizados mediante sua jornada de trabalho, incapazes da menor carícia, ausentes de qualquer repertório para manifestar suas afetações:

Antônio Vítor tem vontade de dizer alguma coisa, de falar frases mais largas, de, se isso fosse possível!, levar a mão até Raimunda e fazer-lhe uma carícia. Ela também, apesar do seu rosto zangado, tem vontade de externar sua alegria com algo mais que o sorriso com que saudou a nuvem. Mas não sabem fazer, como não o souberam quando nasceram os dois filhos, primeiro Joaquim, depois Rosa⁵⁹. Também naquelas ocasiões haviam ficado calados, próximos um do outro, sem palavras, sem gestos, tímidos e incapazes [...] Antônio Vítor e Raimunda sentiam que também tinham os mesmos motivos para idêntico gesto de alegria, mas não os sabiam fazer e voltaram pela estrada, à noite, calados e sérios, apartado um do outro, sem palavras. É verdade que ele a possuiu nessa noite, mas foi igual a muitas outras noites de antes, os corpos rolando na cama de segunda mão (comprada a um sírio), o sono pesado depois (Amado, 2010, p. 73).

A dificuldade de ambas as personagens para expressar os seus sentimentos, mesmo em momentos de grande alegria, como o nascimento de filhos e a chegada da chuva necessária para garantir a safra do cacau daquele ano, é reflexo dessa animalização que condiciona Raimunda e Antônio Vítor à uma vida lacônica. É de se esperar que sejam taciturnos porque a vivência dessas personagens não viabiliza a manifestação de seus sentimentos e desejos numa constante frustração. É o caso não apenas dessas personagens, mas sim a condição geral dos trabalhadores “alugados”, devido à estrutura social coronelista montada justamente com esse propósito de estreitar as possibilidades de realização pessoal.

Em uma cidade como a Ilhéus apresentada no enredo, em que as relações que estão postas tendem à uma permanência das pessoas naquelas terras, devido aos instrumentos de controle do trabalho que realizam a manutenção e propagação da miséria, gera um vínculo difícil de ser rompido, sendo justamente a metáfora do visgo do cacau. A vida dos trabalhadores é limitada ao ponto de simples experiências serem fundamentalmente marcantes, como é o caso de um “alugado” nas roças que se vislumbra ao ver Lola pela primeira e única vez:

Um trabalhador do coronel Silvino⁶⁰, que estava em Ilhéus em tratamento e que viera ao teatro porque ganhara uma entrada, não mais a esqueceu (Lola)⁶¹ e a *rubia* argentina foi, até o fim da sua vida miserável de trabalhador do campo de cacau, a visão mais bela, o momento mais inesquecível (Amado, 2010, p. 39).

Conforme a citação, vemos em *São Jorge dos Ilhéus* (2010) o estreito horizonte imposto aos “alugados”, mesmo sendo os principais responsáveis pela base produtiva do cacau. Esses trabalhadores efetivamente se encontram em situação análoga à escravidão porque sua condição

⁵⁹ A personagem filha do casal não é a mesma Rosa descrita anteriormente. A filha do casal não se constitui propriamente como uma personagem, já que ela é apenas citada na narrativa. Não desempenha nenhum papel direto no enredo.

⁶⁰ Em toda a narrativa, essa é a única menção ao coronel Silvino.

⁶¹ Parênteses nosso.

de trabalho e de vida está muito próxima da situação dos negros escravizados no Brasil. Isto posto, juntamente com toda a argumentação apresentada até aqui, se chega à indução de que o romance *in locos* realiza a denúncia não apenas da condição concreta de vida dos trabalhadores pobres na Ilhéus da década de 1930, mas também desvela os meandros estruturais da dominação no país, absolutamente amparados no patriarcado e no racismo no exercício da colonialidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que as personalidades que entram para a história são uma parte menor dos sujeitos históricos que participaram do contexto de transformação de sua época, a maioria fica no anonimato. A verdade histórica não demonstra como aconteceram os fatos, mas sim o que ficou dos fatos ocorridos. A verdade histórica, não é nada mais do que rastros do passado que permearam até o presente, conquanto, não de maneira orgânica ou aleatória. O que fica do passado sob o signo de verdade histórica é determinado de acordo com o interesse dos grupos sociais que possuem a possibilidade de perpetuar a sua versão dos fatos, em um processo de lutas, apagamentos e transformações. Assim, buscar o que foi esquecido, é uma resistência diante as metanarrativas empenhadas pelas classes dominantes, nesse processo constante de disputa pelo domínio da verdade histórica, porque é pela busca dos que foram excluídos que se pode encontrar novas interpretações sobre o passado, que influencia diretamente no presente porque não há interpretação contemporânea sem os interstícios do passado.

Desse modo, retomar o passado é um processo de desvelamento de desigualdades sociais, pois a história tradicional, isto é, ideologicamente assimilada pelos capazes de institucionalizá-la e oficializá-la, deve ser suprimida em função daqueles que ainda hoje são inferiorizados porque são grupos historicamente excluídos. Na trajetória desses grupos, como as mulheres e os negros, as violências seculares do patriarcado e do racismo se fazem presentes em suas vidas, e assim a memória de suas lutas é resgatada pelo que no presente ainda se faz sentir devido a perpetuidade da colonialidade. A memória que se retoma das lutas seculares dos excluídos é o eco, ou o rastro, das lutas anteriores, que servem de esteio para a ação presente, servindo de norte para demonstrar a verdade do processo histórico. Sobre as diferenças entre memória e história Nora (1993) destaca que

memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida [...] A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado (Nora, 1993, p 9).

Seguindo a mesma linha de raciocínio de Nora (1993), Jeanne Marie Gagnebin (2006) afirma que “somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente” (Gagnebin, 2006, p. 57). E acrescenta que quando se perdem as experiências do passado, perde-se também a tradição dos povos, que necessitam dessa transmissão para se reinventarem como parte constituinte da cultura. A historiografia burguesa tende a entender o passado meramente como uma sucessão de acontecimentos que tudo explica, e que exclui e esquece em benefício próprio, buscando corroborar a própria visão burguesa de que a história, é ela própria, a sua história, assumindo assim uma perspectiva *etapista*, positivista. Entender a história sob a axiologia burguesa é um projeto de sociedade que visa enobrecer as classes privilegiadas fazendo-se apagar todas as atrocidades que foram cometidas em nome desse projeto civilizatório que tende a distorcer os acontecimentos históricos. “Quando [...] relativizamos a verdade, é fácil cairmos na tentação de considerar tudo ficcional” (Faedrich, 2015, p. 48). Reis (2021), sobre a relativização da história, também acrescenta que

isso permite que a história seja construída em uma ordenação de exclusão. Não existe a história da escravidão, da luta dos povos oprimidos, existe, antes, a marcha civilizatória em prol da raça humana, centralizada, claramente, no conceito de homem europeu” (Reis, 2021, p. 258).

Um outro fazer histórico é o resgate da história dos excluídos, que são racialmente marcados e socialmente definidos, especialmente no Brasil. Entender essa parte do continente necessariamente está vinculado ao entendimento dos aspectos da violência, em vários âmbitos, desde a física à simbólica, à institucional, porque não apenas o Brasil, mas também os demais países latino-americanos carregam uma história, salvo suas particularidades, em comum. Essa história em comum fora forjada sob as mesmas condições, que são as de epistemicídio, genocídio étnico e exploração tanto das terras quanto dos povos. Destarte, é possível pensar em uma literatura latino-americana combativa que busque soluções em comum, já que os problemas são similares visto o passado em comum e o sistema estrutural de exploração. No livro *América Latina: Sua história, sua identidade, sua literatura*, João Cardoso (2018) afirma que

para além dos horizontes que limitam uma eventual identidade cultural, devemos pensar a identidade ideológica entre as nações da América Latina, onde, respondendo a uma história similar voltada aos aspectos mais cruciais da vida, surgiu uma literatura pautada na libertação do homem. A fronteira que isola as duas ações (história e literatura) é aquela que coloca de um lado a ideologia e do outro a cultura (Cardoso, 2018, p. 28-29).

Consoante em especial o Brasil, seu papel dependente na economia mundial desde a colonização é o de produtor de commodities. Logo, vê-se uma relação direta entre território e exploração. A geografia do conhecimento é fundamental para pensar a colonialidade, pois a análise histórica revela que determinadas regiões são privilegiadas em detrimento de outras, o que engloba todo o povo destas. A marginalidade forçada dos povos pelas relações de poder historicamente erigidas, cria a condição de exterioridade, havendo um apartamento destes povos em relação à outras localidades, que centralizam as riquezas e as condições objetivas de sustentáculo das contradições sociais, como aponta Nolasco (2018) no trecho abaixo:

Existem pessoas, lugares outros, discursos, saberes e ignorâncias que sobrevivem em sua condição de *exterioridade*, ou de fronteiridade. Vidas habitam as fronteiras ignoradas [...] A fronteira-sul, enquanto espaço da *exterioridade* e lugar fronteiriço por excelência, é a morada da Revolta, da ignorância e do abandono de toda sorte e ao deus-dará (Nolasco, 2018, p. 90).

O espaço e os corpos são noções caríssimas às teorias anticoloniais, porque elas fazem críticas aos locais em que determinados corpos produzem o conhecimento. Para se pensar de maneira anticolonial é necessário passar pelo crivo de que todo conhecimento pressupõe antes um conhecedor, assim, todo conhecimento é transpassado por relações de poder de um corpo que está inserido numa rede de significações. Logo, para se fazer a crítica ao modelo de conhecimento ocidentalizante e colonial, é preciso ascender o conhecedor, e não o objeto ao qual é conhecido, pois o sujeito encontra-se sempre compreendido entre o seu local de conhecimento e entre a relação existente entre seu corpo e o que isso implica na sociedade. Assim, existe uma relação direta entre sujeito, conhecimento e geografia. Haesbaert (2021) aponta que

o que a geopolítica do conhecimento revelou foi o *privilégio epistêmico do Primeiro Mundo*. Nos três mundos da distribuição do trabalho científico, o Primeiro Mundo tinha, de fato, o *privilégio de inventar a classificação e fazer parte dela*. Como consequência, a impressão de que a produção de conhecimento não tem localização geopolítica e que sua localização é um lugar etéreo (Haesbaert, 2021, p. 33).

Esse “lugar etéreo” criado pela ideologia eurocêntrica subsumi os diversos saberes geopoliticamente definidos, que carregam consigo trajetória histórica e social. Os corpos das pessoas e as suas consciências estão inseridas em um tempo histórico, seja ele o do negro escravizado nas colônias americanas, seja o dos trabalhadores das plantações de cacau na década de 1930 no Brasil, seja os trabalhadores uberizados na contemporaneidade em todo o mundo. Todos esses corpos ocupam uma posição definida dentro da colonialidade, sendo parte

constituente (ao invés de um efeito colateral) do modelo colonial/moderno. Por isso, é importante buscar novas epistemologias que contemplem as necessidades do sul global, colocando em pauta a realidade desses povos, a fim de uma transformação social radical na estrutura de funcionamento dos poderes políticos e econômicos.

O resgate e reinterpretação de registros de resistência são fundamentais para a conscientização de que os direitos humanos não são formais, são, isto sim, conquistas de toda uma história de lutas contra instituições sociais secularmente estabelecidas, como o patriarcado, o racismo, e mais recentemente o capitalismo que ao largo do século XX transformou-se em imperialismo de Estado-nações. Esses projetos imperialistas se utilizam do aparato estatal para exercer terrorismo mundial, principalmente em países subdesenvolvidos. Mediante a instituição dessas práticas sociais, que se retroalimentam historicamente, é preciso que haja resistência empenhada em produzir conhecimentos científicos e práticos, a partir da realidade dos marginalizados pelas instancias de poder. Esses, conquanto, não devem ser vistos a partir de posições identitárias restritivas⁶², mas sim a partir de uma perspectiva histórica e classista a fim de contrapor as contradições entre dominados e dominadores em função de uma práxis de intervenção na realidade que seja pautada, antes de tudo, na valorização da vida humana. A superestrutura burguesa pauta no capital econômico, torna o ser humano em mercadoria porque as relações sociais no capitalismo incorporam as relações econômicas. Essa objetificação dos corpos transforma as pessoas em simplesmente consumidoras, ou ainda, em mercadorias.

Um ponto de partida anticolonial não busca pura e simplesmente valores de igualdade, respeito e liberdade para todos que não os tem, porque esses valores, dentro de um sistema em que existe a propriedade privada dos meios de produção, são uma fábula vivida somente pelas classes dominantes. É antes a busca da desconstrução burguesa desses valores essenciais à humanidade. Ambos devem fazer parte de um movimento de emancipação da axiologia burguesa, a fim de haver maior justiça social, fundamentada na história dos grupos marginalizados, buscando uma nova construção da identidade nacional. Uma das formas de exercício da anticolonialidade é pela reinterpretação do passado pela literatura, que confronta a legalidade atribuída aos acontecimentos históricos em sua versão hegemônica dos fatos.

Isto posto, declaramos os objetivos deste trabalho atingidos, pois fora possível evidenciar os aspectos anticoloniais em *São Jorge dos Ilhéus*, como a denúncia à influência

⁶² Claro, não se trata de negar as lutas identitária dos movimentos sociais. Tocante ao texto, trata-se de uma solidariedade latina promovida pela proximidade geográfica e contexto histórico, que pode ter como uma das interseccionalidade a identidade, desde que ela não se ponha como um dos eixos fundamentais suplantando categorias como classe e espaço geográfico.

estrangeira deletéria na economia e sociedade da região, assim como fora realizado o resgate dos registros históricos de Ilhéus que estão em sintonia com a narrativa, a fim de denunciar as estruturais condições de opressão no Brasil do passado, persistentes ainda na contemporaneidade.

Nos dias atuais temos o romance *Torto arado* (2019), de Itamar Vieira Júnior no qual essas e outras questões estão postas ainda como uma questão pungente no seio da sociedade brasileira hodierna. Reportagens sobre resgates de trabalho escravo, invasão de terras ou similares ainda inundam os noticiários. A temática de *São Jorge dos Ilhéus* continua pertinente nesse início de século XXI, sem ser possível prognósticos de melhora dessas condições sociais de dominação e exploração, visto neste início de século a fragilidade da organização das principais forças revolucionárias que poderiam acirrar as contradições de classe contra os interesses capitalistas.

A ficcionalização documental e sociológica de *São Jorge dos Ilhéus*, típico dos romancistas de 1930, é feita de forma a escrachar o que aconteceu na cidade de Ilhéus a partir de uma perspectiva radicalmente antiburguesa e favorável da equidade entre as pessoas, pois todo ser humano merece viver dignamente. Por isso, acrescido de todo o exposto até aqui, *São Jorge dos Ilhéus* superou a datação de seu tempo de publicação e se alçou para além do folhetinesco, sendo, assim, um romance anticolonial que dialoga com a realidade social contemporânea.

Assim, a narrativa combate às desigualdades sociais. O patriarcado, a colonialidade, a razão iluminista moderna, o capitalismo imperialista, o racismo, a ocidentalização cultural, em suma: a superestrutura da ditadura burguesa é questionada na narrativa. São estruturas sociais que se relacionam organicamente de acordo com a conjuntura da época, para sustentar sistemas de dominação e exploração históricos e herdeiros entre si. Daí a importância de resgatar a memória daqueles que foram alvo das políticas de extermínio. Extermínio, é disso que se trata a colonialidade. Se a história é contada com sangue dos perdedores pelos vencedores, que esse sangue derramado escoe sempre do passado ao presente, acrescido do sangue dos que virão, porque enquanto houver memória, haverá também esperança e resistência

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Josélia. **Jorge Amado**: Uma biografia. 1. ed. São Paulo: Todavia, 2018.
- ALCÂNTARA, Érica Luanna da Mota. O perfil dos estivadores associados à sociedade União Operária dos Estivadores de Ilhéus (1919-1927). **Revista de História**, Salvador, v. 10, n. 2, p. 1-9, 2022. <https://doi.org/10.9771/rhufba.v10i2.52380>
- ALMEIDA, Alfredo Berno de. **Jorge Amado, política e literatura**: um estudo sobre a trajetória intelectual de Jorge Amado. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.
- AMADO, James. **O chamado do mar**. 5. ed. Lisboa: Editora Europa-América, 1977.
- AMADO, Jorge. **Navegação de cabotagem**: apontamentos para um livro que jamais escreverei. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 1992.
- AMADO, Jorge. **Dona Flor e seus dois maridos**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- AMADO, Jorge. **Gabriela, cravo e canela**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- AMADO, Jorge. **Jubiabá**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- AMADO, Jorge. **Mar morto**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. <https://doi.org/10.5380/rv.v1i21/22.20827>
- AMADO, Jorge. **Tenda dos milagres**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- AMADO, Jorge. **Tereza Batista cansada de guerra**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- AMADO, Jorge. **Terras do sem-fim**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- AMADO, Jorge. **Tocaia grande**: a face obscura. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- AMADO, Jorge. **Tieta do agreste**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- AMADO, Jorge. **Capitães da areia**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- AMADO, Jorge. **Seara vermelha**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- AMADO, Jorge. **Cacau**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- AMADO, Jorge. **São Jorge dos Ilhéus**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- AMADO, Jorge. **O país do carnaval**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- AMADO, Jorge. **Subterrâneos da liberdade**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

- AMADO, Jorge. **Suor**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- ANDRADE, Celeste M. Pacheco. Bahias de Amado: a ficção fundando uma outra geografia. *In*: FONSECA, Aleilton; PEREIRA, Rubens Alves (org.). **Rotas & imagens: literatura e outras viagens**. Feira de Santana: Editora UEFS, 2002. p. 199-208.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 10520: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro. ABNT, 2023.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 14724: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro. ABNT, 2011.
- BARBOSA, Carlos Roberto Arléo. São Jorge dos Ilhéus: um panorama histórico. *In*: PÓVOAS, Rui do Carmo (org.). **Mejigã e o contexto da escravidão**. 1. ed. Ilhéus: Editus, 2012.
- BENJAMIN, Walter. **A Obra de Arte na Era de sua Reprodutibilidade Técnica**. Organização e prefácio: Márcio Seligmann-Silva. Tradução: Gabriel Valadão Silva. 1. ed. Porto Alegre, RS: LPM, 2017.
- BERGAMO, Edgar. **Ficção e convicção: Jorge Amado e o neo-realismo literário português**. 1. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2008.
- CANDIDO, Antônio. **Literatura e sociedade**. 9. ed. Rio de Janeiro: Editora Ouro sobre Azul, 2006.
- CANDIDO, Antônio. Literatura e subdesenvolvimento. *In*: CANDIDO, Antônio. **A educação pela noite & outros ensaios**. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1989. p. 140-162.
- CANDIDO, Antônio. A revolução de 30 e a cultura. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 2, n. 4. p. 29-30, abr. 1994.
- CANDIDO, Antônio (et al). **A personagem de ficção**. 12. ed. São Paulo: Editora Perspectivas, 2011.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Escravo ou camponês? O Protocampesinato negro nas Américas**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CARDOSO, João Batista. **América Latina: Sua história, sua identidade, sua literatura**. 1. ed. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2018. <https://doi.org/10.14201/alh.20072>
- CARVALHO, Philippe Murillo Santana de. **Trabalhadores, associativismo e política no sul da Bahia (Ilhéus e Itabuna 1918-1934)**. 2015. 294 p. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.
- CRUZ, Ronaldo Lima da. **Conflitos e tensões: conquistas dos escravizados e libertos no sul da Bahia, 1880 – 1900**. 2012. 120 p. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de

Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2012.

<https://doi.org/10.36113/rlahige.v2i2.3461>

CRUZ, Ronaldo Lima da. Excertos sobre a escravidão negra na Vila de Canavieiras, século XIX. **Revista do Laboratório de Aprendizagem em História e Geografia**, Franca, v. 2, n. 2, p. 22-38. 2022.

DANTAS, Emiliano. **Os meeiros do cacau do sul da Bahia**: trabalho, corpo e documentação. 2014. 176 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Departamento de Antropologia e Museologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

DAVID, Onildo Reis. **O inimigo invisível**: a epidemia de cólera na Bahia em 1855-56. 1993. 175 p. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1993.

DAVIS, Mike. **Holocaustos coloniais**: clima, fome e imperialismo na formação do Terceiro Mundo. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002.

DELGADO, Luíz Maria de Souza. **Inquietos**. 1. ed. Recife: Editora Livraria Universal, 1929.

DIAS, Marcelo Henrique; CARRARA, Ângelo Alves. A capitania de São Jorge dos Ilhéus: economia e administração. *In*: DIAS, Marcelo Henrique (org.). **Um lugar na história**: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau. 1. ed. Ilhéus: Editus, 2007, p. 47-116.

DUARTE, Eduardo de Assis. **Jorge Amado**: romance em tempo de utopia. 1. ed. Natal, RN: Editora Universitária da UFRN, 1995.

DUSSEL, Enrique. **Filosofia da libertação**: Crítica à ideologia da exclusão. 1. ed. São Paulo: Paulus, 1995.

DUSSEL, Enrique. **Método para uma Filosofia da Libertação**. Tradução: Jandir João Zanotelli. 1. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução: Konder Leandro. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Best Seller, 2014.

FAEDRICH, Anna. Conceito de autoficção: demarcações a partir da literatura brasileira contemporânea. **Itinerários**, Araraquara, n. 40, p. 45-60, jan./jun., 2015.

FALCON, Gustavo. **Os coronéis do cacau**. 1. ed. Salvador: Iamaná; Centro Editorial e Didático da UFBA, 1995.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Editora Globo, 2008.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 1. ed. São Paulo: PIEB, 1969.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar, escrever, esquecer**. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2006.

GARCEZ, Angelina Nobre Rolim; MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. Introdução ao estudo dos mecanismos de formação da propriedade no eixo Ilhéus-Itabuna – 1890-1930. In: PAULA, Eurípides Simões de (org). **A propriedade rural**. São Paulo: Revista de História, 1976, p. 579-594. v. 2.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural da amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. A República de 1889: utopia de branco, medo de preto (A liberdade é negra, a igualdade branca e a fraternidade é mestiça). In: BACELAR, Jeferson; PEREIRA, Cláudio (Org.). **Política, instituições e personagens da Bahia (1850-1930)**. Salvador: EDUFBA. pp. 73-92, 2013.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. História e sociologia no "romance novo" de Jorge Amado In: **São Jorge dos Ilhéus**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras. pp. 331-340, 2010.

GONÇALVES, Victor Santos. **Escravos e Senhores na Terra do Cacau**: alforrias, compadrio e família escrava (São Jorge dos Ilhéus, 1806-1888). Ibicaraí: Via Litterarum, 2017.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1980.

HAESBAERT Rogério. **Território e descolonialidade**; sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na “América Latina. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2021. <https://doi.org/10.47456/geo.v1i32.36036>

HOBSBAWN, Eric. **História do Marxismo**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1987. v. 9.

JONES, Cleiton Melo. **“Vem aí a imigração”**: expectativas, propostas e efetivações da imigração na Bahia (1816-1900). Salvador: Dissertação de mestrado – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, p. 142, 2014.

JÚNIOR, Caio Prado. **Formação do Brasil contemporâneo**. 23. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

JÚNIOR, Caio Prado. **História econômica do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2012.

JÚNIOR, Itamar Vieira. **Torto arado**. 1. ed. São Paulo: Editora Todavia, 2019.

LENIN, Vladímir Ilitch. **Democracia e luta de classes**. São Paulo: 1. ed. Editora Boitempo, 2019.

LIMA, Ângela Bernadete. **“Nós declaramos guerra ao latifúndio!”**: Propostas, ações e ideais de imigração/colonização da sociedade central de imigração (1883 – 1891). Florianópolis: Dissertação de mestrado – Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Santa Catarina, p. 316, 2015.

- LINS, Marcelo da Silva. **Os vermelhos nas terras do cacau: a presença comunista no sul da Bahia (1935-1936)**. Salvador: Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia, p. 255, 2007.
- LOSURDO, Domenico. **Colonialismo e luta anticolonial: desafios da revolução no século XXI**. 1. ed. São Paulo: Editora Boitempo, 2020.
- MAHONY, Mary Ann. **Escravidão na terra do cacau**. Salvador: Afro-Ásia, nº 58, pp. 235-239, 2018. <https://doi.org/10.9771/aa.v0i58.27955>
- MAHONY, Mary Ann. **‘Instrumentos necessários’** Escravidão e posse de escravos no sul da Bahia no século XIX, 1822- 1889. Salvador: Afro-Ásia, nº 25-26, pp. 95-139, 2001. <https://doi.org/10.9771/aa.v0i25-26.21010>
- MAHONY, Mary Ann. **Um passado justifica o presente: memória coletiva, representação histórica e dominação política na região cacauzeira da Bahia**. Salvador: Cadernos de Ciências Humanas – Especiais. nº.18 jul –dez, pp. 737 – 793, 2007. v. 10.
- MARTINEZ, Alejandro Rosillo. **Fundamentação dos Direitos Humanos desde a Filosofia da Libertação**. Ijuí: Tradução de Ivone Fernandes Morcilo Lixa; Lucas Machado Fagundes. UNIJUÍ, 2015.
- MARTINS, Fran. **Ponta de rua**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1936.
- MATA, Iacy Maia. **Os ‘treze de maio’**: ex-senhores, polícia e libertos na Bahia pós-abolição (1888-1889). Salvador: Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia. p. 129, 2002.
- MORAVIA, Alberto. **O erotismo na literatura**. Nuovi Argomenti, Roma, nº 51-52, pp. 6-8, 1961.
- MOURA, Clóvis. **O negro, de bom escravo a mau cidadão?** 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Dandara, 2021.
- NOLASCO, Edgar. Habitar a exterioridade da fronteira sul. In: **Cadernos de estudos culturais**. Campo Grande pp. 75-100, jul./dez. 2018. v. 2.
- NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. São Paulo: Projeto História, 1993.
- NUNES, Victor Leal. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 2. ed. São Paulo. Editora Alfa-Ômega, 1975.
- PACHECO, Cláudio. Divisão político-territorial do Brasil. In: **Revista de ciência política**. nº 3, 1967. v. 1.
- PAXTON, Robert O. **A anatomia do fascismo**. 1. ed. São Paulo: Editora Terra e paz, 2007.
- PEREIRA, Lúcia Miguel. **Em surdina**. Editora Schmidt. Rio de Janeiro, 1933.

PEREIRA, Lúcia Miguel **Maria Luíza**. Boletim de Ariel. Rio de Janeiro, 1933.

PORRO, Antônio. **Cacau e chocolate: dos hieróglifos à cozinha ocidental**. São Paulo: nº1, Anais Do Museu Paulista: História E Cultura Material, 1997. v.5.
<https://doi.org/10.1590/S0101-47141997000100010>

QUEIROZ, Rachel de. **Caminho de pedra**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1939.

QUEIROZ, Rachel de **O quinze**. 1. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1930.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgar (org.). **A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais**; Perspectivas latino-americanas. 1. ed. Buenos Aires: Editora CLACSO, pp. 227- 278, 2005.

RABELAIS, François. **Pantagruel e Gargântua**. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2021.

REIS, Edson Sa dos, Kínesis, **A relação entre literatura de testemunho, memória e verdade**. Marília. nº 34, pp. 253-270, julho 2021. v. 13. <https://doi.org/10.36311/1984-8900.2021.v13n34.p253-270>

RIBEIRO, André Luís Rosa. **Família, poder e mito: o município de S. Jorge dos Ilhéus (1880-1912)**. Ilhéus: Dissertação de mestrado. Editora UESC, p. 166, 2001.

RIBEIRO, André Luís Rosa. **Urbanização, poder e práticas relativas à morte no sul da Bahia, 1880 – 1950**. Salvador: Tese de doutorado. Editora UESC, Salvador, p. 280, 2008.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, João Paulo Ferreira. **Jorge Amado e o romance histórico do cacau**. Brasília: Dissertação de mestrado, p. 171, 2017.

SANTOS, Maria Luiza Silva. **As influências das interações étnicas na formação da cidade de Ilhéus/Bahia**. Revista Internacional de Desenvolvimento Local. nº 13, pp. 71-75, Set. 2006. v. 8. <https://doi.org/10.1590/S1518-70122006000200008>

SANTOS, Milton. **Zona do cacau**. Introdução ao estudo geográfico. 2. ed. São Paulo: Companhia editora nacional, 1957.

SECRETO, María Verónica. **Ceará, a fábrica de trabalhadores: emigração subsidiada no final do Século XIX**. Fortaleza: Trajetos Revista de História UFC. nº. 4, pp. 47-65, 2003. v. 2.

SILVA, Ayalla Oliveira. **Lícitos planos, insólitos interesses: Agentes públicos coloniais e o projeto de dinamização econômica em Ilhéus no início do século XIX**. Belo Horizonte: Varia História. Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais vol. nº 77, maio-agosto, pp. 413-451, 2022. v. 38.
<https://doi.org/10.1590/0104-87752022000200004>

SILVA, Ednaldo Rocha da. **“Papai puxou o facão pra botar na barriga do doutor!”: Campesinato Negro, posseiros e grileiros em disputa pela terra no pós-abolição.** Florianópolis: XXVIII Simpósio nacional de história, Julho, 2015. (Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios) (ANPUH)

SILVA, Milene Félix da. **Trabalho em condições análogas à escravidão nas lavouras de cacau do Pará.** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Trabalho de Conclusão de Curso, p. 81, 2023.

SILVA, Ricardo Tadeu Caires. **Os escravos vão à Justiça:** a resistência escrava através das ações de liberdade. Bahia, século XIX. Salvador: Universidade Federal da Bahia. Dissertação de mestrado. p. 169, 2000.

TABAYÁ, Arnaldo. **Badu.** 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1932.

TÁTI, Miécio. **Jorge Amado:** vida e obra. 1. ed. Belo Horizonte: Editoria Itatiaia Limitada, 1961.

TAVARES, Paulo. **O baiano Jorge Amado e sua obra.** 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 1980.

ZHDANOV, Andrei Alexandrovich. **Escritos.** 2. ed. São Paulo: Editora Nova Cultura, 2018.